



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

RAFAEL ARONI

**TRAVESSIA DE FAMÍLIAS CAMPONESAS MIGRANTES
NORDESTINAS: ENTRE A MORADA E O ASSALARIAMENTO**

**SÃO CARLOS
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

RAFAEL ARONI

**TRAVESSIA DE FAMÍLIAS CAMPONESAS MIGRANTES
NORDESTINAS: ENTRE A MORADA E O ASSALARIAMENTO**

Texto da dissertação aprovada no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva
Orientadora

Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes
Componente Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins
Componente Banca Examinadora

SÃO CARLOS

2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A769tf

Aroni, Rafael.

Travessia de famílias camponesas migrantes nordestinas : entre a morada e o assalariamento / Rafael Aroni. -- São Carlos : UFSCar, 2010.
201 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Migração. 2. Famílias camponesas. 3. Trabalho canavieiro. 4. Resistência cotidiana. 5. Gênero. I. Título.

CDD: 304.8 (20ª)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676 13565-905 São Carlos - SP
Fone/Fax: (16) 3351.8673 www.ppgs.ufscar.br Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Rafael Aroni

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, no dia 03 de setembro de 2010 às 09h30min, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 03 de setembro de 2010

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva
Orientadora e Presidente

Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins
Universidade Federal de São Carlos

Para uso da CPG

Homologado na 18.ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 06/10/2010

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Coordenador do PPGS

Dedico este trabalho aos
meus pais, João Humberto
Aroni e Maria do Carmo
Cavallero Aroni.

AGRADECIMENTOS

A professora Dra. Maria Aparecida de Moraes e Silva, pela acolhida nos momentos difíceis, pelos sábios conselhos, pelos ensinamentos de vida e profundo engajamento na luta pelo respeito à dignidade humana.

A professora Dra. Marilda Aparecida de Menezes, pela amizade e introdução ao mundo da pesquisa, pelos ensinamentos ao se fazer pesquisa de campo. Ao professor Rodrigo Constante Martins pelas oportunidades de diálogo e aprendizagens da prática docente.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, aos docentes que dele fazem parte, em especial a funcionária Ana Maria Suficiel Bertolo, pela dedicação em ajudar sempre. Bem como aos trabalhadores da Biblioteca Central da Universidade.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo apoio através da bolsa concedida no período de agosto/2008 a agosto/2010, que contribuiu para a realização da pesquisa.

Aos padres Carlos, Lourival e Garcia, bem como irmã Inês pelo apoio e acolhida através da Pastoral do Migrante.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Memória e Sociedade Beatriz de Melo, Lúcio Verçosa e ao companheirismo de Juliana Dourado Bueno.

Aos amigos José Gonçalves, Marcelo Saturnino e Juliana Dourado pelas possibilidades de interações com outras realidades de trabalhadores e trabalhadoras rurais deste país.

Após está longa travessia, novamente reforço os agradecimentos aos meus pais João e Maria pelo carinho e pelas oportunidades que me deram até este momento de minha trajetória de vida. Agradecimento especial a companheira Erika Aparecida Catoia pelo carinho ao encontrar um porto seguro.

E as famílias de trabalhadores canavieiros pesquisadas, pela empatia nas trocas de sentimentos e experiências de vida.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi análise dos impactos do processo migratório e assalariamento, impulsionados pela expansão do setor sucroalcooleiro, no Noroeste Paulista, sobre formas de reorganização de núcleos familiares de trabalhadores migrantes. Analisou-se como se reorganizam os papéis de gênero desempenhados pelos membros familiares diante da nova configuração dos espaços de destino (Novo Horizonte e Mendonça/SP). A investigação correspondeu à produção dos dados de campo orientados pelo modelo teórico analítico das formas de resistência cotidianas (SCOTT, 1990), levando-se em conta a intersecção entre a exploração/dominação patriarcal do trabalho feminino doméstico e a exploração/dominação do trabalho masculino no corte de cana. A metodologia utilizada foi a história oral (relatos, histórias de vida, trajetórias), além da produção de um acervo imagético. Os dados apontaram para algumas mudanças das relações da ordem patriarcal entre os gêneros, sobretudo, em razão da remuneração do trabalho das mulheres inseridas em atividades domésticas nas casas de trabalhadores do corte de cana e em outras atividades. Identificaram-se possibilidades de microrresistência aos deveres femininos nas tarefas domésticas, a saber: 1) enfrentamento da dominação masculina, por meio do trabalho remunerado fora de casa; 2) falas e gestos que apontaram para a renegociação das atividades domésticas. Ainda que os padrões patriarcais prevaleçam, notam-se, contudo, muitas fissuras em suas bases. Notaram-se também formas de resistência frente a discriminação aos atributos do pertencimento geográfico, com a luta pelo reconhecimento da identidade do migrante. E práticas de resistência ao se alterar os instrumentos de trabalho, com vistas a minorar os desgastes físicos.

Palavras-chave: Migração Familiar Camponesa, Trabalho Canavieiro, Formas de Resistência Cotidiana.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the impacts of migration and wage, driven by the expansion of the sugarcane sector in the Northwest Paulista, about ways to reorganize the nuclear families of migrant workers. We analyzed rearrange themselves as the gender roles played by members family before the new configuration of spaces of destination (Novo Horizonte e Mendonça/São Paulo). The investigation corresponded to the production of field data and theoretical model-driven analytical forms of everyday resistance (Scott, 1990), taking into account the intersection between the scanning / patriarchal domination of women's work and domestic exploitation / domination of the male labor cutting cane. The methodology was oral history (tales, life histories, trajectories), and the production of a body of imagery. The data showed some changes of the patriarchal order of relations between genders, mainly on account of remuneration for work of women included in household chores in the homes of workers cut cane and other activities. We have identified opportunities to duties microrresistência female domestic tasks, namely: 1) face of male domination through the paid work outside the home, 2) speech and gestures that pointed to the renegotiation of housework. Although the patriarchal patterns prevail, they note, however, many cracks in its foundations. They noted also forms of resistance against discrimination to attribute belonging geographically to the struggle for recognition of the identity of the migrant. And practice of resistance to change work tools, in order to reduce the physical wear.

Keywords: Migration Peasant Family, Work sugar cane, Everyday Forms of Resistance.

Sumário

Lista de Figuras.....	III
Lista de Tabelas.....	IV
Lista de Quadros.....	V
Lista de Imagens.....	IX
Lista de Gráfico.....	XI
Apresentação.....	02
Introdução.....	18
1- Os passos que antecederam a pesquisa.....	18
2- Novas Trilhas. A elaboração do projeto de pesquisa. Travessia e Famílias... ..	23
3- Um pesquisador paulista no Sertão Paraibano.....	27
Capítulo 1 Das cidades canavieiras paulistas invisíveis.....	30
1.1 - Caracterização histórica, social e econômica dos municípios de destino	31
1.2 - Os sujeitos clandestinos da recomposição familiar no viver temporário.....	56
Capítulo 2 As famílias com as vidas suspensas no viver temporário.....	68
2.1 - A perspectiva teórico analítica da recomposição familiar.....	70

2.2 -	“Não mora bem lá, nem se vive bem aqui”.	
	O marcador social do pertencimento geográfico na experiência do viver temporário.....	84
2.3 -	Colhendo experiências no viver temporário.....	108
Capítulo 3	Da rede as cadeias migratórias.....	137
3.1 -	As tessituras da dominação nas cidades canavieiras. As trajetórias de famílias na reconversão temporariamente ascendente.....	138
3.2 -	Trajetoórias diferenciadas na reconversão. As incertezas com o fim do trabalho assalariado no corte manual de cana.....	160
	À guisa de conclusão.....	177
	Glossário.....	181
	Referências Bibliográficas.....	184
	Apêndice	
	Apêndice I - Modelo do Questionário biográfico da primeira etapa da pesquisa de campo.....	190
	Apêndice II - Modelo do Questionário biográfico em Profundidade da segunda etapa da pesquisa de campo.	191
	Anexos	
	Anexo 1 – Entrevista 30.04.2009 - A primeira experiência de vida no corte de cana na palha.....	199

Lista de Figuras

Figura 1	Mapa Localização das Usinas na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – 16 - Bacia Tietê/Batalha.....	47
Figura 2	Mapa dos municípios pesquisados na Região Administrativa São José do Rio Preto.....	54
Figura 3	Primeiro Caso: Rearranjo da Família Nuclear, migrantes de Tavares/PB, em Novo Horizonte, 2009.....	110
Figura 4	Segundo Caso: Família Nuclear com filho – Novo Horizonte/ SP, 2009.....	119
Figura 5	Terceiro Caso: Família Ampliada com filho e uma trabalhadora no laboratório da Usina Novo Horizonte/SP, 2009.....	124
Figura 6	Quarto caso: Famílias Ampliadas com trabalhador do corte. Novo Horizonte/SP, 2009.....	131
Figura 7	Primeiro Caso: Família Ampliada com dois trabalhadores (fiscal cortador), Mendonça/SP, 2009.....	139
Figura 8	Segundo Caso: Família Nuclear com filhos – Mendonça/ SP, 2009.....	151
Figura 9	Terceiro Caso: Família Nuclear com filhos – Mendonça/SP, 2009.....	161
Figura 10	Quarto Caso: Famílias Ampliadas com filhos, Mendonça/SP, 2009.....	167

Lista de Tabelas

Tabela 1	Dinâmica demográfica e econômica de Novo Horizonte/SP, período de 1920 e 1935.....	35
Tabela 2	Expansão de Usinas no Noroeste Paulista, para região da UGRH – 1-Tietê/Batalha.....	47
Tabela 3	Variação da População do município de Novo Horizonte para 2000, 2007 e 2009.....	48
Tabela 4	Distribuição das 31 casos de rearranjos das famílias migrantes nas cidades de Novo Horizonte e Mendonça /SP, em 2009, segundo o Estado de origem.....	55
Tabela 5	Distribuição, segundo os municípios de origem das 21 famílias migrantes originárias majoritariamente da Mesorregião do Sertão Paraíba - Microrregião do Piancó e Serra do Teixeira e Mesorregião do Sertão Pernambucano – Microrregião do Pajeú, para as cidades de destino, Novo Horizonte e Mendonça, em 2009.....	55

Lista de Quadros

Quadro 1	Estimativa Trabalhadores do corte de cana, Novo Horizonte/SP, safra 2007/2008.....	27
Quadro 2	Número de trabalhadores rurais do corte de cana para Novo Horizonte, para os anos de 2008 e 2009.....	49
Quadro 3	Variação da População Mendonça, para os anos de 2000, 2007 e 2009.....	51
Quadro 4	Número de trabalhadores rurais do corte de cana e famílias migrantes para Mendonça/SP, de 2006 a 2009.....	51
Quadro 5	Tipologias dos Rearranjos Familiares para Novo Horizonte e Mendonça, em 2009.....	56
Quadro 6	Escolaridade, ocupação, remuneração e frequência para oito mulheres em Novo Horizonte/SP, em 2009.....	60
Quadro 7	Escolaridade, ocupação, remuneração e frequência para cinco mulheres em Mendonça/SP, em 2009.....	60
Quadro 8	Caracterização dos 20 casos dos rearranjos familiares para Novo Horizonte, em 2009.....	62, 63 e 64
Quadro 9	Caracterização dos 11 casos dos rearranjos familiares para Mendonça, em 2009.....	66 e 67
Quadro 10	Formas e estratégias de resistência ao preconceito por pertencimento geográfico, para Mendonça, em 2009.....	98
Quadro 11	Formas de estratégias de resistências ao preconceito por pertencimento geográfico, para Novo Horizonte, em 2009.....	104
Quadro 12	Primeiro caso, perfil da Família Nuclear, , Novo Horizonte/SP, 2009.....	111
Quadro 13	Segundo caso, perfil da Família Nuclear, Novo Horizonte/SP, 2009.....	120
Quadro 14	Terceiro caso Perfil da Família Ampliada com filho e uma trabalhadora no laboratório da Usina, Novo Horizonte/SP, 2009.....	125
Quadro 15	Quarto caso, perfil Famílias Ampliadas com trabalhador do corte, Novo Horizonte/SP, 2009.....	133
Quadro 16	Primeiro caso, perfil Famílias Ampliadas com dois trabalhadores (fiscal cortador), Mendonça/SP, 2009.....	140

Quadro 17	Segundo caso, perfil da Família Nuclear com filhos, Mendonça/SP, 2009.....	152
Quadro 18	Terceiro caso, perfil da Família Nuclear com filhos, Mendonça/SP, 2009.....	162
Quadro 19	Quarto caso, perfil Famílias Ampliadas com filhos, Mendonça/SP, 2009.....	168
Quadro 20	Quarto caso, perfil Famílias Ampliadas com filhos, Mendonça/SP, 2009.....	169

Lista de Imagens

- Foto 1** Primeiro alojamento com família, trabalhadores de Princesa Isabel/PB, 20.10.07. Foto: Rafael Aroni.....24
- Foto 2** Rosimeire em frente à casa construída com dinheiro do corte na cana, no sítio Olho d'Água Seco, Tavares/PB, 02.12.07. Foto: Rafael Aroni.....28
- Foto 3** O viver improvisado em um cômodo. Quarto/cozinha/sala, para uma família nuclear (marido, esposa e um filho). Novo Horizonte/SP, 13.12.08. Foto: Rafael Aroni.....89
- Foto 4** Marinalva (46 anos) e espaço de trabalho arrumado, rotina no preparo das marmitas do trabalhadores inicia-se às três horas da manhã. Novo Horizonte/SP, 17.05.09. Foto: Rafael Aroni.....90
- Foto 5** Marinalva (46 anos). As práticas femininas de resistência. Panelas areadas com água da chuva, segundo a tradição camponesa do sertão de Pernambuco. Mendonça/SP, 12.10.09, Foto de Rafael Aroni.90
- Foto 6** Rocinha no quintal da casa de fundos com núcleo familiar, temperos: cebolinha e coentro. Migrante ocupa atualmente a posição de auxiliar de bombeiro, possui uma casa na cidade de origem, Princesa Isabel/PB e ajudava o pai no cultivo de milho e feijão, em sítio de oito hectares. Mendonça/SP, 21.04.09. Foto: Rafael Aroni.....93
- Foto 7** Sávio (36anos) em frente à rocinha de verduras irrigado com sistema aspersor. Casa ocupada por rearranjo de núcleo familiar. Trabalhador sem terra que trabalhava “*botando roçado na terra dos outros*” no sistema do arrendamento ou na diária, em Princesa Isabel/PB. Novo Horizonte/SP, 06.05.09. Foto: Rafael Aroni.....94
- Foto 8** Frente da casa de trabalhador do corte, origem Princesa Isabel, com consórcio intenso de milho, feijão e batata doce. Deixou o sítio com quatro hectares aos cuidados do pai, onde este cultivava o consórcio de milho com feijão de arranque e de corda. Novo Horizonte/SP, 06.05.09. Foto: Rafael Aroni.....95
- Foto 9** Frente Bar aberto em 2008 por Rose. Novo Horizonte/SP, 06.05.09. Foto: Rafael Aroni.....115
- Foto 10** Produtos trazidos semanalmente do Sertão da Paraíba, biscoitos de polvilho, doces como rapadura e doce de leite, e feijão de arranque. Novo Horizonte/SP, 06.05.09. Foto: Rafael Aroni.....115

- Foto 11** Salão Corte de Cabelo de Luiz, destaca-se da trajetória da família com vistas a fixação no município, a presença das fotos na parede, como elemento simbólico do início de outra vida, e ausência das fotos dos pais. Novo Horizonte/SP, 07.05.09. Foto: Rafael Aroni.....122
- Foto 12** Rocinha em frente à casa de Raimundo. Consórcio de milho e feijão, permanência da prática da agricultura aos finais de semana, frente a jornada dupla dele, no trabalho no corte e lanchonete. Novo Horizonte/SP, 07.05.09. Foto: Rafael Aroni (Ver Video1 – Pasta 7 - CD).....145
- Foto 13** Oficina de Podões no quintal da casa. Mendonça/SP, 12.10.09. Foto: Rafael Aroni.....156
- Foto 14** A primeira etapa, abertura dos gomos do podão, desbastar a lâmina para facilitar amolação no eito. Mendonça/SP, 12.10.09. Foto: Rafael Aroni.....156
- Foto 15** Zé Galinha e parte de suas 200 mudas de Algaroba. Mendonça/SP, 15.05.09. Foto: Rafael Aroni.....165

Lista de Gráficos

Gráfico 1	Pirâmide Etária da população migrante pesquisada, para as cidades de destino Novo Horizonte e Mendonça/SP, em 2009.....	57
------------------	---	----

APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem por objetivo analisar a experiência de recomposição de famílias migrantes paraibanas e pernambucanas no viver temporário subsumido ao processo do assalariamento do corte de cana, na região Noroeste do estado de São Paulo.

Fundamentalmente, a aproximação e delimitação deste objeto de estudo inserem-se na dialética da expansão do setor sucroalcooleiro pelo Noroeste paulista, nos municípios de Mendonça e Novo Horizonte, na primeira década do século XXI. Nelas as contradições observadas davam conta que o crescimento da atividade agroindustrial impulsionou processos migratórios com mecanismos diretos e indiretos pela não permanência dos trabalhadores, para além do período da safra e, principalmente, de suas famílias, durante a safra. Tal proibição derivou da fiscalização ocorrida em 2007. Nesta, o Ministério do Trabalho acionou uma das usinas das cidades, por constatar a situação degradante no alojamento de famílias junto a trabalhadores. As medidas diretas adotadas pelas usinas foram o deslocamento imediato de algumas famílias para abrigo provisório no hotel em uma das cidades, e posterior custeio das passagens de regresso das mesmas. As medidas indiretas foram maior vigilância na contratação, transporte e permanência exclusiva de trabalhadores, nas cidades de destino, somente durante a safra.

A partir deste contexto de inflexão elaborou-se a pesquisa na qual se investigou o processo de reorganização (Arranjos Familiares) das famílias camponesa/trabalhadora migrantes inseridas neste contexto do trabalho canavieiro. Em princípio, a realização da pesquisa preliminar possibilitou identificar o circuito de cidades paulistas do interior que abrigavam temporariamente trabalhadores e algumas famílias originárias do Sertão de Pernambuco e Paraíba. Ao se vivenciar a realidade cotidiana das duas regiões, ainda quando da elaboração do projeto, possibilitou delinear as dimensões complexas na partida, viagem e permanência provisória das mesmas. Esta experiência permitiu elaborar etapas na reorganização familiar, na dinâmica dos possíveis “*arranjos e rearranjos*” do núcleo familiar.

Assim, as experiências advindas deste processo, relatadas pelas esposas dos cortadores, apontavam para diversidade de situações nas formas de reorganização familiar pelas moradias temporárias. A família nuclear era a forma majoritária, e que também apontava para novos rearranjos na inclusão de agregados e agregadas. Estes

foram os casos das trajetórias definidas como famílias ampliadas. Nelas a inclusão de novos membros era balizada pelas relações de parentesco com o núcleo familiar, como cunhado, irmãs e primos. Contudo, com trajetórias sociais distintas. No caso dos homens a migração era para o corte de cana. As mulheres (irmãs e cunhadas) ocupavam a posição dos trabalhos domésticos, e permitiam também que as esposas dos cortadores passassem a ocupar outras atividades laborais. Por últimos às famílias nucleares também poderiam se rearranjar com outra família pelo mesmo critério, a proximidade de relações de parentesco.

Em todos esses casos, a família passou a ser agência mediadora entre as reciprocidades e os conflitos derivados dessa reorganização, tanto intrafamiliares, quanto dos impactos advindos do entorno social das cidades canavieiras. Neste ponto, objetivaram-se analisar as dimensões de dominações e resistência derivadas e imbricadas entre o espaço doméstico (moradias), os espaços públicos (comércio, instituições públicas) e o espaço do eito, nas experiências da permanência e recomposição provisória das famílias pelas cidades canavieiras.

Nos espaços de interação pública e do trabalho a categoria étnico/racial foi utilizada na pesquisa pela dimensão do pertencimento geográfico. Ela permitiu identificar as relações de discriminação e conflito, no processo de apropriação dos territórios de destino, pela ótica do simbólico, no não reconhecimento deste atributo da identidade dos membros das famílias migrantes.

A categoria de gênero possibilitou problematizar as contradições internas aos espaços de moradia das famílias ao se aventar em que mediada à migração e o assalariamento afirmava ou arrefecia as relações da dominação androcêntrica. Neste sentido, buscou-se identificar e verificar formas de emponderamento feminino, em trajetórias que apontavam à ambivalência nas possíveis rupturas nas bases do patriarcado. Estas trajetórias de emponderamento feminino vislumbravam situações que se relacionavam entre si, de mulheres que buscavam serviços fora de casa, ou seja, outras fontes de renda, àquelas que renegociavam os papéis de gênero conformados ao modelo da família patriarcal, e mesmo as que discordavam do projeto inicial de retorno, após período mais alongado de permanência na experiência de viver nas cidades canavieiras. Isto porque, dentro do projeto masculino de migração, era idealizado permanecer com a família por dois ou três anos na cidade de destino,

como recurso almejado para minorar os custos da sobrevivência do grupo familiar, com vistas ao retorno para as atividades dos roçados nas terras de destino.

Para tal empreitada, a metodologia que orientou a investigação referenciou-se pelo modelo teórico analítico de Robert PRUS (1996) da interação de trocas intersubjetivas de experiências. Sociólogo pertencente à tradição da Escola de Chicago, ele reforçou a importância da pesquisa etnográfica para sociologia. Em específico sua contribuição foi em atentar para as situações de compartilhamento de experiências e sentidos que orienta as ações dos sujeitos pesquisados, construídos na própria situação da interação com o pesquisador.

Neste ponto, para se acessar as peias assimétricas de poderes estabelecidas no reconhecimento aos atributos de pertencimento geográfico e as inscritas nas relações de gênero, recorreu-se à concepção teórica analítico das formas de estratégias de resistência cotidiana elaborada por James SCOTT (1990 & 2002). Esta perspectiva corroborou com a de PRUS (1996) em registrar na etnografia intersubjetiva, formas de narrativas que revelassem transcrições das experiências de atos de microrresistência cotidiana. Em outras palavras, o processo de transcrição correspondeu no ato de descrever e captar as falas e práticas, ou seja, discursos públicos e privados, e também fundamentalmente, significar expressões corporais e silêncios, durante o contexto de interação, com vistas às atitudes que revelassem o desejo de ruptura com as dominações na situação do rearranjo familiar, configurado pela inserção ao corte de cana.

Neste sentido a historiadora Michele PERROT (2007&2008) contribuiu com a ideia dos poderes difusos exercidos pelas mulheres em formas concretas de resistência, fundamentalmente nas práticas e saberes cotidianos, na busca de pequenas remunerações no trabalho doméstico. Em complementaridade, a socióloga Maria Aparecida de Moraes SILVA (1991 & 1997) apontava a condição feminina no contexto específico de estudo, a imbricação entre o espaço doméstico privado ao espaço do trabalho (eito), na qual aquelas práticas apontavam fissuras que arrefeciam a concepção do homem como provedor da casa, e sinalizavam para possíveis rupturas a dominação masculina.

O desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa ocorreu em três etapas complementares. A primeira em outubro e dezembro de 2008. A segunda entre abril e

maio de 2009, e a terceira em outubro de 2009. A seguir detalhamos os procedimentos teóricos e metodológicos que foram ajustados entre primeira para a segunda etapa da pesquisa de campo, para a elaboração e aplicação dos questionários, para a observação etnográfica e registro em diário de campo, para a realização das entrevistas e para a documentação fotográfica.

A) Elaboração e Aplicação dos Questionários

A formulação do questionário biográfico foi baseada em modelo fornecido pela orientadora professora Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva. Ele foi estruturado em três partes com o objetivo de ser aplicado em famílias migrantes. Assim, os dois primeiros blocos de perguntas foram direcionados para captar dados biográficos do casal. No terceiro bloco objetivou-se coletar dados dos filhos ou filhas, quando houvesse. Na última parte foi elaborado roteiro da entrevista semidirigida.

Na primeira etapa de campo, os dados biográficos colhidos em 33 questionários simplificados (18 no município de Novo Horizonte e 15 em Mendonça) foram tabulados utilizando-se o programa de elaboração de planilhas Excel - 2003. Foram selecionadas oito variáveis biográficas dos homens e mulheres que abrangeram também os membros das unidades familiares (filhos ou filhas) e indivíduos dos grupos domésticos (trabalhadores ou trabalhadoras) para compor o perfil do rearranjo das famílias migrantes. As variáveis foram: município e Estado de origem para o casal migrante, idade, ocupação atual, número de safras cortadas, remuneração média, escolaridade, idade em que começou a trabalhar e qual o primeiro trabalho que desempenhou.

As correlações entre as variáveis apontaram para necessidade de se problematizar onde os casais migrantes consideram o local de moradia, se nos municípios de destino ou de origem. Essa questão surgiu ao se observar que não era possível relacionar o item sobre o local de origem dos entrevistados com o período em que eles estavam no município de destino. Isto foi necessário para distinguir possíveis famílias migrantes que estivessem em processo de fixação, daquelas que estivessem passando pela experiência do viver temporário nos destinos. Ponderou-se que na experiência do viver temporário, existe uma distinção entre o local de origem, e o local de residência. O resultado das entrevistas apontou que a origem referia-se ao local onde ocorreu a união civil e também, onde permaneciam as redes sociabilidade, constituídas ao longo da juventude. Desta sorte, buscou-se captar qual

seria o tempo de permanência nos locais de destino que poderia caracterizar um processo latente de fixação dos casais migrantes e ou a experiência de moradia provisória.

Outra contribuição para aprofundar a análise dos questionários surgiu quando se deparou com a família nuclear e ampliada. Na elaboração do questionário biográfico priorizou-se a coleta de dados das famílias migrantes, entendidas como marido, esposa e filhos. No tocante aos trabalhadores ou trabalhadoras que viviam junto das famílias, utilizou-se do recurso de coletar dados biográficos deles no item destinado aos filhos. Da análise desse item surgiu também a necessidade de coletar informações sobre os filhos que ficaram nos locais de origem e, fundamentalmente, dos membros da família que cuidavam deles, nos casos de crianças e adolescentes.

No item das ocupações atuais dos homens, a análise dos trabalhadores de Mendonça apontou para três casos de ex-cortadores que assumiram a função de fiscais. O que apontou para o fato de que a mobilidade ocupacional não significava a reconversão dos trabalhadores migrantes. Desta forma, optou-se em elaborar no questionário em profundidade um quadro do itinerário migratório e laboral capaz de registrar em separado o descolamento dos membros da família e dos demais trabalhadores e suas possibilidades de mobilidade ocupacional provisória. Esse recurso foi essencial para se investigar como a mobilidade ocupacional desses ex-trabalhadores do corte estava relacionada à permissão da migração de suas famílias. E assim, tecer uma figuração social da cidade canavieira, na qual a migração da família expressava a lealdade ao arregimentador (encarregado das turmas de trabalhadores canavieiros).

A tabulação permitiu também a elaboração de duas tipologias para agrupar os rearranjos das famílias migrantes pesquisadas:

- i) **Família Nuclear:** apenas o casal e filhos, se houver, alojados juntos;
- ii) **Família(s) Ampliada(s):** uma ou mais famílias nucleares, um trabalhador canavieiro e uma trabalhadora doméstica, todos alojados juntos;

A transcrição e análises das entrevistas semidirigidas orientaram a composição de uma nova pauta de entrevista. Assim, na segunda etapa da pesquisa de campo planejou-se aprofundar a coleta de dados com amostras de uma família de cada tipologia identificada. Entretanto, surgiu a dificuldade em se dar continuidade à

pesquisa. Apenas três famílias migrantes foram localizadas, duas em Novo Horizonte e uma em Mendonça, as quais foram pesquisadas na etapa anterior. Foram investigados os fatores que explicassem a mobilidade daquelas. O levantamento feito junto aos vizinhos das famílias pesquisadas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Horizonte, Assistência Social da Usina Santa Isabel e Pastoral do Migrante de Mendonça, apontaram para dois fatores complementares de expulsão das famílias:

- A usina determinou que os trabalhadores fossem diretamente contratados nos locais de origem por meio das carteiras de trabalho assinadas. Assim, os parentes dos cortadores não puderam acompanhá-los nos ônibus das Usinas que os transportaram dos locais de origem. A Usina alegava que tal medida decorria do cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta, estabelecido com o Ministério do Trabalho, em 2007. Em contrapartida, tal fator inviabilizou a contratação dos trabalhadores que já estavam com famílias nos municípios de destino.

- A implementação de mecanismos indiretos, como o pagamento feito pela Usina do aluguel nos imóveis onde ficaram alojados exclusivamente os trabalhadores. Isso acarretou no encarecimento dos alugueis dificultando a estada de trabalhadores com família que passam a arcar com este custo.

Foi levantado que em consequência destes fatores os trabalhadores que trouxeram as famílias nos anos anteriores, recorreram às seguintes estratégias: 1) retornarem para municípios de origem, para efetivar a nova contratação; 2) pagarem pelo retorno da família e buscar emprego em outras usinas; 3) migrarem com a família para outros municípios no Estado de São Paulo, diante da impossibilidade de custear o retorno.

Diante desta dificuldade, avaliou-se que não se tinham informações precisas dos itinerários destas famílias e que percorrer tais trajetórias seria oneroso e fugiriam aos objetivos do projeto proposto na pesquisa inicial, a saber: a experiência de recomposição das famílias migrantes, no viver temporário, nos municípios de destino: Novo Horizonte e Mendonça/SP. De maneira simultânea foi negado o acesso a prontuários de registro do atendimento a famílias, pelo Serviço de Assistência Social do primeiro município, o qual seria outra base para caracterizar socialmente a permanência daquelas famílias. Assim, delineou-se o critério de investigar outras

famílias migrantes, que estivessem alojadas temporariamente há um ano nestas cidades.

No início de abril de 2009, para continuidade na aplicação dos questionários em profundidade, que abrangesse as tipologias dos casos identificados, foi acionada a Pastoral do Migrante, em Novo Horizonte, junto a padre Carlos. Ele forneceu uma lista elaborada a partir da missão de acolhida, realizada em novembro de 2008, com endereços de 77 imóveis dos alojamentos de trabalhadores do corte. Ao analisar esse material, notou-se que 27 endereços apresentavam anotações como, nomes de mulheres, e ou crianças alojadas junto aos trabalhadores.

Realizaram-se os primeiros questionários em profundidade orientados por esses endereços fornecidos pela Pastoral do Migrante, em Novo Horizonte. Durante esse processo foi possível constatar que algumas das famílias mantinham relações de parentesco. Inferiu-se que a orientação empregada pela Pastoral para acessar esses migrantes foi indagar durante a visita se eles tinham parentes ou colegas que estariam alojados no mesmo município de destino. A mesma estratégia foi utilizada em Mendonça, através de informações iniciais prestadas pelo padre Lourival, também da Pastoral do Migrante.

Assim, adotou-se esta nova estratégia de coletar informações da rede de famílias migrantes, a partir dos próprios migrantes. Na segunda etapa da pesquisa, entre abril e maio de 2009, foram realizados 31 questionários em profundidade, dos quais três com famílias da etapa anterior e o restante com outra amostra de famílias, dos quais 19 em Novo Horizonte e nove em Mendonça.

A análise desse material apontou para a predominância da tipologia de rearranjo de Famílias Nucleares com doze casos para Novo Horizonte e oito em Mendonça, seguida pelo rearranjo de famílias ampliadas, com sete casos em Novo Horizonte e uma para Mendonça e, respectivamente, um caso de duas famílias na mesma casa, para as duas cidades. A média de idade eram 28 anos para os homens e 27 anos para as mulheres, em Novo Horizonte. Portanto, casais jovens com média de 1,8 filhos. Para Mendonça, os dados também apontaram para famílias migrantes jovens, homens também com a média de 28 anos e mulheres com 27 anos e média de 1,5 filhos por casal. O diferencial observado nos rearranjos das famílias nesta cidade foi a possibilidade de mobilidade em outras atividades laborais, com o

significativo resultado de que 7 trabalhadores ocupavam outras funções dentro do setor sucroalcooleiro.

B) Observação etnográfica e registro em diário de campo

Para as três etapas da pesquisa, o registro do diário de campo orientou-se pela perspectiva da etnográfica intersubjetiva (PRUS, 1996) em se acessar narrativas e práticas que conformassem estratégias de resistência (SCOTT, 1990 e 2002) as assimetrias nas relações imbricadas, de gênero, trabalho e pertencimento geográfico, para as famílias migrantes. Assim, buscou-se interagir, conforme a possibilidade, com os casais dos rearranjos familiares, tanto em entrevistas individuais ou coletivas. Por ocasião das entrevistas individuais, buscou-se suscitar fluxos narrativos, os quais apontassem para a perspectiva de “*transcrições/discursos ocultos*” (SCOTT, 1990, 2002), ou seja, as formas como lidavam com os atributos identitários denegados nas interações públicas, pelas três clivagens acima citadas. Essas abordagens teóricas contribuíram para a interpretação etnográfica, na medida em que a descrição da realidade objetiva e concreta das famílias migrantes passou a ser vista com novos olhares.

Também foi utilizada a perspectiva etnográfica de BOURDIEU (2002), referente à objetivação reflexiva sobre os princípios da dominação androcêntrica. Assim, no procedimento de observação em campo procuramos descrever, compreender e interpretar as formulações próprias dos sujeitos da pesquisa, segundo as categorias de percepção, que, arbitrariamente, naturalizavam as diferenças sexuais como hierarquizantes entre os gêneros. Quando houve oportunidades, buscou-se questionar os maridos sobre as representações deles acerca das necessidades ou deveres em desempenharem as atividades domésticas, como forma de criar uma interação de estranhamento, para acessar possíveis esquemas de pensamento duradouros, os quais apontavam para relações de dominação estruturadas por estruturas de assimetria no reconhecimento entre os gêneros. Portanto, modelos de pensamento (categorias cognitivas) e de ação capazes de revelar como a dominação masculina exerce efeitos sobre os próprios homens, ao serem historicamente construídos e reproduzidos pela introjeção e reatualização desses dispositivos androcêntricos.

Seguiram-se as sugestões de PRUS (1996) de que as interações intersubjetivas constituem fonte de dados nas práticas de três técnicas simultâneas:

observação (sem realizar juízo de valores sobre as experiências e comportamentos coligidos), participação observante (adquirir perspectivas da imagem de si mesmo que são construídas pelos sujeitos pesquisados, com vista a estabelecer laços de confiança recíprocos) e entrevistas abertas. A observação e a participação observante foram descritas no caderno de campo. A priori foram elaboradas entrevistas semiestruturadas nas quais também foram explorados temas não previstos inicialmente.

C) Coleta de relatos orais e de histórias de vida

Para o preparo das entrevistas semidirigidas tomou-se como referência a distinção proposta por QUEIROZ (1988) entre história oral e história de vida. A história oral *“pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas também recolhe destas tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo...”*(p.19); e a história de vida diz respeito a: *“... as entrevistas, os depoimentos pessoais, as autobiografias, as biografias”*(p.19). Desta forma, na primeira e segunda etapa na aplicação das entrevistas, optou-se pela técnica de coletar relatos orais acerca da experiência no viver temporário, e na terceira acolher a história de vida de três entrevistados. Em ambas se referenciou pelo exercício de saber ouvir a transmissão de uma narrativa/conhecimento, que informa a trajetória de existência do interlocutor.

O desafio maior foi em suscitar o indizível, ao transformar a experiência de vida cotidiana em palavras: *“... a passagem daquilo que está obscuro para uma primeira nitidez, - a nitidez da palavra, - rótulo classificatório colocado sobre uma ação ou uma emoção.”* (QUEIROZ, 1988, p.16). No caso específico, dar visibilidade para o trabalho feminino doméstico, socialmente naturalizado neste contexto de migração.

Nesse sentido, a técnica da entrevista semidirigida mostrou-se adequada, ao ser realizado depois da aplicação dos questionários. Essa coleta dos dados biográficos permitia, de início, tornar claros os objetivos da pesquisa, e estabelecer uma comunicação de confiança para em seguida, ser pedido à permissão para se gravar o registro oral. Deste modo, seguiram-se as orientações de TOUTIER-BONAZZI (1996) para a condução da entrevista semidirigida:

“Numa conversa preliminar, entrevistador e entrevistado podem esclarecer aquilo que interessa a ambos, sem que o entrevistado tenha de preparar ou redigir notas, o que tira a espontaneidade e o interesse. (...) ao preparar a gravação, deve, pois definir sua problemática e escolher certo número de perguntas às quais não deve renunciar. No caso de um corpus, deve fazer

certo número de perguntas a todas as testemunhas, para poder fazer comparações. Deve também determinar o tipo de discurso e de modelos de comportamento que irá analisar, considerando todas as variantes: sexo, idade, origem social, profissão ou ocupação".(p. 237, grifos nossos)

Assim, elencou-se um corpus de perguntas geradoras a partir de dois blocos geradores: 1) a rotina do trabalho doméstico e fora de casa e 2) o processo migratório da família para acompanhar o trabalhador assalariado. Não se pode deixar de atentar para atitudes e comportamentos gerados neste processo de colher a narrativa, capazes de permitir o conhecimento mútuo (pesquisador/entrevistado), ao mesmo tempo, em que se teciam laços de confiança ou desconfiança.

Portanto, as técnicas para eliciar, suscitar, incitar o fluxo narrativo autêntico exigiram empenho e atenção do pesquisador/entrevistador em: não interromper ou concluir momentos de imprecisão; não direcionar questionamentos que levassem a auto-racionalização do entrevistado; induzir para que o fluxo narrativo aparecesse de forma espontânea; não proferir juízos de valor sobre contradições no enredo da história; utilizar de estratégias não verbais, como gestos (linguagem corporal) ou recursos paralinguísticos (*sei e hum*) para dar cadência ao relato (BAUER & JOVCHELOVITCH, 2003, p.97).

Para a etapa da transcrição de 16 entrevistas, da primeira etapa de campo, em outubro e dezembro de 2008, adotamos a perspectiva de ela ser *"uma interpretação, uma recriação, pois nenhum sistema de escrita é capaz de reproduzir o discurso com absoluta fidelidade"* (TOUTIER-BONAZZI, 1996, p.239). Esse ato de recriar foi amparado pelas anotações das reações dos comportamentos no diário de campo, amparado pelo corpus de perguntas que possibilitaram uma codificação e comparação dos relatos colhidos. Assim, no processo de análise das transcrições obtiveram-se os seguintes resultados a partir de reduções das falas em relação a temas em comum:

1 - Motivações para migração do homem e da família e os rearranjos das unidades e grupos familiares;

2 - O projeto futuro da família migrante, as convergências e divergências nas representações entrem os gêneros.

3 - Rotinas do trabalho doméstico e fora de casa, as articulações dos papéis de gênero;

4 - Formas de resistência cotidiana ao trabalho doméstico, transcrições/discursos de emponderamento, rupturas com a dominação masculina;

5 - Formas de resistência cotidiana ao trabalho doméstico, transcrições/discursos de negociação, formas de reorganizar os papéis de gênero na família;

6 - Transcrições de assujeitamento, conformação à naturalização da obrigatoriedade do trabalho doméstico ser desempenhado pelas mulheres;

Surgiram também temas específicos: 1) a relação com ex-marido; 2) a experiência da mulher no corte de cana; 3) o modelo ideal de masculinidade; e 4) as decisões os gastos domésticos.

A partir desta análise das transcrições foi aperfeiçoado o roteiro para as entrevistas abertas para cada caso selecionado dentro das duas tipologias de rearranjos de famílias migrantes. Entretanto, durante as primeiras estadas em campo da segunda etapa só foi possível localizar e restabelecer o contato com apenas três rearranjos familiares. Portanto, não se conseguiu localizar, conforme o planejado uma tipologia de cada rearranjo familiar contatado anteriormente. Diante dessa dificuldade, optou-se pela estratégia em buscar e pesquisar novas famílias nos municípios de destino.

Esse procedimento conduziu à necessidade de reelaborar as entrevistas abertas. Na realidade, a pauta de entrevista aberta foi reformulada para uma entrevista semidirigida, a qual foi aperfeiçoada a partir da ampliação do roteiro da entrevista semidiretiva na primeira etapa. Foram definidos em quatro blocos temáticos: 1) a experiência durante a viagem para os locais de destino para ambos os gêneros; 2) A experiência do trabalho no corte de cana objetivou-se captar relatos orais masculinos; 3) A dinâmica da vida conjugal; 4) Experiências de discriminação quanto ao pertencimento geográfico e formas de luta pelo reconhecimento. Foram produzidas 28 entrevistas abertas com membros das famílias migrantes, na segunda etapa e terceira etapa da pesquisa de campo, nos meses de abril, maio e outubro de 2009. Os resultados no geral apontaram para múltiplas formas de resistência cotidiana, frente às várias peias de dominação.

D) Documentação fotográfica ou imagética

Para a primeira etapa de campo, pautou-se pela perspectiva de BOURDIEU & BOURDIEU (2006) no qual a fotografia é concebida como a elaboração de um sociograma. Assim, no registro dos rearranjos das famílias migrantes, quando autorizada a realização da foto, buscou captar como as disposições das pessoas poderiam revelar fios invisíveis de relações genealógicas de poder. Foram produzidos, na primeira etapa da pesquisa de campo, 24 registros imagéticos, dos quais sete documentaram os rearranjos das famílias. Nestes, a situação capturada era de registros nos quais os fotografados apareciam dispostos em torno dos pais, enquanto membros do núcleo familiar. A análise posterior deste material revelou que tal disposição dos membros das famílias também reproduziu a mentalidade do que o pesquisador buscou registrar, ou seja, os núcleos familiares, em composições aparentemente harmônicas. Como foi sugerido: *“Nada além do que deve ser fotografado pode ser fotografado.”* (BOURDIEU & BOURDIEU, 2006:34).

Para segunda e terceira etapa da pesquisa de campo, para a produção da documentação fotográfica, partiu-se de perspectiva diferenciada de não limitar esta técnica ao mero registro do trabalho etnográfico, do que pode ser fotografado. Atentou-se para elementos polissêmicos da realidade social destas famílias para posterior interpretação. Assim, orientou-se pela perspectiva que *“... a fotografia não é apenas um documento para ilustrar nem apenas dado para confirmar”* (MARTINS, 2008:23).

Deste modo, objetivou-se a captura de ocultações cotidianas, registrando a presença de rocinhas (milho, feijão de corda, macaxeira, cebolinha, salsinha e ou verduras) nos quintais de nove casas, a plantação de mais de 200 mudas de algaroba (*Prosopis juliflora*), leguminosa típica do Sertão Paraibano, fonte de alimentação para animais. Tal plantação foi realizada por um camponês em Mendonça, quando experimentava, pela primeira vez na vida, a situação de ficar desempregado. Foi possível também realizar a documentação social do trabalho doméstico da esposa dele, que passou a cozinhar para os trabalhadores vizinhos, e acionar seus conhecimentos femininos da culinária nordestina. Destas duas etapas de campo foram produzidos 499 registros imagéticos do cotidiano nos rearranjos familiares, em destaque, os momentos de trabalho doméstico e práticas de resistência (simbólica e material) dos trabalhadores, nestes espaços.

Portanto, após essa apresentação das perspectivas teóricas metodológicas, salienta-se que o objetivo da pesquisa foi em caracterizar como os efeitos do assalariamento na agroindústria canavieira paulista, conjugados ao processo migratório interno, repercutiram nas múltiplas formas de “*reorganização*” das famílias migrantes. Tal percurso investigativo levou a expandir a abrangência da pesquisa para os dois municípios, posto que, em Novo Horizonte, existia o controle sobre a migração de famílias e, em Mendonça, tal prática funcionaria como forma de legitimar, no plano político, a expansão e instalação de segunda Unidade de uma das usinas.

A seguir apresentamos de forma breve os pontos desenvolvidos nos capítulos deste trabalho.

Na introdução é estabelecida a trajetória de aproximação ao tema, da migração de trabalhadores nordestinos do corte de cana para a região sudeste brasileira. Apresenta-se os antecedentes da pesquisa, na aproximação no cenário do distrito de Potunduva (25km/Jaú, 9733 habitantes; IBGE-2000), conhecido por abrigar migrantes pernambucados de Cupira (10km /Recife). Além da experiência na pesquisa de Iniciação Científica pelo continuum rural urbano rural, na região periurbana de Barão Geraldo (Campinas/SP). Além das observações preliminares pelo circuito migratório de seis cidades canavieiras paulistas e uma cidade paraibana, as quais foram essenciais na delimitação no objeto de estudo, nos impactos do processo migratório para o corte de cana para reorganização das famílias.

No capítulo primeiro é realizada a caracterização histórica, social e econômica dos dois municípios de estudo: Novo Horizonte e Mendonça. A partir da perspectiva de análise do processo de sociais de longa duração (ELIAS, 2006), pretendeu-se apontar para interdependências criadas nas figurações sociais, entre sujeitos e famílias colocadas em movimento na ocupação na marcha pioneira do café pelo oeste paulista, no final do século XIX e início do XX, e a complexa tessitura de novas figurações de poder enfeixadas, pela migração de famílias nordestinas, no bojo da expansão canavieira, para primeira década do século XXI. Para caracterização dos contextos históricos, sociais e econômicos dos dois municípios de destino: Novo Horizonte e Mendonça foram utilizados os referenciais de MONBEIG (1998), MILLIET (1946) e MÜLLER (1951), os quais, fundamentalmente, ajudaram na análise dos municípios em questão. É apresentada também a tabulação dos dados de 31 casos

(20 em Novo Horizonte e 11 em Mendonça) os quais apresentam o perfil demográfico e social para os rearranjos familiares pesquisados.

No capítulo segundo busca-se delinear a discussão teórica para análise da família, na experiência do viver temporário, no processo de assalariamento para corte de cana. Discutiu-se a categoria de experiência do viver temporário a partir dos conceitos de THOMPSON (1978), experiência enquanto valores normativos constitutivos dos espaços sociais de origem e que orientam o processo de deslocamento. Utilizou-se da metodologia de Robert PRUS (1996), etnografia da intersubjetividade, justamente para traçar hibridismos na experiência de viver temporariamente nas cidades canavieiras. Articulou-se a essa perspectiva a metodologia de James SCOTT (1990 & 2002) que foi fundamental para acessar as transcrições/discursos públicos e ocultos em formas de resistência no trabalho e nas mediações intrafamiliares. Neste ponto a categoria de gênero auxiliou na constituição de trajetórias femininas com perspectivas difusas dentro do grupo familiar, entre as renegociações na dialética do assujeitamento/emponderamento. Na segunda seção busca-se problematizar os conflitos e resistências advindos das interações cotidianas permeado pela experiência do pertencimento geográfico, nas quais este marcador social é eixo central de assimetria no reconhecimento das particularidades das origens que as famílias trazem consigo. Na terceira seção foram construídas quatro trajetórias diferenciadas da reorganização familiar (dois rearranjos de núcleo familiar, um de família ampliada e 1 famílias ampliadas), pesquisadas em Novo Horizonte. Destacaram-se aspectos quanto às formas de viabilizar a migração, a permanência, os conflitos e resistências advindos da experiência familiar em viver temporariamente, no espaço social das cidades canavieiras paulistas, e o caráter provisório nas possibilidades das trajetórias femininas em arrefecer a dominação masculina.

No capítulo terceiro, apresentamos a composição de quatro casos de famílias migrantes para a cidade de Mendonça. Ao se recompor o itinerário migratório das famílias, priorizou-se analisar a ambivalência exercida pelo encarregado de turmas, ou seja, a figura do arregimentador dos trabalhadores, que possibilitou a migração de algumas famílias e reconversão em outras atividades, mediante a tessitura de laços de lealdade. O desafio teórico metodológico foi reconstruir esse processo nas formas como as tessituras das “*configurações*” (ELIAS & SCOTSON, 2000) migratórias foram se forjando e amarrando essas famílias em novas carreiras

ocupacionais, algumas que passaram a carregar também a ambivalência em exercer controle e fiscalização sobre os demais trabalhadores. Irradiando assim novos enfeixes de dominação. Na segunda trajetória apontam-se os limites a este modelo de mobilidade, ao engendrar também outras formas de resistência, através da oficina de reforma dos facões (podões). As duas últimas trajetórias foram reconstruídas as trajetórias dos rearranjos de famílias camponesas, que se viram diante das incertezas de renovarem o contrato para safra posterior, como mecanismo lançados pelas usinas para impossibilitar a permanência das mesmas. Em ambos os casos o acionamento da rede de proximidade ao encarregado foi a saída provisória ao desemprego.

Nas considerações finais pretendeu-se salientar alguns pontos que parecem relevantes para o entendimento do processo migratório de famílias dos estados do Nordeste para o interior de São Paulo, ao acompanharem trabalhadores do corte de cana. Em específico, a dimensão que a pesquisa pode contribuir aos estudos migratórios, ao analisar a dinâmica deste processo sob uma perspectiva dialética, entendida pelo arranjo e rearranjo, na reorganização familiar. Desta sorte, buscou-se caracterizar o processo dinâmico migratório na heterogeneidade de rearranjos familiares concomitante aos impedimentos engendrados pelas usinas, os quais apontaram na elaboração de trajetórias familiares da experiência do viver temporariamente para diferentes posições intrafamiliares e suas conseqüências para o grupo familiar.

“A época das queimadas tinha chegado.

No campo, os homens punham fogo na cana. Os longos talos azuis e amarelos ardião, e as folhas enroscadas crepitavam como se fossem livros queimados ao sabor do vento, até ficar só o centro açucarado.

À noite, Isabel ouvia os estalidos do fogo. Às vezes, ia até a beira da estrada ver os homens manejarem as chamas na serra. Ao entardecer, a fumaça fazia o horizonte ficar tão vermelho quanto uma crista de galo. Ela então se juntava às outras crianças e corria pela longa estrada até as queimadas, onde sentiam o rosto pinicar de calor e espremiavam os olhos para ver as silhuetas dos cortadores de cana se movendo com graça junto aos focos de incêndio.

A colheita começava assim que as longas folhas afiadas se desfaziam em pó. Os trabalhadores voltavam para casa com as narinas pretas e as pálpebras escuras, que pareciam pintadas com lápis de olho. Tatuagens rendilhadas, como teia de aranha, cobriam as feridas das mãos e imprimiam listras nas rachaduras dos lábios”.

(Um País distante - Daniel Mason, p. 36, Companhia das Letras, 2008).

INTRODUÇÃO

1 - Os passos que antecederam a pesquisa

Nas observações relatadas a seguir são apontados o interesse, a aproximação e desafios em entender a temática migratória, a partir da experiência em se deslocar pelas cidades de destino e origem, na elaboração de um objeto teórico para análise.

A travessia inicia-se em 2005, na cidade de Jaú (296 km / SP). A história e geografia da cidade inserem-se na dinâmica das migrações internas, em específico de nordestinos para o corte de cana. Em quase toda lembrança e mesmo na atualidade, sempre foi possível observar, de qualquer ponto do município, o mar de cana que a circunda e limita as perspectivas para algum horizonte. Na particularidade desta imagem, sempre instigou saber quem eram os “baianos”¹ cortadores. Designação que desqualificava no cotidiano da cidade, os costumes culturais trazidos pelos trabalhadores rurais migrantes. Compreender as particularidades destes sujeitos históricos foi alternativa de fuga à imposição do horizonte homogeneizado.

Nestas imagens era recorrente a paisagem do sol forte das manhãs de sábado. Trabalhadoras com roupas pesadas, calças e camisetas desbotadas e enegrecidas, contrastavam com blusas, saias e lenços de tons claros que destacavam seus corpos nos eitos de terra rocha, em longas planícies mescladas pela fuligem e terra. Cortavam e alinhavam as canas. A atmosfera era vibrante nas cores. Era o início da jornada em decompor aquela aparente harmonia.

Assim, no curso de graduação em Ciências Sociais realizado na UNICAMP², entre os anos de 2003 a 2007, as curiosidades em aprofundar o entendimento das contradições desta realidade orientaram na escolha das disciplinas. Como foi o caso da Sociologia Rural, ministrada pelo Professor Doutor Fernando Lourenço, no segundo semestre de 2005, quem ajudou a entender a histórica e complexa dinâmica na importância da agricultura paulista para vários momentos do capitalismo mundial.

¹ Na realidade estes trabalhadores rurais tinham origem no agreste pernambucano, majoritariamente da cidade de Cupira (10 km /Recife- PE).

² Universidade Estadual de Campinas.

A dialética inicial posta era do estar próximo ao distrito de Potunduva (25km –Jaú/SP, 9733 habitantes; IBGE-2000), local de destino dos trabalhadores rurais, e ao mesmo tempo distante da realidade cotidiana deles. Essa inquietação inicial motivou a levar em frente o desafio em redigir um projeto de iniciação científica, o qual não obteve acolhida. Mesmo diante deste primeiro percalço, se iniciou em caráter experimental essa jornada de pesquisa em Potunduva/SP. Corroboravam com estas inquietações a crescente preocupação com as condições de saúde dos trabalhadores, posto que naquele ano foram registradas 10 mortes, supostamente por excesso de trabalho. Os textos³ da professora Doutora Maria Aparecida de Moraes Silva e atuação da Pastoral do Migrante (Guariba/SP) denunciavam a situação nos principais meios de comunicação⁴. Fatos que revigoraram a pesquisa em Potunduva.

A disciplina de Antropologia Etnográfica, ministrada também no segundo semestre de 2005, pelo professor Doutor Ronaldo Almeida, auxiliou na perspectiva inicial da coleta de dados históricos do distrito. Material que remetiam a fundação do povoado de Potunduva, ao século XVIII, com relatos de diário de bordo dos monçoeiros e apontava para aquele espaço como histórico entreposto, anunciando seu caráter histórico de passagem transitória.

Segundo o historiador Sergio Buarque de HOLANDA (1988) foi o Tenente-Coronel Cândido Xavier, no governo do Morgado de Mateus (1765), quem planejou e fundou: “*A primeira povoação em Potunduva*” (1988:44). Já em expedição posterior, o comandante Theotônio Juazarte destacou em diário de navegação, de 20/04/1769, que em função daquele trecho do rio Tietê ser um grande estirão de água mansa, “*onde a vista se faz escura*” (JUAZARTE, 2000:52), propiciava um rancho de descanso e abastecimento das moções que seguiam rumo às minas de ouro, para Cuiabá/GO e Mato Grosso.

Por volta de 1816, com o declínio da importância econômica das monções, Potunduva foi abandonada e seus moradores regressaram para Porto Feliz (PAHIM, 1937:24). Contudo, um marco permaneceu no local: “*A Santa Cruz de Manuel Portes*”

³ Os textos referidos são: SILVA, M. A. M. “*A face oculta do trabalho: migrantes nas usinas canavieiras de São Paulo*”. Revista Latinoamericana de Estudios Del Trabajo Relet, Uruguai, v. 17, n. ano 10, p. 31-54, 2005; e SILVA, M. A. M.. “*Trabalho e morte dos Severinos nos canaviais paulistas*”. In: Sydow, Evanize; Mendonça, Maria Luisa. (Org.). Direitos Humanos no Brasil 2006. 1 ed. São Paulo: rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2006, v. 1, p. 53-61.

⁴ “Ribeirão Preto tem 10ª morte de bóia-fria”, Folha de S. Paulo, Folha Dinheiro, 04.10.2005: pág. 3 e “Usinas paulistas são processadas por irregularidade no trato de bóias-frias”, Folha de S. Paulo, Folha Dinheiro, 28.05.2005: pág. 3.

(TEIXEIRA, 1900:05). Ela indicava o local exato onde possivelmente ocorrera o prodígio de Frei Galvão e indiretamente preservou a memória do primeiro povoamento. Somente em 1835, nova expedição organizada por Francisco Xavier, um então foragido da justiça, exterminou a população indígena dos kaiganges daquela região e repovoou Potunduva (PAHIM, 1937:25). O que se seguiu, na metade final do século XIX e início do século XX, foi o multifacetado processo de apropriação jurídico político das terras. Inicialmente, houve a expansão da produção de cana, mas logo suplantada pelo o desenvolvimento da cafeicultura, que deslocou escravos e imigrantes italianos e espanhóis, para trabalharem nas fazendas de Jaú e Potunduva/SP (OLIVEIRA, 1999: 3 a 31). Na década de 1940 muitos perderam as terras e ocorreu a gradativa substituição do café pela cana. A partir de 1970, a grande onda verde da cana liquidou quase por completo as diferentes espécies de agricultura.

Paralelamente as coletas dos dados históricos, no início de 2006, greves marcaram o princípio da safra⁵. O clima de tensão com piquetes no escritório da usina e manifestações convocadas na frente da casa dos usineiros lembrava a tensão do histórico motim de Guariba, em 1984⁶. Nesta ocasião, influenciado pela perspectiva da etnografia de VAN VELSEN (1987) na análise situacional que captasse os rituais momentâneos de poder nas sociedades contemporâneas, acompanhamos a realização da Assembléia com os trabalhadores assalariados, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaú. A expectativa era alta, pois os jornais criavam a ilusão de que realmente os trabalhadores estavam mobilizados e pouco amistosos a negociar. Queriam resolver o impasse dos salários atrasados.

Na prática aprendeu-se o quanto discrepante era aquela representação social e a real situação dos trabalhadores. Num ato político legítimo de uma categoria, se dimensionou a complexidade das questões na organização dos trabalhadores. Em breves linhas, o medo recorrente interpretado como timidez pelos dirigentes sindicais, a tentativa de encaminhamento da polêmica proposta pelo fim do trabalho por produtividade, a leitura informativa da Norma Regulamentadora - 31⁷, a qual

⁵ “Atalla atrasa pagamentos e lavradores param de novo” e “Sindicatos acusam Grupo Atalla de atrasar pagamento e demitir” Comércio do Jahu, 14.06.2005: pág. 4.

⁶ Mais informações da Greve de Guariba Ver: “Os limites da exploração” In: STOLCKE, V. “Cafeicultura Homens, Mulheres e Capital 1850- 1980” São Paulo: Editora Brasiliense,1986.

⁷ Norma Regulamentadora - 31, publicada no Diário Oficial da União, em 04.03.05, tem objetivo estabelecer condições mínimas de saúde, segurança e higiene no ambiente de trabalho rural. Ela complementa a NR -24 de 06/07/78, alterada em 21/09/93, a qual trata das condições sanitárias dos alojamentos e refeitórios para trabalhadores de forma geral. Até a publicação dela, a Pastoral do Migrante já havia contabilizado a morte por exaustão de 3 trabalhadores na safra de 2004 e 1 trabalhador na safra

estabelece a necessidade do uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual) e a diferenciação entre a remuneração dos trabalhadores migrantes e os locais, permitiram enxergar a profundidade das demandas e a dificuldade em encaminhar consensos mínimos dentro da própria categoria.

Quanto à greve, essa havia sido revelada no momento anterior a assembléia, de que fora uma disputa entre entidades representativas com objetivos distintos. Uma reivindicava condições mínimas de sobrevivência. A outra entidade que viera de fora e impulsionava os trabalhadores a lutarem por demandas também justas. Contudo, na forma como conduzida, levaria a demissão dos próprios trabalhadores. Assim, atendiam-se os interesses de uma das usinas locais que passaria a ser fornecedora do grupo COSAN⁸.

Simultaneamente, iniciávamos a travessia pelas regiões periurbanas ou franjas rurais de Campinas, possibilitada pela bolsa de iniciação científica do PIBIC⁹. A orientação do trabalho foi do professor Doutor Nilson Modesto Arraes, vinculado a Faculdade de Engenharia Agrícola/UNICAMP. A inflexão que orientou a pesquisa era a preocupação com as dificuldades dos pequenos e médios agricultores familiares, frente à inexorável especulação imobiliária e baixos preços das leguminosas. O mapeamento das regiões rurais sinalizava para a transformação rápida em condomínios fechados, favelas e cortiços. Isso forçava as famílias de agricultores, algumas com tradições centenárias, a progressiva inserção pelos demais membros da

de 2005. Quando contabilizada a nona morte de trabalhador, em outubro de 2005, aquela entidade acionou a Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESC-Brasil). Esta seção da ONU realizou uma missão de quatro dias na região de Ribeirão Preto, quando foi informada da décima morte. Ao final foi realizada audiência pública na Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto, com a presença do setor usineiro, sindicatos, Pastoral do Migrante, professores universitário, estudantes e trabalhadores, onde foi pontuado recomendações aos diversos órgãos competentes para sanar a violação dos direitos humanos. Até julho de 2010 foram contabilizadas mais 13 mortes por excesso de trabalho. Dados do Relatório Fundacentro: *“Reuniões entre FUNDACENTRO e Representações Sindicais dos trabalhadores no Setor Sucroalcooleiro”*, São Paulo Fevereiro de 2007, estimaram em 450 trabalhadores mortos no ano de 2005. Mais recentemente, em 2010, pesquisadores e lideranças sindicais aventam a hipótese de que o uso excessivo de maturadores tenham envenenado os trabalhadores. Tais produtos químicos induzem o desenvolvimento homogêneo, a translocação e armazenamento de açúcares. Dentre eles estão: Ethepon, Polaris, Paraquat, Diquat, Glifosato e Moddus.

⁸ O Grupo COSAN possui 21 Usinas pelo Estado De São Paulo, foi o maior produtor mundial de álcool e açúcar, em 2009. A partir de 1999, com abertura do capital na Bovespa, o grupo torna-se uma *“joint venture”* entre o grupo inglês Tate & Lyle, chinês Kuok e em 2008, adquiriu a representação da Esso Brasileira de Petróleo S.A.

⁹ De agosto de 2006 a julho de 2007, participei da pesquisa de iniciação científica (PIBIC/CNPq) intitulada: *“Pluriatividade de agricultores em áreas periurbanas: estudo de caso no distrito de Barão Geraldo, Campina/ SP”*, vinculada ao projeto temático: *“Gestão municipal de áreas de transição cidade-campo: subsídio às políticas públicas inovadoras no município de Campinas”*, coordenado pelo Prof. Dr. Nilson Antonio Modesto Arraes, da Faculdade de Engenharia Agrícola/Universidade Estadual de Campinas.

família, as atividades não-agrícolas. Em específico chamava atenção o fato das mulheres acumularem jornadas de trabalhos nos serviços domésticos, com atividades na agricultura. A principal conclusão do trabalho foi notar a tendência das rendas agrícolas serem superiores as rendas não agrícolas¹⁰. Na dimensão qualitativa perpassa todas as falas dos antigos agricultores, a representação do espaço social que não se definia, no trânsito intenso de pessoas. Quando indagados sobre as percepções na mudança da localidade, as discrepâncias na importância da agricultura eram proporcionais a posição e interesse, na dialética entre o afeto pela terra e a especulação desmedida.

“Aqui é mais ou menos rural. Por que tem condomínio e casas de aluguel. A parte rural já está se perdendo as pessoas estão deixando de plantar. As pessoas não estão mais investindo na terra. Nas casas de aluguel moram pessoas mais simples que trabalham na cidade ou em trabalhos pouco remunerados na agricultura. Tem lugar que eles moram em antigos galinheiros” (Carlos, 36 anos morador na Colônia Tozan. Entrevistado em 11/04/2007)

“Embora seja uma área rural, ela está numa fase de mutação, está passando a ser uma área urbana. Ela vai virar uma área urbana brevemente, não só porque é destino, mas um problema de interesse econômico. Por que a área rural aqui não tem mais sentido. Por causa da proximidade que nós estamos da cidade de Campinas”. (Nelson, 65 anos, administrador de uma Fazenda com mais de 200 anos de existência. Entrevistado em 12/04/2007).

Ao findar a travessia pelo continuum rural e urbano campineiro a imagem inicial do trabalhador rural novamente se fez presente. A senzala de uma bicentenária fazenda de Barão Geraldo fora transformada em senzala de aluguel para migrantes cearenses, que trabalhavam como caseiros e empregadas domésticas, nos condomínios fechados, ou “bunker” de alto padrão.

¹⁰ ARRAES, N. M. ; ARONI, Rafael . Famílias pluriativas no rural metropolitano campineiro: uma situação em transição. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais As Desigualdades Sócio-Demográficas e os Direitos Humanos no Brasil, 2008, Caxambu. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais As Desigualdades Sócio-Demográficas e os Direitos Humanos no Brasil, 2008.

2 - Novas Trilhas. A elaboração do projeto de pesquisa. Travessia de Famílias...

No segundo semestre de 2007, surgiu à oportunidade singular em conhecer o multifacetado espaço nordestino no interior paulista. Pode-se acompanhar a professora doutora Marilda Aparecida de Menezes (UFCG¹¹) e seu aluno de doutorado Marcelo Saturnino na experiência em ser “*peão de trecho*”¹² e percorrer durante cinco dias, seis cidades canavieiras: Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Arthur Nogueira, Rio das Pedras, Guariba e finalmente Novo Horizonte. O ritmo dinâmico na pesquisa empírica, ditado pela professora, foi percorrer, conversar e conhecer o máximo de situações possíveis. Identificar entre os trabalhadores, as lideranças dispostas a conversar, e lideranças de entidades, empresas ou instituições públicas que conheçam de longa data essa realidade social do trabalho no corte de cana.

Fundamentalmente, esta etapa foi de mapeamento de novos horizontes das trilhas dos migrantes paraibanos, ocultados nas periferias das cidades canavieiras.

A seguir remontaremos as peças que apontaram para imagem da presença de famílias e desdobraram-se no projeto de pesquisa do mestrado. Seremos breve nesta revisita em reafirmar os interesses primordiais que mobilizaram a entrada nesta travessia. Destaca-se dessa experiência, a importância metodológica na prática da observação empírica das condições de trabalho no processo produtivo imbricadas ao processo de reprodução da força de trabalho, ao identificar a rede de migrantes paraibanos nos territórios de destino dentro das cidades percorridas.

Quando da pesquisa em Novo Horizonte, relatamos o primeiro encontro com as famílias. Na casa simples, cercada de chão de terra batida, encontramos a primeira família da pesquisa no espaço do viver temporário. De imediato, assustada com a possibilidade de que fossemos alguma fiscalização, a mulher logo se escondeu. Apenas seu vulto reluziu por alguns instantes pela cortina do quarto. Esta ao balançar, tornava visível nas sobras refletidas da recomposição dela, a presença de uma criança embalada no colo, nos contrastes de tons avermelhados dos tijolos expostos da parede. A casa tinha dois cômodos, banheiro e uma pequena cozinha

¹¹ Universidade Federal de Campina Grande/PB.

¹² Peão de Trecho, termo para designar o trabalhador que migra entre várias cidades de destino, antes ou durante a safra, diante da incerteza ou impossibilidade da vaga no corte de cana, ou pela demissão, por não atingir meta, por participar de greves ou por não conseguir recursos para financiar a passagem de volta.

nos fundos. Estavam alojados nove trabalhadores, um deles com a esposa e a filha pequena. Todos eram de Princesa Isabel, na Paraíba. Naquele dia, a presença dos homens no alojamento, se justificou pela manutenção de equipamentos da usina. Todos eles conversavam pelo quintal. Ao sairmos da casa, a mulher retornou para a cozinha, onde preparava o jantar dos trabalhadores. Essa distribuição dos gêneros pela casa sinalizava para relações de poder reorganizadas.

Nesta nova interação, M. (43 anos) relatou que diante da safra de milho frustrada, em 2006, migrou para trabalhar pela quinta vez para o corte de cana. Aquela era a segunda vez que trazia a família. A mulher se incumbia do preparo da comida dos trabalhadores alojados e recebia R\$ 1,00 por refeição. Os ganhos contribuía para o sustento da filha de seis anos. Nesse caso, com exceção do domingo, ela começava a cozinhar na madrugada, às três e meia e depois, à tarde, às quatro horas. Ele alegou que era melhor que todos estivessem juntos, mesmo não tendo o convívio satisfatório para família.



Foto 1 – Primeiro alojamento com família, trabalhadores de Princesa Isabel/PB, 20.10.07. Foto: Rafael Aroni.

Quanto aos projetos, eles relatavam o sonho em comprar uma casa ou pedaço de chão (terreno). Inusitadamente, um dos trabalhadores relatou que o sonho era comprar uma mulher. Criticamos tal postura junto ao trabalhador, de que mulher não se compra. O trabalhador justificou que o sentido de comprar era sustentá-la. Contrariando essa perspectiva, apontamos que em São Paulo e em outras regiões do país, algumas mulheres eram quem sustentavam a família e os homens. A resposta foi indicativa para os elementos da dominação masculina que permaneciam naquele espaço de sociabilidade transitória: *“Acha, rapaz, lá na minha terra mulher manter um homem é mal visto.”* Nesse contexto, não foi possível entrevistar a esposa do trabalhador. Mostravam-se aqui desafios na entrada nos espaços de convívios dos trabalhadores e membros familiares.

Já no retorno encontrou-se uma pequena vila. Algumas mulheres pelo terreiro, espécie de pátio comum. Iniciou-se a interação com Maria que estava sentada na ponta do banco improvisado em um caibro apoiado em tijolos. Descansava do trabalho da capina dos canaviais. Atividade realizada principalmente no período do plantio, na entressafra. Relatou que a atividade não era remunerada por produtividade, mas na diária. Por quinzena, conseguia rendimentos de R\$256,00 arrancando braquiária (*Brachiaria*). O marido era cortador e estava na casa dos colegas. Há 13 anos, ele migrava para o corte. Para viabilizarem o deslocamento da esposa e duas filhas, venderam todos os todos os eletrodomésticos, conhecidos como *“troços”*. Confessou que o marido estava cansado, já não conseguiam ter a mesma produção. A exigência dos fornecedores era de 400 metros de cana colhida por dia! Contudo, naquele momento, com a mecanização, só sobravam as canas ruins, os *“pés de rolo”*, que garantiam a produtividade no máximo de 200 metros diários. O equivalente em salário era muito baixo, somente R\$250,00 por quinzena. Conseguiram construir uma pequena casa, ao herdarem alguns terrenos do pai dela. Entretanto, faltava o construir o banheiro. Esta carência sanitária era uma das motivações para migrarem. Com esses poucos rendimentos tentavam sustentar duas filhas. O custo do aluguel era alto para abrigar apenas o núcleo familiar. Desabafou que *“às vezes o almoço e janta era pão com mortadela”*. Segundo ela, o plano era ficarem três anos seguidos residindo em Novo Horizonte para poderem economizar recursos para o retorno, para o distrito de Belém, município de Tavares – PB. Assim, a

ideia do período alongado de permanência, também era estratégia das famílias paraibanas.

Essas duas últimas interações com as famílias inquietavam em saber como era possível criar filhos ou filhas e mesmo estabelecer um mínimo de segurança no convívio e acolhida para as famílias. Em termos metodológicos apontavam que as primeiras interações com o grupo familiar, quando na acolhida dos relatos femininos, a estratégia era encontrar momentos cotidianos em que os homens estivessem ausentes nos alojamentos.

No último dia, levantamos dados primários nas instituições da cidade de Novo Horizonte/SP. Conseguimos junto ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais estimativas do número de canavieiros.

O presidente Fioravante reconheceu que o Sindicato não tinha capacidade de fiscalizar as moradias. Alegou que não era possível saber onde estão alojados os trabalhadores e se estão com familiares. *“Pessoal vem do norte e nós não sabemos onde é que eles estão alojados. Fica difícil para o sindicato realizar fiscalizações sem saber onde os trabalhadores estão.”* (Fioravante, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Entrevistado em 22.09.2007). Posteriormente, na etapa da pesquisa de campo em 2009, o presidente comemorava a inclusão, no acordo coletivo, da cláusula que obrigava a Secretaria de Vigilância Sanitária fiscalizar os alojamentos e emitir a autorização de *“habite-se”*.

“Desta forma se o trabalhador se sentir prejudicado por qualquer razão. Ele pode vir ao posto de saúde que a autoridade faça fiscalização ao alojamento. Essa cláusula já está vigente. Faz parte da negociações passadas e além de tudo faz parte das exigências da NR-31.” (Fioravante, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Entrevistado em 09.05.09)

Quadro 1 – Estimativa Trabalhadores do corte de cana, Novo Horizonte/SP, safra 2007/2008.

Contratantes Novo Horizonte	Números de Trabalhadores Rurais*
Usina Santa Isabel/ Santa Luiza Agropecuária	1100
Usina São José da Estiva	500
Empresa Ajuste	400
Empresa RJ	150
Total	2150

*Estimativas para Safra 2007/2008, com base em acordos coletivos.

3 - Um pesquisador paulista no Sertão Paraibano.

No período entre 29 de novembro e 2 de dezembro de 2007, tivemos a oportunidade de conhecer as cidades de Tavares, Juru e o povoado de Belém, no Sertão paraibano. Nesta etapa de pesquisa exploratória de campo, destacam-se os seguintes dados dos diários de campo, que problematizam a situação de famílias que haviam retornado da experiência temporária no corte de cana.

Dois irmãos, Marcos e Marcondes, trouxeram suas esposas (Vilma e Rosimere) e filhas para a safra 2007. No caso de Rosimere, a filha mais velha (5 anos) por ser mais apegada a avó, não viajou. Os casais moram em sítios separados com os pais dos maridos e com os pais de Vilma, nas comunidades rurais de Queimados e Olho d'água Seco – sertão paraibano. Todos ficaram alojados junto com oito trabalhadores de “*famílias próximas e longe*”. As mulheres faziam os trabalhos domésticos (lavar roupa e cozinhar) sem remuneração para todos os homens. Esses alegavam que elas não pagavam aluguel ou alimentação. Contudo, o fato de Vilma ter conseguido emprego num frigorífico desencadeou reação conflitante com os homens. Eles reclamaram que Rosimere ficou sobrecarregada. A questão de gênero foi explicitada quando Vilma passou a remunerar a cunhada para cuidar de sua filha. Nesse momento os demais trabalhadores solteiros deixaram o alojamento, alugando outra casa.

Assim, cabe destacar que dessa “*dérmache*” exploratória a entrada neste cenário, utilizando da metodologia da coleta de relatos orais e etnografia com observação empírica, permitiram problematizar as contradições entre a memória do modo de vida camponês, em alguns casos, com atual modo de vida, os costumes, hábitos e rotinas no cotidiano do assalariamento, evidenciando os rearranjos, nas formas de apropriação do espaço social nos territórios migratórios de destino. Essa etapa foi fundamental para se mapear os itinerários dos trabalhadores paraibanos e os intermediários nestas rotas, em princípio identificados nos espaços privados. Este fato nos levou a problematizar o papel da família na rede migratória, seu papel e possíveis rearranjos, algo que se consubstanciou na presente pesquisa.



Foto 2 – Rosimeire em frente à casa construída com dinheiro do corte na cana, no sítio Olho d'Água Seco, Tavares/PB 02.12.07, Foto: Rafael Aroni.

“À medida que os estoques de feijão e mandioca diminuía, eles começaram a caçar, a pôr armadilhas para pegar jabutis e tatus. Carregaram as espingardas com cascalho e levantavam ao amanhecer para matar as corruíras que apareciam para apanhar insetos na casca das árvores. Nas feiras, pechinchavam furiosamente. A fome está voltando, diziam. Isabel escutava, desconfiada. O governo não tinha prometido que isso não aconteceria mais?”

... A mãe de Isabel começou a chorar, sem avisos ou provocação. Estavam à espera de que Isaías mandasse mais dinheiro. Quando não chegou mais nada, começaram a misturar terra ao feijão. Era a primeira vez que Isabel via a terra ser usada como comida e a mãe teve que ensiná-la a reconhecer qual o tipo certo. Descobriu que a terra satisfazia uma fome desconhecida, e logo começou a ansiar por ela.”(Um País distante - Daniel Mason: 54 e 55, Companhia das Letras, 2008.)

“O que significa ser paraibana e ter viajado de um lugar tão distante para acompanhar o seu marido no corte de cana?”

Rita (ex-cortadora de cana, 40 anos, residente há nove anos em Novo Horizonte/SP) - Era meu sonho. Eu desejava muito sair de lá para ter uma vida melhor. [Silêncio] Ainda hoje, tem hora que eu falo assim: “Qualquer dia desses, eu coloco meus dois filhos debaixo da asa e vou sumir pelo mundo. Aí meu marido pergunta para onde eu vou. Eu respondo que sou como um passarinho que sai andando para bem longe. [Gesticula com as mãos o mais distante possível no firmamento]. Eu tenho vontade, sabe, de ser igual a um passarinho. Mas o mundo está chegando cada vez mais perto, que eu acho que não consigo mais não.” (Entrevistada em 07/05/2009).

O que você pensa do trabalho no corte de cana e situação das mulheres que acompanham os maridos?

Maria (faxineira do alojamento da Usina, vive temporariamente há cinco anos em Mendonça/SP) – Sinceramente é um trabalho muito pesado. Tem que sair faça chuva, frio ou sol. Enfim, também é muito complicado por que lá na Paraíba não tem serviço que pague assim. Então fica nesta situação que não dá para viver e morar lá, e aqui também não é viver bem. Aí não tem como morar lá e nem viver bem aqui”(Entrevistada 20/04/2009).

Capítulo 1 – Das cidades canavieiras paulistas invisíveis

Na seção anterior, foram apresentados os percursos na introdução à temática da migração interna, de trabalhadores nordestinos do corte de cana, para o interior de paulista. Apresentou-se as experiências antecedentes da pesquisa, como a aproximação no cenário do distrito de Potunduva (25km/Jaú, 9733 habitantes; IBGE-2000), conhecido por abrigar migrantes pernambucados de Cupira (10km /Recife-PE). Bem como as observações preliminares pelo circuito migratório de seis cidades canavieiras paulistas, das quais se destacou Novo Horizonte, por possibilitar o primeiro encontro com famílias. O acesso a esta rede migratória permitiu também conhecer algumas cidades do Sertão Paraibano. Ambos os percursos investigativos foram essenciais na delimitação do objeto de estudo, nos impactos do processo migratório para o corte de cana para reorganização das famílias.

Nesta seção propomos a caracterização dos contextos históricos, sociais e econômicos dos dois municípios paulista de destino, a saber: Novo Horizonte e Mendonça. Priorizou-se responder quais são as histórias dessas cidades? Em quais dinâmicas sociais e econômicas estavam inseridas quando surgiram? Utilizaram-se referenciais como MONBEIG (1998), MILLIET (1982) e MÜLLER (1951), os quais ajudaram a lançar hipótese para o povoamento dos municípios em questão, no Estado de São Paulo. Assim, buscou-se a orientação teórica de ELIAS (2006) nas “*interdependências*” criadas nas “*figurações sociais*” em processos sociais de longa duração, entre sujeitos e famílias colocados em movimento na ocupação na marcha pioneira do café para oeste paulista, em princípios do século XX e desdobramentos nas figurações que enfeixaram novas relações de poder, na migração de famílias nordestinas, agora em áreas de expansão canavieira, na primeira década do século XXI.

Para seção seguinte apresentam-se os resultados na tabulação dos dados coletados em 31 questionários biográficos em profundidade, realizados em abril e maio de 2009, os quais apontaram majoritariamente rearranjos em famílias nucleares (20 casos no total das duas cidades). Priorizou-se a descrição quantitativa para compor o perfil dos membros familiares, pelas variáveis de idade, escolaridade e inserção laboral, para caracterizar o perfil das famílias pesquisadas para os 31 casos (20 em Novo Horizonte e 11 em Mendonça/SP).

1.1 – Caracterização histórica, econômica e social dos municípios de destino

Como foi apresentado na introdução, na realização da pesquisa preliminar, em setembro de 2007, identificou-se que o município de Novo Horizonte/SP sustenta o itinerário migratório de paraibanos. Com a realização da pesquisa de campo optou-se em estender o universo investigativo para o município de Mendonça. Desta sorte, a seguir iniciaremos breve apresentação de como historicamente a migração e imigração estiveram inseridas na configuração social destes municípios de destino, na virada do século XIX para o XX.

Situado a Noroeste do Estado de São Paulo, Novo Horizonte está distante 135 quilômetros de Araraquara e 104 quilômetros de São José do Rio Preto. Pertence à Região Administrativa do último município. Os limites ao Norte são os municípios de Sales, Irapuã, Urupês, Marapoama, ao Sul com Borborema, já a Leste com Itajobi e a Oeste com o rio Tietê na sub-bacia Tietê/Batalha¹³. Área total do município é de 933km², corresponde a 0,38% do território do Estado de São Paulo.

A história oficial relata que o povoado de Novo Horizonte foi fundado em 1895, quando da partilha e doação de terras por fazendeiros e da construção da primeira capela, prometida a São José.

“O fundador de Novo Horizonte, Joaquim Ricardo da Silva, em sete de setembro de 1895, cumprindo promessa, ergueu uma capela em louvor a São José, na margem do córrego da Estiva, afluente do Ribeirão das três Pontes. Antônio Cardoso de Moraes, colaborando com o empreendimento, doou 20 alqueires de terras, seguido pelos moradores, José dos Passos, Joaquim Vaz Floriano, Joaquim Pontes da Silva, Antônio Sabino Pereira e Maria Pinto que, em conjunto, doaram mais 10 alqueires para constituírem o patrimônio de São José da Trindade, alterado para São José da Estiva, em 1896, em virtude de estar localizado na fazenda Estiva. No ano seguinte (1897), José dos Santos Fonseca instalou-se na fazenda Rio Morto, entre os Ribeirões Turvo e Três Pontes e sugeriu o nome de Novo Horizonte para a povoação, por ver semelhanças com Belo Horizonte. O sítio escolhido para implantação do núcleo reunia abundância de água, maior distância do Ribeirão das Três Pontes (tido como maleitoso) e terras férteis. ”(disponíveis no site da Biblioteca do IBGE: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo/novohorizonte.pdf>, consultado em 10/05/10).

¹³ A bacia do Rio Tietê pertence à unidade hidrográfica da Bacia do Rio Paraná, e subdivide-se em seis sub-bacias: Alto Tietê, onde está inserida a Região Metropolitana de São Paulo; Piracicaba; Sorocaba/Médio Tietê; Tietê/Jacaré; Tietê/Batalha e Baixo Tietê.

Neste contexto, pode-se interpretar apoiado pelo trabalho do geógrafo MONBEIG (1998) que o surgimento do povoado São José da Trindade, posteriormente, São José da Estiva, estava inserido na “*marcha pioneira do café*” e, posteriormente, transformada em “*franja pioneira*”¹⁴, dentro da dinâmica do avanço na ocupação do Oeste Paulista. Portanto, o território do município de Novo Horizonte inseriu-se na “*Zona Pioneira*” de ocupação dos Planaltos Ocidentais de São Paulo e Paraná, por populações brancas ocidentais, no último quartel do século XIX (1870).

“Na última década do século XIX, tinham sido criados pelo governo de Estado quarenta e um novos municípios, a imensa maioria deles nas regiões de povoamento recente. Em compensação, entre 1900 e 1910, nenhuma criação nova a registrar.”(MONBEIG, 1998: 113 grifos nossos).

O destaque do trecho acima interessa para problematizar o surgimento do povoado de São José da Estiva, a partir de interpretações sobre a história oficial. Aventa-se a hipótese de que a fragmentação e/ou doação de terras poderiam estar inseridas no processo de especulação, justificada pela possibilidade de decadência da economia cafeeira. Neste período de 1898, registra-se a primeira crise na cafeicultura, quando frente ao ponto de inflexão na instabilidade externa, se evidenciou a concentração do comércio exportador e o poderio das casas estrangeiras de crédito. (MONBEIG, 108, p.108) Neste momento, que marca o fim do Império e início da República Federativa Brasileira, desenvolve-se a política do encilhamento a qual previa forte injeção de recursos na economia nacional como aporte para capitalizar as atividades da monocultura exportadora.

Dentro do objetivo estipulado, não foi possível identificar se as famílias pioneiras na ocupação do povoado eram imigrantes estrangeiras (italianos/espanhóis), imigrantes alocadas de outras franjas pioneiras, ou migrantes mineiros. Uma vez que esse último movimento iniciou-se em 1850, com deslocamento interno para o Norte do Estado de São Paulo, em decorrência da decadência na extração aurífera. Contudo, quando da pesquisa no escritório do IBGE local, constatou-se que permeia o imaginário coletivo da cidade a representação de que foram imigrantes italianos os fundadores da cidade. Faz-se necessário pontuar que escapa ao objetivo deste trabalho elucidar tais hipóteses. Destaca-se a ausência de

¹⁴ Franja pioneira: “*A franja pioneira é o ponto de encontro dos apetites e ambições tanto de nacionais como de estrangeiros. O que a expõe a ser duramente atingida pelas crises, mas ao mesmo tempo lhe permite recuperar muito depressa sua vitalidade*” (MONBEIG, 1998:119). O autor apresenta três momentos correspondentes a distintas áreas de fronteira da expansão do café pelas franjas pioneiras: 1900 a 1905, durante a crise de 1929 e posterior, apontando para tendência em fragmentação das propriedades.

dados relativos à população do povoado para última década do século XIX. Contudo, a passagem a seguir reforça indiretamente que era pequeno o número de imigrantes enviados para estes Sertões do Oeste, para se inserir no sistema do colonato.

“Em um total de 123.069 imigrantes distribuídos pelas fazendas de São Paulo entre 1898 e 1902... os municípios situados além da margem esquerda do Tietê atraíam um grupo de 10.500 colonos.” (MONBEIG, 1998:172)

Ainda em complementaridade as informações do povoamento, para o ano de 1904, salientam-se a presença de populações indígenas¹⁵ Kaygangs, cuja existência entrava em conflito com o processo da arquitetura civilizacional da marcha para Oeste, na formação de povoados de subsistência, agricultura do café e estradas de ferro.

Dentro desta apresentação cronológica, o povoado de São José da Estiva recebe, em 1906, a denominação de Distrito Novo Horizonte e somente foi elevado à categoria de município emancipado, pela Lei Estadual n.º 1.530, de 28 de dezembro de 1916, no desmembrado do município de Itápolis/SP. A constituição do Distrito Sede ocorreu no dia 28 de outubro de 1917. Esses dados corroboram com a ideia central para MONBEIG (1998:22) em seu clássico estudo, do caráter rápido na emergência da mentalidade regional e formação das cidades, *“algo que levou séculos na Europa e ocorreu em menos tempo em São Paulo.”* Salienta-se que em apenas 22 anos, o povoado conquista a emancipação político-administrativa e se insere na dinâmica inter-regional, com São José do Rio Preto. Município este que, em 1912, recebe o trecho da Estrada de Ferro Araraquarense e torna-se, no primeiro quartel do século XX, pólo comercial na troca dos produtos agrícolas locais com as mercadorias vindas da Capital do Estado. Nesta nova etapa, essa região é alçada ainda de forma tímida à dinâmica da *primeira franja pioneira de 1900 a 1905*, responsável pela superprodução cafeeira, principalmente nas novas áreas como São Carlos – Araraquara, além da unidade regional de Jaú - Brotas e Botucatu - São Manuel até Lençóis Paulista (MONBEIG, 1998: 171). Momento de pujança e reativação do ciclo econômico cafeeiro atrelado à economia exportadora.

¹⁵ Anterior ao grupo étnico indígena Kayngang, a revisão na literatura aponta para a presença da Nação Kayapó Meridional, exterminados no século XVIII: *“Embora existam evidências contraditórias sobre a organização deste grupo, sabemos que era uma nação de guerreiros temidos pelos portugueses e pelos Tupi, e que recusou a subordinar-se aos invasores, preferindo recuar mais e mais para o interior. Depois de quase dois séculos de movimentos em busca de autonomia, cercados pela extensão da economia aurífera no século XVIII, reagiram com violência, o que provocou uma repressão brutal que literalmente, extinguiu essa nação como grupo étnico diferenciado.” (MONTEIRO, 1984:25, grifos nossos.)*

“... é mais longe ainda que convém procurar os grandes centros produtores de café, responsáveis pela superprodução de 1900-1905. Eles encontravam-se nos municípios cujos territórios estendem-se pelas escarpas formadas por arenito e diabásios, alargando-se sobre o reverso da cuesta, ou correspondendo a grandes extensões de terra roxa no planalto ocidental paulista” (MONBEIG, 1998:170)

Sobre São José do Rio Preto, para o período de 1896 a 1905, as informações apontam para alto índice de produtividade, embora em pequenos cafezais recém formados:

“Nas fazendas dessas zonas novas, a produtividade ultrapassa sempre a das zonas velhas: quase por toda parte registram-se cifras superiores a 60 arrobas por 1.000 pés, com mais de 70 (arrobas) em Santa Rita do Passa Quatro em Ribeirão Preto, e o recorde de 98 arrobas no pequeno cafezal de São José do Rio Preto (25.208 arrobas).” (MONBEIG, 1998:171, grifos nossos)

Neste momento ocorre a segunda crise do café (1900-1905) a qual atinge tanto exportador quanto produtores. Não foi possível localizar dados da produção para as duas primeiras décadas do século XX, bem como aspectos demográficos, principalmente para o período da Primeira Guerra Mundial. Levantou-se a hipótese de que o povoado de Novo Horizonte, até a data de sua emancipação (1917), tenha se inserido na dinâmica da economia regional na produção de outros produtos de lavouras permanentes e temporários consorciados ao plantio do café. Isso porque, como já foi dito, em São José do Rio Preto encontrava-se o entroncamento ferroviário mais próximo. Outro fator que corrobora a ideia de plantio de outros gêneros foi à política de elevação dos preços, a qual previa a proibição de novos plantios com vistas a recuperar os valores dos preços internacionais.

Nesse sentido, na marcha de reconstrução histórica dos municípios estudados é importante apresentar os resultados do estudo realizado por MILLIET (1982) o qual relacionou o fenômeno da economia cafeeira com a demografia no surgimento do fenômeno das “*ciudades cogumelos*”, na década de 1940. Este termo criado pelo autor é fundamental para caracterizar a dinâmica no processo de surgimento dos espaços urbanos regionais dentro das zonas pioneiras.

“Cidades cogumelos – já se apelidaram esses aglomerados surgindo do dia para a noite na boca do sertão desbravado pelo cafezal. Onde, entretanto, as rodovias e ferrovias passaram, onde as circunstâncias geográficas se mostraram favoráveis, essas cidades criaram raízes e catalisaram fortemente o movimento imigratório” (MILLIET, 1982:33)

Dentro desta proposta, MILLIET (1982) fornece dados reveladores, para o então recém criado município de Novo Horizonte. A análise apontou que em menos 18

anos de sua emancipação político administrativa, a população aumentou em mais de 58%, enquanto a produção de café expande-se superando a marca anterior em 484 vezes!

Tabela 1 - Dinâmica demográfica e econômica de Novo Horizonte/SP, período de 1920 e 1935.

	Produção de café em arrobas			População		
	1886	1920	1935	1886	1920	1935
Novo Horizonte	-	947	458.712	-	13.813	33.070

Fonte: Dados desfragmentados da Tabulação realizada por MILLIET (1982:58), para Região da Ferrovia Araraquarense.

Com essa projeção da produção cafeeira, a “*franja pioneira*” de Novo Horizonte passa pela crise de 1929 em pleno dinamismo. Outros efeitos foram apresentados em estudo anterior, também realizado por MILLIET (1982), em 1939, no qual o objetivo foi explicar a crescente tendência de pequenas propriedades rurais, concomitante à existência de grandes latifúndios cafeeiros, além de fornecer dados sobre participação de imigrantes na população dos municípios paulistas para o recenseamento de 1934. Assim, a partir da leitura de três mapas do Estado de São Paulo, foi observado o aumento no índice de pequenas propriedades. Novo Horizonte apresentou, entre 1930-31 e 1935-36, o menor valor¹⁶ no aumento do número de pequenas propriedades para a região Araraquarense. (MILLIET, 1982: 79, 85 e 103).

Diante da força e pujança nesta franja pioneira, em 1939 é construída a Estação Terminal Ferroviário de Novo Horizonte, empreendimento realizado pela Cia. de Estrada de Ferro Dourado (Douradense).

“Em maio de 1894, foi entregue o ramal de Ribeirão Bonito pela Cia. Paulista, saindo da estação de São Carlos, no tronco, e com ponto terminal em Ribeirão Bonito, em bitola métrica. Em 1900, a Cia. E. F. do Dourado (Douradense) abriu uma linha que unia Ribeirão Bonito a Dourado, com bitola de 60 cm. Em 1910, o tronco da Douradense atingiu Ibitinga e sofreu modificações, aumentando-se a bitola para métrica e alterando a ligação Ribeirão Bonito-Trabiju, colocando a estação de Dourado como ponta de um curto ramal.” Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/n/novohorizonte.htm> Consultado em: 18/05/10.

¹⁶ O índice do aumento no número de pequenas propriedades foi formulado pelo autor numa Progressão Aritmética de razão 49, com o maior o menor valor correspondente a unidades territoriais com até 50% de pequenas propriedades e no máximo 100%.

No projeto inicial a linha deveria se prolongar até José Bonifácio. O trecho durou 27 anos, quando em 1966 foi desativado o trecho Ibitinga – Novo Horizonte. É possível inferir que ela não teve tanta importância para crescimento da cidade e nem acarretou a vinda de estrangeiros para cidade. Dados apresentados por MILLIET (1982: 104) sobre a participação estrangeira em Novo Horizonte apontam para o percentual de 5,1% a 10%, sobre o total da população recenseada em 1934. Portanto, reforça-se a hipótese de que tanto o povoamento de fundação quanto no crescimento populacional urbano, registrados em momentos distintos, resultaria no deslocamento de populações que estariam em franjas pioneiras.

Neste ponto da narrativa no processo de configuração destas cidades, é fundamental apresentar a cidade de Mendonça. Em 2009, ela foi inserida no universo da pesquisa a partir da análise na dinâmica migratória da família do encarregado das turmas¹⁷ da Usina Santa Isabel, uma vez que em 2006, ela foi alocada para esta cidade dentro do projeto de expansão de uma das Usinas de Novo Horizonte.

Inicialmente, a família do encarregado, de origem pernambucana e paraibana, ficou alojada em Borborema, entre 2000 a 2005. Com a mudança deles para Mendonça, esta família passou a ser uma agência de arregimentação/ permissão/controle para que outras famílias migrantes do Sertão da Paraíba e Pernambuco passassem pela experiência de viver temporariamente nesta cidade paulista, com possibilidades de mobilidade dos trabalhadores a novos postos dentro da estrutura produtiva da Usina. Não é possível deixar de notar similaridade com o fator de formação de Novo Horizonte, ou seja, a migração de núcleos familiares interregional e intermunicipal, para uma *franja* dinâmica em expansão das atividades agrícolas, e que anima o fenômeno urbano. Algo também presente na história de formação do município de Mendonça.

Esse município localiza-se também a Noroeste do Estado de São Paulo, entre Araraquara (183 km) e São José do Rio Preto (51 km). Pertence à região administrativa do último município. Os limites político administrativos são: ao Norte Nova Aliança, ao Sul com Adolfo, Sales, ao Leste Irapuã e Potirendaba e Oeste Ubarama e

¹⁷ Funcionário que ocupa a posição central em todo o processo, cabe a ele arregimentar os cortadores nos locais de origem, recolher as carteiras de trabalho para registro na usina, arranjar o transporte no deslocamento migratório além de fiscalizar os alojamentos dos trabalhadores.

José Bonifácio. A área territorial total de 194 km² e corresponde a 0,08% do Estado de São Paulo.

Retomemos a narrativa para situar historicamente o surgimento desta segunda cidade pesquisada. Ao recorrer-se ao registro da história oficial, tem-se também de partida, a fundação da cidade relacionada à dinâmica migratória:

“No decênio de 1920 a 1930, inúmeras famílias procuravam o interior de São Paulo em busca de terras férteis para a agricultura.

Lázaro Soares Dias, entre outros, conseguiu do proprietário Jacinto de Souza, a ordem para fundar no local, Mendonça, um povoado, que em 1928, recebeu o nome de Vila São Jacinto.

Falecendo Maria Amaral Mendonça de Souza, a Vila teve seu nome trocado, a pedido do fundador, para Vila Amaral Mendonça.

Popularmente conhecida por Vila Mendonça, pertencente ao Distrito de Paz de Nova Itaperema, no Município de São José do Rio Preto, em 1936, elevou-se à categoria de Distrito de Paz, conservando o nome de Vila Mendonça.

Em 1940, oficializaram o nome de Mendonça.

Com a criação do Município de Nova Aliança, em 1944, Mendonça passou a pertencer a este Município, mas em 1959, desmembrando-se de Nova Aliança, tornou-se Município, alcançando sua autonomia político-administrativa” (disponíveis no site da Biblioteca do IBGE: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo/novohorizonte.pdf>, consultado em 10/05/10).

Pode-se inferir que o início do povoamento em Mendonça também esteja inserido na dinâmica da “*franja pioneira da cafeicultura*”, entretanto, no prelúdio da crise de 1929, que contraditoriamente apontava para transformação e declínio dessa estrutura política econômica agrícola (STOLCKE, 1986:95). Dois elementos importantes surgem como hipóteses para problematizar quem seriam essas famílias pioneiras que buscavam terras férteis para agricultura naquele território.

Primeiro, a possibilidade de que elas eram antigos colonos de outras regiões, que ao acumularem alguma reserva monetária, reinvestiram na compra de pequenas terras de fronteira. Nesse aspecto, um dado que reforça tal hipótese é o fato de que a região e o município de São José do Rio Preto, da qual Mendonça foi distrito entre 1928 a 1944, apresentava uma estrutura agrária em fragmentação em pequenas propriedades que coexistia com grandes latifúndios. A partir da leitura de três mapas do Estado de São Paulo (MILLIET, 1982:79, 85 e 103), com o índice do aumento de pequenas propriedades, tem-se que o aumento da pequena propriedade no território do município, em 1930-31 com índice de 55% a 59% para 1935-36 com índice de 70% a 74%. Não foi identificado na literatura utilizada, se haviam companhias privadas de colonização no município, neste período.

A segunda hipótese é que de essas famílias também possam ser imigrantes estrangeiros, dado que nas três primeiras décadas do século XX, o município de São José do Rio Preto, acolheu significativo contingente dessa população, com taxa de 10% a 15% do total população local, segundos dados Recenseamento de 1934 (MILLIET, 1982:103). Assim, a distribuição interna dessa população imigrante, nos distritos do município, não ocorreu por terminais da estrada de ferro, visto que Mendonça nunca possuiu terminar ferroviário, mas agora pelas estradas rodoviárias, as quais são inseridas na década de 1920, no contexto paulista.

“Rio Preto beneficiou da imigração em grande escala. A percentagem de descendentes de estrangeiros é grande, contribuindo para a formação de uma raça ativa, empreendedora, fisicamente forte. Não há, entretanto centros consumidores importantes e as comunicações são deficientes. A urbanização muito lenta também dificulta um incremento maior da pequena propriedade. Mesmo assim, com tantos fatores contrários, não é das piores a situação dos pequenos lavradores. Salva-os a cultura dos cereais que a pujança da terra remunera convenientemente.” (MILLIET, 1982:103)

Portanto, salienta-se que realizamos uma breve incursão nas histórias das cidades pesquisadas na origem, com objetivo de pontuar quanto presente era a família migrante e em menor porcentagem de imigrantes, neste processo de povoamento da região Noroeste, no final do século XIX e princípios do século XX. Na análise desse processo de longa duração histórica é fundamental pontuar que essas famílias de imigrantes (fundamentalmente italianos e espanhóis) foram as fundadoras das três Usinas presentes nos municípios (duas em Novo Horizonte e uma em Mendonça), as quais impulsionaram a migração das famílias nordestinas pesquisadas, na primeira década do século XXI. A seguir, resgataremos esta história.

A origem da Usina Santa Isabel remonta aos anos trinta do século XX, quando Alcides Graciano, imigrante espanhol, então pequeno proprietário rural com criação de gado e café¹⁸, inicia atividades no comércio, ao abrir armazém de secos e molhados, no município de Novo Horizonte. Somente na década de 1970, com o incentivo do governo através do IAA¹⁹ (Instituto de Açúcar e Alcool) e da primeira fase do Próalcool (1975-1979)²⁰, a família de comerciantes/agricultores investe, em 1977, na

¹⁸ Informações disponíveis em: http://www.agazetaneWS.com.br/not-view.php?not_id=20007 consultadas em: 20/05/2010.

¹⁹ IAA (Instituto de Açúcar e Alcool), foi a política de planejamento econômico, com rígido controle na produção e açúcar, evitando efeitos do processo de superprodução que culminou na crise aguda de 1929, para a cafeicultura, perdurou até 1990, com início da desregulamentação do setor.

²⁰ Pró – Alcool foi instituído pelo DECRETO N° 76.593, DE 14.11.1975 do então presidente militar da época, Ernesto Geisel. Objetivava minorar a dependência de combustíveis automotivos derivados do petróleo. De maneira conservadora, incentivou a expansão do cultivo de cana e linhas de financiamento para incrementar a produtividade de destilarias e novas unidades produtoras:

Destilaria Santa Isabel Ltda, com a produção de aguardente. A produção de álcool hidratado carburante iniciou-se na década 1980, quando da instalação nova planta industrial, fomentado pela segunda fase do Próalcool (1979-1990). Em seguida, no final da década de 1990, é instalada a fábrica de açúcar VHP²¹ e Branco. Importante destacar que na correlação entre as trajetórias temporais migratórias das famílias pesquisadas com o cronograma de expansão das atividades e diversificação da produção desta usina, apontou para finais da década de 1990 como o início da migração masculina para o corte. Muitos destes cortadores ocupavam a situação civil de solteiros e não migraram imediatamente para Novo Horizonte ou Mendonça, mas sim para cidades da região (Borborema, Potirendaba, Guapiaçu, Irapuã). A codificação dos dados de 31 casos pesquisados apontou para média de três anos, no intervalo na migração, entre o trabalhador e a família para Novo Horizonte.

A partir do ano 2000, com a intensificação da produção do álcool anidro, pela Usina Santa Isabel, justificada pelo aumento de adição a gasolina e criação dos carros flex²², é possível inferir o aumento na intensidade do fluxo migratório de trabalhadores solteiros e famílias para o destino de Novo Horizonte. Em 2006, com a construção de nova unidade industrial em Mendonça, tem início o estabelecimento deste itinerário e rede migratório para este município. Contudo, com dinâmica diferenciada para permanência e mobilidade da atividade desempenhada pelos membros das famílias na cadeia produtiva sucroalcooleira.

A segunda usina, pertencente ao grupo W.J. Biasi foi construída com aporte de meio milhão de cruzeiros do agropecuarista italiano Gino Biasi, na década de 1960. Neste contexto, a concessão para cota produtiva no Instituto de Açúcar e Alcool foi

“Art. 2º A produção do álcool oriundo da cana-de-açúcar, da mandioca ou de qualquer outro insumo será incentivada através da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produtividade agrícola, da modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas, e de unidades armazenadoras.”

²¹ O açúcar VHP é abreviação para Very High Polarization, é um tipo de açúcar produzido para exportação em função do processo de alta polarização deixá-lo menos úmido. Constituí-se assim importante indicador de exportação. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-20612007000100014 Consultado em: 18/05/2010.

²² Os veículos flex fuel (flexible fuel) ou veículos de combustível duplo foi introduzido mercado brasileiro em 2003, e em muito influenciou o aumento da produção etanol e a expansão e concentração canavieira pelo oeste paulista. Segundo dados ANFAVEA (Associação Nacional dos Veículos Automotores, para o período de 2003 a 2008 foram comercializados 6.059.669 unidades de veículos leves, o que representa 46,8% das vendas totais desse tipo de veículo e 23% do total da frota brasileira, neste tipo de unidade. Para o ano de 2009, com isenções fiscais do governo federal, e a crise econômica mundial, esse segmento comercializou 92,3% carros flex do total de unidades veículos leves (o que inclui automóveis não flex), representando aumento de 13,9% em relação ano anterior. Consultado em <http://www.anfavea.com.br> em 20/05/10.

registrada nome de Floriano Tarsitano. Isso porque, a autorização para novas unidades estava condicionada a autorização daquele órgão público (BACCARIN, 2009:4). Assim, conclui-se que houve transferência de cota. Na história do grupo é relevante destacar que investimentos também foram condicionados pelas políticas públicas de financiamento ao setor. Não foi possível levantar dados dessa cronologia. Para atividades deste século, destaca-se que o grupo mantém o consórcio na cadeia produtiva de cana/gado, com a produção de álcool anidro e hidratado, além de bagaço hidrolisado, o qual é utilizado como ração para a criação confinada em 10 hectares de mais de 14 mil cabeças de gado por ano²³.

Este consórcio gado-cana caracterizou o desdobramento da segunda fase do Próalcohol, com o programa estadual Pró-Oeste (1980), no qual técnicos paulistas convenceram os tradicionais agropecuaristas da região Noroeste, da possibilidade de conciliarem o avanço da cana com a intensificação na produção pecuária. (BINI, 2009: 2)

Os dados levantados na pesquisa de campo apontaram para o fato de a Usina apresentar elevado índice de mecanização, contando com aproximadamente 10 máquinas e apenas 5 turmas de cortadores, além da concentração fundiária, uma vez que a usina produziu 63% das canas que colheu, numa área própria de 26.000 hectares, e o restante produzido por fornecedores, na safra de 2009.

Portanto, embora com etapas distintas nos inícios de suas atividades no setor sucroalcooleiro, é possível concluir que as duas Usinas “familiares” tiveram incrementos em suas plantas produtivas para diversificação de produtos, atrelados aos incentivos públicos para o setor. Inicialmente, com a política do IAA, voltada fundamentalmente a atender demandas internas, com a industrialização do Sudeste e demandas crescentes de mercados consumidores de açúcar, além do mercado externo, com o embargo americano a Cuba (1960), o que acarretou a entrada do açúcar brasileiro, majoritariamente de procedência nordestina, ao mercado internacional (Estados Unidos da América). Uma vez que, cabia ao IAA manter o equilíbrio no controle das produções destas duas regiões brasileiras. O mais relevante nesta conclusão é que a primeira expansão canavieira na região Noroeste ocorre no final da primeira fase do Próalcohol (1975-1979) e início da segunda etapa (1979 -1990), agora, na marcha de expansão canavieira para oeste paulista.

²³ Informações disponíveis em: <http://www.estiva.com.br/site/empresa.html> Consultado em: 18/05/10.

“Na primeira fase do Proálcool (1975-1979, motivada principalmente pelo primeiro choque do petróleo em 1973, incentivou o aumento da produção de etanol – álcool anidro derivado do melaço do açúcar – para utilizá-lo como combustível misturado à gasolina: destilarias anexas às usinas de açúcar e destilarias autônomas foram implementadas principalmente em áreas tradicionais da cultura do Estado de São Paulo, como as regiões de Ribeirão Preto, Campinas e Bauru. Com o aumento da demanda de etanol e a escassez de áreas nas regiões tradicionais, vislumbra-se o oeste paulista como alvo da investida necessária à expansão dos canaviais: nas regiões de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto se inicia o planejamento para anexação de novos objetos técnicos constituintes do circuito espacial de produção canavieira.” (BINI, 2009:1, grifos nossos)

Neste contexto, na caracterização da dinâmica migratória para a primeira expansão canavieira no Oeste Paulista, insere-se o estudo clássico de Maria Aparecida de Moraes SILVA (1998), o qual apresenta o êxodo dos camponeses mineiros, em específico do Vale do Jequitinhonha, para região oeste de Ribeirão Preto, no período de 1987-1991. Na verdade o processo de expropriação (objetivas e subjetivas) dos camponeses de suas grotas e morradas remetem ao processo histórico de acumulação primitiva, resultado de intervenção estatal, analisado na dialética dos resultados na aprovação de medidas jurídicas como o Estatuto do Trabalhador Rural (de 02.03.1963) e Estatuto da Terra (de 30.11.1964). Esses sujeitos migrantes forjados no bojo dessas relações, nas quais o aparato legal, suposto meio legítimo de proteção destes setores, via reconhecimento legislativo de direitos, promoveu seu avesso, na dinâmica de *“expropriação, dominação, exploração e exclusão-inclusão”* em processos no bojo da modernização trágica, com empresas de reflorestamento implantadas no Vale do Jequitinhonha. Em específico o destino destes errantes foram à região de Ribeirão Preto, segregados em cidades-dormitórios, no período de expansão do Proálcool, para terras do oeste paulista.

“Na realidade, o processo de expropriação produziu e continua a produzindo uma massa enorme de errantes em busca de trabalho para a sobrevivência. A chapada, “onde se tem distância”, com suas árvores frutíferas, animais, aves e com seu significado simbólico manifesto, “na terra de todos”, por que “não era de ninguém”, as veredas e grotas, “onde não se tem distância”, ficaram na memória daqueles que vivenciaram suas destruições porque não sabiam que a terra tinha preço. Esse foi o resultado da modernização trágica. Em síntese, o Estado autoritário, ao lançar mão das regras jurídicas para promover a modernização agrícola desta região, legitimou a tomada das terras mediante os mecanismos (jurídicos) analisados, sem os quais a violência seria aberta.” (SILVA, 1998:58 e 59)

Simultaneamente, é possível também apontar para a migração de famílias e trabalhadores colonos, com a decadência da economia cafeeira nas fazendas do

inteiro paulista. Nesse sentido, o estudo de STOLCKE (1986) contribui para analisar o processo histórico de transição do regime de trabalho do colonato para o assalariado. Nesse contexto, o impacto do Estatuto do Trabalhador Rural foi diminuir o poder dos fazendeiros no controle das condições de trabalho e vida das famílias dos trabalhadores ao oferecer o salário mínimo. Posteriormente com aprovação da Lei n.º 5.889 (de 08.06.1973) efetivava a condição de eventuais para esses trabalhadores que passaram a ser designados como “empregados rurais”. Novo dispositivo legal foi estabelecido com a Lei n.º 6.019 (de 03.01.1978) a qual legitimava a situação de “*inclusão excludente*” de diretos trabalhistas e sociais desta massa de trabalhadores e famílias egressas do regime do colonato.

“Através de uma nova alteração dos dispositivos legais, o contingente crescente de trabalhadores rurais eventuais que foram gerados pela ETR de 1963 foi finalmente enquadrado na legislação trabalhista vigente, que os exclui de forma definitiva. (...) Entre 1958 e 1970, a estrutura da força de trabalho engajada no cultivo de café mudara radicalmente. O colonato desapareceu e a proporção dos parceiros caiu drasticamente, ao passo que a de mão de obra eventual subiu 6% (incluindo as famílias) para 37% (excluindo as famílias)” (STOLCKE, 1986:233 e 234).

Outrossim, dentro da proposta de análise dos impactos dinâmicos nos rearranjos ou recomposição das famílias migrantes paraibanas e pernambucanas, cabe destacar dados referentes às dimensões recentes da expansão na produção canavieira paulista, fator que impulsiona o processo social migratório desses sujeitos para os municípios de Mendonça e Novo Horizonte, para primeira década do século XXI. Tais municípios estão inseridos na Região Administrativa de São José do Rio Preto que é composta por 96 municípios e ocupam área de 25.476 km², ou 10,2% do território do Estado de São Paulo.

Essa Região Administrativa (R.A) compreende cinco Regiões de Governo: Catanduva, Fernandópolis, Jales, São José do Rio Preto e Votuporanga. No período de 2000 a 2008, a taxa de crescimento anual da população da R.A. foi de 1,16%, e inferior à taxa estadual (1,34%). O decréscimo está relacionado ao envelhecimento da população com mais de 65 anos, que período de 1980 a 2008, dobrou de 4,8% para 9,6%, assim como a taxa de fecundidade ter diminuído de 36,9% para 19,2%.

A maior parte da R.A. é composta por pequenos municípios. Cerca de 56% deles possuem até 5 mil habitantes e 18%, de 5 mil a 10 mil habitantes. Os

maiores municípios localizam-se ao longo dos eixos da ferrovia e da rodovia que liga a R.A. de São José do Rio Preto ao Mato Grosso do Sul. A sede regional, São José do Rio Preto e Catanduva são os únicos municípios que possuem mais de 100 mil habitantes.²⁴

Segundo as informações do Banco de Dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA)²⁵, no Estado de São Paulo a safra de cana de açúcar de 2007/2008 foi de 391,8 milhões de toneladas produzidas, com a utilização de 4,5 milhões de hectares, dos quais 792 mil hectares em áreas de expansão. Assim, o Estado de São Paulo centralizou 66% do total de área com esse cultivo no país, para o período de 2007/2008.

Ainda para esse período, pela análise no Banco dados do (IEA) a região em estudo, de São José do Rio Preto, apresentou a maior área de plantio do Estado, com 577 mil hectares²⁶ e a maior em expansão, com 141 mil novos hectares, quando comparada com outras 15 regiões administrativas do Estado. Foi também a maior em produção, com aproximadamente 50 milhões de toneladas moídas, nas 25 usinas desta região. Outras duas estavam em construção²⁷, previstas para entrar em funcionamento em 2010.

A cidade de Novo Horizonte, para o período de 2000 a 2009, apresentou aumento de 75,6% em novas áreas para plantio de cana, passando de 9.000 hectares para 36.899 hectares. Esses dados corroboram com a preocupação ambiental e social desta região, uma vez que ela está localizada na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – 16²⁸, da Bacia do Rio Tietê e Batalha, e como destacado no trecho abaixo, abrange a maior reserva de vegetação nativa (ver Figura 1) da mesma.

“Novo Horizonte, com duas usinas, possui a maior área plantada com cana [36.745 ha (39,5%)], da qual [21.799 ha (61,8%)] são de cana queimada

²⁴ Dados disponíveis em: Perfil Regional Região Administrativa de São José do Rio Preto, Abril de 2009. Disponível em: <http://www.planejamento.sp.gov.br/des/textos8/SJRioPreto.pdf>, acessado em 18/05/09

²⁵ Dados disponíveis em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/menu.php>>, acessado em 06/06/09

²⁶ Dados do setor canavieiro disponibilizados pela ÚNICA – União da Indústria de Cana de Açúcar apontam para o aumento de 56 % da área plantada em hectares, para a região de São José do Rio Preto, no período da safra 2003/2004 a 2008/2009, o que a coloca em primeiro lugar entre as 11 regiões administrativas do Estado de São Paulo, na metodologia empregada pelo setor.

²⁷ O Estado de São Paulo possui 207 usinas, dados disponíveis em www.udop.com.br, acessado em 17/12/2009.

²⁸ O Estado de São Paulo está dividido em 22 Unidades de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, agrupadas em quatro categorias de desenvolvimento – Agropecuário, Conservação, Industrial e em Industrialização. A análise dos dados com objetivo de avaliar o impacto da expansão canavieira para sustentabilidade ambiental está disponível no trabalho: FERREIRA ANDRADE, José Mário Ferreira, Construção de um Índice de Sustentabilidade Ambiental para a Agroindústria Paulista da Cana de Açúcar [ISAAC], tese de mestrado, Escola de Economia de São Paulo, 2009.

(safra 2007/2008). Nesse município está localizada a maior área de vegetação nativa [9.355 ha (10,0%)]. Em todos municípios dessa UGRHI, a cultura da cana está presente economicamente. A área total cultivada com cana atingiu [316.938 ha (25,6%)], na safra 2007/2008. A taxa média de ocupação do solo é a maior entre as UGRHI[s] classificadas como de uso agropecuário. O índice médio de mecanização da colheita foi de 46,9%.” (FERREIRA DE ANDRADE, 2009:93,grifos nossos)

De forma complementar, cabe destacar a análise dos dados presentes no Censo Agropecuário de 2006, os quais foram comparados com levantamentos colhidos para as mesmas atividades no período de 2008, realizado pelo IBGE. A tabulação comparativa de forma desfragmentada apontou para:

- Diminuição em 27,7% no número de aves para o abate: de 69.224 para 50.000;
- Diminuição em 1,9% no número de cabeças de suínos: de 3.163 para 3.100;
- Diminuição em 3,2% número de cabeças ovinas: de 2.841 para 2.750;

Portanto, embora a análise aponte para aumento no número de gado, de 26.886 cabeças em 2006, para 28.900 cabeças, em 2008, quando a análise quantitativa estende-se no comparativo da área em hectares de pastos, para o período entre os dois Censos Agropecuários 1995/96 e 2006, temos a diminuição da área de pastagem natural ou plantada na ordem de 83%, de 89.959 hectares em 1995/96 para 14.830 hectares. O que indica para a prática de confinamento, como já apontado por uma das usinas, no consórcio cana/boi.

Faz-se a ressalva de que nem todas essas diminuições são determinadas exclusivamente pela expansão canavieira, dado principalmente que o ano de 2008, foi marco pela crise do capitalismo financeiro, com impactos significativos no setor de frigoríficos no Brasil.

Localização das Usinas na UGRHI-16 TIETÊ / BATALHA

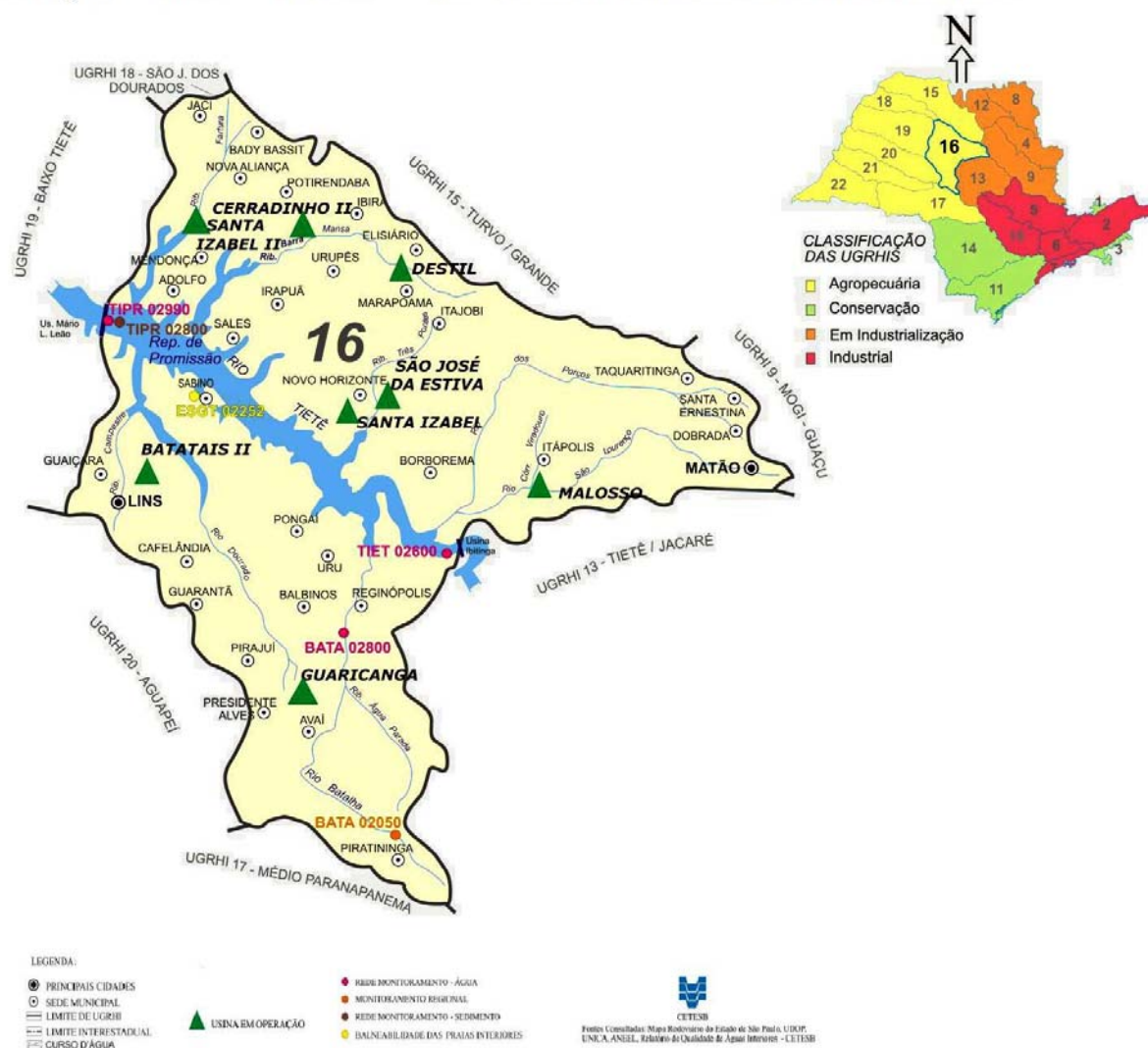


Figura 1 – Mapa Localização das Usinas na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – 16 Bacia Tietê/Batalha. Fonte: FERREIRA DE ANDRADE, 2009, p.96.

Tabela 2 – Expansão de Usinas no Noroeste Paulista, para região da UGRH – 1- Tietê/Batalha.

Usinas	Ano em que começou a funcionar
Usina São José da Estiva	1964
Guaricanga	1975
Usina Santa Isabel I	1977
Usina Santa Isabel II	2006
Usina Cerradinho II	2006
Batatais II	2007
Malosso	2007
Destil (Usina de Itajobi)	Não informado

Fonte: Pesquisa.

Atualmente, pelo Censo Demográfico e projeções estatísticas o município de Novo Horizonte apresenta o seguinte perfil demográfico para a primeira década dos anos de 2000 (Tabela 3). É importante notar que comparativamente ao Censo de 1934, momento auge do crescimento de Novo Horizonte, ele inicia a primeira década do século XXI com registro negativo.

Tabela 3 - Variação da População do município de Novo Horizonte para 2000, 2007 e 2009.

Novo Horizonte/SP	2000 *	2007 **	Estimativa - 2009 ***
População Urbana	28.917	31.765	Indisponível
População Rural	3.515	2.499	Indisponível
População Total	32.432	34.264	36.271

*Censo Demográfico 2000.

**Contagem da População 2007.

***Projeções Estatísticas da População 2009.

Fonte: IBGE

O decréscimo de 1016 habitantes na população rural, em menos de dez anos (2000 a 2007), foi justificado, pelo chefe do escritório do IBGE, como resultado da expansão da monocultura da cana, com a expulsão de antigos trabalhadores residentes em fazendas do município. Em paralelo, desde 2004, o município registra a presença de migrantes temporários alojados por toda cidade. Durante pesquisa de campo foi possível identificar concentração de migrantes paraibanos nos bairros de Santa Clara, Bela Vista e Jardim Esplanada. Contudo, os dados utilizados não registraram a população flutuante, assim é possível inferir que alguns das famílias migrantes estavam em processo de fixação temporária no município para essa primeira década do século XXI. Estas famílias não foram identificadas posto que a pesquisa analisou a experiência do viver temporário e o processo de recomposição das mesmas.

Para o ano de 2009, foram estimados em 2000 trabalhadores migrantes temporários²⁹, para o período da safra da cana de açúcar (maio a dezembro), empregados no corte de cana, originários majoritariamente do Estado da Paraíba. O decréscimo de 350 trabalhadores rurais, como aponta o quadro abaixo (Quadro 3), está relacionado à gradual mecanização na colheita da cana. Em 2009, a Usina Santa

²⁹ Estimativa fornecida por Assistente Social de uma das Usinas do município.

Isabel já dispunha de oito máquinas colheitadeiras e a Usina São José da Estiva de 10 máquinas. Diante desta realidade de gradativa diminuição de cortadores, priorizou-se a investigação das famílias de trabalhadores Unidade I Santa Isabel, por apresentar maior contingente de empregados.

Quadro 2 – Número de trabalhadores rurais do corte de cana para Novo Horizonte, para os anos de 2008 e 2009.

Contratantes Novo Horizonte	Número de Trabalhadores Rurais/2008	Número de Trabalhadores Rurais/2009
Usina Santa Isabel	1100	800
Usina São José da Estiva	500	400
Empresa Ajuste	400	300
Empresa RJ	150	300
Total	2150	1800

*Estimativas para Safra 2008 e 2009, com base em acordos coletivos.
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Horizonte/SP.

Desse total de trabalhadores migrantes, estimativas realizadas pela Secretaria de Assistência Social, bem como informações oficiais coletadas no escritório do IBGE da cidade, apontaram para presença de famílias em número decrescente, em menos de 100. Entretanto, não foi permitido o acesso e análise de dados em prontuários do primeiro órgão para a confirmação do número absoluto de famílias migrantes assistidas por seus programas sociais, bem como o fluxo transitório pelo município neste período de dez anos.

Já a cidade de Mendonça, para o período de 2000 a 2009, apresentou aumento de 72,5% em novas áreas para plantio de cana, passando de 1.370 hectares para 4.990 hectares, segundo Banco de Dados do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo. A análise dos dados presentes no Censo Agropecuário de 2006 - IBGE, quando comparados com levantamentos colhidos para as mesmas atividades, no período de 2008, na tabulação comparativa de forma desfragmentada, apontou o princípio na diversificação de culturas temporárias e permanentes³⁰:

³⁰ Essa diversificação merece estudos mais detalhados para apontar o perfil das propriedades e suas motivações.

- Aumento de aproximadamente o triplo na produção de laranja, de 5.719 toneladas para 15.400 toneladas;
- Aumento de 1,2% na produção de milho, de 2.634 toneladas para 3.286 toneladas.

A partir de 2008, verifica-se a ocorrência na produção de arroz com 25 toneladas em 10 hectares, feijão com 27 toneladas em 15 hectares, sorgo com registro de 80 toneladas em 40 hectares e soja com 168 toneladas em 70 hectares de área plantada. Não havia registros destas atividades em 2006. É possível aventar a hipótese de resistência dos produtores a expansão da cana, com diversificação dos plantios temporários.

Por outro lado, neste município observou-se a diminuição na ordem de 8,76% no rebanho bovina, de 11.579 cabeças em 2006, para 10.564 cabeças, em 2008. Quando a análise quantitativa no comparativo da área em hectares de pastos, para o período entre os dois Censos Agropecuários 1995/96 e 2006, temos a diminuição da área de pastagem natural ou plantada na ordem de 60%, de 11.371 hectares em 1995/96 para 4.487 hectares. Assim, caracteriza-se a substituição da pecuária pela monocultura da cana. Porém, foi notado o aumento da criação de mueres para ordenha confinada, de 689 cabeças para 1410. A criação de aves apresentou aumento de 82%, de 2518 aves para 14.100, entre 2006 e 2008, também no sistema confinado.

Os dados referentes à dinâmica do perfil demográfico para o município de Mendonça apresentam relativo aumento populacional, no período de 2000 a 2009, na ordem de 458 habitantes, o qual supera a taxa de fecundidade do município que foi 2,06%, em 2000.

Quadro 3 - Variação da População Mendonça, para os anos de 2000, 2007 e 2009.

Mendonça/SP	Ano – 2000	Ano - 2007 **	Estimativa - 2009 *
População Urbana	2.764	Indisponível	Indisponível
População Rural	995	Indisponível	Indisponível
População Total	3.759	3.980	4.217

*Censo Demográfico 2000.

**Contagem da População 2007.

***Projeções Estatísticas da População 2009.

Fonte: IBGE

Assim, também é possível sugerir que esse aumento esteja relacionado à migração temporária de famílias para trabalhar em outras funções no setor produtivo sucroalcooleiro. Neste aspecto a dimensão de transferência do encarregado das turmas (ex-cortador de cana), funcionário responsável por arregimentar, trazer e controlar os trabalhadores migrantes apontou em sua trajetória, a complexidade deste processo no estabelecimento inicial de uma “rede” e posterior “cadeia migratória” (TRUZZI, 2008: 202 e 203).

Quadro 4 – Número de trabalhadores rurais do corte de cana e famílias migrantes para Mendonça/SP, de 2006 a 2009.

Município Mendonça	Número de Trabalhadores Rurais Migrantes	Número de Famílias Migrantes
2006	200	3
2007	350	8
2008	400	40
2009	500	50

Fonte: Informações obtidas junto ao encarregado das Turmas de Trabalhadores Rurais da Usina Santa Isabel.

No primeiro momento, como aponta os dados do quadro acima (Quadro 5), migrou o núcleo familiar do encarregado (esposa e dois filhos), além de sua irmã com o marido (sem filhos), ambos empregados, respectivamente, como faxineira e turmeiro, ou seja, motorista que realiza o transporte dos trabalhadores. Além de outro irmão com a esposa, também sem filhos, que trabalhava como fiscal, ou seja, no controle e disciplina dos cortadores. Deste modo, diante do risco inicial do deslocamento reforçaram-se relações primárias, as quais reproduzem laços fortes de afetividade e reconhecimentos mútuos aos atributos de pertencimento ao mesmo espaço de origem, elementos na elaboração da rede migratória inicial.

Na etapa posterior essa pequena comunidade torna-se agência fundamental para difundir e circular informações da viabilidade migratória. Assim, outros laços interpessoais foram abrangidos para impulsionar a transitoriedade dos trabalhadores e ou suas respectivas famílias. Era tecida uma nova cadeia migratória, na qual os fatores que impulsionavam a migração dos municípios de origem eram

identificados na: 1) dificuldade ao acesso a recursos monetários para agricultura; em simultaneidade 2) a circulação de informações como a oportunidades de mobilidade ocupacional em outras funções, para além do corte, no município e destino de Mendonça. A dinâmica dessa mobilidade ocupacional seria um dos fatores de segurança para trazer as famílias. Porém, somente os trabalhadores do cortador de cana, os quais apresentam laços de fidelidade e lealdade ao encarregado, puderam ser reconvertidos em fiscais de turma, motoristas de ônibus, bombeiros ou bombista (empregado responsável pelo deslocamento do aspersor de vinhaça), assim como suas esposas puderam ocupar a vaga de faxineiras dos alojamentos, registradas pela Usina. Portanto, os deslocamentos sociais eram controlados por este arregimentador.

Salienta-se que para além da dinâmica linear da migração para fixação neste território migratório de destino, as trajetórias dos rearranjos familiares apontaram a dimensão na experiência do viver temporário. Fundamentalmente, nos relatos dos projetos de vida para o núcleo familiar, estava presente a idealização do retorno para regiões de origem. Contudo, durante este processo não ocorria à ruptura temporária do núcleo familiar com essas regiões, pois eles sempre mantinham contato com estas regiões, através de telefonemas e cartas e o posterior retorno ao final da safra para visitar parentes. No caso do encarregado era próprio de sua função voltar à região de origem para arregimentar trabalhadores. Nesse sentido, a permanente transitoriedade deles reforçou a perspectiva desses sujeitos e famílias estarem em permanente temporalidade pelos espaços sociais de destino e origem. Então, buscou-se caracterizar as complexas dimensões destes projetos originais de partida ao construir trajetórias dos rearranjos familiares, acolhendo a orientação metodológica de não caracterizar a migração sazonal como etapa inicial para a fixação, mas sim o processo dialético de recomposição familiar:

“... entendemos que a análise de trajetórias individuais e sociais podem ser um instrumento metodológico importante, pois questiona algumas interpretações correntes, tais como a de que os processos migratórios possam ser compreendidos como fases em que um tipo de migração como sazonal significaria o primeiro passo para migração permanente.” (SILVA, M. A. M. & MENEZES, M. A. 2007:8)

O caráter do processo de apropriação temporária do espaço social por essas famílias no destino de Mendonça foi reforçado por informações coletadas junto

ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Assistência Social de Novo Horizonte, os quais indicaram a proibição da migração de famílias. A decisão foi tomada pela Usina Santa Isabel após a fiscalização feita pelo Ministério do Trabalho³¹, em 2007, baseada na denúncia de um trabalhador, que alegava condições subumanas de vida, por estar alojado com sua família e mais 10 outros canavieiros. O Ministério autuou a Usina Santa Isabel, mediante Termo de Ajuste de Conduta, a disponibilizar abrigo provisório para famílias em separado dos trabalhadores que não estavam acompanhados de suas respectivas famílias.

A partir de então, a prática adotada pela Usina foi registrar as carteiras de trabalho dos cortadores no Ministério do Trabalho nas regiões de origem e fretar ônibus exclusivamente para o transporte deles. Simultaneamente, os imóveis que serviam como alojamentos foram registrados e pagos pela Usina, e destinados exclusivamente para abrigo de trabalhadores temporários do corte de cana. Essas residências ficaram conhecidas como “casas da Usina”. A partir deste momento, os cortadores que desejassem trazer as famílias, teriam que arcar com os custos das viagens em ônibus clandestinos e dos receptivos alugueis para a estada, durante a safra.

³¹ Durante a pesquisa de campo tentou-se acessar o documento do Termo de Ajuste de Conduta. Não se obteve sucesso junto ao setor de Recurso Humanos da Usina e também da repartição do Ministério do Trabalho da Cidade.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Número de Municípios: 96



Figura 2 - Mapa dos municípios da Região Administrativa de São José do Rio Preto. As setas e mostram os dois municípios (Novo Horizonte e Mendonça), onde foram realizadas as duas etapas da pesquisa de campo. Fonte: <http://www.igc.sp.gov.br/mapras_sjrpreto.htm>. Consultado em: 10 de junho de 2008.

Mesmo diante desta injunção restritiva a migração para os dois municípios de destino, situados ao Noroeste do Estado de São Paulo, os resultados

da aplicação dos 31 questionários biográficos (20 em Novo Horizonte e 11 em Mendonça) confirmaram a presença de famílias migrantes majoritariamente de duas regiões do Nordeste brasileiro: 1) Sertão paraibano, da microrregião do Piancó e Serra do Teixeira e microrregião contígua 2) Sertão pernambucano, microrregião do Vale do Pajeú.

Tabela 4 – Distribuição das 31 casos de rearranjos das famílias migrantes nas cidades de Novo Horizonte e Mendonça /SP, em 2009, segundo o Estado de origem.

Estado de Origem	Frequência Novo Horizonte	Frequência Mendonça	Total
Paraíba	20	5	25
Pernambuco	0	6	6
Total	20	11	31

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Os municípios de origem aos quais apontaram os pertencimentos para famílias migrantes, ou por nascimento ou por arranjos das famílias³², foram os seguintes, conforme a tabela abaixo (Tabela 5).

Tabela 5 – Distribuição, segundo os municípios de origem das 21 famílias migrantes originárias majoritariamente da Mesorregião do Sertão Paraibano - Microrregião do Piancó e Serra do Teixeira e Mesorregião do Sertão Pernambucano – Microrregião do Pajeú, para as cidades de destino, Novo Horizonte e Mendonça, em 2009.

Microrregiões na Mesorregião do Sertão	Municípios e Estado	Frequência Novo Horizonte	Frequência Mendonça
Microrregião do Piancó/PB	Santana dos Garrotes/PB	6	-
Microrregião Serra do Teixeira/PB	Tavares/PB	5	2
	Princesa Isabel/PB	3	4
	Água Branca/PB	2	-
	Juru/PB	2	-
Microrregião Vale do Pajeú/PE	Triunfo/PE	-	4
	Flores/PE	-	2
Microrregião Catolé da Rocha	Brejo da Cruz/PB	1	-
	Total	19*	12

Fonte: Pesquisa de campo, 2009. *Em dois casos de arranjos de famílias nucleares em Novo Horizonte, os migrante de sexos opostos, iniciaram novos relacionamentos com habitantes locais, e passaram a se considerar pertencentes ao município.

³² Por arranjo familiar entende-se a oficialização do laço afetivo conjugal através da aliança matrimonial civil ou religiosa.

1.2 – Os sujeitos clandestinos da recomposição familiar no viver temporário

Nesta seção pretende-se caracterizar o perfil das famílias pesquisadas para os 31 casos (20 em Novo Horizonte e 11 em Mendonça). Assim, na tabulação dos dados coletados para 31 questionários biográficos revelou o perfil majoritário de rearranjos em famílias nucleares, nas duas cidades pesquisadas, no ano de 2009. Pode-se inferir que esta trajetória familiar esteja condicionada a valores próprio do grupo primário na forma como habitualmente residiam nos sítios e casas, na origem. Embora, os condicionantes do processo migratório, alegados pelos trabalhadores casados, eram diminuição no custo de vida. Posto que não precisariam remeter dinheiro aos familiares que ficaram na origem. Além da diminuição no desgaste do trabalho doméstico, uma vez que essa posição passou a ser ocupada pelas mulheres. Contudo, na dimensão própria do processo de rearranjo, na renegociação dos papéis de gênero, surgiram tensões na moral familiar. Isso por que permaneceram funções que foram naturalizadas ao serem atribuídas a esses papéis. Principalmente a de que o homem seria o provedor do lar e as mulheres donas de casa.

Quadro 5 – Tipologias dos Rearranjos Familiares para Novo Horizonte e Mendonça, em 2009.

Tipologias dos Rearranjos Familiares	Novo Horizonte	Mendonça
Família Nuclear	12	8
Família Ampliada	7	2
Famílias Ampliadas *	1	1
Total	20	11

Fonte: Pesquisa de Campo

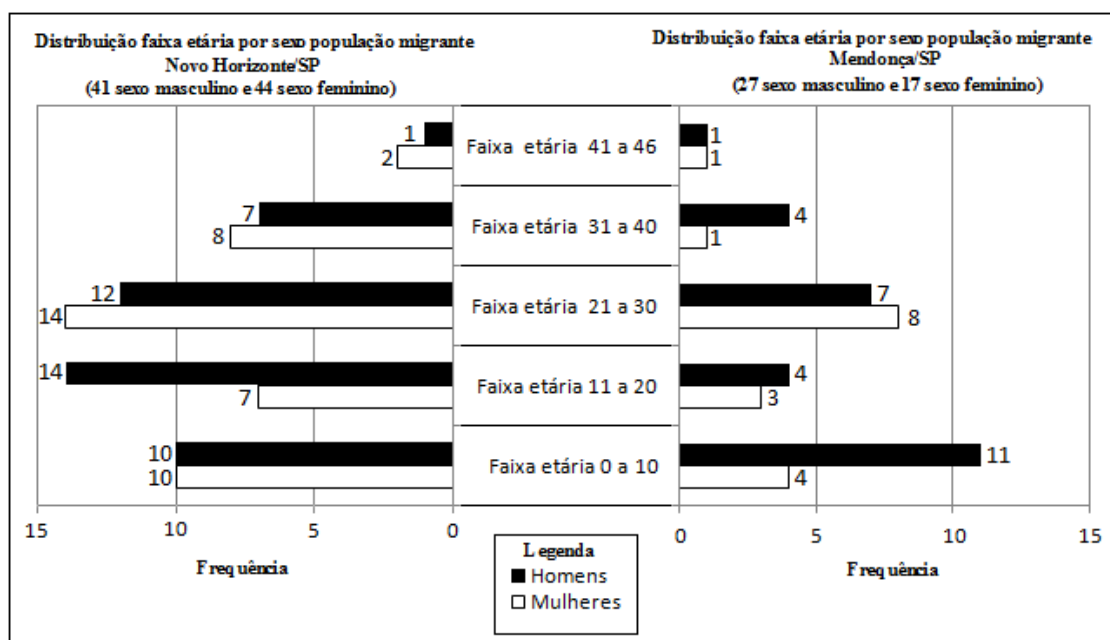
* Famílias Ampliadas: Duas Famílias no mesmo alojamento, as quais tinham ou não alguma relação de parentesco.

Neste ponto é importante remeter aos fatores externos de injunções, como fiscalização e proibição pelas usinas, no convívio em alojamento de trabalhadores e famílias. Assim, o processo como um todo passou a ser fiscalizado, da arregimentação dos trabalhadores, no transporte e estada, com o rígido controle para que as famílias não migrassem. Formas diretas e indiretas de impedir a permanência provisória das mesmas eram realizadas através de mecanismos indiretos, como o custo elevado dos alugueis nas cidades canavieiras, dado que a maioria das casas era alugada pelas usinas para alojar exclusivamente trabalhadores. Tornava-se difícil encontrar casas com alugueis baratos. Outro mecanismo era pagar o

transporte do deslocamento exclusivamente para os trabalhadores. Diante deste quadro, a base para impulsionar o processo migratório clandestino, era a tentativa de preservar o reconhecimento afetivo do grupo primário, em especial no reconhecimento da dependência afetiva recíproca, entre o pai e os filhos, para assegurar a sobrevivência na dedicação na formação emotiva. A seguir, apresentamos resultados na tabulação dos dados que apontam articulações da presença das mulheres (esposas, irmãs e cunhadas) ao trabalho assalariado, nas fissuras das funções domésticas (remuneradas ou não) no rearranjo, bem como em inserções em outras atividades remuneradas de serviços.

Com base nos dados da pesquisa de campo, a população pesquisada, nos rearranjos familiares, apresentou o perfil demográfico de jovens na faixa etária entre os 15 e 29 anos, tanto em Novo Horizonte como Mendonça. Para os casais com filhos, a faixa etária preponderante era de crianças com menos de 10 anos. Tais dados apontaram para as necessidades destes sujeitos migrantes por serviços públicos, como assistência social, creche e escola.

Gráfico 1 – Pirâmide Etária da população migrante pesquisada, para as cidades de destino Novo Horizonte e Mendonça/SP, em 2009.



Fonte: Pesquisa de campo.

Em complementaridade os aspectos socioeconômicos quando tabulados pela distribuição de sexo para as duas cidades apontou para:

- Em Novo Horizonte, 28 homens nos rearranjos familiares migrantes com idade média de 28 anos. Apenas dois não eram mais cortador de cana. Em um dos casos, o ex-cortador era nascido em Novo Horizonte e deixou esta atividade para trabalhar como padeiro, após cinco anos na safra de cana. Fazia apenas um ano que havia começado relacionamento afetivo com uma ex-cortadora de cana, originária de Juru/PB, que fora abandonada pelo marido. O outro caso o ex-cortador, há três safra fora promovido a “picador”, ou seja, trabalhador responsável em aparar as pontas de cana que ficam espetadas para fora das carretas quando no carregamento das mesmas. Três trabalhadores migrantes paraibanos conciliavam o trabalho no corte de cana com outras atividades, como cabeleireiro, garçom e o dono de uma lanchonete. Cabe destacar que as trajetórias destes três trabalhadores foram selecionadas para composição dos casos. Dos 24 restantes, todos eram cortadores de cana e estavam em média, na quinta safra de suas vidas, com remuneração média mensal de R\$900,00. A escolaridade média para os homens migrantes em Novo Horizonte era da quarta série do ensino fundamental, com 16 casos. Do restante, oito possuíam o ensino fundamental completo (até a oitava série), apenas um trabalhador o ensino médio incompleto (primeiro colegial) e os outros três são analfabetos.
- Em Mendonça, eram 15 homens pesquisados com idade média de 28 anos, dos quais nove homens ocupavam a posição de cortadores de cana, na sexta safra de suas vidas, com remuneração média de R\$ 800,00. A escolaridade média deles era a quarta série do ensino fundamental, para sete casos. E outros dois cortadores possuíam o segundo grau completo.
- Dos outros seis casos faltantes, dois eram fiscais de turma, ou seja, desempenhavam a função de aferição e controle do trabalho manual. Ambos com o segundo grau completo, eles tinham remuneração média de R\$1.000,00 e já haviam trabalhado em pelo menos uma safra no corte de cana. Ambos eram parentes próximos do encarregado de turma, sendo que um deles residia temporariamente no fundo da casa dele. Outros dois eram turmeiros, ou seja,

realizavam o transporte dos trabalhadores para o eito. Também possuem o segundo grau completo e remuneração média de R\$1500,00. Tinham relação de parentesco com encarregado das turmas em Mendonça. Um deles era irmão o outro era cunhado. Apenas o cunhado residia com o encarregado.

Nos dois últimos casos, um ex- trabalhador do corte passou a desempenhar a atividade de “auxiliar de bombeiro”, após dois anos seguidos na safra naquela cidade, e conciliava também uma oficina de reforma dos facões. Outro ex-cortador passou a desempenhar a atividade de “bombista”, portanto, realizava o transporte de mangueiras e do canhão que aspergiam vinhaça no canavial. O salário médio que passaram a receber era inferior ao ganho na produtividade do corte de cana, em média R\$1000,00. Ambos eram trabalhadores com ensino fundamental incompleto e foram promovidos a essa nova posição pelo encarregado de turma. Isso por que, segundo o encarregado eles se enquadravam no perfil de funcionários a serem efetivados pela empresa, pois não “davam trabalho”, ou seja, por não faltarem ou se queixarem das exigências cobradas no trabalho do eito.

Então, não é qualquer trabalhador que pode ser turmeiro ou fiscal, qual o perfil que vocês buscam?

Encarregado de Turma (32 anos) – São aqueles que tem autoridade sobre a turma. Autoridade quer dizer que ele consegue ter ordem e respeito pelos peões da turma. O que ele pede para fazer o pessoal tem que obedecer. E ao mesmo tempo o turmeiro tem que respeitar os trabalhadores e as ordens da usina. Não é qualquer trabalhador que pode ser. Geralmente, na turma são dois que fiscalizam. O turmeiro ou motorista, aquele que leva e traz o trabalhador. Fica responsável pelo equipamento. E o fiscal de turma, aquele que olha e cobra o serviço do trabalhador. Hoje em dia a usina está pegando mais o nosso pessoal mesmo. São aqueles trabalhadores mais espertos e que entendem do serviço no corte de cana. Por exemplo, tem trabalhador que passa quatro ou cinco anos no corte e não aprende onde fica o “morredor” das ruas. Aí não serve. Mas acho que principalmente, para ocupar essas funções a pessoa tem que ser calma. Porque se ela for dar advertência ou gancho [suspensão no trabalho], ele pode até por a vida dele em risco. Aí ele não pode advertir de maneira errada ou violenta. Por que neste caso quando a gente vai analisar para ver se o trabalhador merece ou não a penalidade, acaba que até o fiscal tem que levar gancho. Tem que ser uma pessoa muito calma para trabalhar como fiscal. (Entrevistado em 17/05/09, Mendonça/SP).

Em relação às características femininas de inserção laboral, remuneração e escolaridade, em Novo Horizonte, os dados biográficos de 25 mulheres dos rearranjos familiares apontaram idade média de 27 anos. Apenas uma mulher de 27 anos já cortou cana, com remuneração média mensal de R\$600,00. Durante a pesquisa ela havia aberto um bar. Foram identificadas doze mulheres que

estavam inseridas em outras atividades remuneradas, as quais são descritas do Quadro 13. As outras treze mulheres realizam atividade doméstica não remunerada (dona de casa). Destas mulheres donas de casa, duas são analfabetas, em outros dez casos tem o ensino fundamental incompleto e apenas três o segundo grau completo.

Quadro 6 – Escolaridade, ocupação, remuneração e frequência para oito mulheres em Novo Horizonte/SP, em 2009.

Escolaridade	Ocupação	Salário médio em R\$	Frequência
1ª série	Bituqueira	400	2
2ª série	Costureira	150	1
6ª série	Dona de Bar	1000	1
6ª série	Empacotadora	200	1
7ª série	Dona de Lanchonete	Não informado	1
8ª série	Recepcionista	600	1
8ª série	Empregada doméstica	160	1
8ª série	Cozinheira de Alojamento	30	1
2ª Colegial	Laboratório Usina	480	1
2ª Grau Completo	Laboratório Usina	480	1
2ª Grau Completo	Garçonete	460	1

Fonte: Pesquisa de Campo.

Em Mendonça, os dados biográficos de 12 mulheres apontaram também para idade média de 27 anos. Nenhuma mulher teve a experiência no trabalho do corte de cana. Seis mulheres apresentaram atividade remunerada, com salário médio de R\$408, as quais são descritas no Quadro 14. As outras seis mulheres são donas de casa toda com o ensino fundamental incompleto, o mínimo de escolaridade formal até a 1ª série e o máximo até a 4ª série.

Quadro 7 – Escolaridade, ocupação, remuneração e frequência para cinco mulheres em Mendonça/SP, em 2009.

Escolaridade	Ocupação	Salário médio em R\$	Frequência
4ª Série	Cozinheira de Alojamento	30	1
1ª Colegial	Faxineira da Usina	460	1
2ª Colegial	Faxineira da Usina	460	1
2ª Grau Completo	Faxineira da Usina	460	1
2ª Grau Completo	Faxineira de Alojamento	30	1
2ª Grau Completo	Frigorífico	460	1

Fonte: Pesquisa de Campo.

Por último, cabe destacar que 14 famílias pesquisadas em Novo Horizonte apresentavam a média de 1,8 filhos morando junto do casal. Outros três filhos retornaram para a origem, dois estavam casados, já constituíram famílias; e uma adolescente (13 anos) passou o segundo semestre de 2008, sob os cuidados da avó, após ter iniciado relacionamento afetivo proibido pela mãe. Em outros três casos os filhos residiam em casas separadas a dos pais no município de destino. Em Mendonça 10 famílias apresentavam a média de 1,5 filhos morando junto do casal. Apenas, duas famílias uma com 3 filhos e outra com 2, deixaram os filhos sob os cuidados dos avós.

Na composição dos 31 casos de famílias migrantes foram elaborados dois quadros com a tabulação que destacam a posição ocupada pelo membro ou agregada dentro da família, relacionada às inserções econômicas. A reconversão dos trabalhadores para o caso de Mendonça reforçou a necessidade na análise de como é tecida a rede migratório pelo encarregado de turma, pela possibilidade de diferenciação entre os trabalhadores que podem trazer a família, dos demais.

Outro dado relevante da pesquisa está na origem rural para famílias migrantes. Em Novo Horizonte, das quais doze eram provenientes de sítios, principalmente das cidades de Tavares, Santana dos Garrotes e Princesa Isabel. Foram sete os casos de família com origem do perímetro urbano de suas respectivas cidades origem. Ocorreram duas exceções nas quais o arranjo familiar ocorreu com moradores da cidade de destino, e o casal passou a identificar enquanto pertencente a esta cidade. Para Mendonça os dados das famílias apontaram para predominância da origem de áreas rurais, 10 casos, principalmente dos municípios de Flores e Triunfo, no Pernambuco; e Tavares e Princesa Isabel, na Paraíba. Apenas dois casos de famílias provenientes de áreas urbanas. Tais dados reforçam a origem da unidade familiar conformada aos traços da economia moral camponesa.

Quadro 8 – Caracterização dos 20 casos dos rearranjos familiares para Novo Horizonte, em 2009.

Tipologias Rearranjos Famílias Migrantes*	Posição na Família	Estado Civil	Anos de União Conjugal	Atividade Econômica	Números de Filho migrantes	Filhos moram origem	Número viagens	Número Safras	Cidade e Estado de Origem da Família	Perímetro residência Origem	Situação acesso Casa/ Número de Cômodos		Acesso a Terra/Área	
											Origens	Destino	Origens	Destino
1 FN	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	6	Cortador de Cana / Cabeleireiro	1	0	5	7	Juru/PB	Urbano	Não Possui	Alugada/3	0	0
	Companheira			Dona de Casa / Controle Biológico			2	0						
2 FN	Companheiro	Moram Juntos	2	Cortador de Cana	1 (Dela)	0	1	3	Novo Horizonte/SP	Urbano	Não Possui	Alugada/5	10 ha.	0
	Companheira			Dona de Casa/ Recepcionista			0	0						
3 FN	Companheiro	Moram Juntos	8 meses	Cortador de Cana	0	0	4	6	Água Branca/PB	Urbano	Não Possui	Alugada/3	0	0
	Companheira			Dona de Casa			2	0						
4 FN	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	5	Cortador de Cana	3	0	4	4	Juru/PB	Rural	Herança pai da Esposa/3	Alugada/4	2 ha.	0
	Companheira			Dona de Casa			2	0						
5 FN	Companheiro	Moram Juntos	1	Ex-cortador / Padeiro	1 (Dela)	1 com o Pai	0	5	Novo Horizonte/SP	Urbano	Não Possui	Própria/3	0	0
	Companheira			Dona de Casa / Bituqueira**			3	1						
6 FN	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	2	Cortador de Cana	0	0	3	3	Tavares/PB	Rural	Própria/4	Alugada/5	3 ha.	0
	Companheira			Dona de Casa			1	0						
7 FN	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	8	Cortador de Cana	1	0	4	7	Princesa Isabel/PB	Rural	Própria/6	Alugada/5	Não informado	0
	Companheira			Dona de Casa			2	0						
8 FN	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	10	Cortador de Cana	2	1 mora com avó materna	3	8	Princesa Isabel/PB	Urbano	Própria/2	Alugada/4	0	2 m ²
	Companheira			Dona de Casa Bituqueira**			1	2						
9 FN	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	10	Picador***	5	0	2	10	Tavares/PB	Rural	Própria/6	Própria/6	8 ha.	0
	Companheira			Dona de Casa / Costureira			2	10						
10 FN	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	15	Cortador de Cana	2	0	1	4	Água Branca/PB	Rural	Própria/5	Alugada/4	1 ha.	15 m ²
	Companheira			Dona de Casa			1	0						
11 FN	Companheiro	Moram Juntos	1	Cortador de Cana	1	0	4	9	Tavares/PB	Rural	Não Possui	Alugada/3	0	1 m ²
	Companheira			Dona de Casa /			1	0						

				Empacotadora										
12 FN	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	8	Cortador e Garçom	3	0	1	4	Tavares/PB	Urbano	Não Possui	Alugada/5	0	0
	Companheira			Dona de Casa / Dona de Bar			1	1						
13 FA	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	4	Cortador de cana	1	0	3	3	Santana dos Garrotes/PB	Rural	Não Possui	Alugada/5	0	20 m²
	Companheira			Dona de Casa			3	3						
	Irmão da esposa	Solteiro	0	Cortador de Cana	0	0	1	1	-	-	-	-	-	-
	Irmão da esposa	Solteiro	0	Cortador de Cana	0	0	2	2	-	-	-	-	-	-
14 FA	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	12	Cortador de Cana	3	0	1	4	Brejo / PB	Rural	Própria/6	Alugada/3	3 ha.	0
	Companheira			Dona de casa			1	0						
	Irmão do marido	Solteiro	0	Cortador de Cana	0	0	1	2	-	-	-	-	-	-
	Primo da esposa	Solteiro	0	Cortador de Cana	0	0	1	1	-	-	-	-	-	-
15 FA	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	3	Cortador de Cana	1	0	1	3	Santana dos Garrotes/PB	Urbano	Própria/5	Alugada/4	0	0
	Companheira			Dona de Casa			1	0						
	Irmão do Esposo	Solteiro	0	Cortado de Cana	0	0	3	3	-	-	-	-	-	-
16 FA	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	5	Cortador de Cana	1	0	1	9	Santana dos Garrotes/PB	Rural	Própria/5	Alugada/4	2 ha.	4 m²
	Companheira			Dona de Casa / Cozinha de Alojamento				0						
	Irmã da Esposa	Solteira	0	Cuida do sobrinho	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-
	Primo em segundo grau da Esposa	Solteiro	0	Cortador de Cana	0	0	0	2	-	-	-	-	-	-
17 FA	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	1	Cortador de Cana	0	0	4	4	Santana dos Garrotes/PB	Urbano	Não Possui	Própria/5	0	0
	Companheira			Dona de Casa			1	0						
	Irmã e cunhada	Solteira	0	Empregada doméstica	0	0	1	0	-	-	-	-	-	-
18 FA	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	14	Cortador de Cana / Dono de lanchonete	3	0	1	9	Princesa Isabel/PB	Rural	Não Possui	Alugada/4	0	0
	Companheira			Dona de Casa / Dona de Lanchonete			2	0						
	Irmã do marido	Solteira	0	Laboratório da Usina	0	0	1	0	-	-	-	-	-	-
19 FA	Companheiro	Casados	5	Cortador de Cana	2	0	4	14	Tavares/PB	Rural	Não Possui	Alugada/6	0	0

	Companheira	Cartório e Religioso		Dona de Casa			1	0						
	Irmã da esposa	Solteira	0	Garçonete	0	0	1	0	-	-	-	-	-	-
20 FAS	Companheiro	Casados Cartório	Não Informado	Cortador de cana	2	0	3	8	Santana dos Garrotes/PB	Urbano	Própria /5	Alugada/5	5 ha.	0
	Companheira			Dona de Casa			2	0						
	Companheiro	Casados Cartório	Não Informado	Cortador de Cana	3	0	4	9		Rural	Não Possui		12 ha.	0
	Companheira			Dona de Casa			1	0						
		Irmão da esposa do primeiro casal e do marido do segundo	Solteiro	0	Cortador de Cana	0	0	3	8	-	-	-	-	-

* FN – Família Nuclear, FA– Família Ampliada e FAS – Famílias Ampliadas.

** Bituqueira: Função de recolher pequenos pedaços de cana caídos no processo de carregamento das carretas dos caminhos transportadores.

***Picador: Trabalhador responsável em aparar as pontas de cana que ficam espetadas para fora das carretas quando no carregamento das mesmas.

Fonte: Pesquisa de campo.

Ressalta-se na composição dos 20 casos para Novo Horizonte que para os nove casos das famílias migrantes que possuem casa na origem, a forma de acesso foi:

- Pela herança dos pais, pelas esposas;
- Pela construção através de recursos ou da agricultura realizada em terras da origem ou pelo assalariamento no corte de cana;
- Em um dos casos a mulher passou a residir junto a um ex-cortador de cana que possui casa própria;
- Em três casos, justificou-se o deslocamento da área rural para o assalariamento, como forma de viabilizar a construção do banheiro, e melhorar a infra-estrutura na residência na origem.

Para os três casos das famílias que possuem casa no destino a forma de aquisição foi:

- Pelo assalariamento no corte de cana;
- Pela venda de terra, casas na origem.

Para os nove casos das famílias que relataram possuir terra na origem encontrou-se a seguinte situação:

- Terras herdadas na partilha em dois casos pela esposa e um pelo marido;
- Compra através da poupança no assalariamento e ou pelo dinheiro advindo no trabalho na agricultura na região de origem, em roças de milho e feijão.

Para os cinco casos das famílias que mantêm pequeno roçado no destino, justificou-se tal prática agrícola pelo:

- Forma de manter contato com atividade agrícola que era praticada antes do assalariamento, com plantio de milho e feijão de corda;
- Como forma de poupar os recursos aferidos no assalariamento, com o plantio de hortaliças.

Quadro 9- Caracterização dos 11 casos dos rearranjos familiares para Mendonça, em 2009.

Tipologias Rearranjos Famílias Migrantes*	Posição na Família	Estado Civil	Anos de União Conjugal	Atividade Econômica	Números de Filho migrantes	Filhos moram na origem	Número de viagens	Número de Safras	Cidade e Estado de Origem da Família	Perímetro de residência na Origem	Situação de acesso a Casa/ Número de Cômodos		Acesso a Terra/Área	
											Origens	Destino	Origens	Destino
1 FN	Companheiro	Moram Juntos	1	Cortador de Cana	2	0	2	4	Princesa Isabel/PB	Rural	Própria/5	Alugada/4	6 ha.	0
	Companheira			Dona de Casa			1	0						
2 FN	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	3	Cortador de Cana	3	0	1	2	Flores/PE	Rural	Própria/3	Alugada/3	8 ha.	0
	Companheira			Dona de Casa			1	0						
3 FN	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	5	Bombista (1)	0	0	2	3 (2 cortador e 1 Bombista)	Princesa Isabel/PB	Urbano	Não Possui	Alugada/2	0	0
	Companheira			Dona de Casa			2	0						
4 FN	Companheiro	Moram Juntos	1	Cortador de Cana Guela (2)	0	0	3	6	Triunfo/PE	Rural	Própria/7	Alugada/4	12 ha.	0
	Companheira			Dona de Casa / Faxineira de Alojamento			1	0						
5 FN	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	5	Turmeiro (3)	0	0	3	7 (5 cortador e 3 Turmeiro)	Triunfo/PE	Rural	Própria/5	Alugada/10	8 ha.	0
	Companheira			Dona de Casa e Faxineira da Usina			2	0						
6 FN	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	5	Bombeiro (4) / Oficina Podões	2	0	5	10	Princesa Isabel/PB	Rural	Própria/5	Alugada/4	0	4 m ²
	Companheira			Dona de Casa / Faxineira Usina			3	0						
7 FN	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	8	Cortador de Cana	3	0	6	12	Princesa Isabel/PB	Rural	Própria/6	Alugada/4	4 ha.	10 m ²
	Companheira			Dona de Casa			1	0						
8 FN	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	14	Cortador de Cana	2	2	1	3	Flores/PE	Rural	Própria/5	Alugada/5	2 ha.	200 mudas Algaroba
	Companheira			Dona de Casa /Cozinheira alojamento			1	0						
9 FA	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	9	Encarregado de Turma (5)	2	0	3	11 (4 cortador, 2 turmeiro e 5 encarregado)	Triunfo/PE	Rural	Própria/6	Própria6	8 ha.	0
	Companheira			Dona de Casa / Faxineira Usina			2	0						

	Irmão da esposa	Solteiro	0	Fiscal de Turma (5)	0	0	2	2	-	-	-	-	-	-
	Irmão da esposa	Solteiro	0	Cortador de Cana	0	0	1	1	-	-	-	-	-	-
10 FA	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	5	Turmeiro	0	0	5	10 (6 cortador e 4 turmeiro)	Triunfo/PE	Rural	Não Possui	Alugada/5	0	0
	Companheira			Dona de Casa / Frigorífico			2	0						
		Irmão da esposa	Solteiro	0	Turmeiro (3)	0	0	2	2 (1 cortador 1 turmeiro)	-	-	-	-	-
11 FAS	Companheiro e Cunhado	Casados Cartório e Religioso	10	Cortador de Cana	1	0	5	11	Tavares/PB	Urbano	Própria/5	Alugada/5	0	4 m ²
	Companheira			Dona de Casa			4	0						
	Companheiro	Casados Cartório e Religioso	10	Cortador de Cana	2	0	3	5	Tavares/PB	Rural	Própria/5	12 ha.		
	Companheira e Cunhada			Dona de Casa			3	0						

* FN – Família Nuclear, FA– Família Ampliada e FAS – Famílias Ampliadas.

1 - Bombista: Trabalhador encarregado de levar tubos e bomba de aspersão da vinhaça para o canavial.

2 - Cortador Guela: Trabalhador que consegue realizar a maior produtividade no trabalho, com médias acima de 10 toneladas ao dia.

3 - Turmeiro: Motorista responsável pelo transporte dos trabalhadores do alojamento aos itinerários no eito.

4 - Bombeiro: Trabalhador com a função do controle da queimada, além de realizar atividades como limpeza da caldeira e molhar estradas de terra próxima a bairros.

5 - Fiscal de Turna: Realiza a função de controle do trabalho no eito.

6 - Encarregado das Turmas: Funcionário que ocupa a posição central em todo o processo, cabe a ele arremeter os cortadores nos locais de origem, recolher as carteiras de trabalho para registro na usina, arranjar o transporte no deslocamento migratório além de fiscalizar os alojamentos dos trabalhadores.

Fonte: Pesquisa de campo.

Por último na composição dos 11 casos para Mendonça, em dez casos das famílias migrantes que possuem casa na origem, a forma de acesso foi:

- Construídas nas terras de um dos pais do casal;
- Foi cedida pelos pais;
- Construída com dinheiro do assalariamento no corte de cana.

Para o único caso da família que possui casa no destino, a aquisição se deu pela compra direta, uma vez que se trata do encarregado das turmas, o qual ocupa também o cargo de vereador. As terras que possui são parte do sítio do pai, as quais ainda não foram partilhadas.

Para os oito casos das famílias que possuem terras na origem, tem-se que:

- As terras estão na propriedade de um dos pais do casal e foram partilhadas.

Para os três casos das famílias que mantêm pequenas rocinhas, foi relatado que:

- Tal prática é forma de manter contato com atividade agrícola que era praticada antes do assalariamento, com plantio de milho, feijão de corda e abóbora.

Para o caso das 200 mudas de Algaroba (*Prosopis juliflora*) foram plantadas quando camponês – assalariado experimentou pela primeira vez na vida a situação de ficar desempregado. Como espécie de vegetal é típica do Sertão paraibano, e serve como ração para gado, ele tentou auferir renda na comercialização mesma para Casa de Agricultura

“Existe uma condição social inteira e continuamente presa ao dinheiro, é a do assalariado, sobretudo desde que o salário por empreitada obriga cada operário a ter sua atenção sempre voltada para a contagem dos tostões. Nessa condição social é que a doença do desenraizamento é mais aguda.” (WEIL, Simone, “O desenraizamento operário”, In: A Condição Operária e outros estudos sobre a opressão, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979:349)

“A. (esposa 31 anos) – Está com 10 anos que meu marido corta cana. A gente casou está com 4 anos. Aí todo ano que ele migra pra cá eu fico na casa da minha mãe, por que meu pai é falecido. Aí esse ano [2008] a gente se planejou para vir para cá. Ele perguntou se eu vinha aí eu falei que não sabia por conta da pequenininha [filha de 3 anos]. Eu achei que poderia ser que ela não pudesse com o clima daqui. Por que lá não tem tanto agrotóxico nos alimentos, é tudo natural. Daí eu pensei também nos canaviais que são perto, tem as queimadas, eu fiquei preocupada dela desenvolver algum problema respiratório. Então eu sempre pensei na pequenininha, mas aí eu pensei, eu vou olhar para saber como é, e se der certo eu fico, se não der eu volto. Graças a Deus ela tá saudável até hoje. Aí a gente se planejou de ficar mais um ano.

Mas porque surgiu agora essa necessidade de trazer a família mesmo com essas dificuldades em ficar aqui?

A (esposa 31 anos) - Porque quando você está aqui sozinho, vive praticamente longe da família. E ele não ia ver o crescimento da filha, por que ela tá com praticamente 4 anos que vive mais longe do que perto do pai. Só que tem pai de família que vem para cá e trabalham. Daí quando ele volta para lá os filhos nunca reconhecem como pai. Foi o caso de uma menina lá na Paraíba. O pai dela chegou e foi num gesto de carinho dar um abraço na mãe. Aí ela falou, mamãe quando meu pai chegar eu vou falar para ele que você está abraçando outro homem. Aí o pai foi abraçar a menina e ela falou, eu não conheço você não. Aí ela desconheceu o pai... Esse é o caso que a gente nunca quer que aconteça com nossa filha. Meu maior medo é esse porque todo ano, todo ano ele vem e passa 10 meses aqui, aí só chega lá e passa praticamente 2 meses. Então a menina vai crescendo e vai passando o tempo e ela vai começar a não reconhecer mais o pai” (Entrevistada em 14/12/2008, Mendonça/SP).

Capítulo 2 – As famílias com as vidas suspensas no viver temporário

No capítulo anterior tratou-se do processo de longa duração histórica de ocupação e formação das duas cidades de destino (Novo Horizonte e Mendonça). As figurações sociais estabelecidas no processo da marcha pioneira do café permeada pelas *franjas pioneiras* enfeixaram as relações de poder, as quais pela diferenciação social levaram famílias de imigrantes a impulsionar outro processo, o de expansão canavieira pelo Noroeste Paulista, no início do século XXI. Os rearranjos familiares nestas figurações trouxeram ao cenário urbano, destas cidades, os sujeitos migrantes para o corte canavieiro. Na sombra deste processo, silenciadas e ocultadas nos interiores das casas e alojamentos, vieram também algumas famílias destes trabalhadores, que passaram a se reorganizar, na maioria dos casos em núcleos familiares. A origem delas pelos dados dos questionários revelou a predominância do contexto rural, de sítios do Sertão Paraibanos e Pernambucanos.

Neste sentido, na primeira seção deste segundo capítulo busca-se delinear a discussão teórica para análise da família na experiência do viver temporário, no processo de assalariamento para corte de cana. Nela parte-se do conceito de THOMPSON (1978) da “*experiência*”, enquanto valores normativos constitutivos dos espaços sociais de origem, para o entendimento das permanências e transformações deles no processo migratório de rearranjo familiar. Utilizou-se da metodologia de Robert PRUS (1996), a etnografia da intersubjetividade, para se captar justamente os elementos híbridos na experiência da reorganização familiar. Articulada a esta perspectiva recorreu-se ao modelo teórico de James SCOTT (1990, 2002), através do registro e análise de “*transcrições/discursos públicas e ocultas*”, as quais engendram múltiplas formas de resistência as diferentes dimensões de dominação da vida cotidiana. Assim, a partir da posição ocupada pelos membros internamente ao grupo familiar, captaram-se relatos orais desta experiência de vida que apontaram para permanências e possíveis fissuras na dominação/exploração para o corte de cana, atrelada a dominação androcêntrica exercida aos demais membros da família, no espaço doméstico. O rearranjo familiar apresentou-se como agência de mediação das reciprocidades e conflitos internos ao grupo familiar e na relação deste com o entorno social, das cidades canavieiras. Como resultado desta observação elaborou-se o modelo teórico que sustenta a imbricação da esfera doméstica, a moradia provisória, as figurações irradiadas pelas relações de poder do

espaço dos eitos dos canaviais, com impactos nos papéis de gênero, desempenhados pelos casais migrantes, ao articular novas atividades da rotina doméstica canavieira à tradicional divisão sexual do trabalho camponesa.

Na seção posterior problematizaram-se as categorias de origem e destino, ao apresentar as experiências de discriminação e as estratégias de resistência, acionadas pelos membros da família migrante, na luta pelo reconhecimento das particularidades cotidianas que referenciavam os atributos deles ao pertencimento geográfico de origem.

Na terceira seção foram construídas quatro trajetórias diferenciadas da recomposição familiar (dois rearranjos de núcleo familiar, um de família ampliada e um de famílias ampliadas), pesquisados em Novo Horizonte. Destacaram-se aspectos quanto às formas de viabilizar a migração, a permanência, os conflitos e resistências advindos da experiência familiar, em viver temporariamente no espaço social das cidades canavieiras paulistas.

2.1 – A perspectiva teórico analítica da recomposição familiar

Nesta seção, pretendemos apresentar as reflexões teóricas que auxiliaram na formulação do objeto de estudo, a recomposição dos arranjos familiares. Priorizou-se para análise desta etapa no processo migratório familiar, atentar para as reconfigurações nos eixos assimétricos de poder, analisados a luz das categorias de classe e gênero, nas posições ocupadas pelos membros nas famílias migrantes com origem camponesa.

Inicialmente, cabe apresentar os principais conceitos teóricos e metodológicos que orientaram a pesquisa para construção dos casos das famílias migrantes. No que tange ao conceito de família, adotou-se o conceito de MENDRAS (1976) para arranjo de família camponesa, o qual estabelece o grupo doméstico como laços ou não de parentesco que dormem sob o mesmo teto e comem da mesma panela. Corrobora com a formulação desta dinâmica do arranjo familiar, a contribuição de STOLCKE (1986) que aponta para modificações na moral familiar, em específico no processo histórico dos colonos em assalariados provisórios.

“(...) o sistema atual de trabalho assalariado eventual exige a reunião do rendimento dos membros da família, mas ela deixou de ser uma unidade de trabalho. Porém, porque persistiu a necessidade de partilhar os rendimentos, o trabalho assalariado individual não conseguiu converter os homens, e menos ainda as mulheres em agentes formalmente livres no mercado de trabalho, liberados de todos os compromissos familiares” (STOLCKE, 1986:348).

Esta perspectiva contribui para análise de como a transitoriedade dos membros familiares, ao acompanharem o trabalhador assalariado, reorganizam as suas relações sociais dentro do grupo familiar. Em específico é redefinido os papéis de gênero internos a família, em processos difusos de negociação das tarefas domésticas e na participação da remuneração realizada pelos agregados ao rearranjo familiar. Como aponta o trecho a seguir, esta questão foi pontuada pela autora e contribui para atualizar dinâmica dos papéis de gênero interna ao grupo familiar.

“Não obstante, o trabalho assalariado individual pôs em questão a estrutura tradicional de autoridade (para a realização do trabalho) e o espírito cooperativo na família, porque, embora os papéis sexuais não tenham sido redefinidos, a individualização do trabalho eliminou algumas das funções tradicionais do marido/pai como chefe de família” (STOLCKE, 1986:348 grifos nossos).

Assim, o arranjo familiar torna-se importante agência de mediação entre a divisão sexual do trabalho, doméstico e público, e a dominação androcêntrica, na esfera familiar. Desta sorte, buscou-se interpretar as mediações de reciprocidade e conflitos entre os membros da família migrante inseridos em famílias nucleares, e também das famílias reorganizadas em famílias ampliadas (com agregados que mantenham ou relações de parentesco) que ocupavam o mesmo espaço privado de alojamento provisório.

Outra perspectiva que corroborou para o conceito de família foi considerar a tensão interna ao grupo familiar na dinâmica do arranjo. Partiu-se da perspectiva desenvolvida por BRUSCHINI (1989) que define família enquanto grupo de indivíduos que convivem sob o mesmo teto, numa dinâmica em conflito para garantir a sobrevivência. Cabe destacar, que no contexto da família atrelada o corte de cana, já foi apontado para o arrefecimento do patriarcado o eixo de equilíbrio das relações intrafamiliares. A socióloga SILVA (1997), denominou esse fenômeno de “*provedor defeituoso*”, ou seja, o trabalhador do corte de cana que já não consegue garantir a sobrevivência do grupo familiar e deter a autoridade patriarcal sobre o mesmo, quando da inserção dos demais membros em outras atividades. Neste sentido, a tendência geral da pesquisa apontou para possibilidade de inserção dos demais membros familiares (mulheres-esposas ou irmãs) em atividades remuneradas, em pequenos recursos marginais, como o preparo da comida dos trabalhadores.

“O aparecimento do trabalhador individualizado provocou mudanças no interior da família. O homem, ao perder as funções anteriores relativas à gestão do trabalho, deixa de ser o pai-marido-patrão. Torna-se, paulatinamente, o “provedor defeituoso” da família, na medida em que a mulher e os filhos são obrigados também a se assalariar para garantir as condições mínimas da sobrevivência.” (pág. 562).

Entretanto, a mesma autora já apontava para possíveis fissuras, nesses laços de dominação patriarcal, quando da imbricação em novos papéis de gênero desempenhados pelas mulheres neste contexto histórico social.

“A história da passagem da condição de colona a bóia-fria mostra os laços invisíveis da trama de classe, gênero e raça/etnia que prendem as mulheres que trabalham no campo, trama que se transforma em drama, em trauma. A saída, a luta contra o destino traçado, independente de suas vontades, é buscada, nos vazios dessa rede” (SILVA, 1997: 574 e 575).

Ao nos referenciar-mos pela contribuição analítica da renda fundiária, MARX (1983) apontava a ruptura no trabalho agrícola desempenhado pelo camponês, o qual

teria por fundamento o trabalho necessário para a produção e apropriação de alimentos na reprodução da unidade doméstica e unidade agrícola. Inseridos na posição de assalariados, ou seja, privados do acesso a terra, os membros da família camponesa articulariam inserções no trabalho agrícola e/ou trabalho industrial para garantir sua sobrevivência. Deriva dessa ruptura, a interpretação de MARX (1983), na qual o trabalho necessário e o mais-trabalho são executados de maneira complementar por partes distintas da classe trabalhadora, nos setores da agricultura e indústria. Essa interdependência é produto próprio do modelo de produção capitalista, uns produzem a base de alimentação dos outros, enquanto paradoxalmente ambos são privados dela. Entretanto, nesta análise não se revelava a dimensão do trabalho doméstico feminino não remunerado, tanto na produção de trabalho necessário quanto o mais-trabalho, para a produção e reprodução da família camponesa em vias de proletarizar-se, no contexto da Inglaterra do século XIX.

“Do ponto de vista social, uns realizam apenas trabalho necessário porque outros realizam apenas mais-trabalho, e vice-versa. Isso é somente divisão do trabalho entre eles. O mesmo ocorre com a divisão de trabalho entre trabalhadores agrícolas e trabalhadores industriais em geral. O caráter puramente industrial do trabalho, de um lado, corresponde o puramente agrícola, do outro. Esse trabalho puramente agrícola não é de nenhum modo natural, mas ele mesmo um produto - e de fato um produto muito moderno, que não se encontra em toda parte – do desenvolvimento social e corresponde a uma fase bem determinada de produção. Assim, como parte do trabalho agrícola se objetiva em produtos que servem apenas para o luxo ou constituem matérias-primas para a indústria, mas de modo algum entram na alimentação, e muito menos na alimentação das massas, assim também, por outro lado, parte do trabalho industrial é objetivado em produtos que constituem os meios de consumo necessário tanto para trabalhadores agrícolas quanto aos não agrícolas.” (MARX, 1985:136, grifos nossos)

Deste trecho, indagamos dentro do objetivo desta pesquisa: Como se articula o trabalho feminino doméstico com a acumulação realizada pelo modelo do trabalho assalariado? Uma das pistas sugeridas pelo marxismo seria o papel das mulheres/esposas no desenvolvimento (produção e reprodução) social da força produtiva, como apontado por SILVA (1991, 1997&1998). Contudo, esse não foi o foco de análise e crítica por parte de MARX (1985), até por que, ele pressupôs que a condição necessária no funcionamento da produção agrícola capitalista, o camponês, em vias de assalariamento, deveria ser privado por completo das condições objetivas e materiais da produção de alimentos, para que desprendesse um quantum de energia a mais a ser incorporado e explorado.

“... portanto o trabalho agrícola no sentido econômico mais amplo, precisa ser suficientemente rendoso para que todo o tempo de trabalho disponível não seja absorvido na produção de recursos alimentícios para os produtores diretos.” (MARX, 1985:138)

No estudo, *“Os clandestinos e os direitos: Estudo sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco”*, SIGAUD (1979) se pauta nesta perspectiva marxista da compreensão do processo histórico da *“transferência da força de trabalho de dentro para fora dos engenhos”* (p.11) e expõe os mecanismos diretos e indiretos de pressão para expulsão dos trabalhadores moradores. Ela reconstrói a ruptura das relações sociais, tanto na neutralização situações conflituosas com trabalhadores, quanto pela impessoalidade de medidas adotadas para intensificar a *“grandeza das tarefas ou adulterar os instrumentos de mensuração”* (p. 70) e assim, aumentar a extração da mais valia-relativa, o que acarretou na saída da família para as pontas de ruas. Nesse ponto, o estudo revelou a importância do trabalho doméstico feminino (atividade de cozinhar, lavar e limpar a casa) para diferenciação entre os trabalhadores assalariados que podiam recorrer à força de trabalho familiar versus os solteiros. Isto levava o primeiro grupo a dispor de um maior quantum e energia disponível para intensificação dos poros da jornada de trabalho e respectivo aumento da competição entre as duas categorias (solteiros e casados), que paradoxalmente pressionava ao decréscimo do salário global pela incorporação do trabalho não remunerado feminino.

“Se todos os chefes de família na rua tendem a utilizar a força de trabalho familiar, há um aumento do quantum de trabalho fornecido por cada trabalhador individual (o pai e os filhos), o qual passará a funcionar como equivalência para a remuneração da força de trabalho como um todo” (SIGAUD, 1979:175).

Assim, para entendermos a condição feminina subsumida as formas de dominação e exploração do trabalho assalariado, foi adotada a orientação crítica elaborada pelas feministas Seyla BENHABIB & Drucilla CORNELL (1987), ao ressaltarem a ausência da perspectiva da condição feminina nos pressupostos do marxismo ortodoxo. Em outras palavras, estes não enfocam as experiências concretas nas condições de vida das mulheres, ao relegaram de maneira inferiorizante as atividades domésticas femininas a mera esfera da reprodução, na qual o controle dos dispositivos da sexualidade e trabalho feminino estavam/estão subordinados aos desejos dos homens/maridos/companheiros. Assim, a proposta delas é questionar a lógica dessas categorias, da reprodução ou esfera consumo

doméstico, as quais foram elaboradas a partir da epistemologia do paradigma da produção. Este não abordou a assimetria na participação dos gêneros nas atividades (trabalho) na esfera pública ou privada. Nas palavras das feministas:

“... seria o conceito produção – que se baseia no modelo de um sujeito ativo que transforma, faz e modela um objeto a ele dado – totalmente adequado para abranger atividades como gerar e criar filhos, atender doentes e idosos? Podem a alimentação, o cuidado e a socialização de crianças ser entendida à luz de um modelo sujeito-objeto sendo atividades tão completamente intersubjetivas” (BENHABIB & CORNELL, 1987:8).

Corroborando com essa perspectiva a de SILVA (1991:57) em se investigar não a causa ou determinantes dessa assimetria de gênero, mas caracterizar o *modus operandi* delas numa sociedade engendrada (ideológico e materialmente) em relações que tornam iguais o intercâmbio entre coisas e pessoas, ou seja, “a explicação (das assimetrias) entre os gêneros e outras existentes devem fazer parte do mesmo estatuto teórico das assimetrias decorrentes da natureza contraditória entre o capital e trabalho, mistificados pela objetivação das relações sociais na sociedade burguesa.” Outrossim, a vigilância epistemológica que autora sugere é de que a dominação masculina, em sua origem extrapola a determinação das relações assimétricas engendradas pelo trabalho na sociedade capitalista. Ela não causa ou é determinada pelas relações nas formas assimétricas de exploração e dominação capitalista. Dialeticamente, essas contradições entre gênero são imbricadas no bojo do processo social da esfera de produção ao qual são inseridos, e reorganizam contraditoriamente elementos morais e históricos no âmbito doméstico da produção e reprodução da força de trabalho.

“Tanto a divisão do trabalho quanto a divisão sexual do trabalho devem ser entendidas no seio das relações econômicas onde elas se manifestam. Também é indubitável que a divisão sexual do trabalho precede a divisão da sociedade em classes. Esta divisão sexual é uma manifestação universal das mais diferentes sociedades.(...)Assim, cada modo de produção possui uma determinada divisão sexual do trabalho correspondente a uma determinada divisão do trabalho na sociedade” (SILVA, 1991: 61 e 62).

Portanto, entendemos que as relações da dominação patriarcal são anteriores as enfeixadas pela relação da dominação e exploração da força de trabalho, em específico para o assalariamento temporário no corte de cana. Contudo, a partir das reflexões acima apresentadas, sustentamos a imbricação da esfera doméstica, a moradia provisória, as figurações irradiadas pelas relações de poder do espaço dos eitos dos canaviais, essencialmente masculinos. Desta sorte, privilegiou investigar como a estratégia na busca de uma renda própria pelas mulheres exerce

influência nos rearranjos em novos papéis de gênero, desempenhados pelo casal, ao articular novas atividades da rotina doméstica canavieira à tradicional divisão sexual do trabalho camponesa, na qual caberiam aos homens as atividades produtivas e a mulheres o trabalho reprodutivo doméstico.

Assim, ao privilegiar a condição feminina no viver temporário, em específico das mulheres que acompanhavam seus respectivos maridos ou irmãos, trouxe o desafio teórico metodológico em acessar estes espaços silenciados e invisibilizados, dentro das moradias provisórias. Local onde elas estavam circunscritas maior parte do tempo da rotina cotidiana. Deste modo, privilegiou-se orientar a pesquisa etnográfica em caracterizar a experiência do viver temporário, em específico na preocupação com os efeitos nas transformações e coexistência paradoxal das estruturas inconscientes da economia-moral camponesa, com a reorganização em novas práticas e representações na consciência temporal no trabalho doméstico cotidiano, subsumido e concomitante ao trabalho assalariado para o corte de cana. Partimos do referencial de experiência elaborado por THOMPSON (1978) que reforça a interpretação pelo viés culturalista das normas que referenciam o comportamento camponês, em específico das normas condicionantes para as mulheres:

“E verificamos que, com “experiência” e “cultura”, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral” (pág. 189).

Tal perspectiva contribuiu para analisar a condição feminina no viver temporário, traduzida nos monopólios culturais de afetividades e saberes próprios, trazidos na experiência do *habitus* (BOURDIEU, 1983)³³ campesino na apropriação do espaço doméstico. Por exemplo, a limpeza e preparo da comida, foram pontos centrais no registro etnográfico. Dimensões também tratadas para posições dos homens que cultivavam rocinhas, nos pequenos quintais das casas alugadas, nas

³³ A definição de BOURDIEU para *habitus* é: “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente.” (BOURDIEU, 1983: 61).

idades de destino. Partimos então, para uma análise relacional em captar as tensões e conflitos presentes nas relações sociais intrafamiliares que orientam a reprodução social dos grupos domésticos, ao informar quais as injunções para os membros familiares *optarem ou decidirem* por práticas econômicas, ao mesmo tempo em que continuavam a realizar práticas de seu modo de vida. Portanto, o assalariamento temporário não significa a completa ruptura com as suas formas de vida. E essas só podem ser conhecidas através da etnografia, na qual a situação interativa simbólica permitiu trocas de conteúdos intersubjetivos, dos conhecimentos próprios no modo de reprodução da sobrevivência do arranjo familiar, que traz incutido consigo práticas e representações do *habitus* camponês.

Nesse sentido, foi fundamental a contribuição teórica metodológica de Robert PRUS (1996), cujo esforço etnológico de reformular e reforçar as bases do trabalho de investigação empírica está inscrito na tradição da Escola de Chicago, no contexto da década 1990. Momento em que a prática etnográfica foi questionada pelas correntes teóricas Pós-Modernas e Neopositivistas.

Robert PRUS (1996) é filiado à tradição da Escola de Chicago. Na obra "*Symbolic Interaction and Ethnographic Research: Intersubjectivity and the Study of Human Lived Experience*" (1996), ele busca reformular a perspectiva da tradição interpretativa nas Ciências Sociais Norte Americana. Para tanto, realizou ampla revisão bibliográfica teórica dos filósofos, economistas e sociólogos alemães - Wilhelm Dilthey, George Simmel, Max Weber e Wilhelm Wundt - bem como dos sociólogos e do psicólogo do Pragmatismo Americano - Charles Horton Coole, Hebert Blumer e George Herbert Mead - os quais produziram as bases para tradição interpretativa e que fundamentou o surgimento da corrente do Interacionismo Simbólico. Nesta tradição, a realidade da sociedade é uma criação da interação intersubjetiva entre indivíduos ou grupos humanos, no compartilhamento das experiências e no criar sentidos que orientam as suas ações, a partir do compartilhamento de conjuntos de significações dados nestas experiências interativas. A tradição interpretativa do Interacionismo Simbólico pressupõe que a realidade social é uma criação externa as consciências dos indivíduos, no caso, mediada pela interação intersubjetiva, ou seja, nas trocas mútuas dos conteúdos simbólicos de particularidades das experiências vividas entre indivíduos em grupos humanos, em situação e contextos específicos.

PRUS (1996) busca distinguir subjetividade de intersubjetividade na existência humana. O primeiro mecanismo mental produz imagens e significados que os sujeitos guardam para si, de seus próprios comportamentos, os quais não são de interesse da sociologia, e constituem objeto específico de estudo para psicologia. Por intersubjetividade PRUS (1996) delimita como os sujeitos humanos criam significados para suas experiências e constroem atividades significativas recíprocas com outros seres humanos em: pensar, agir, interagir e dar significados a essas ações no mundo cotidiano. Há um contínuo realizar-se na intersubjetividade pelas imagens e realidades do mundo criadas e trocadas permanentemente. Essas imagens são forças obstinadas que encorajam a ação dos indivíduos dentro dos grupos humanos. Portanto, a intersubjetividade é a mediação entre a realidade externa e os processos de significação particulares criadas pelos sujeitos referenciados em grupos. Ela é o processo contínuo em compartilhar e criar significados (através da linguagem e de símbolos) de acordo com as experiências vivenciadas pelos sujeitos, com vista a antecipar potenciais mudanças futuras realizáveis no presente.

“...attends to the ongoing accomplishment of everyday life in the “here and now” (while mindful of the evershifting present within people’s experiences with the past and their anticipations of the futeres)” (PRUS, 1996:xviii).

A noção interpretativa em PRUS (1996) está filia a tradição do filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1833-1911), na qual o estudo do comportamento humano está na atividade de compartilhar entendimentos ou significações para os próprios comportamentos, circunscritos em situações em que pessoas estão em atividades conjuntas, ao disporem de um código de linguagem em comum para troca de símbolos de suas experiências.

“... the interpretivist observe that the study of human behavior is he study of human lived experience and that human experience is rooted in people’s meanings, interpretations, activities and interections.” (PRUS, 1996:9)

Nessas trocas de imagens simbólicas ou estoques de conhecimento - *“stocks of knowledghe”* (PRUS, 1996:12) transmitidas em conversas e interações se estabelece também as relações de poder, posto que ao difundir e convencer que o compartilhamento de uma experiência explique objetivamente uma realidade, a habilidade invocada está em que o outro (receptor da mensagem) aceite essa interpretação como válida.

“Thus, the processes of “indicating” (pointing to, drawing attention to, or gestures, writing about, photographing or recording) become exceedingly consequential in the matter of sharing experiences with other. As Mead observer in his discussion of the symbol, successful sharing is contingent on one’s ability to invoke the sensations that one experience in the mind of the other. Better approximation of shared experience are dependent, therefore, not only on the sender’s attempts and abilities to formulate or portray experiences to the other in manners that th other would comprehend, but also on the recipient being willing and able to adopt the viewpoint of the sender in interpreting these messages.” (PRUS, 1996:13 – grifos nossos)

Portanto, essa perspectiva reforçou a importância da pesquisa etnográfica para se ter acesso a situações interativas intersubjetivas junto as famílias migrantes. Nos termos de PRUS (1996) o privilégio da presença, ou seja, fazer observações participando da obstinada realidade - “*obdurate reality*” (PRUS, 1996, p.246) - contínua da vida dos pesquisados em compartilhar sentidos e significados sobre suas ações e comportamento, continua a ser a experiência fundamental para coligir dados (perspectivas explicativas sobre a realidade do mundo), os quais posteriormente servem de base para interpretações e elaboração de categorias heurísticas, na objetivação das experiências registradas na realidade social vivida nesse processo de partilhar significados na condição da humana.

Neste ponto, na dimensão de como acessar pela etnografia intersubjetiva as assimetrias nas relações de gênero, as contribuições críticas da historiadora feminista Michele PERROT (2007 & 2008), permitiu pensar em captar as narrativas das experiências de vida das trajetórias sociais das mulheres que ocupavam permanentemente a posição de donas de casa, inseridas em processos migratórios, a partir do poderes difusos que elas exerceriam no arranjo familiar.

“As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina - que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.” (PERROT, 2008:212)

Limitadas das escolhas de onde e como iriam viver, elas passam a ocupar novas posições internas a família, ao desempenharem o gerenciamento do orçamento doméstico (renda do marido), auferir ganhos marginais com atividades complementares (lavar roupa, fazer faxina ou preparar alimentos) e, todavia continuarem a realizar o trabalho doméstico não remunerado, fator indispensável para acumulação capitalista.

“A sociedade do século XIX não poderia crescer e se reproduzir sem esse trabalho não contabilizado, não remunerado da dona-de-casa. Finalmente ela se esforça em trazer à família, unidade econômica fundamental na vida popular, recursos monetários, marginais em períodos normais, às vezes com destino especial (complemento para os pequenos gastos, diversões ou melhorias no alojamento...), vitais em casos de crise que sempre acarreta um aumento da atividade feminina, já que é preciso compensar o salário periclitante do pai de família. Esse “salário de trocados” provem essencialmente de atividades no setor de serviços: faxina lavagem de roupa, entregas (a entregadora de pão é um exemplo dessas mulheres de recados, e as crianças são de preferência puxadores de carrinhos, outra forma importante de transporte das mercadorias); mas também o pequeno comércio das mulheres com bancas ou das vendedoras a domicílio de artigos variados; finalmente, cada vez mais – e é uma ruptura radical na utilização do espaço – o trabalho a domicílio” (PERROT, 2008: 214).

Esta perspectiva permitiu elaborar três modelos ideais de resistência/assujeitamento cotidiana das mulheres nesta transitoriedade na experiência de vida, na reorganização dos papéis de gênero no arranjo familiar:

1) A recusa, em desempenhar atividades domésticas, como lavar o uniforme de trabalho, do marido ou agregados ao núcleo familiar.

2) A renegociação de tarefas domésticas, na troca de atividades como o preparo da janta pelos maridos, enquanto elas cuidam dos filhos.

3) E por último o assujeitamento as novas práticas cotidianas engendradas pelo ritmo de trabalho do corte de cana, como o preparo da comida, antes que os maridos acordassem para jornada de trabalho.

Numa perspectiva relacional é possível anuir essas dimensões de reorganização interna da família ao processo dialético imposto pela migração. Assim temos que:

No arranjo: A questão premente da união estável civil e religiosa para que as mulheres pudessem circular entre os circuitos migratórios. Em contrapartida, a ruptura a esse código moral implicaria em injunções ao casal que passa a ser designado por ter “*saído fugido*”, e implica na impossibilidade do retorno do mesmo a relações de sociabilidade com aos seus núcleos familiares de origem. Para as mulheres solteiras, em geral irmãs dos trabalhadores do corte, ocorre à transferência do poder patriarcal para as figuras dos irmãos, com a vigilância e proibição de relações afetivas, nas cidades de destino.

Nos Desarranjos: O estigma para as mulheres que permanecem os primeiros anos nos sítios da origem, em assumir as funções das atividades na agricultura origem, ou ter que assumir as funções da atividade do corte de cana no destino.

Nos Rearranjos: As tensões e conflitos decorrentes da renegociação dos papéis de gênero nas figurações de destino, para as atividades domésticas cotidianas, como o preparo da comida, cuidar dos filhos e lavar roupa.

Em todo esse contexto, segundo a interpretação do poder patriarcal (SAFFIOTI, 2007), seria possível entender essa apropriação do trabalho doméstico feminino, enquanto uma forma de resistência cotidiana masculina à exploração do assalariamento. Assim, hipoteticamente, na esfera privada, a dominação e exploração do trabalho temporário no corte dos homens são conjugadas à dominação masculina sobre a obrigatoriedade nas tarefas domésticas pelas mulheres. Para além desta percepção funcionalista, entende-se que as mulheres exercem poderes cotidianos de resistência, ou seja, de não confrontação explícita aos deveres culturalmente naturalizados, de serem obrigadas a realizar os serviços domésticos. Formulamos tal hipótese, pois, em alguns relatos orais de mulheres, coletado com as famílias migrantes, apontou-se para possíveis modelos de “*transcrições/discursos públicos e ou ocultos*” (SCOTT, 1990), de resistência frente à dominação masculina de seus companheiros. A seguir, faremos uma breve apresentação desta perspectiva teórica e metodológica.

O cientista político James Scott analisou os impactos sociais da mecanização na colheita do arroz, no contexto da Revolução Verde, na Malásia. As políticas restritivas do governo ao acesso e cultivo daquele produto aos camponeses, o levaram a trajetória de estudo em compreender a dinâmica da luta de classes, na situação em que os camponeses estão no limite de suas contingências. As formas de resistência nessa conjuntura são: trabalho de replante das mudas de arroz realizado de forma lenta pelas mulheres, furto de pequenas quantidades de arroz e a destruição de maquinários no silêncio da noite.

Essas ações de “*microrresistência*” têm em comum a forma de serem individuais, descentralizadas, ubíquas, autoinduzentes, e não comportarem estratégias explícitas de confrontação coletiva e direta da legitimidade do exercício do poder pelas classes dominantes. São táticas de barganha e assujeitamento frente às

situações de extrema penúria social, ou seja, formas de agir diante da premência na luta pela sobrevivência. A dimensão estratégica está em ocultar as identidades dos responsáveis pela ação, como forma de proteger os camponeses que as realizam.

Importante salientar que, para a pesquisa em curso, este modelo investigativo contribui para o entendimento do processo de “*transcrição/discurso*”. SCOTT (1990) define este processo como sendo um ato de descrever, captar as contradições entre as falas e práticas, e, principalmente, captar e significar as expressões corporais e silêncios, durante o contexto da interação do pesquisador com os pesquisados, atitudes as quais revelam o desejo de ruptura com a dominação, fundamentalmente pelo discurso público ou oculto.

“(...) transcrição é quase usado no sentido jurídico (processo verbal) de um registro completo do que foi dito. Este registro completo, entretanto, pode também incluir atos não verbais, tais como gestos e expressões.” (SCOTT, 1990:2)

Por “*transcrições/discursos públicos*”, o autor remete a atos “performáticos” nas interações entre os dominantes e os subordinados. A transcrição pública é o ritual de amálgama entre os dominantes e dominados, o exercício de falsa conformação da subordinação com a participação ativa dos subordinados e o silêncio premeditado dos dominantes. Estes não teriam o controle absoluto na interação, mas corresponderiam com falas e gestos aos desejos e interesses dos dominados.

“The dominant never control the stage absolutely, but their wishes normally prevail, in the short run, it is in the interest of the subordinate to produce a more or less credible performance, speaking the lines and making the gestures he knows are expected of him.”(SCOTT, 1990:4)

Essa perspectiva da “*transcrição/discurso público*” corrobora com a concepção de FOUCAULT (2005) de inteligibilidade entre a dominação e resistência, na qual as estratégias de dominação e resistência são processos multiformes e, parcialmente, integráveis a estratégias de conjunto para o exercício do poder.

“... não há relação de poder sem resistência; que estas são mais reais e eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder, a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais. (...) A luta de classes pode, portanto, não ser o “ratio do exercício do poder” e ser, todavia, “garantia de inteligibilidade” de algumas grandes estratégias” (FOUCAULT, 2005:249).

Por outro lado, as “*transcrições/discursos ocultos*” também são caracterizadas por falas, gestos e práticas, contudo recalcadas nas interações públicas. Elas carregam uma grande carga de energia que mobiliza o mecanismo intersubjetivo lesado/negado em reprimir o potencial explosivo de ódio e violência por parte dos grupos dominados, frente às agressões públicas, que lhes furtam o reconhecimento de sua dignidade humana. Esse elemento da identidade denegada é fator essencial para a empatia entre os dominados, ao ritualizarem, através da verbalização em narrativas nos espaços privados, a sua condição de não serem reconhecidos e respeitados em seus atributos identitários. Remete-se à interpretação de MONSMA (2000), de que haveria espaços para narrar o não reconhecimento:

“As transcrições escondidas, tanto dos dominantes quanto dos subordinados, são produtos de espaços protegidos onde podem falar abertamente sobre as relações de dominação e as suas ideias a respeito do outro” (pág.102).

Portanto, tais reflexões contribuem com as hipóteses formuladas ao atentar para atos de *microrresistência*, ou seja, falas, gestos e práticas recalcadas nas interações públicas, entendidas aqui no convívio conjugal, na esfera privada, e na esfera pública nas cidades canavieiras paulistas, bem como nos eitos.

A definição de SCOTT (2002) para microresistência é:

“Microresistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas a essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores.” (SCOTT, 2002:24)

Durante a pesquisa de campo, buscou-se interagir, conforme a possibilidade, com os casais, tanto em entrevistas individuais ou coletivas. Com as mulheres/esposas, por ocasião das entrevistas individuais, buscou-se suscitar um fluxo narrativo, o qual apontasse para a perspectiva de “*transcrições/discursos ocultos*” de SCOTT (1990), segundo a qual, haveria um deslocamento da energia agressiva da frustração de estar subsumida a dominação de gênero, para a ação intersubjetiva de relatar estratégias de resistência. Identificamos duas possibilidades de microrresistência aos deveres femininos nas tarefas domésticas, a saber: 1) a busca pela ruptura da dominação masculina, por meio do trabalho remunerado fora de casa; 2) falas e gestos que apontaram para renegociação das atividades domésticas, de maneira dissimulada.

É importante pontuar que algumas mulheres revelaram profunda insatisfação com sua condição da dependência monetária dos esposos, ao mesmo tempo com as obrigações de realizarem as tarefas domésticas. Paradoxalmente, mesmo as mulheres/esposas, cujo trabalho fora de casa é permitido, depositavam grandes expectativas no provedor masculino, um tipo de masculinidade hegemônica ideal, que sustentaria os filhos e planejava o futuro do núcleo familiar. Assim, o rompimento da *ordem patriarcal de gênero* (SAFFIOTI, 2007) formulada no primeiro momento da pesquisa, foi reelaborado para a estratégia de microrresistência, na qual sobrevivência imediata do núcleo familiar estaria circunscrita, no limite, às renegociações dos papéis de gênero no contexto da dominação masculina cotidiana na moradia provisória.

2.2 – “Não mora bem lá, nem se vive bem aqui”.

O marcador social do pertencimento geográfico na experiência cotidiana do viver temporário

Nesta sessão busca-se problematizar a flexibilidade das categorias de origem e destino, na experiência temporária da recomposição familiar no processo migratório. Esta reflexão surgiu a partir das representações do encarregado de turma e de uma assistente social da mesma usina. Elas remetiam respectivamente, aos locais de arregimentação e saída dos ônibus, ou nascimento como pontos nas trajetórias de vida dos migrantes, que os referenciavam ao espaço de sua origem. Por outro lado, ao coletar relatos das experiências de transitoriedade junto aos membros da família migrante, pelos espaços origem e destino, notou-se que era extrapolada a dimensão da migração dicotômica estanque entre o rural e o urbano interestadual. Fundamentalmente, quando analisado pela ótica das resistências cotidianas frente à discriminação ao pertencimento geográfico, empreendida pelos moradores locais das duas cidades, observou-se múltiplas estratégias empregadas pelos membros da família migrante em se fazer reconhecer as particularidades de suas origens.

Desta sorte, pretende-se aprofundar a dimensão do pertencimento geográfico como marcador social presente na sociabilidade do rearranjo familiar. Assim, a recomposição familiar reforça a percepção inversa de não reconhecimento ao espaço cotidiano das cidades canavieiras, bem como as cidades e sítios de origem, em função da ausência permanente. Em específico, o pertencimento geográfico apresenta a dicotomia entre o enunciado pelos moradores das cidades canavieiras, e aquele experimentado pelos sujeitos migrantes em suas trajetórias de vida.

Assim, buscou-se compreender em que medida essa situação deriva das múltiplas formas de relação com o espaço social do entorno do qual as famílias passam a fazer parte e de que maneira elas se apropriam dos “*territórios migratórios de destino*” (FLORES, 2006; SILVA, 2007; MELLO, 2007). Segundo essas autoras, esse conceito corresponde às novas formas de sociabilidades que são experimentadas pelos migrantes na construção de vínculos necessários com agentes (enganchadores/gatos)³⁴ para inserção no processo de trabalho, ao mesmo tempo em

34 Entende-se por gatos a categoria de trabalhadores das usinas que são responsáveis pela arregimentação e

que valores culturais (hábitos alimentares, musicais) são reconstruídos na prática cotidiana de resistência de suas identidades, apontados por exemplo, nos saberes e afetos femininos domésticos, no plantio de rocinhas e nas formas de estratégias frente a discriminação cotidiana por serem paraibanos. Portanto, buscou-se caracterizar as formas como os rearranjos constituem espaços de reelaboração e práticas de resistência cotidiana, na preservação de identidade do grupo doméstico ao pertencimento geográfico de origem.

De partida recorre-se ao seguinte trecho para formular o itinerário temporário nas transformações nas relações primárias da família, quanto a sua origem.

“Esta circularidade não pressupõe a reprodução da mesma situação social. Ao contrário. À volta, o caminho de fechar o círculo não é igual ao caminho de iniciá-lo, porque a circularidade não ocorre uma única vez. Em muitos casos, ela acontece durante quase toda a vida destes agentes sociais. Neste sentido, ela é permanente e o migrante temporário é permanentemente temporário. Este é seu destino. Esta é sua história. Destino de ser híbrido, isto é uma mistura de camponês e assalariado, mistura de duas condições sociais.” (SILVA, 1992:166)

Destaca-se desta vida permanentemente temporária, a formulação hipotética de que um membro da família pode ter nascido em determinado espaço geográfico, migrado internamente ou para outro território, e se reconhecer pertencendo a esse novo território, principalmente a partir do ritual de aliança matrimonial, ou seja, o momento do arranjo familiar, e posterior desarrajo para assalariamento masculino no corte de cana. Contudo, corrobora com essa interpretação a perspectiva de MENEZES (2002) em compreender a migração não pela perspectiva linear de proletarização definitiva dos camponeses. Ela traça os itinerários individuais e as trajetórias sociais dos sujeitos migrantes, como recurso metodológico diferenciado que apresenta o desdobramento complexo do processo migratório, ao invés de ser interpretados em modelos de integração desses sujeitos a processos agroindustrialização, presentes nos territórios de destino.

“A tentativa aqui é a de superar noções lineares de desenvolvimento da sociedade, para as quais determinados tipo de migrações, como a sazonal, de curta duração e distância, são etapas para uma migração definitiva, de completa proletarização dos camponeses. A perspectiva da transição do campo para a cidade ou de camponês para proletário obscurece nossa

compreensão do relacionamento entre trabalho assalariado e as formas pelas quais o campesinato tem-se mantido ao longo dos anos, bem como não desvela a diversidade e complexidade dos tipos de migrações entre espaços de reprodução camponesa e espaços de assalariamento rural e urbano.” (MENEZES, 2002:51)

Assim, buscou-se apresentar nos casos de famílias migrantes a etapa da dinâmica do rearranjo, realçando a dimensão dos laços parentais, na qual a experiência da transitoriedade desses indivíduos, entre espaços de origens e destinos, na recomposição desta relação de reconhecimento primária é acrescentado o fator de coesão - o atributo identitário do pertencimento geográfico -, o qual se torna marcador social permanente nas interações cotidianas nas transitoriedades pelos espaços de destinos, as cidades canavieiras.

O ponto central foi a forma preconceituosa e de desqualificação como os migrantes eram tratados, todos designados por “*paraíbas*”, quando na realidade em seis dos casos estudados (todos no município de Mendonça), eram de origem pernambucana. Portanto, na sociabilidade cotidiana das cidades canavieiras, as diferentes origens geográficas eram homogeneizadas para sua posterior hierarquização e em alguns casos denegação. Seguiu-se a seguinte orientação teórica quanto ao conceito do preconceito pela origem geográfica, acolhida para o desenvolvimento desta reflexão.

“O preconceito quanto à origem geográfica é justamente aquele que marca alguém pelo simples fato deste pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, de uma vila, de uma cidade, de uma província, de um estado, de uma região, de uma nação, de um país, de um continente considerado por outro ou outra, quase sempre mais poderoso ou poderosa, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, inóspito, habitado por um povo cruel, feio, ignorante, racialmente ou culturalmente inferior.” (JÚNIOR ALBUQUERQUE, 2007:11).

A partir da ideia de pertencimento geográfico, objetivou-se explicitar as tensões e conflitos decorrentes na interação das famílias com a comunidade local e entre eles, através da observação de estratégias e práticas de resistência cotidiana (SCOTT, 1990), captadas em observação etnográfica, documentação imagética e entrevistas semi dirigidas das narrativas de transcrições ocultas dos membros das famílias, na posição de maridos e esposas.

A dinâmica deste movimento permanentemente provisório apresentou a seguinte forma para as trajetórias familiares:

a-) arranjo - entendida como o processo de inculcar disposições, principalmente para as mulheres, de normas e valores, como o casamento heterossexual, a distribuição assimétrica de poderes que sujeita as mulheres/esposas as vontades e desejos masculinos, ou seja, reforça-se a *ordem patriarcal* (SAFFIOTI, 2007: 53 a 62) das áreas rurais em estudo;

b-) desarranjo – compreende a experiência do desmembramento da unidade familiar com a partida inicial do homens/maridos/patriarcas, marcada na memória (das esposas e filhas/os) pelo distanciamento temporal e espacial e necessidade de assumir provisoriamente atividades nos cuidados da agricultura, para aquelas famílias, as quais os respectivos maridos colocaram roçados consorciados de milho, feijão e macaxeira, antes da partida para o assalariamento no corte;

c-) rearranjo – recomposição da família migrante, nos territórios de destino, com o estabelecimento de fissuras nas relações de poder no espaço privado, com a potencial inserção individualizada das mulheres em atividades em serviços ou indústria, ou pelo contrário, a sujeição ao trabalho doméstico, configurados nos territórios nordestino e paulista; e

d) desarranjo/rearranjo – casos em que os laços afetivos da família nuclear são rompidos definitivamente, pela incapacidade dos maridos proverem os demais membros o que acarreta no abandono das mulheres e filhos nas cidades canavieiras. É importante pontuar que nessa dinâmica a etapa de rearranjo do núcleo familiar não é um processo linear, ou seja, não representa a fixação do mesmo ao território de destino. Ela é permeada pela incerteza e indeterminação, ainda mais quando sua presença é considerada clandestina.

Esta dinâmica dialética do processo migratório foi formulada a partir da etapa de observação etnográfica, na qual se priorizou as interações intersubjetivas nas trocas de experiências (PRUS, 1996), no compartilhamento das representações que os membros das famílias migrantes tinham de estarem residindo provisoriamente. Indagou-se qual a categoria era utilizada para designar esse espaço nessa ação temporária de viver. As imagens eram construídas sempre na negação da condição em estarem convivendo junto aos trabalhadores. Uma vez que esta situação era proibida pela Usina, diante da fiscalização e assinatura de Termo de Ajuste de Conduta por uma das Usinas, a partir de 2007. Assim, as categorias designativas de “alojamentos”, “*casa da usina*” e ou “*barracos*” se opunham a representação de viver em uma casa alugada, a qual, na realidade dos membros da família, não era a

morada original da família. Os valores imaginados e concretizados na ocupação desses espaços de sobreviver aludiam à ausência.

Na “*topoanálise*”³⁵ (BACHELARD, 2008) das imagens íntimas a ausência era dos “troços” (eletrodomésticos) vendidos para viabilizar o custeio do deslocamento dos filhos pequenos. Ausência das cadeiras, objeto presente na vida sertaneja. Geralmente, dispostas nas áreas de entrada das casas nos sítios e sempre convidativas a momentos de conversas prolongadas, sobre as dificuldades da vida em permanente deslocamento dos que partiram. As cadeiras eram substituídas por bujões de gás, bancos improvisados em troncos de árvores, galões de água e ou sacos de feijão de arranque, estes trazidos para enriquecer a dieta alimentar. Despensas improvisadas sobre mesas, já que não havia armários de cozinha. Ausência de fotos nas paredes, as quais remeteriam a laços de parentesco (genealogia da família) e apresentariam o “*sociograma*” (BOURDIEU & BOURDIEU, 2006) das posições dos indivíduos dentro da família, além de revelar ritos e momentos de coesão deste grupo social. Nas paredes, apenas as projeções das sombras realçadas pelas fuligens da cana, reforçavam a incerteza quanto à permanência no futuro. Traços tortuosos das posições incertas dentro da família migrante em reconfiguração.

Enfim, espaço de refúgio efêmero, de abrigo ocasional, desfigurado de sua condição original de habitar, do desenraizamento destas famílias das condições objetivas de produção de suas existências, enquanto camponeses. Agora, achavam-se imersos em configurações de identidades híbridas, em virtude da situação de assalariados (homens - cortadores) ou subassalariadas (mulheres - empregos domésticos remunerados). Durante a pesquisa muitos reclamaram das condições de moradia, não se considerando residindo no município de destino, diante das dificuldades para sobrevivência (custos de vida e acesso a serviços públicos – saúde/transporte) e as recorrentes tensões nas interações de sociabilidade. A seguir apresentam-se algumas imagens para análise.

³⁵ Por topoanálise entende-se: “... estudo psicológico sistemático dos locais de nossa vida íntima.” (BACHELARD, 2008:28)



Foto 3 – O viver improvisado em um cômodo. Quarto/cozinha/sala, para uma família nuclear (marido, esposa e um filho). Novo Horizonte/SP 13.12.08, Foto: Rafael Aroni.

Para análise destas fotografias, as consideramos como artefatos de documentação social da transitoriedade, na decomposição e recomposição dos elementos que dialoguem com os pressupostos sociológicos da situação desses sujeitos no processo migratório. Pautamo-nos pela recriação da ausência. Neste processo o atributo do pertencimento geográfico traz consigo diversas dimensões na dialética do rearranjo da vida social. Sendo assim, a imagem fotográfica permite revelar o presente temporário na cotidianidade ocultada, na incerteza e fragmentação dessas vidas itinerantes (MARTINS 2008).



Foto 4 – Marinalva e o espaço de trabalho arrumado. A rotina no preparo das marmitas do trabalhadores inicia-se às três horas da manhã. Novo Horizonte/SP, 17.05.09. Foto: Rafael Aroni.

Outros dois pontos que merecem ser decompostos e recompostos nos elementos ocultos ou ausentes das imagens são a apropriação feminina das casas e dos espaços das rocinhas, pelos homens.



Foto 5 – Marinalva (46 anos). As práticas femininas de resistência. Panelas areadas com água da chuva, segundo a tradição camponesa do sertão de Pernambuco. Mendonça/SP, 12.10.09, Foto de Rafael Aroni.

A forma feminina de apropriação do espaço pode ser traduzida pelo monopólio do afeto aos objetos de produção da sobrevivência. As panelas trazidas na

viagem pelas esposas era justificado pelo alto preço na compra novo, além de serem “mais fortes” em relação às encontradas nos territórios migratórios de destino. Elas são dispostas como artefatos decorativos, ostentando a limpeza e arrumação, o aconchego ao espaço que não lhe pertence. O brilho delas é conseguido pela prática em areá-las com água da chuva, recolhida em cisternas improvisadas em tambores de plástico. Para além da economia nos custos com água, reforça-se o “*habitus*” dos ensinamentos que essas mulheres adquiriram durante suas vidas, uma vez que todas começaram a trabalhar nas atividades domésticas não remuneradas em média quanto tinham 10 anos.

Neste processo os saberes das práticas culinárias femininas fazem com que elas passem a desempenhar novos papéis dentro dos rearranjos e na divisão sexual do trabalho. Passam a ser remuneradas pelos demais trabalhadores, estando estes juntos ou em alojamentos próximos. Ação que inicia o processo de apresentar fissuras a dominação patriarcal, uma vez que elas eram remuneradas em pequenas quantias, em geral R\$1,00 para o preparo das duas refeições, e R\$0.50 para lavar peças de roupas, por quinzena. A próxima etapa na reconfiguração dos papéis de gênero era a recusa e negociação para que os homens lavassem as roupas de trabalho, conhecidas como “*carvão*”.

Ainda para a atividade de cozinhar novos saberes eram apreendidos na experiência de acompanhar temporariamente os maridos. A responsabilidade no preparo da comida para muitos trabalhadores modifica a utilização dos temperos. O leite não era utilizado em refogados, substituído pela manteiga. A cebola também não era utilizada na salada ou para se refogar o arroz, feijão e mistura (geralmente salsicha ou frango). Ela azedaria rapidamente a comida em razão do longo tempo de espera para ser consumida. Contudo, os sabores não eram, esquecidos, reforçavam-se os traços culturais, com a utilização do sabor forte de cominho. Tempero típico do nordeste e que era trazido semanalmente por ônibus de empresas clandestinas, as quais faziam o itinerários por diversas cidades canavieiras do interior paulista. Mantinha-se, assim, o contato permanente dos migrantes com pessoas, informações e comidas não encontradas em São Paulo. Outro exemplo foram os biscoitos de rapadura, o feijão de arranque ou de corda e latinhas de pinga, os quais eram vendidas num bar aberto por uma das esposas dos cortadores.

Outro ponto da pesquisa etnográfica reporta-se às rocinhas existentes nos quintais das casas dos migrantes. Neste aspecto, objetivou-se problematizar o quanto próximo os membros das famílias migrantes estavam das atividades presentes no cotidiano dos sítios de origem. Eram práticas de resistência simbólica frente à condição contingente de não poderem cuidar dos roçados colocados nas terras de origem, antes da partida, em virtude do processo parcial ou total de expropriação pelo qual passaram. Esta prática também lhes possibilita a diminuição dos custos econômicos na reprodução da família, agora numa área urbana. Portanto, estes registros fotográficos são fragmentos da imaginação desses trabalhadores, os quais desde muitos jovens trazem marcados na alma traços simbólicos nas “*hexis corporais*” (BOURDIEU, 2006: 86), ou seja são elementos do jeito de ser que permanecem como os valores, normas e hierarquias referendadas a origem camponesa. De forma complementar, a conformação do “*hábitus corporal camponês*”(BOURDIEU, 2006), ou seja, princípios que organizam inconscientemente gestos, atitudes e comportamentos e atuam como dispositivos nos próprios camponeses, “*consiste naquilo que se vive como mais natural, aquilo sobre o que a ação consciente não tem controle*” (BOURDIEU, 2006: 86). Porém a prática desta linguagem corporal e simbólica, no contexto do território migratório de destino é ressignificada pela situação do assalariamento, e cria a distinção social entre os membros da família com a comunidade do entorno.

Na análise das rocinhas é importante remeter a etnografia da dinâmica de oposição entre “*casa-roçado-roçadinho*” de HEREDIA (1979:15), nas quais a unidade doméstica era articulada a unidade produtiva a qual estruturava as relações econômicas e familiares. Nessa figuração social, as atividades do roçado remetiam ao lugar masculino na estrutura familiar, no qual o processo de trabalho, além de ser a prática de socialização dos membros da família, era controlado e decidido pelo homem, patriarca da família. Nele eram providos “*os meios de vida*”, os “*mínimos vitais e sociais*” (CANDIDO, 2003) para o consumo coletivo do grupo. Já o “*roçadinho e a casa*”, compreendem a esfera dos filhos e da mulher. Primeiro, enquanto espaço de provimento dos recursos para o consumo de itens secundários (roupas), os quais a autoridade patriarcal não poderia arcar, bem como a iniciação dos filhos ao trabalho agrícola. A casa estava em oposição ao roçado, enquanto espaço feminino, lugar do

não trabalho (provedor de renda), da ajuda no preparo do consumo para a reprodução do grupo doméstico.

A prática do cultivo de temperos anteriormente determinados aos papéis femininos, para os espaços dos territórios migratórios de destino, apontou para esse tipo de cultivo realizado e cuidado pelos homens, nas cidades paulistas. Desta forma, dinâmica de oposição extrapola a esfera doméstica e está em relação a roça, ou seja, o eito do canavial, lugar do trabalho não agrícola, onde não é acompanhado pelos “*habitus corporal camponês*” o desenvolvimento da diversidade e ciclo dos vegetais (milho e feijão), historicamente cultivado pelos migrantes. Esta nova figuração dos papéis de gênero aponta para fissuras e possibilidades de rupturas com o poder patriarcal, sobretudo nos casos em que as mulheres buscam trabalhos remunerados. Este fato demonstra que o homem não era mais o único provedor da família camponesa agora rearranjada entre o assalariamento e a produção de subsistência interrompida.



Foto 6 – Rocinha no quintal da casa de fundos com núcleo familiar, temperos: cebolinha e coentro. Migrante ocupa atualmente a posição de auxiliar de bombeiro, possui uma casa na cidade de origem, Princesa Isabel/PB e ajudava o pai no cultivo de milho e feijão, em sítio de oito hectares. Mendonça/SP, 21.04.09, Foto: Rafael Aroni.

A experiência do cultivo provisório na vida permanentemente temporária produz novos saberes e práticas que são incutidos ao “*hábitus camponês*”. Além dos cultivos de temperos, o acesso a água encanada possibilita o aprendizado de novas

técnicas, como por exemplo, o cultivo de hortaliças com sistema de irrigação por aspersor, como mostra a documentação imagética abaixo. O preço baixo das sementes, em geral R\$0,50 em casas especializadas, favorece a articulação entre produção para minorar os custos de vida, e a aprendizagem de novos cultivos.



Foto 7 - Sávio (36anos) em frente à rocinha de verduras irrigado com sistema aspersor. Casa ocupada por rearranjo de núcleo familiar. Trabalhador sem terra que trabalhava “*botando roçado na terra dos outros*” no sistema do arrendamento ou na diária, em Princesa Isabel/PB. Novo Horizonte/SP, 06.05.09. Foto: Rafael Aroni.

Mesmo nas práticas supostamente “*tradicionais*”, como no plantio consorciado de milho e feijão, novas experiências são testadas. Como o plantio de batata doce, macaxeira além da criação de coelho, num quintal com 20 metros quadrados, como mostra a outra imagem abaixo (Foto 7). O conhecimento camponês (masculino e feminino) da região da Serra do Teixeira (PB) e Vale do Pajeú (PE) recomenda o consórcio de apenas dois vegetais, como milho e feijão de arranque e posterior plantio de feijão de corda, o qual se sustenta no pé de milho, já colhido. A intensificação no plantio no território de destino aponta para situação que extrapola a contingência camponesa, na busca do rearranjo pela sobrevivência física e simbólica.



Foto 8 – Frente da casa de trabalhador do corte, origem Princesa Isabel, com consórcio intenso de milho, feijão e batata doce. Deixou o sítio com quatro hectares aos cuidados do pai, onde este cultiva o consórcio de milho com feijão de arranque e de corda. Novo Horizonte/SP, 06.05.09. Foto: Rafael Aroni.

Portanto, os espaços das rocinhas anunciam a presença de práticas que ainda não se tornaram pretérita na tentativa de se manter o afeto com a terra (BRANDÃO, 1999), ou seja, manter um valor afetivo e cultural ao espaço que esses sujeitos carregam na profundidade de suas intimidades, o de cuidar bem de uma terra, mesmo que o habitar seja transitório. Assim, as rocinhas são espaço privilegiado para o devaneio masculino na lembrança da morada da vida, a qual provinha a subsistência da família.

Neste ponto nos deslocamos das observações e trocas de experiências para revelação dos bastidores do cotidiano destas vidas ocultadas, para as cenas de tensão presente nas relações e atitudes de invisibilidade nas praças, comércios e órgãos públicos das cidades.

O desafio metodológico para construção imagética das situações de interação conflitante é de que elas estão condicionadas ao flagrante. Em complementaridade, o ato de fotografar em si seria coercitivo em registrá-los. Outro desafio era que a posição do pesquisador enquanto paulista atenuava as situações de comportamentos preconceituosos. Utilizou-se então a estratégia da entrevista semi dirigida, orientada a registrar as narrativas ocultas, a qual se mostrou instrumento de pesquisa mais eficiente para tratar a discriminação por pertencimento geográfico.

Deste modo, a orientação durante a elaboração desse trecho da entrevista semidiretiva foi dar visibilidade às “vozes ocultas” (THOMPSON, 2002:16) das mulheres/esposas que neste contexto estavam silenciadas nos barracos, ou seja: “... a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder” (THOMPSON, 2002:16) Assim, complementamos essa perspectiva ao possibilitar que essas mulheres/esposas e irmãs transformassem em palavras visíveis a experiência do viver temporário. Suscitá-las a contar as *esferas ocultas* (THOMPSON, 2002:17), ou seja, a transformar em palavras o cotidiano de trabalho silenciado e as dificuldades em acessar serviços públicos como saúde e educação (creche). Situação justificada pelo fato dessas mulheres carregarem o atributo do pertencimento geográfico de outra origem, o qual não é conhecido e sim desqualificado em noções prévias.

Para a etapa da transcrição adotamos a perspectiva dela ser “*uma interpretação, uma recriação, pois nenhum sistema de escrita é capaz de reproduzir o discurso com absoluta fidelidade*” (TOUTIER-BONAZZI, 1996:239). Esse ato de recriar está amparado pelo corpus de perguntas padrões que possibilitam uma codificação e comparação dos relatos colhidos. Para essa etapa das entrevistas foram organizados quatro blocos temáticos: 1) Experiência migratória para a família, 2) Experiência no trabalho no corte de cana, 3) Potenciais conflitos de gênero internos ao casal migrante, a nova figuração da divisão sexual do trabalho e controvérsias sobre o projeto de vida e 4) O pertencimento geográfico e formas simbólicas de luta pelo reconhecimento frente ao preconceito quanto à origem geográfica. Trataremos nesta seção apenas do último bloco, os outros três serão tratados no capítulo seguinte.

No processo de análise das transcrições ocultas orientou-se fundamentalmente em captar as representações da intersubjetividade lesada, negada e seu potencial explosivo, no qual a explicitação de um comportamento violento, enquanto principal elemento que compõe a narrativa da transcrição/discurso oculto. Este comportamento é deslocado para a empatia em contar estratégias produzidas para lidar com as situações de insulto e violência simbólica de humilhação devido ao pertencimento geográfico. Destaca-se que não há reação violenta a dominação que desqualifica e hierarquiza nas *figurações* dos migrantes aos territórios migratórios de destino. Assim, orientou-se para o registro das transcrições/discursos ocultos pelas

falas que não podem ser ditas abertamente. “...*the hidden transcript would represent the whole reciprocal conversation reply of the subordinate, which, for reasons of domination, cannot be spoken openly.*” (SCOTT, 1990:38)

Para apresentação destas situações realizou-se a interpretação dos relatos das narrativas de transcrições ocultadas, articuladas entre o espaço onde ocorreu algum tipo de discriminação quanto ao pertencimento geográfico, e a microrresistência formulada. Foram caracterizados seis casos (Quadro 10) para Mendonça e nove casos para Novo Horizonte (Quadro 16). Neste último destino, observou-se a única transcrição pública no eito canavial (Caso 11), quando o trabalhador manipulou os atributos de pertencimento, com vista ao reconhecimento.

Quadro 10 – Formas e estratégias de resistência ao preconceito por pertencimento geográfico, para Mendonça, em 2009.

Mendonça/SP	1° Caso	2° Caso	3° Caso	4° Caso	5° Caso	6° Caso
Sexo	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Situação/Local	Supermercado e Missa	Mercado e Missa	Comércio, Escola e Missa	Calçada	Calçada	Comércio
Tipo de discriminação	Olhares e falas desqualificantes ao modo de falar, andar e se vestir.	Diziam não entender a forma como ela se expressava, desqualificando termos de sua linguagem.	Na escola os filhos foram discriminados por falar "oxente".	Paravam apenas na rua para ouvi-los passar e desqualificarem o modo de falar e andar.	Paravam apenas na rua para ouvi-los passar e desqualificarem o modo de falar e andar.	História recorrente de que um cachorro foi atropelado e a dona desejou que antes fosse um paraibano.
Reação	Transcrição/ Discurso oculto com o marido, que disse que ela iria se acostumar. Na Interação Pública, tornou o agressor invisível nas situações em que ele não reconhece sua presença digna de respeito humano.	Interação pública – Representou o comportamento de não entender como os paulistas se expressavam. Principalmente pelo fato de puxarem o "r" em algumas palavras.	Transcrição/ Discurso oculto na entrevista, não existe um único de se falar. Na Interação Pública, ensinou os filhos a não considerar as falas dos agressores e ela os torna invisíveis.	Transcrição/ Discurso oculto com a esposa, de que não ira fazer nada.	Transcrição/Discurso Oculto da esposa, reelaborar a representação de que ao serem humilhados com insultos como "abestalhados, ignorantes e povo besta" são atributos próprios de quem os emite. Passa a circular no grupo a fofoca depreciativa como fator de coesão do grupo.	Transcrição / Discurso Oculto com a esposa, para não reagir.

Em Mendonça realizou-se aplicação de questionários com 12 famílias em 11 casos dentro das categorias de rearranjo para o espaço provisório de destino, das quais oito são rearranjos de Famílias Nucleares, dois de Família Ampliada e uma de Famílias Ampliadas. As entrevistas foram realizadas de acordo com a disponibilidade de um dos membros da família nuclear autorizar a mesma, prioritariamente os que ocupavam a posição de marido e esposa. Foram realizadas 20 entrevistas, das quais nove com a presença do casal, ou seja, 18 colaboradores da família nuclear, sendo seis em rearranjos de famílias nucleares, dois em rearranjos de família ampliada e uma de famílias ampliadas. Além de duas entrevistas somente com o marido do rearranjo de uma família ampliada e uma esposa de uma família nuclear. Destacamos duas transcrições.

A primeira colaboradora refere-se ao caso 3. Ela migrou pela primeira vez e acompanhou o marido no corte de cana, no período de 2000 até 2002, para cidade de Ibirá/SP. Guarda representação negativa desta situação, pois não conhecia ninguém na cidade, além de não ter nenhuma colega que tivesse migrado também. Ficou

grande parte desta safra restrita ao espaço silenciado da casa onde ocupava a posição dos afazeres domésticos. Até o ano de 2004, o casal não tinha filhos. No final daquele ano, retornaram para Princesa Isabel/PB, e passaram o período de três meses realizando visita aos parentes e amigos que lá ficaram. Acompanhou novamente o marido para o corte de cana, desta vez para cidade de Borborema/SP. O casal permaneceu apenas uma safra naquela cidade. Não realizaram a migração de retorno temporário para visitas. Mudaram-se para Mendonça em 2004. A colaboradora retornou no final daquele ano para Princesa Isabel onde concebeu seu primeiro filho. Em 2006, realizou a mesma viagem para conceber o segundo filho. Desde 2006, passou a ocupar a função de faxineira dos alojamentos (“Casas da Usina”), ocupação que conseguiu pelo fato de ser prima da esposa do encarregado de turmas em Mendonça. No período da pesquisa ela fazia supletivo e pretende cursar enfermagem. Esse caráter permanentemente temporário da condição do rearranjo da família levou o marido a reconhecer que nos dez anos que a esposa e a família migram para acompanhá-lo: *“moramos todo esse tempo foi mesmo no corte de cana”*.

E pelo fato de ser paraibana já se sentiu discriminada?

Colaboradora (28 anos) – Tem bastante situação. Todo lugar que você chega as pessoas ficam olhando com olhar diferente como se você fosse menos do que eles. O fato de falar, eles falam que a gente tem um jeito de falar todo errado. Só que muitas vezes os paulistas falam mais errado do que nós. Eles acham que a gente fala alto, que fala assim diferente. Só que você tem que ser do jeito que é. Até o andar eles sabem quem é paulista ou “paraíba”. Falam que o “paraíba” sempre anda em grupo de falando alto.

E como você reage a essas situações?

Colaboradora (28 anos) – Eu não deixo. Se eu vejo que a pessoa está me tirando, eu tiro a pessoa também. Não estou nem aí. Agora se a pessoa me trata bem eu trato com respeito. Imagina que eu vou deixar as pessoas ficarem me pisando. Tem hora que muita gente que fica falando que a gente fala errado. Falam que a gente fala oxente, mas em todo lugar tem uma ginga. Aí eu falo que vocês paulistas falam é “carne”, é “porrtá”. Tudo isso não existe no dicionário. Isso tudo é do cotidiano de vocês que também é errado. Tem outra coisa que falam também é que a gente chega aqui morrendo de fome. Isso não existe lá. Falam que a gente é flagelado. Só que têm muitos aqui que passam até mais necessidade e acham que é melhor do que a gente. Que somos nada, que os filhos são flagelados e que a gente mora na rua lá. Até na escola tem hora que as crianças sentem preconceito do pessoal daqui. Falam que as crianças dizem coisas que não existem como as gingas de lá. Aí ficam colocando um monte de coisa na cabeça das crianças para falar a língua daqui. Eu não sei se são os professores ou só os coleguinhas. Eu sei que meus filhos comentam. Aí eu falo para eles que as palavras de lá não são erradas. E para não ligarem para o que falam. Aí tentam também discriminar quando vê você chegar com bolsa na mão, buscando novos horizontes, e novos trabalhos. [Aumenta o tom da voz] Só mesmo sendo muito guerreiro, gente corajosa que trabalha e não tem medo de enfrentar toda a viagem para buscar uma vida melhor. Não é pessoa de ficar só num lugar e tentando achar alguma solução para vida. Você tem que correr atrás do que você quer, tem que batalhar

Em relação à questão ainda do trabalho na faxina. Você se sente discriminada exercer essa função.

Colaboradora (28 anos) – Muita gente fica falando: “é as faxineiras” [tom desqualificador]. Mas eu acho que esse trabalho é digno como qualquer outro. Alguém aqui mesmo diz assim: “*Que série de estudo você tem*”. Acham que você é um analfabeto por que veio em busca de trabalho. Você pode até não ter terminado os estudos, mas talvez tenha muito mais conhecimento novo por ter viajado e enfrentado a vida. [Esse ponto fascina]

E quais são outros lugares que sente discriminada?

Colaboradora (28 anos) – Em todo o lugar. Até na missa você sente que o pessoal olha torto. Só que você não pode deixar e dar o braço a torcer e deixar ele pisar. Eu finjo que a pessoa não existe. Quando uma pessoa está tentando me machucar eu finjo que não estou vendo ninguém também. Que aquela pessoa é um nada. Um bocado daquilo é falsidade da gente da cidade. O padre não é. Alguns são de coração aberto outras não. Na missa eu sei que o padre tenta unir as pessoas. Ele é uma pessoa de Deus, e tenta a comunhão entre as pessoas. Só que tem pessoas que é só no momento. Você passa na calçada, a pessoa acha que você é um nada. Você passa e também acha que a pessoa não é nada, é um poste. Só que isso não é só aqui. É em todo lugar aqui em São Paulo. Se você vai a Capital é assim também. Só que lá, o pessoal de lá[Paraíba], eu acho bem mais hospitaleiro do que daqui. Lá o pessoal é mais alegre. Aqui tem pessoas que fazem isso, mas não são todos.

O que significa ser paraibana?

Colaboradora (28 anos) – É um motivo de orgulho. Isso não é motivo para eu me sentir discriminada. Imagina só, em qualquer lugar que eu vou eu acho que é a mesma coisa. Eu trabalho e pago minhas contas. Quem quiser me discriminar eu vou retribuir fingindo que a pessoa não é nada. Se a pessoa me valorizar eu vou retribuir, agora se ela não me valorizar, eu vou fingir que ela é um nada. Eu sei me defender. (Entrevistada em 16.05.2009, grifos nossos)

Deste trecho ressalta-se a estratégia de microrresistência dela em acionar o conhecimento da norma culta da língua portuguesa como mecanismo para negar a prática pedagógica do suposto único jeito de se falar. Apresenta duas formas de resistência, a primeira em orientar os filhos a avançar em sua reivindicação de reconhecimento, ao indagar no espaço escolar da pluralidade e tolerância que o mesmo supostamente engendraria. Representa desta forma a pedagogia da resistência na qual “*uma memória da resistência*” (SCOTT, 2002: 11) é incutida diante de incertezas nesses duelos de morte simbólica em não se reconhecer dimensões intersubjetivas de respeito mútuo (HONNETH, 2003). Nesse sentido as interações cotidianas tornam-se situações fundamentais na prática de micro- atividades de resistência. A outra forma de acionada pela colaboradora foi tornar o agressor invisível, temporariamente, até que ele a reconheça como portadora de atributos comuns e diferentes que merecem respeito.

A outra transcrição/discurso a ser destacada em Mendonça é o caso 5 (Tabela 10). Nela temos um casal no qual ele é turmeiro na quarta safra, ou seja,

realiza o transporte dos trabalhadores até o eito dos canaviais, e ela dona de casa. Ele conseguiu o emprego por ser irmão do encarregado de arrematar e trazer as turmas de trabalhadores de Princesa Isabel/PB para Mendonça/SP. Estão casados há quatro anos, período que permaneceram durante a safra de 2006 em Borborema/SP e posteriormente, se mudaram para Mendonça. Antes ele já havia cortado cana por dez safras seguidas em cidade como: Potirendaba, Catingué e Borborema, todas no Estado de São Paulo. Durante esse período a atual esposa o esperou por cinco anos, enquanto namoravam. A condição para que ela o acompanhasse na experiência de migrar para o corte de cana foi a oficialização do casamento. No ano de 2009 estava residindo na casa de fundos, alugada pelo irmão arrematador. Nesta recomposição familiar ampliada estava presente também o irmão dela, que está na segunda safra, que trabalha também como turmeiro.

Para finalizar, a última pergunta: você ou algum amigo seu já se sentiu discriminado, em alguma situação pelo fato de serem da Paraíba e ou Pernambuco?

Colaborador (29 anos) – [pausa pensativo] Ah, o pessoal geralmente fica olhando a gente de lado. Assim, você vem por uma calçada e o pessoal daqui vem de encontro. Eles poderiam cumprimentar ou não. Falar qualquer coisa ou não, mas quando você passa por eles, fazem questão de parar de conversar só para ouvir sua voz, e depois que a gente passa, eles começam a dar risada. Eles nos acham diferente. Eu não ligo não, mas ela... [Aponta Esposa que esperava pelo fim de nossa conversa].

O que geralmente você faz?

Colaboradora (22 anos) – Quando eles riem eu geralmente xingo. Mas eu não vou falar o que digo. Eu tenho vergonha. Geralmente eles falam que nós somos abestalhados, ignorantes, bicho bruto ou um povo besta. [Pausa] Só sei que eu falo assim que eles são uns abestalhados, uns ignorantes, um povo besta, mas eu digo isso não para eles [paulistas], mas para nós [grupo dos paraibanos].

O que significa para você ter vindo de um lugar longe, não estar vivendo com as pessoas de sua origem, ter trabalhado no corte de cana, o que significa ter vivido toda essa experiência?

Colaborador (29 anos) – Eu acho que é bom ser paraibano, porque se eu acho que se tivesse nascido e morasse aqui talvez eu não tivesse a coragem de trabalhar. Por isso eu acho bom ter nascido na Paraíba. Se eu tivesse aqui eu não teria tanta coragem de trabalhar. (Entrevistados em 17.05.09, grifos nossos)

Destaca-se a micro-estratégia de resistência na qual o insulto é reconvertido de fofoca depreciativa, em fofoca que deprecia o grupo que a emite. Assim, o caráter inicial da fofoca depreciativa, que era direcionada aos portadores do pertencimento geográfico diverso “*em formas estereotipadas de auto-enaltecimento e noutras, igualmente estereotipadas, de censura, invectivas e calúnias dirigidas contra os outsiders*” (ELIAS & SCOTSON, 2000: 132-133) é reconfigurado pelos canais de fofoca em que circula. Elas funcionam como amálgamas que influem na auto-

representação que os dois grupos estabelecem entre si e de si mesmo. O equilíbrio na aceitação entre essas classificações e hierarquizações é tênue. Isso porque, nas interações entre os grupos, a projeção dos conteúdos simbólicos é um permanente processo de afirmação ou negação das características particulares de cada um dos grupos.

ELIAS & SCOTSON (2000) apontavam que nas relações de interdependência entre grupos o fator do tempo de residência constituía elemento fundamental para o entendimento da diferenciação e hierarquização. Contudo, na situação de permanente transitoriedade o poder de retaliação dos grupos inferiorizados é menor. É desigual a capacidade de eles produzirem conteúdos simbólicos que tenham força em estigmatizar os grupos estabelecidos. Além do que, nas interações públicas ou mesmo transcrições públicas com autoridades locais, os migrantes se conformariam às relações de dominação estabelecidas em razão da necessidade de sobrevivência. Assim, a estratégia de reelaborar a representação de que ao serem humilhados com insultos como "abestalhados, ignorantes e povo besta" são atributos próprios de quem os emite.

O segundo quadro foi realizado a partir da coleta em Novo Horizonte/SP. Realizou-se aplicação de questionários com 21 famílias em 20 casos dentro das categorias de rearranjo para o espaço provisório de destino, das quais, 12 são rearranjos de Famílias Nucleares, 7 de Família Ampliada e 1 de Famílias Ampliadas. As entrevistas foram realizadas de acordo com a disponibilidade de um dos membros da família nuclear autorizar a mesma, prioritariamente os que ocupavam a posição de marido e esposa. Foram realizadas 24 entrevistas, somente em três casos não foram permitidas. As entrevistas foram:

- 5 com casais, ou seja, 10 colaboradores, sendo 3 de famílias nucleares e dois de famílias ampliadas
- 13 somente com um dos membros do núcleo famílias, das quais, foram 4 esposas de rearranjos de famílias nucleares, 3 maridos de rearranjos famílias nucleares, 2 esposas de famílias ampliadas, 2 maridos de famílias ampliadas e 2 maridos de famílias ampliadas.

Embora com maiores números de casos, em Novo Horizonte realizou-se o maior número de entrevistas e questionários. Portanto não é possível inferir que uma cidade apresenta situação mais tensa em relação ao preconceito por pertencimento

geográfico. O objetivo foi em caracterizar as formas de estratégias cotidianas frente às formas de discriminação quanto ao marcador social do pertencimento geográfico. Destacamos dois relatos de colaboradores pela criatividade em reelaborar ações hierarquizantes quanto as particularidades de suas identidades, nas situações cotidianas da cidade canavieira e no próprio eito.

Quadro 11 - Formas de estratégias de resistências ao preconceito por pertencimento geográfico, para Novo Horizonte, em 2009.

Novo Horizonte/SP	1° Caso	2° Caso	3° Caso	4° Caso	5° Caso	6° Caso	7° Caso	8° Caso	9° Caso
Sexo	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino	Masculino	Masculino
Situação /Local	No próprio Salão de Cabeleireiro	Comércio	Supermercado	Comércio	Turma de Trabalho no Corte	Alugar casa	Ponto de ônibus	Comércio	Turma de Trabalhadores
Tipo de discriminação	Habitantes da cidade não cortam cabelo com ele por ser paraibano.	Qualquer coisa que aconteça de errado atribui ao paraibano.	Não venderem fiado a pessoas de fora.	Referiram-se a ela como paraibana suja.	Paulistas falarem que detestam paraibanos por roubarem os empregos.	Proprietária só alugava para Paulistas.	Falavam que os paraibanos estavam invadindo a cidade.	Não venderem fiado a pessoas de fora.	Quaisquer erros cometidos no trabalho atribuíam ao fato dele ser paraibanos.
Reação	Transcrição/ Discurso oculto com os clientes, dizer que é um trabalhador e não depende do que os outros falam.	Transcrição/ Discurso oculto com o marido, que disse que ela iria se acostumar. Na Interação Pública, finge não ouvir o que agressor diz sobre seus atributos identitários.	Transcrição/ Discurso oculto com esposa, suspeitas que o dono lançava ao grupo dos paraibanos por não pagarem as compras fiadas. Interação Pública, sempre faz compras com dinheiro.	Transcrição/ Discurso oculto com companheiro que disse para valorizar sua auto-estima. Interação Pública, afirmar que é trabalhadora do corte e sustenta a filha.	Interação Pública Indagar o motivo se ele já havia feito algum mal a outro trabalhador.	Transcrição/ Discurso Oculto com a esposa, de que procurariam outro lugar em que os respeitassem.	Transcrição/ Discurso oculto com o marido, choro. Interação Pública ter descoberto que a agressora já havia mantido relação afetiva com migrante paraibano, em 2001. Questionar-se o ódio dela era fruto de um amor mal resolvido.	Transcrição/ Discurso oculto com esposa, suspeitas que o dono lançava ao grupo dos paraibanos de não pagarem as compras fiadas. Interação Pública, sempre faz compras com dinheiro.	Transcrição/ Discurso Público, dissimular e manipular sua identidade, alegando que de nascimento era pernambucano.

A primeira colaboradora é esposa de cortador de cana, natural de Tavares – PB. Ela tem 29 anos e três filhos do primeiro casamento. Em 2003, acompanhou pela primeira vez que o marido foi para Promissão/SP. Neste momento os três filhos do casal ficaram sob a guarda da mãe dela. Retornaram no final da safra para visitá-los. No ano seguinte, partiram para Novo Horizonte, contudo trouxeram apenas a filha mais nova, diante das incertezas se seria possível economicamente a permanência delas. A partir deste momento, no ano seguinte, viabilizaram a vinda dos demais filhos e estão há quatro anos nesta cidade. O marido está na sétima safra consecutiva. Durante a pesquisa foi possível acompanhar sua trajetória social, desde setembro de 2007. Naquela ocasião, ela trabalhava como faxineira em hotel da cidade. Ela conseguiu o emprego, depois que o Ministério do Trabalho exigiu que a Usina separasse trabalhadores e trabalhadoras com famílias. A falta de casas na cidade levou a família dela e outras a serem abrigadas no hotel. Foi assim que ela conheceu os donos do estabelecimento. Já no ano de 2008, a colaboradora havia abandonado a antiga função e aberto um bar, ponto de referência para cortadores. Uma das situações que marcaram sua memória quanto ao preconceito por ser nordestina ocorreu em 2005, ocasião em que ela fazia curso para manicure.

E como foi esse primeiro ano aqui em Novo Horizonte?

Colaboradora (30 anos) – Como eu disse, a gente trouxe só a menina pequena. A bem dizer ela tinha só oito meses, menos de um ano. Eu mesma não queria vir, mas tive que acompanhar ele. Até ele não queria vir, mas tinha que conseguir algum dinheiro. Foi difícil por que eu não tinha com quem deixar ela. Mas como eu sabia que ela acordava só às dez horas, eu deixava a televisão ligada e saí para fazer curso de manicure. Às dez horas eu voltava para cuidar dela.

Trabalhou como manicure aqui?

Colaboradora (30 anos) – Só em 2005. Eu ia às casas das colegas do curso e das mulheres paulistas daqui mesmo.

Sofreu algum preconceito no curso ou no trabalho?

Colaboradora (30 anos) – Sim. Principalmente no ponto de ônibus. Falavam muito que os “paraíbas” só vinham para invadir a cidade deles, para pegar o emprego dos paulistas. Que depois que os “paraíbas” tinham chegado os alugueis ficaram muito caro. Eu engoli muita coisa mas aprendi a revidar também.

Lembra de alguma situação?

Colaboradora (30 anos) – Sim. Eu fui levar a menina no ponto de ônibus e uma mulher estava metendo a boca nos paraíbas. Aí eu deixei estar. Quando voltei para casa contei para meu marido chorando, que ela estava xingando os paraíbas. Só que aí meu marido disse que essa mulher já havia namorado um paraíba em 2001. Aí eu peguei como pretexto. Quando cheguei no outro dia no ponto do ônibus eu peguei ela de jeito, perguntei o que ela tinha contra os paraíbas, já que era apaixonada por um, e que se ele não a levou para o norte era porque ela era horrorosa. [Risos] Ela ficou com uma cara que não sabia onde colocar. Oxente, tive que me defender.

(Entrevista em 10.10.09, grifos nossos).

O relato indica as etapas na estratégia de articular a resistência cotidiana. A primeira etapa foi a transcrição/discurso oculto com o marido, espaço onde pode falar e externar o sentimento de denegação de sua identidade. Situação na qual tomou conhecimento da trajetória afetiva da agressora e pode de forma auto-indulgente avançar na reivindicação não apenas de seu reconhecimento como também de todos os migrantes.

Por fim, o último trecho destacado refere-se ao colaborador que migrou há mais de 10 anos com a família para Novo Horizonte. Embora possuidor de uma trajetória que lembra o processo de fixação e integração na cidade de destino, ele apresenta a dimensão do preconceito na situação de trabalho, ou seja, na atividade do corte canavieiro. O rearranjo era de família ampliada, na qual irmã dividia a casa com a esposa e dois filhos dele.

E você nasceu em Pernambuco ou na Paraíba?

Colaborador (35 anos) – Eu nasci no Pernambuco, mas fui criado na Paraíba, me considero um “paraíba”.

Já aconteceu alguma situação de preconceito com você ou algum amigo?

Colaborador (35 anos) – Comigo não. Na turma alguns paulistas falam que, mas não foi comigo. Eles falam assim, que qualquer coisa que fazem de errado é por que só podia ser paraibano, aí eu falo que sou pernambucano. (Entrevistado em 11.05.09, grifos nossos).

A forma da estratégia de resistência cotidiana acionada foi à dissimulação ou ignorância fingida. Aqui é importante observar que se trata de uma transcrição/discurso público, ou seja, ele e os demais colegas estão inseridos nos feixes de dominação e exploração do trabalho. Portanto, difere da situação de interação cotidiana, na qual a dimensão da classe também está presente, mas não tanto vigiada e disciplinada como no eito canavieiro. Pode-se recorrer a GOFFMAN (1980) com a ideia de manipulação das informações da identidade, no suposto esforço em esconder o atributo de pertencimento geográfico, entretanto não se minora o fato dele trazer a informação pessoal do nascimento em outra região que considera como origem. Conclui-se que dentro das relações de dominação estabelecidas em homogeneizar o tratamento hierarquizante, a reivindicação pelo reconhecimento da identidade lesada não implica a negação, mas sim outra forma de “*acomodação ao sistema de dominação*” (SCOTT, 2002:25) no qual ainda há fissuras na resistência pelo reconhecimento.

Por último neste tópico, nas duas cidades há um acontecimento que se transformou num mito de resistência que circula entre os trabalhadores migrantes diante da não aceitação de sua provisória permanência. Foram relatadas seis versões da história, das quais se utilizou quatro para confrontação e possível elaboração do mito de resistência. Ele remete a situação em que numa cidade canavieira (Ibirá, Potirendaba ou outra) trabalhadores estavam assistindo ao jogo da seleção brasileira em um bar, em 1998. Neste momento a cachorra da vizinha ao bar escapa e corre para a rua. Um carro atropela o animal que morre imediatamente. A dona sai à rua e grita:

Colaborador (26 anos, pernambucano, cortador de cana na 6° safra, casado) – Aí a velha foi e disse: “tanto paraibano e o carro foi logo matar meu cachorrinho.” (Entrevistado em 16.04.09)

Colaborador (22 anos, pernambucano, cortador de cana na 3° safra, solteiro) – A mulher deu um grito: “Antes tivesse matado um paraibano que meu cachorrinho”. (Entrevistado em 21.04.09)

Colaboradora (22 anos, paraibana, dona de casa, há 3 anos na cidade de destino) – Aí ela falou: “com tanto paraíba na cidade foram atropelar e matar meu cachorro.” (Entrevistada em 06.05.09)

Colaborador (34 anos, paraibano, cortador de cana na 11° safra, casado) – Aí a mulher falou: “Com tanto paraíba na rua o carro achou de matar minha cachorrinha, antes tivesse matado um paraíba.” (Entrevistado em 12.10.09)

Nos momentos posteriores a essa transcrição/discurso oculto, em geral, os colaboradores e colaboradoras apresentavam estratégias nas quais indagavam o porquê de valorarem a vida deles como menor do que a de um cachorro. Recorriam então a essa forma de desrespeito para apontar assimetrias nas expectativas que traziam consigo de estima social e formas de reforçar a solidariedade do grupo (HONNETH, 2003:211). Contudo, não foi identificado algum movimento com base nessa ofensa como fonte para lutas políticas por reconhecimento. Por isso que se optou em caracterizar e analisar as formas de estratégias de micro-resistência cotidiana, por seu caráter não sistemático.

2.3 - Colhendo experiências no viver temporário

Nesta última seção do capítulo dois, apresentaremos quatro casos dos rearranjos familiares para o município de destino de Novo Horizonte. Desta sorte, faremos a recomposição de histórias de vida nas trajetórias familiares, dentro das três tipologias construídas a partir dos dados da pesquisa de campo, a saber:

- **Família Nuclear:** apenas o casal e filhos, se houver, alojados juntos;
- **Família(s) Ampliada(s):** uma ou mais famílias nucleares, um trabalhador canavieiro e uma trabalhadora doméstica, todos alojados juntos³⁶;

Pretende-se estabelecer o itinerário narrativo em se problematizar como as representações que orientam os sujeitos a migrarem, quando analisada pela perspectiva de gênero, coloca em conflito a idealização inicial que impulsionaria os demais membros da família a partirem. Assim, a estratégia da migração para o assalariamento com objetivo da migração de retorno, elabora hegemonicamente pelos homens, é questionada pelos os demais membros da família, quando do processo de deslocamento destes. Neste ponto, buscou-se identificar e analisar em que medida a migração e o assalariamento afirmariam ou arrefeceriam as relações da “*ordem patriarcal de gênero*” (SAFFIOTI, 2007), na posição do homem cortador, como chefe da família.

Verificou-se se as formas de empoderamento feminino traduzem fissuras provisórias com as configurações familiares da origem do pertencimento geográfico. Utilizamos assim, o modelo teórico metodológico das formas de resistências cotidianas SCOTT (1990, 2002)³⁷ ao trabalho doméstico remunerado ou não, simultaneamente as representações e práticas também de resistência cotidiana dos homens ao trabalho assalariado. Identificaram-se quais as transformações e persistências nos rearranjos familiares na coexistência provisória entre unidades produtivas, em agricultura de subsistência campesina e unidades de consumo, no processo de assalariamento temporário, com possibilidade de inserção em outras

³⁶ A NR-31 (de 04.03.05) estabelece em seu último artigo número 31.23.11.3, que: “É vedada, em qualquer hipótese, a moradia coletiva de famílias”, para os alojamentos coletivos de trabalhadores, assim, a categoria de família(s) ampliada(s) é um subterfúgio a esse condicionante.

³⁷ Remete-se aqui a perspectiva de SCOTT (2002) nos estudos sobre formas de resistência de mulheres camponesas na Malásia, as quais com ameaças ao trabalho da colheita manual pressionaram os proprietários de terras a não mecanizarem a colheita de arroz.

trajetórias sociais, para além do corte cana, para homens, e atividade doméstica, para as mulheres.

Foram também levadas em conta, na elaboração dos casos, as relações de gênero na sociabilidade circunscritas ao espaço provisório de viver. Em específico as formas de dominação patriarcal, que restringem as mulheres ao entorno social, e também as possíveis formas de empoderamento feminino, neste contexto. Entendemos que essa categoria conforma o processo de *“emponderamento na participação”* (ANTUNES, 2004), na aquisição e controle da renda familiar. Entretanto, não descartamos a situação contraditória na reprodução da subordinação ao patriarcado.

Portanto, para a composição dos casos destacamos as dimensões da reorganização familiar, as representações acerca do trabalho assalariado, a condição feminina dentro desta configuração da recomposição familiar, principalmente, quando na renegociação dos papéis de gênero, na unidade familiar doméstica, no contexto canavieiro. No último caso, trataremos das estratégias de reprodução camponesa, acionada pelos trabalhadores que mantêm roçados em terras próprias, nos sítios de origem. Outro critério que orientou na escolha dos casos foi apresentar a diversidade de condições de sobrevivência das famílias migrantes, expressas na manutenção ou ruptura aos laços de afetividade com parentes que permaneceram nos locais de origem. O principal critério balizador para a composição dos casos foi apresentar a diversidade de situações dos arranjos observados.

Primeiro Caso: Família Nuclear filhos crianças – Novo Horizonte/SP.³⁸

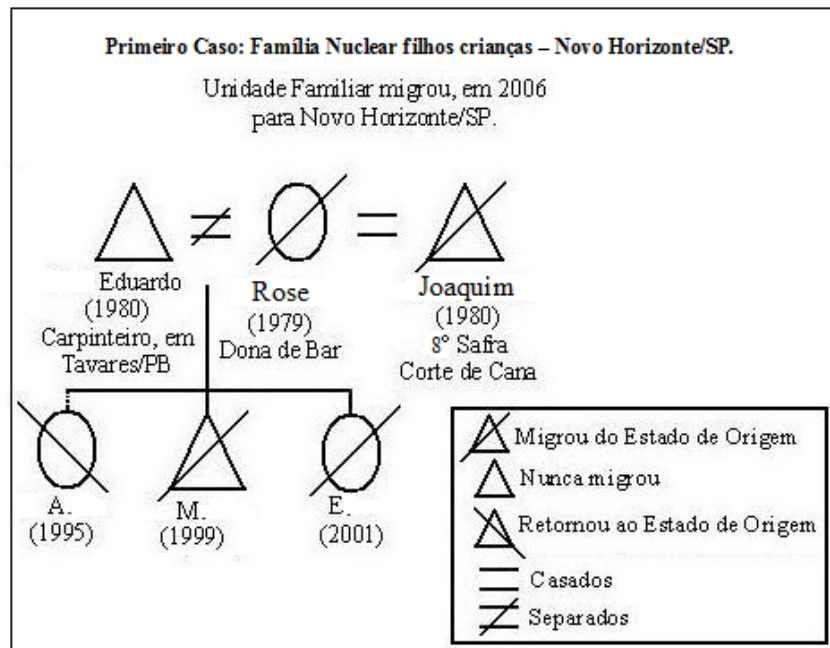


Figura 3 – Primeiro Caso: Rearranjo da Família Nuclear, migrantes de Tavares/PB, em Novo Horizonte, 2009.

Perfil Biográfico da entrevistada.

Nome: Rose.

Ano de nascimento: 1979.

Local de nascimento: Princesa Isabel – PB.

Nível de Escolaridade: 6ª série.

Idade que começou a trabalhar: 12 anos.

Atividade em que começou a trabalhar: Trabalho doméstico.

Atual ocupação: Dona de casa e Dona de Bar.

Há quanto tempo está na cidade de destino: 4 anos.

Itinerário migratório:

2003 – Promissão/SP – Acompanhar o marido no trabalho assalariado realizou atividades domésticas, preparo da comida e limpeza da casa.

2005 até 2009 – Novo Horizonte/SP – Em 2006 trabalhou no plantio de cana, ocasião em que passou muito mal. Apresentou sangramento no nariz. Nunca mais realizou nenhuma atividade relacionada a atividade canavieira. Em 2007, trabalhou como faxineiro no Hotel da cidade, onde ficou alojada temporariamente, quando da fiscalização do Ministério do Trabalho que constatou condições degradantes na acolhida e convívio de família em alojamento junto a trabalhadores. Em 2008 até 2009 foi dona de pequeno bar, onde vendia produtos típicos do Sertão paraibano, como biscoitos de polvilho, rapadura, feijão de corda e farinha de mandioca. Em toda essa trajetória social conciliou sempre o trabalho doméstico com outras atividades.

³⁸ Na elaboração deste caso os nomes foram trocados como forma de preservar a identidade dos colaboradores.

Perfil Biográfico do Companheiro

Nome: Joaquim.

Ano de nascimento: 1980.

Local de nascimento: Triunfo – PE.

Nível de Escolaridade: 5ª série.

Idade que começou a trabalhar: não soube responder.

Atividade em que começou a trabalhar: Roçado com o pai

Atual ocupação: Cortador de cana na 8ª Safra de sua vida

Há quanto tempo está na cidade de destino: 4 anos.

Itinerário migratório para o corte:

2001 e 2002 – Novo Horizonte/SP – Cortador de cana.

2003 – Promissão/SP – Cortador de cana.

2004 – Permaneceu em Tavares/SP – Recebeu o seguro desemprego.

2005 até 2009 – Novo Horizonte/SP – Cortador de Cana.

Origem do casal: Tavares – PB.

Acesso a casa ou terra própria na origem ou no destino: Não possuem.

Estado civil: Casados civil e religioso há 8 anos.

Quantas pessoas moram na casa: 4 (casal e 3 filhos).

Número de filhos: 3.

Quadro 12 – Primeiro caso, perfil da Família Nuclear, Novo Horizonte/SP, 2009.

Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão	Estado Civil	Local de Residência.	Onde está Alojado
Feminino	13 anos	6ª série	Estudante	Solteira	Tavares/PB	Em 2008 foi para casa da avó. Em 2009, retornou para junto da mãe.
Masculino	9 anos	2ª série	Estudante	Solteiro	Tavares/PB	Na mesma casa dos pais
Feminino	7 anos	1ª série	Estudante	Solteira	Tavares/PB	Na mesma casa dos pais

Fonte: Pesquisa de campo.

Desde setembro de 2007, acompanhamos a trajetória social e de vida da primeira colaboradora. Rose, 29 anos, natural de Tavares/PB, mãe de três filhos do primeiro relacionamento, está no segundo casamento há oito anos com cortador de cana. A família migrou para Novo Horizonte em 2006.

“Na recepção do Hotel São Paulo, encontramos Lena, apelido de Rose, migrante tavaresense. Faz quase um ano que ela trabalha como faxineira. Ela contou que a oportunidade de emprego surgiu a partir da fiscalização realizada neste ano [2007] pelo Ministério do Trabalho. “Com exigência da fiscalização do Ministério do Trabalho, a usina teve que separar os trabalhadores com famílias. Como não tinha casa para todas as famílias, a usina pagou a estada no Hotel. Foi assim que eu consegui o serviço. Só que até o final deste ano a gente não precisa se preocupar com o aluguel. Mas já

falaram que ano que vem a usina vai trazer e pagar o aluguel da casa que tiver só trabalhador, sem família". (Caderno de Campo, 20/09/07).

Na primeira etapa da pesquisa de campo, no final de ano de 2008, ao procuramos Rose, no Hotel da cidade, soubemos que ela abandonara a antiga atividade laboral e, aberto um bar, local de referência para cortadores de cana migrante paraibanos. Encontramo-la em sua casa no sábado, dia 25 de outubro, por volta de meio dia. Assistia à televisão com os dois filhos mais novos. Passava o tempo antes de iniciar as atividades de arrumar o bar. O marido estava no trabalho do corte. Realizamos o questionário biográfico, o qual orientou a conversa sobre as motivações para o núcleo familiar ter migrado. Em sua trajetória biográfica comenta sobre a ausência da figura masculina, o pai e o avô materno abandonaram a família. Este fato pode ser considerado como *ponto imutável* (POLLAK, 1992:2) que delineou suas ações e representações sobre a vida conjugal e relações com filhos.

Rose (29 anos, dona de casa, dona de bar e paraibana) – Toda vida fui criada pela minha avó. Minha mãe viajava toda a semana trabalhando em casa de família para mandar dinheiro para a gente. Minha avó era empregada da prefeitura de Princesa. Ela varria a rua, só que ela tinha problema com álcool e quando se embriagava me deixava trancada para fora de casa. Aí minha mãe arranhou uma colega, e por um tempo eu deixei de morar com minha avó. Ela judiava muito, me batia agredia verbalmente. Eu tinha muito medo. Neste tempo eu deixei também de estudar. Fiz só até a sexta série, por que eu precisava trabalhar para me sustentar. Comecei ajudar nas casas de famílias que colegas mais velhas trabalhavam, já que ainda era muito novinha, tinha doze anos, assim podia ganhar algum dinheiro para poder comer e comprar minhas coisas, shampo, sabonete e roupa. Eu nem tive infância já cedo comecei a trabalhar. Não lembro nem de ter tido brinquedo. Antes mesmo de parar de estudar, eu pegava verdura numa venda perto de casa para poder ganhar algum dinheiro e comprar lanche na escola. Nesse tempo de adolescência eu voltei a morar com minha avó, só que como não tinha ninguém que ficasse me empurrando para escola eu parei de estudar. Além do que eu tinha vergonha de ir para escola, por que não tinha como comprar o material e não gostava de ir para escola sem nada. Aí foi que eu parei mesmo de estudar para poder trabalhar e comprar minhas coisas. E quando e como você conheceu Joaquim?

Rose (29 anos) – Depois de muito tempo eu montei um bar. Foi lá que eu conheci Joaquim. Ele frequentava lá. Aí a gente resolveu morar junto. Daí em 2001 ele me deixou só. Ele veio para o corte. A experiência foi péssima. Eu continuei a trabalhar no bar e vendendo roupas. Quem me ajudou muito foi minha mãe que olhou os meus filhos e mesmo assim ela botava roça para fora e leva as crianças. Elas ficavam embaixo de uma mangueira. E era eu quem levava o almoço para eles na roça. Às vezes ficavam em casa e A. [filha mais velha] cuidava das crianças menores. Não tinha como levar as crianças para o bar. (Entrevistada em 25/10/08)

Comentou pouco em relação ao ex-companheiro. Apenas que mantém contato respeitoso com ele, e que entende que o mesmo não teria condições de pagar pensão para sustentá-los. Por falta de serviço em Tavares, a alternativa foi buscar

melhores condições de educação e fontes de renda para o sustento da família acompanhando o atual companheiro no processo migratório. Em 2003 foi sua primeira experiência em acompanhá-lo. Nesta ocasião, diante das incertezas na permanência temporária durante a safra, o casal decidiu deixar os filhos aos cuidados da mãe de Rose. O motivo que a levou a experiência de viver temporariamente em São Paulo foi à incerteza no relacionamento afetivo com o atual companheiro. Em 2001, ela soube que na primeira viagem para o corte de cana, Joaquim conheceu outra mulher na cidade de destino. Assim, somente na segunda viagem, em 2005, o casal decidiu trazer a filha menor, e no ano seguinte (2006) os outros dois filhos. Desta forma, o processo de rearranjo familiar durou seis anos. Já o marido migrou pela primeira vez, motivado pelas informações que seu irmão trouxera da experiência no corte de cana.

Rose (29 anos) – É que em 2001, ele veio sozinho e me deixou esperando. Só que aí eu fiquei sabendo que ele havia arrumado uma namorada aqui. E eu fiquei sabendo lá, através de uma conhecida que estava aqui também. Quando ele voltou, eu não queria mais ficar com ele. Aí ele me jurou de pé junto que nunca mais faria isso, eu disse que se ele fizesse, eu não queria mais ele não. Foi aí que ele trouxe todo mundo para cá. Só que no primeiro ano que a gente veio para Novo Horizonte, eu trouxe só a pequena. A bem dizer H. tinha só oito meses, menos de um ano. Eu mesmo não queria vir, mas tive que acompanhar ele. Até ele não queria vir, mas tinha que conseguir algum dinheiro. Foi difícil por que eu não tinha com quem deixar ela. Mas como eu sabia que ela acordava só às dez horas eu deixava a televisão ligada e saí para fazer curso de manicure. (Entrevistada em 25/10/08)

Em 2006, no primeiro ano da migração, diante das dificuldades de se estabelecerem, ela teve a primeira experiência no trabalho do plantio de cana. Experiência que lhe causou profundo trauma, uma vez que ela apresentou quadro de crise respiratória.

Você também já trabalhou no corte de cana?

Rose (29 anos) – Teve um dia que eu fui. Aí eu tive crise de bronquite asmática. Começou a sangrar o meu nariz e a boca. [Pausa gesticula com os braços horrorizados] Mais eu fui para plantar cana. Aí eu fui para o ônibus e fiquei lá até eles me trazerem de volta, para o médico. Quando cheguei à noite o médico deu um monte de remédio e parou de sangrar. Ai, eu não fui mais. Mas vontade eu tinha, mas não pude mais. (Entrevistada em 25/10/08)

Neste momento restava apenas o filho migrar. Ela se sentiu segura para trazê-lo, somente após a fiscalização que proibiu a permanência temporária de famílias junto aos trabalhadores. Posto que ela conseguiu no Hotel da cidade, emprego de faxineira e alojamento provisório com melhores condições de convívio familiar.

Fundamental ao acompanhar sua longa trajetória social foi observar a experiência em ela vivenciar o emponderamento provisório dentro da família. Na última posição social como dona de bar ela conseguia renda superior a do marido, além de custear 80% dos gastos domésticos. Ao gerir os custos na reprodução familiar, ela utilizava, nas duas primeiras semanas do mês, o auxílio do Programa Bolsa Família, aproximadamente R\$100,00, para compra de alimentos para os filhos. Na segunda quinzena do mês, ela conseguia maiores ganhos no bar. Acompanhem alguns trechos de seu relato para observar possíveis fissuras nas peias de dominação masculina, ao mesmo tempo em que essa potencial ruptura não exclui a convivência negociada com um modelo idealizado de masculinidade provedora do lar.

Mas o dinheiro que você ganha no bar, quer dizer que é seu?

Rose (29 anos) – Não. É nosso.

Então o dinheiro que ele ganha [no corte de cana] também é “nosso”?

Rose (29 anos) – Ele paga o carro dele. Se sobrar, aí ele me ajuda também. Eu é que pago oitenta por cento dos gastos da casa. Comida, roupa, contas... Só que é muito sofrido. Tem hora que eu fico sentindo a falta de um homem de verdade. Hoje mesmo eu acordei, fiquei pensando no travesseiro. Se tivesse quem pagasse a conta de água, aluguel, luz e compra. [Aumenta o tom da voz expressando o sentimento de um possível alívio se existisse esse homem em sua vida].

Mas diga-me uma coisa. Você acha que se esse homem existisse, valeria a pena viver com ele?

Rose (29 anos) – [longo silêncio] Eu acho que valeria. Eu acho assim... desde que ele não me impedisse de trabalhar. Se ele permitisse ela trabalhar, para ela tirar as coisas necessárias para ela, sem ter a obrigação da despesa de casa. Por que eu acho pesa para mim. Eu queria trabalhar, quer dizer eu sempre trabalhei, mas eu queria trabalhar para comprar além das roupas para meus filhos, para dar uma festa e sair, sem ter que pensar no gás que vai secar, no aluguel que vai chegar. Aliás, sempre pesou a vida inteira pra mim. Eu queria assim, no dia que ele falasse assim: Oh minha nega, hoje tá difícil para mim, o dinheiro não deu para pagar o aluguel, dá pra você me ajudar? Aí eu tenho meu dinheiro aqui e eu tenho o maior prazer de chegar e ajudar, mas não como obrigação. Mas para ajudar sim. (Entrevistada em 25/10/08).



Foto 9 – Frente Bar aberto em 2008 por Rose. Novo Horizonte/SP, 06.05.09. Foto: Rafael Aroni.



Foto 10 – Produtos trazidos semanalmente do Sertão da Paraíba, biscoitos de polvilho, doces como rapadura e doce de leite, e feijão de arranque. Novo Horizonte/SP, 06.05.09. Foto: Rafael Aroni.

Em outro trecho, o relato oral aproxima-se do modelo de transcrição/discurso oculto (SCOTT, 1990). Em certo momento da entrevista a colaboradora desabafou acerca do não reconhecimento e respeito por parte do atual companheiro. Assim, a estratégia de resistência cotidiana, no presente, estaria em ter

aberto o bar, para poder prover os filhos. Em relação ao futuro, ela revela os planos que divergem do marido.

Mas, diz mais uma coisa, pelo menos seu marido é assim uma pessoa carinhosa, atenciosa?

Rose (29 anos) – [Fluxo narrativo agressivo] Se fosse assim, eu jamais pensaria em largar ele. Ele é muito bruto, estúpido e sem educação. Ele me trata muito mal, se está na frente dos meus filhos ou na frente dos outros, ele briga comigo. E só fala comigo por cima dos ombros e em voz alta. E eu acho que não mereço isso. Nossa, se ele fosse um homem compreensível, que tivesse um pingão de sentimento e inteligência, ele me valorizaria. [Expressa muita raiva]

E o que você gosta nele?

Rose (29 anos) – [Desabafo] Pra falar a verdade eu não gosto é mais de nada. Por que todo esse tempo fez com que, as coisas que ele fez, destruíssem esse amor. Eu era capaz de dar minha vida por ele, só que ele se acostumou. Eu dizia: ...a gente vai viver até o final da vida, desde que você não se acostume comigo, acostumar assim com a situação, eu queria que ele lutasse sempre. Assim como eu luto. Então é por isso que eu sofro.

E quais são as alternativas que você tem buscado?

Rose (29 anos) – [Longo silêncio] Eu quero comprar... juntar dinheiro para comprar minhas mercadorias e montar meu comércio, uma loja de roupa e uma lanchonete. São dois planos [Risos]. Se Deus quiser.

Em relação a Joaquim quais os planos dele?

Rose (29 anos) – Olha desde os treze anos, ele criava os bichinhos dele. Ele plantava capim para alimentar os animais dele. [Em tom irritado completa] Eu acho que ele vai trabalhar na roça até o fim da vida dele... Ele nunca trabalhou em outra coisa. Ele nunca vai mudar de vida. Ele não tem planos. Ele não pensa nos filhos ou em mim. Ele quer continuar a vida dos pais dele que trabalham no sítio. Para ele só existe o hoje e ponto final. E eu, como te falei, eu quero ter tranquilidade na vida, eu quero trabalhar para mim, para ter meu próprio negócio. Poder criar meus filhos com dignidade, e poder dar estudos para eles mais para frente. (Entrevistada em 25/10/2008).

Mesmo trabalhando fora e assumindo a obrigação do posto de provedora da família, Rose ainda desempenha o trabalho doméstico. A rotina do trabalho doméstico inicia-se às cinco horas da manhã, quando ela levanta para preparar a comida (almoço e janta) do marido e dos dois filhos que estão com ela em Novo Horizonte.³⁹ Por volta das sete horas da manhã leva o filho 9 e a filha de 7 anos para escola. Retorna para casa para lavar a louça e a roupa. Às onze horas, busca os filhos na escola. Por volta das treze horas, dirige-se ao bar para colocar bebidas para gelar e fazer a limpeza do salão. O movimento só começa a noite, depois que os trabalhadores do corte já voltaram da roça, lavaram roupa, comeram algo e tomaram banho. Neste momento, Joaquim atual marido, aparece no bar para ajudar nas vendas e preparo de espetinhos de churrasco. Rose só irá dormir por volta de uma

³⁹ A filha mais velha de 13 anos retornou para Paraíba, em 2008, para ser criada pela avó, Sebastiana de 50 anos. Isso porque, ela iniciou um namoro muito cedo, proibido pela mãe, o que provocou um desarranjo provisório na família. Essa filha só retornou a Novo Horizonte, no começo do ano de 2009, quando Rose tinha certeza do fim do namoro dela com um cortador de cana.

hora da manhã, dependendo do movimento do bar no dia da semana. Na visita, no dia 13 de dezembro, tentou-se entrevistar Joaquim, que manifestou o desejo de não participar da pesquisa.

Na terceira etapa da pesquisa de campo, no dia 10 de outubro de 2010, conseguimos encontrá-los novamente. As informações coletadas apontaram para situação difícil para o núcleo familiar. A baixa remuneração aferida pelo marido no corte de cana, na safra de 2009, levou Rose refazer seus planos. No momento desta entrevista ela apontava que diante das dificuldades financeiras em arcar com as despesas da casa e do bar, ela pretenderia retornar para Tavares, Paraíba.

E Joaquim o que ele tem falado do trabalho no corte?

Rose (29 anos) – Ele cortou muitas safras e está cansado. Ele disse que não quer mais cortar cana, por que não vê mais futuro. O que ganha mal dá para se sustentar. Para você ver, esse ano minha mãe tem mandado, quando pode, R\$200,00, para a gente pagar todas as despesas. Joaquim quer ir embora, por que se for para arranjar só o de comer, ele prefere é plantar lá e ter o que comer do que passar fome aqui. Ele quer voltar esse final de safra.

E vocês estão fazendo alguma reserva de dinheiro esse ano?

Rose (29 anos) – Esse ano está muito difícil. Se conseguir algum dinheiro ele vai livrar só o acerto no final da safra. Só vai conseguir algum dinheiro para pagar as passagens no acerto. Esse ano não tem como juntar o preço de cana está péssimo.

O que tem contribuindo para piorar a situação esse ano?

Rose (29 anos) – Esse ano tem muita gente vinda, os donos das usinas ficam com opção. Como tem muita gente querendo trabalhar do Nordeste eles se aproveitam. Vê que tem muita gente querendo trabalhar eles podem repor duas ou três turmas, na mesma semana. Sabe que todo mundo precisa, que tem muito nordestino. Então não tem como reclamar nada, senão mandam embora no mesmo dia. Afora que agora é quase tudo máquina. A Usina Estiva é só máquina.

Ano passado Joaquim estava na Santa Isabel e agora ele corta com qual?

Rose (29 anos) – Ele está trabalhando para fornecedor, para o AJUSTE (Nome do Fornecedor). Um colega dele que tinha falado que esse fornecedor era melhor. Só que ele já tinha trabalhado um mês de todo esse tempo que ele está aqui. Só que esse é o pior fornecedor.

E qual é o plano que a família faz para esse futuro do próximo ano?

Rose (29 anos) – A gente vai voltar esse final de ano. Já estamos construindo uma casa. Joaquim vendeu uma moto para comprar um chão [terreno] na cidade e agora está para comprar o material de construção. A gente faz plano de vender alguns eletrodomésticos para conseguir. Tanto os pais deles como minha mãe vão nos ajudar com um pouco dinheiro para construir a casa. Eles todos já são aposentados. O plano é ir embora para não vir mais. Ele vai trabalhar na agricultura, no sítio do pai dele. Eu não quero mais trabalhar com bar lá não. É muito ruim esse tipo de comércio por que você não tem tempo para nada, a casa sempre fica de perna para cima. [Desabafa] É muito cansativo, não tem horário certo para nada. [Silêncio pensativa] Mas eu penso em voltar a trabalhar com roupa. Minha mãe vai me dar o capital inicial eu vou comprar roupa e penso em trabalhar para nós duas. (Entrevistada em 10/10/2009).

Portanto, mesmo diante da situação provisória de ocupar a posição de provedora e gerir os rendimentos domésticos, com a possibilidade de reorganizar a família em modelo de “*matrifocalidade*” (PARRY SCOTT, 1990:39), com o favorecimento do lado feminino no grupo doméstico, as peias da dominação androcêntrica, fecham essas fissuras, ao ficar dependente ao projeto masculino da migração. Em sua história de vida o medo de ser abandonada é recorrente, a trajetória de sua mãe e avó aponta para representação que orienta sua ação. Ao mesmo tempo, a experiência do viver provisório, durante sete anos, não minora as incertezas quanto às formas de garantir a sobrevivência do grupo familiar.

Segundo Caso: Família Nuclear com filho – Novo Horizonte/ SP.

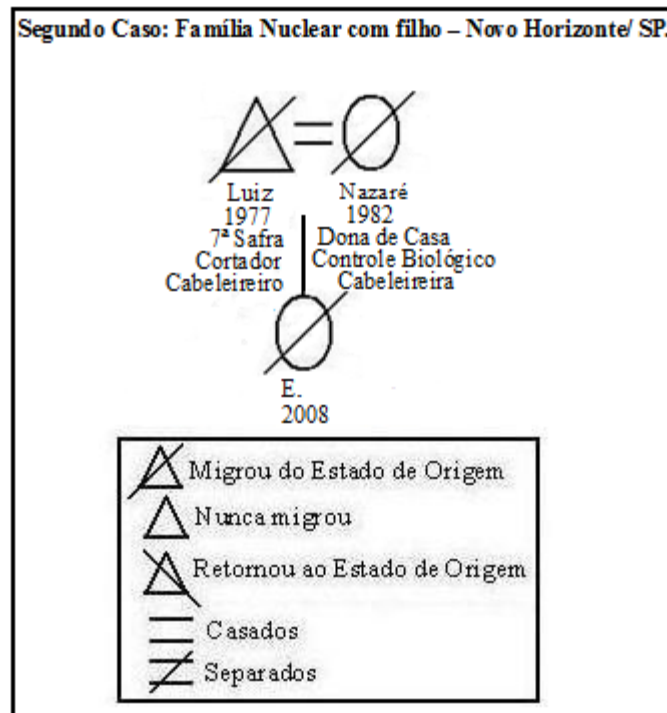


Figura 4 - Segundo Caso: Família Nuclear com filho – Novo Horizonte/ SP, 2009.

Perfil Biográfico do casal entrevistado.

Nome: Luiz.

Ano de nascimento: 1977.

Local de nascimento: Juru- PB.

Nível de Escolaridade: Primeira fase do Ensino Fundamental Completo - 4ª Série.

Idade que começou a trabalhar: 17 anos.

Atividade em que começou a trabalhar: Bituca em Alagoas.

Atual ocupação: Cortador de Cana na 7ª Safra e Cabeleireiro há 2 anos.

Há quanto tempo está na cidade de destino: 6 anos

Itinerário migratório para o corte:

1994 e 1995 – Alagoas – Bitucar.

1996 – Mato Grosso do Sul. – Corte.

1997 até 1999 – Potirendaba/SP – Corte.

2000 e 2001 – Ficou em Juru/PB.

2002 até 2009 – Novo Horizonte – Corte.

Perfil Biográfico da Companheira

Nome: Nazaré.

Ano de nascimento: 1982.

Local de nascimento: Juru- PB.

Nível de Escolaridade: Ensino Médio Incompleto (2ª colegial).

Idade que começou a trabalhar: 17 anos.

Atividade em que começou a trabalhar: Ajuda no trabalho doméstico. Limpeza e preparo de comida.

Atual ocupação: Dona de Casa e Laboratório de Controle Biológico e Cabeleireira aos finais de semana.

Há quanto tempo está na cidade de destino: 6 anos.

Itinerário migratório:

1999 até 2001 – Sorocaba – Dona de Casa.

2002 até 2009 – Novo Horizonte – Dona de Casa e Produção de Vespas no Controle Biológico.

Origem do casal: Juru - PB

Acesso a casa ou terra própria na origem ou no destino: Não possuem.

Estado civil: Moram juntos, há sete anos,

Quantas pessoas estão alojadas na casa/barraco: 3 (casal e uma filha).

Número de filhos: 1.

Quadro 13 – Segundo caso, perfil da Família Nuclear, Novo Horizonte/SP, 2009.

Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão	Estado Civil	Local de Residência.	Onde está Alojado
Feminino	1 ano	-	-	-	Novo Horizonte/SP	Junto aos pais.

Fonte: Pesquisa de campo.

Destaca-se na trajetória de vida do casal, que eles se conheciam desde a adolescência, da cidade de origem. Contudo, na dinâmica da migração para São Paulo, ele, ainda solteiro cortou cana, no período de 1997 a 1999, na cidade de Potirendaba/SP. Ela migrou para acompanhar os irmãos que também realizavam o corte de cana, no período de 1999 a 2000, em Sorocaba. No itinerário migratório dele observa-se o corte em outros Estados. Na ocasião em que ele foi para o Rio Grande do Norte acompanhava o pai que era cortador de cana. Tinha apenas quatorze anos e trabalhou na “bituca”, recolhendo gomos de cana cortada, não colhidos pelas máquinas carregadeiras. Acompanhou o tio, na ocasião da migração para o Mato Grosso. Por fim iniciou o itinerário de corte para São Paulo, quando ficou alojado com primos, o mesmo tio e a tia, que realizava os trabalhos domésticos. No caso da história de vida de Nazaré, a condição de subordinação a ordem patriarcal do pai, que a proibiu de continuar os estudos quando residia no arranjo familiar dele, levou ela a encontrar na migração a estratégia do início da ruptura as injunções da dominação masculina.

Nazaré (27 anos, dona de casa, trabalha laboratório da usina e paraibana) - Eu fui uma pessoa criada em sítio, naquelas choupanas de barro igual que passa na televisão. Meu pai não deixou que eu estudasse. Não deixava que saísse de casa. Eu não tinha liberdade para nada, não tinha alternativas, era sempre presa em casa. Não podia sair para nada.

Mas como você saiu?

Nazaré (27 anos) – Eu vivi até os vinte anos em casa. Aí meus irmãos vieram para São Paulo e eu vim junto. Fomos para Sorocaba, e no primeiro momento, como fui criada assim, num lugar muito distante e sempre presa, acaba que você aprende a não confiar em ninguém. Então meus irmãos trabalhavam durante o dia, eu ficava presa em casa. Eles voltavam do trabalho eu continuava em casa. Só consegui sair dessa vida quando o primeiro sujeito apareceu na minha vida. Era minha única opção, imagina era solteira e vivia o mesmo drama que lá. O primeiro cara que apareceu na minha frente eu me enfie de cabeça. Ele era dezenove anos mais velhos do que eu e com dois filhos do primeiro casamento que durou catorze anos. Essa foi à primeira oportunidade que tive para sair do sufoco que foi minha vida até aquele momento. Quando casei a primeira coisa que fiz foi voltar a estudar. No sítio consegui fazer até a quarta série. Como tinha escola no sítio, meu pai permitia. Só que quanto passou a precisar ir para cidade estudar, meu pai não deixou que eu pegasse o carro.[ônibus escolar]. Dizia que isso não era coisa de respeito para filha dele. Foi neste momento que fiquei presa no sítio. Como dizia só retomei os estudos depois de casada e consegui até concluir a oitava série. Sou a única filha do total de três que estudou mais. Só sei que mesmo assim, minha vida foi sempre trabalhar para os outros e tentar estudar.

Esse casamento durou quanto tempo?

Nazaré (27 anos) – Com esse meu ex-companheiro eu tive três filhos com ele. Pelo fato de ele ser mais velho, ele não gostava de trabalhar, a vida dele era sempre ir de bar em bar. Na sexta ele saía e só voltava na segunda. Não era casamento era convivência e péssima. Aí chegou ao ponto em que nos separamos. Aí neste momento ainda consegui completar o segundo grau. Só que quando a gente se separou. Isso foi um pouco antes o meu filho mais velho falecer, e os outros dois filhos ficaram com ele. Aí viemos a nos rever aqui em São Paulo em um churrasco. Eu conhecia Luiz de moça, ele tinha 18 anos e eu 14. Depois passou dez anos e a gente se encontrou em Sorocaba. Só que ele era casado e vivia péssimo e eu também. Ele também não estava feliz com o casamento dele. Então decidimos morar junto para tentar outra vida. (Entrevistada em 28/04/2009, grifos nossos).

A dinâmica da experiência do viver temporário dentro da migração para o corte de cana levou ao desarranjo e separação do primeiro casamento. E no caso específico de Nazaré, na ruptura dos laços de afetividade e sociabilidade com seu grupo de relações primárias, nos territórios de origem. Desta sorte, o casal passou a carregar o estigma de terem fugidos para tentar outra vida. Essa representação orienta o ideal migratório deles em permanecerem no município de destino e tentarem viabilizar a compra de uma casa própria. Contudo, diante da injunção da Usina em restringir a permanência de famílias migrantes na cidade, Luiz não conseguiu ser fichado (registrado) para o trabalho no corte de cana no ano de 2009. Quando realizamos a entrevista ele aguardava a possibilidade de uma vaga em um dos fornecedores da cidade. Outra proibição para permanência da família migrante na

cidade é o cronograma do fim do trabalho manual do corte de cana⁴⁰, que prevê de redução gradativa da técnica de queima da palha para colheita em concomitância a mecanização. Diante desse quadro, Luiz fez curso de cabeleireiro e abriu um pequeno salão. Ele concilia o trabalho no corte de cana com o corte de cabelo, que lhe garante a sobrevivência no período da entressafra.

E se esse trabalho do corte acabar ou diminuir muito por causa das máquinas, o que você pensa em fazer?

Luiz (32 anos, cortador de cana, cabeleireiro e paraibano) – Eu penso em tocar esse salão. Não tem jeito, por que esse serviço da cana é problemático, você não tem como estudar. Eu até fiz um curso básico de cabeleireiro para me livrar deste trabalho. Por agora vou levando os dois. No período da entressafra, vou levando com o salão e o seguro desemprego. E na safra, chego do serviço e ainda corto dois ou três cabelos. (Entrevistado em 28/04/2009, grifos nossos).



Foto 11 – Salão Corte de Cabelo de Luiz, destaca-se da trajetória da família com vistas a fixação no município, a presença das fotos na parede, como elemento simbólico do início de outra vida, e ausência das fotos dos pais. Novo Horizonte/SP, 07.05.09. Foto: Rafael Aroni.

Nesse ponto Nazaré intervém diante dessa preocupação pelo fim do trabalho no corte. Aponta para tentativa na renegociação dos papéis de gênero, em função dela também trabalhar em jornada tripla. Contudo, diante a situação

⁴⁰ Pelo Protocolo Agroambiental (10/03/2008) assinado entre o governo de Estado de São Paulo e a Organização dos plantadores de Cana da Região Centro Sul do País (principal fornecedora de cana do país), que prevê antecipar o fim da queima da palha da cana para 2014, em áreas mecanizáveis, e 2017, em áreas não mecanizáveis. De maneira indireta, tal medida pressiona o setor para a mecanização da colheita da cana crua. Contraditoriamente alerta que a redução abrupta da queima da palha pode implicar em prejuízos econômicos para os pequenos e médios fornecedores de cana, pela impossibilidade de financiar maquinário para colheita mecânica e competir, dado que 8% de fornecedores produzem 92% da colhida no Estado. Implicitamente é apresentado com consequência positiva do processo de mecanização, o surgimento de outra fonte de renda, a palha não queimada “*num momento em que o setor se encaminha para a utilização total da energia da matéria prima*”.

contingente pela sobrevivência do núcleo familiar diante de tantas injunções, ela naturaliza a relação desigual nas atividades domésticas, ao reconhecer que ele não faz o serviço doméstico de acordo com o seu nível de exigência.

Você tem jornada dupla Luiz?

Nazaré (27 anos) – Ele tem jornada dupla, e eu tenho tripla, por que trabalho fora em casa e às vezes também corto o cabelo de algumas clientes. No trabalho doméstico Nazaré, o que é mais pesado?

Nazaré (27 anos) – Antes era lavar roupa, mas agora temos máquina. Acho que mais difícil é ter que acordar de madrugada para preparar a comida dele. Geralmente acordo às quatro horas para preparar a comida. Se for ver eu começo a preparar a comida no dia anterior, quando tiro a carne para descongelar e tudo o que for possível fazer e que for mais demorado eu tento antecipar ao máximo. Só que também não posso ficar até muito tarde, por que senão fico muito cansada no dia seguinte. Eu trabalho do controle biológico que exige muita atenção. É como uma bola de neve, é filho, é casa e comida para fazer, todo dia a mesma coisa, a mesma coisa e sempre muito cansativo. Como disse, o que mais me incomoda nesta rotina do corte de cana é ter que acordar muito cedo. Eu não tenho nem como voltar a dormir. Acordo às quatro e meia para arrumar a comida dele. Ele acorda a cinco da manhã e pega o ônibus as cinco meias. Meu horário para o serviço é sete e meia da manhã. Então quando ele já saiu, minha filha dorme mais um pouco, para entrar na creche às sete horas. Neste intervalo, eu arrumo o fogão, lavo as panelas, limpo a casa, preparo o café dela, arrumo a roupa e levo ela. Não tem como eu dormir. Agora, como a gente tem um material atrasado estou entrando às seis e meia, só que quando ele começara a trabalhar na próxima semana, já falei para patroa que não tem como eu entrar antes, não tem quem levar a menina na creche. Mas o Luiz também ajuda, do jeito dele. Ele faz o que pode. Algumas vezes ele faz e outras ele já diz sinceramente que não sabe fazer, como, por exemplo, cozinhar, lavar louça ou roupa. Eu entendo, por que se eu deixar para ele fazer, realmente não fica bom do meu jeito. Assim eu nem cobro muito dele. (Entrevistada em 28/04/2009, grifos nossos).

Por último, é importante ressaltar que dentro das trajetórias de vida e ocupacional do casal, a esposa realiza o trabalho de produção da vespa (*Cotesia flavipes*) utilizada no controle biológico para parasitar a broca da cana (*Diatraea saccharalis*). Embora seja um trabalho que exija habilidade, higiene e destreza na inoculação da vespa na broca que produziram novas cepas para serem soltas nos canaviais, ela recebe apenas um salário fixo de seiscentos reais. O que revela por si, a exploração e dominação feminina no trabalho produtivo.

Terceiro Caso: Família Ampliada com filho e uma trabalhadora no laboratório da Usina – Novo Horizonte/SP⁴¹.

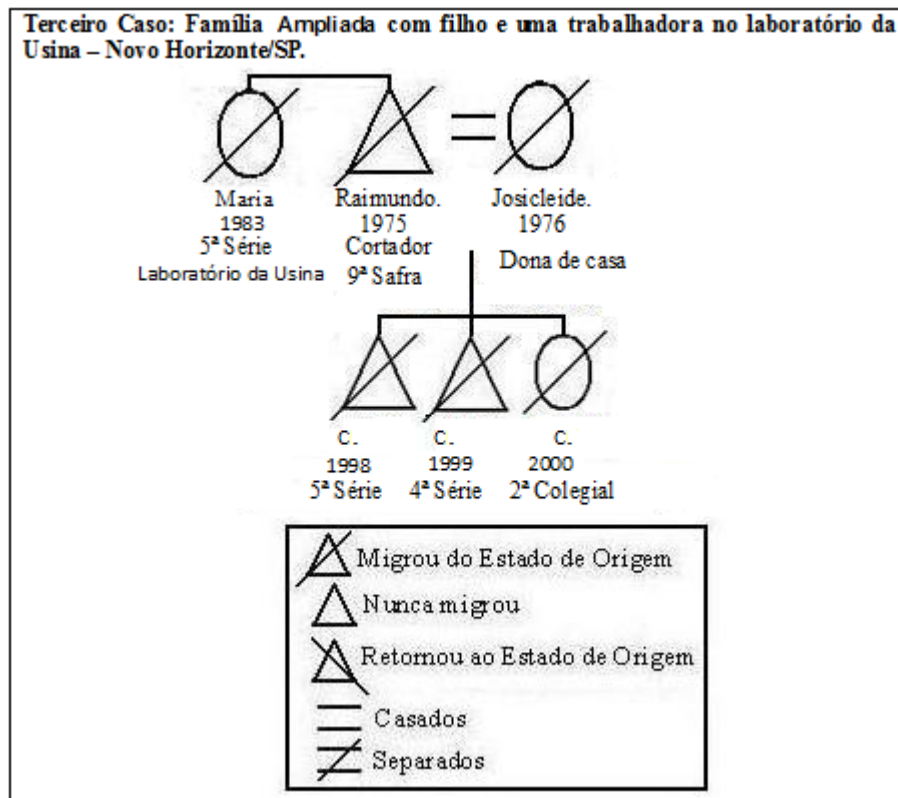


Figura 5 - Terceiro Caso: Família Ampliada com filho e uma trabalhadora no laboratório da Usina Nova Horizonte/SP, 2009.

Perfil Biográfico do entrevistado.

Nome: Raimundo.

Ano de nascimento: 1975.

Local de nascimento: Princesa Isabel/PB.

Nível de Escolaridade: Primeira Fase do Fundamental Completo - 5ª Série.

Idade que começou a trabalhar: 7 anos.

Atividade em que começou a trabalhar: Botava roçado de milho junto do pai.

Atual ocupação: Cortador de cana na 9ª Safra.

Há quanto tempo está na cidade de destino: 9 anos.

Itinerário migratório para o corte:

1997 – Petrolina – “Caixeiro” ao transportar legumes e verduras da propriedade do tio para cidade.

1998 – Sorocaba/SP – Trabalho em olaria.

2001 até 2009 – Novo Horizonte/SP – Cortador de Cana

⁴¹ Na elaboração deste caso os nomes foram trocados como forma de garantir a identidade dos colaboradores.

Perfil Biográfico da Companheira

Nome: Josicleide.

Ano de nascimento: 1976.

Local de nascimento: Triunfo/PE.

Nível de Escolaridade: Primeira Fase do Fundamental Incompleto - 5ª Série.

Idade que começou a trabalhar: 9 anos.

Atividade em que começou a trabalhar: Atividade Doméstica ajuda a mãe.

Atual ocupação: Dona de casa.

Há quanto tempo está na cidade de destino: 9 anos.

Itinerário migratório:

1997 – Petrolina - Dona de casa.

1998 – Sorocaba/SP – Dona de casa.

2001 até 2009 – Novo Horizonte/SP – Dona de casa.

Origem do casal: Princesa Isabel/PB

Acesso a casa ou terra própria na origem ou no destino: Não possuem.

Estado civil: Estão casados no civil e religioso há 14 anos.

Quantas pessoas estão alojadas na casa/barraco: 6 (casal, 3 filho uma trabalhadora)

Número de filhos: 3.

Quadro 14 – Terceiro caso Perfil da Família Ampliada, com filho e uma trabalhadora no laboratório da Usina, Novo Horizonte/SP, 2009.

Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão	Estado Civil	Local de Residência.	Onde está Alojado
Masculino	7 anos	5ª Série	-	-	Princesa Isabel/PB	Juntos dos Pais
Masculino	8 anos	4ª Série	-	-	Princesa Isabel/PB	Junto dos Pais
Feminino	9 anos	2ª Colegial	-	-	Princesa Isabel/PB	Junto dos Pais
Feminino	26 anos	5ª Série	Laboratório da Usina	Solteira	Princesa Isabel/PB	Junto do Irmão (esposo)

Fonte: Pesquisa de campo.

Para apresentação do primeiro rearranjo de família ampliada, destacaremos as estratégias de resistência ao trabalho no corte e estratégias para mobilidade ocupacional e social em outras funções, as quais entram em contradição com o projeto de retorno masculino. A família do colaborador Raimundo teve a primeira experiência em migrar para Petrolina/PB, quando eles trabalharam no transporte de verduras e legumes entre a propriedade do tio dele, para a cidade. Em 1998, tiveram a primeira experiência da migração para o Estado de São Paulo. Nesta ocasião, Raimundo conseguiu trabalho com um amigo, que migrara anteriormente. Trabalhou apenas um ano da atividade de olaria, mas com o nascimento do primeiro filho, preferiram retornar para cidade de origem, para que a mulher tivesse acesso ao

auxílio maternidade. Esse dinheiro complementou uma pequena poupança que já tinham e viabilizou a compra de um pequeno sítio com casa. Somente em 2001 decidiram migrar para o corte de cana, quando seu cunhado e primo lhe deram a informação de que o corte de cana em Novo Horizonte, garantiria uma fonte de renda considerável.

Raimundo (34 anos, cortador de cana, dono de lanchonete e paraibano) – Foi meu primo e meu cunhado. Eles já tinham tirado três safras aqui em Novo Horizonte. Eles souberam com colegas lá em Princesa, que já tinham vindo. É que todo ano, quando eles voltam, falavam como foi a safra. Falavam que a safra aqui era boa, pagava bem, tinha um acerto bom. Dava um troco bom, mais ou menos R\$2.800,00. (Entrevistado em 07/05/2009).

Na travessia da família ele foi o primeiro a migrar. Conseguiu parte do dinheiro de sua passagem ao vender parte do excedente da produção de feijão plantada em sua roça. Outra parte complementou com um pouco de dinheiro que tinha poupado, no trabalho na diária, carpindo roça na terra dos outros. No total gastou R\$ 180,00. Passou quatro meses alojados junto a 18 trabalhadores, sem condições de enviar dinheiro suficiente para o sustento da família e mesmo para garantir sua permanência provisória no corte. Como nunca havia cortado cana em sua vida, os primeiros quatro meses foram de intensa aprendizagem das estratégias para aferir maior produtividade.

Raimundo (34 anos) – Viche, chegamos aqui eu estava era liso (Sem dinheiro). Eu tive que trabalhar durante vinte dias, fazendo compra fiada no mercado, com as contas todas atrasadas. Deu vontade muito grande de voltar. Imagina, você devendo e ganhando uma mixaria, e eu não sabia cortar. Quem nunca cortou na vida, passa uns quatro meses para aprender a ficar desenrolado. Por que cortar cana é manha. Se o cabra se meter a cortar sem saber não corta nada. (Entrevistado em 07/05/2009, grifos nossos).

Considerou essa experiência traumática, e motivadora para trazer a esposa e os filhos. Nesta parte do relato, quando apontou para possíveis experiências de aprendizado em ter maior habilidade no corte de cana, foi possível iniciar o processo de registro de sua *transcrição/discurso oculto* frente às formas de exploração e dominação do trabalho exigido pelos fiscais nos eitos. Iniciou-se então nessa interação intersubjetiva, o momento em que ele gesticulava e desenhava as formas de estratégia de como cortar cana sem lhe causar tanto prejuízo a saúde e ter maior produtividade. Após cinco meses aprendeu com os trabalhadores mais experientes que para o corte das cinco ruas de cana, o fundamental era saber avaliar

para que lado a cana esta tombada, antes mesmo de iniciar o trabalho. Embora a exigência dos fiscais seja de que se entre sempre de frente para o canavial ao deferir o golpe com o podão, os trabalhadores mais experientes sabem que ao se posicionarem na diagonal, em relação às ruas, eles sofrem menos desgaste físico nas três etapas consecutivas dessa atividade laboral ao pegar, cortar o feixe de cana e jogá-lo para fazer o monte.

Quais são as exigências no trabalho no corte?

Raimundo (34 anos) – O fiscal solta o talhão⁴² no começo da manhã e exige, talhão igualado, ou seja, a cana cortada e alinhada nas cinco ruas, e ponteiro igualado, ponta da cana cortada igual. Se você não fizer isso, é primeiro advertência e depois o gancho (suspensão). Um gancho aqui quebra na quinzena oitenta reais ou mais. A gente já ganha pouco aí eles passa todo mês para tomar o dinheiro da gente. A diária também já é pouca são dezoito reais. Sem trabalhar e com o desconto fica difícil.

Como faz para cortar cana sem prejudicar muito a saúde?

Raimundo (34 anos) – São três modos. É sempre saber para que lado a cana está tombada para saber como pegar e cortar, saber o modo de jogar e o jeito de fazer o monte. Mesmo ela estando pé de rolo⁴³, você já sabe como fazer. Se não seguir isso não tem como tirar alguns troquinhos, mas quem não é desenrolado sofre de mais. A gente que já é treinado já sabe o jeito que vai ser e vai embora.

Qual o macete para cortar sem se esforçar muito nas três atividades?

Raimundo (34 anos) – Isso é o principal. Você corta três ruas do jeito que quiser, e nas duas últimas você capricha. Geralmente, são as duas ruas da ponta. Isso funciona bem quando a cana é boa, está de pé, retinha. Mesmo que as três ruas do meio estejam sebosas, sem tira o ponteiro igualado e rente, você cobre com as duas ruas das pontas. (Entrevistado em 07/05/2009).

Portanto, em sua *transcrição/discurso oculto* é possível observar a coexistência FOUCAULT (2005) entre a dominação e resistência, na qual as estratégias de dominação engendram também formas resistência, portanto o exercício do poder essas duas dimensões estão parcialmente integráveis e processo multiformes. Embora, a vigilância na disciplina do trabalho seja constante por parte dos fiscais, é possível observar de maneira difusa aos poros da jornada de trabalho, os trabalhadores operarem com práticas de microresistência que encontram indulgência dos fiscais. O limite da tolerância é mínimo, como demonstra o fato da segunda advertência o trabalhador ser penalizado com perdas em seu salário, ao levar gancho, suspensão ao trabalho.

⁴² Talhão de cana é a linha da rua onde a cana está plantada. No Estado de São Paulo, após o Motim Histórico de trabalhadores, em 1984, na cidade de Guariba, o setor patronal decidiu permanecer no corte de 5 ruas por trabalhador, na atividade diária.

⁴³ Pé de rolo é quando o talhão da cana, ou seja, as linhas ou ruas onde está plantada a cana ficam emaranhadas, por vezes em função o efeito de ventos ou da idade do canavial.

Após esse intenso processo pedagógico de resistência, Raimundo conseguiu viabilizar a migração da família, custeando o transporte e alimentação durante três dias de viagem no total de R\$800,00. Ainda no final da primeira safra, diante a impossibilidade de custear o retorno e de não conseguir ficar fichado na Usina para o período da entressafra, Raimundo decidiu vender o sítio e a casa, no município de Princesa Isabel/PB. Parte do dinheiro foi utilizada de forma imediata para custear a sobrevivência da família naquela situação contingente. Raimundo diante deste novo malogro da migração decidiu investir parte do dinheiro ao abrir um comércio de lanche. Buscou assim, uma forma de não depender da incerteza e temporalidade do trabalho da cana e tentar viabilizar o retorno da família.

Porém, no processo de rearranjo da família, a irmão dele migrou para ajudar a cuidar das crianças enquanto os pais trabalhavam na lanchonete. Desta experiência Raimundo observou que não conseguiria rendimentos iguais ou superiores quando do corte de cana. Assim, em 2002 passou a conciliar as duas atividades. Com o crescimento dos filhos, sua irmã decidiu trabalhar fora, e conseguiu emprego no setor de controle biológico, produzindo vespas que parasitam a broca da cana. Neste momento, Josecleide voltou a desempenhar as atividades domésticas, contudo renegociou com Raimundo, de que ele lavaria a roupa de trabalho e cuidaria das crianças aos finais de semana. A preocupação de Josecleide era que o pai diante da dupla jornada de trabalho não teria tempo para ver os filhos. Ele saía para trabalhar no corte as cinco e meia da manhã. Retornava por volta das quatro e meia, descansava um pouco, lavava a roupa de carvão, tomava banho e se preparava para abrir a lanchonete às sete horas da noite. A segunda jornada de trabalho variava conforme o dia da semana, em geral de segunda a quarta fechava próximo da meia noite, de quinta a domingo, com o movimento maior, trabalhava até as três horas. Às vezes conseguia ter apenas uma ou duas horas de sono nas noites de quinta e sexta. Utilizava o trajeto feito pelo ônibus até o oito para dormir.

Quando da pesquisa em sua casa, foi possível observar uma rocinha no quintal de entrada. Ele relatou que em nove anos de safras, sente saudade do roçado que vendeu. Nesse processo de “descamponeização⁴⁴” (BOURDIEU& SAYAD,

44 Por descamponeização o sociólogo entende como processo de incultar novas disposições mentais no próprio camponeses que orientam a produção para os riscos do mercado, ou seja, dependem agora da comercialização dos produtos para atender as crescentes necessidades familiares.

“Desse modo, a “descamponeização” (“dépaysannisation”), proporcionada pelo reassentamento, foi duplicada pela urbanização que, mesmo temporária só pôde causar transformações irreversíveis na atitude

2006), é possível observar que intersubjetivamente ele orienta suas ações na busca pelo afeto rompido com a terra e a frustração diante da insuficiência de rendimentos e incertezas quanto ao futuro do corte da cana.

Nestes nove anos morando aqui, o que você pode falar desta experiência?
 Raimundo (34 anos) – Olha em primeiro de tudo [voz trêmula] eu sinto uma profunda saudade de lá. Que eu nasci e me criei lá. Só que aqui você não passa fome. Tem um dinheiro para comprar um saco de feijão e arroz. Já lá nem dinheiro para comprar um saco de sal. Não tem onde ganhar. Se aparece um dia de serviço, o cabra trabalha hoje e só recebe daqui a vinte dias. A diária lá, quando sai pagava R\$20. Só que na verdade, embora eu trabalhe tanto aqui, isso tudo não está virando é nada. Não tem sobrado quase nada de dinheiro. Esse ano mesmo eu penso em vender o ponto. Vou trabalhar na safra, mas não penso em continuar também. Desde o ano passado (2008) eles falaram nas palestras do começo do ano que ao corte vai acabar e vai ser só as máquinas. Eles estão oferecendo alguns cursos para quem quiser trabalhar com as máquinas de cortar e tratores para plantar. Só que esse curso se encerra no ano de 2010. Eu não pretendo fazer esse curso por que não quero mais essa vida no corte. Meu projeto é ir embora para lá, viver de algum comércio, comprar uma casinha, viver e tentar alguma coisa. Penso em montar uma banquinha e vender coisa assim de feira. Mesmo que o ganho seja pouco já seja suficiente para comer está bom. (Entrevistado em 07/05/2009, grifos nossos).

Em outras palavras, o processo de *descamponização* inculca contradições entre as aspirações de camponês e as novas necessidades sociais, mediadas pela monetarização das trocas, ao mesmo tempo em que cerceiam as práticas agrícolas. Ele recorre a essas práticas agrícolas fragmentadas parciais e que não se realizam devido à restrição ao acesso a terra, técnicas e ao tempo de produção para subsistência. Observa-se também que a gradual eliminação do corte de cana manual não possibilitará a reconversão na posição de motorista de máquina. Portanto, as práticas agrícolas tradicionais as quais traz consigo, não mais atendem as necessidades vitais domésticas. Por outro lado, dependência a relações monetárias também não garante a sobrevivência digna do grupo doméstico. Embora, consiga dinheiro para comprar alimentos, parte dos quais produzia, não sobra nenhuma pecúlio. Portanto, a economia de mercado subverte hierarquias das normas de valores da previdência no *ethos* camponês. Sua eficiência está em incutir uma condição ambivalente/duplicidade na sua consciência temporal, a qual tem por base a experiência nas práticas agrícolas tradicionais, na expectativa da produção com base

econômica, ao mesmo tempo em que acelera o contágio, das necessidades: “Tenho muitas necessidades novas”, diz um refugiado de Carnot “é preciso viver como se costuma viver na cidade”. Os camponeses recém-instalados são profundamente conscientes deste aumento das privações.” (BOURDIEU& SAYAD, 2006: 47)

no acúmulo das experiências em safras anteriores, e que convive contraditoriamente, com o cálculo capitalista, no qual a produtividade no corte de cana é um risco, um por vir não garantido, e contraditoriamente traz a certeza de ser finita. Na conjunção dessa identidade cambiante de camponês/assalariado, ambas que se realizam incompletamente, o contexto orienta a ação dos demais membros da família a buscarem em outros empregos, rendas complementares para garantir a sobrevivência do grupo, enquanto unidade de consumo que rompeu provisoriamente com a unidade produtiva.



Foto 12 – Rocinha em frente à casa de Raimundo. Consórcio de milho e feijão, permanência da prática da agricultura aos finais de semana, frente a jornada dupla dele, no trabalho no corte e lanchonete. Novo Horizonte/SP, 07.05.09. Foto: Rafael Aroni (Ver Video1 – Pasta 7 CD-ROM).

Quarto Caso: Famílias Ampliadas, com trabalhador do corte – Novo Horizonte/ SP.

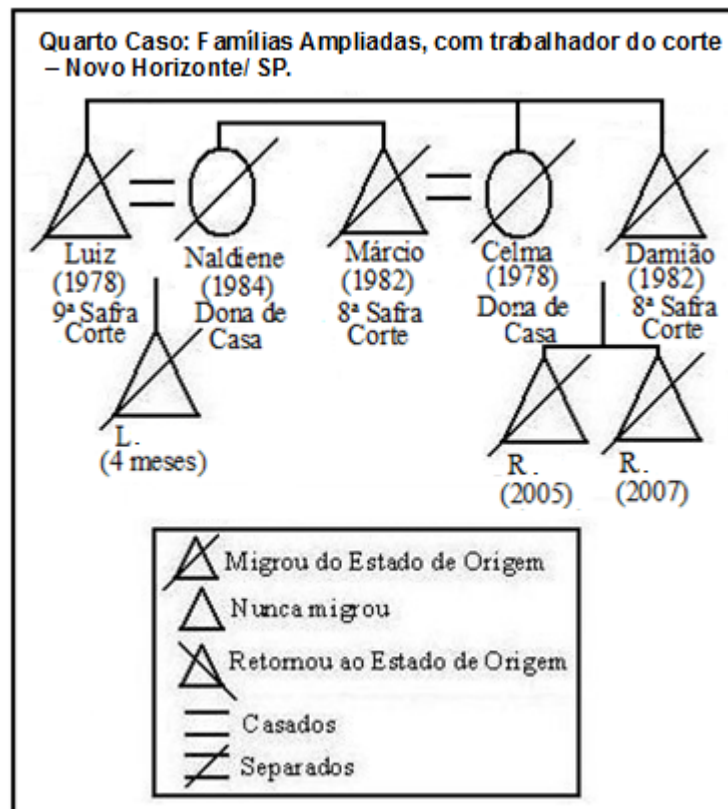


Figura 6 – Quarto caso: Famílias Ampliadas, com trabalhador do corte. Novo Horizonte/SP, 2009.

Perfil Biográfico dos casais entrevistados.

Primeiro Casal

Nome: Luiz.

Ano nascimento: 1978.

Local de nascimento: Santana dos Garrotes – PB.

Nível de Escolaridade: Analfabeto.

Idade que começou a trabalhar: 12 anos.

Atividade em que começou a trabalhar: Roçado e plantio com o pai.

Atual ocupação: Cortador de Cana na 9ª Safra.

Há quanto tempo está na cidade de destino: 1 ano.

Itinerário migratório para o corte:

2001- Irapuã/SP - Cortador de cana.

2002 até 2007- Novo Horizonte/SP – Cortador de cana.

2008- Irapuã/SP – Cortador de cana.

2009- Novo Horizonte/SP – Cortador de cana.

Nome: Naldiene.

Ano de nascimento: 1984.

Local de nascimento: Santana dos Garrotes – PB / Povoado Palestina.

Nível de Escolaridade: Fundamental Incompleto 1ª série.

Idade que começou a trabalhar: 12 anos.

Atividade em que começou a trabalhar: Trabalho doméstico com a Mãe.

Atual ocupação: Dona de Casa.

Há quanto tempo está na cidade de destino: 1 ano.

Itinerário migratório:

2009 – Novo Horizonte/SP – Dona de Casa.

Origem do primeiro casal: Santana dos Garrotes - PB

Acesso a casa ou terra própria na origem ou no destino: Possuem uma casa de 5 cômodos na cidade de origem e uma pequena propriedade de 5 hectares.

Estado civil: Casados no civil e religioso há menos de um ano.

Quantas pessoas moram na casa: 8 (casal, irmão com esposa e filhos e irmão solteiro de Luiz).

Número de filhos: 1.

Segundo Casal

Nome: Márcio.

Ano de nascimento: 1982.

Local de nascimento: Santana dos Garrotes – PB.

Nível de Escolaridade: Analfabeto.

Idade que começou a trabalhar: 12 anos.

Atividade em que começou a trabalhar: Roçado e plantio com o pai.

Atual ocupação: Cortador de Cana na 8ª Safra.

Há quanto tempo está na cidade de destino: 1 ano.

Itinerário migratório para o corte:

2002 até 2007- Novo Horizonte/SP – Cortador de cana.

2008- Irapuã/SP – Cortador de cana.

2009- Novo Horizonte/SP – Cortador de cana.

Nome: Celma.

Ano de nascimento: 1979.

Local de nascimento: Santana dos Garrotes – PB.

Nível de Escolaridade: Analfabeta.

Idade que começou a trabalhar: 12 anos.

Atividade em que começou a trabalhar: Trabalho doméstico com a Mãe.

Atual ocupação: Dona de Casa.

Há quanto tempo está na cidade de destino: 1 ano.

Itinerário migratório:

2004 – Novo Horizonte/SP – Dona de casa.

2009 – Novo Horizonte/SP – Dona de casa.

Origem do casal 2: Santana dos Garrotes - PB

Acesso a casa ou terra própria na origem ou no destino: Possuem um sítio de 12 hectares, migraram para viabilizar a construção da casa no sítio.

Estado civil: Casados no civil e religioso há três anos.

Quantas pessoas moram na casa: 8 (casal, irmão com esposa e filhos e irmão solteiro de Luiz).

Número de filhos: 2

Quadro 15 – Quarto caso, perfil Famílias Ampliadas, com trabalhador do corte, Novo Horizonte/SP, 2009.

Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão	Estado Civil	Local de Residência	Onde está Alojado	Relação de Parentes com o casal migrante
Masculino	4 meses	-	-	-	Santana dos Garrotes – PB	Mesma casa dos pais	Filho do primeiro casal
Masculino	4 anos	-	-	-	Santana dos Garrotes –PB	Mesma casa dos pais	Filho do segundo casal
Masculino	2 anos	-	-	-	Santana dos Garrotes – PB	Mesma casa dos pais	Filho do segundo casal
Masculino	28 anos	6ª série	Cortador 8ª Safra	Solteiro	Santana dos Garrotes - PB	Mesma casa do irmão	Irmão de Luiz

Fonte: Pesquisa de campo.

O caso deste rearranjo de famílias ampliadas inicia-se com a migração de Luiz, que soube do trabalho através de colegas que retornaram para Santana dos Garrotes/PB, no final de 2000. Em 2001 ele decidiu migrar, influenciado principalmente pelas notícias de um trabalhador que era contratado pelo arregimentado, de que o ordenado no corte era superior ao trabalho na roça que mantinha com o pai. Neste momento ele era solteiro e conseguiu dinheiro emprestado com um conhecido negociador de gado, num sítio próximo ao de seus pais. Não revelou o valor, apenas afirmou que saldou o empréstimo no final da safra com cobrança de juros. No ano seguinte (2002) Márcio, influenciado pelo cunhado também migrou. Passaram a safra no mesmo alojamento, onde revezavam entre todos os trabalhadores o preparo das refeições levadas para o eito. Lavavam a roupa de trabalho, “o carvão”, e pagavam para uma mulher lavar a roupa de uso cotidiano. Ela estava com o marido em outro alojamento. Recebia R\$1,00 por peça de roupa. Somente no ano de 2003, Márcio conseguiu viabilizar o deslocamento da família,

motivado principalmente pelas dificuldades em manter as despesas da família no sítio de origem com seus custos em permanecer na cidade de destino.

Quando e por que a família migrou?

Luiz (31 anos, cortador de cana e paraibano) – A minha veio pela primeira vez agora em 2009.

Márcio (27 anos, cortador de cana e paraibano) – A minha veio em 2004, para cá [Novo Horizonte]. A gente foi morar no bairro Santo Clara. A família veio mais para que a despesa se tornasse uma só. Por que com a família lá eu tinha que mandar toda quinzena dinheiro para feira. (Compras de Supermercado) Além de ter as despesas aqui, como aluguel, contas e feira. Agora para trazer a família eu tive que economizar um dinheiro da cana, mas sabendo que ficaria uma despesa só. Só que para trazer a família o dinheiro foi economizado no trabalho da cana. (Entrevistados em 18/04/2009).

Neste ano que permaneceu sozinha, Celma revelou que passou a desempenhar o papel de agricultura ao cuidar do roçado de milho e feijão deixado pelo marido. Forma de assegurar a sobrevivência dos filhos, diante a incerteza do dinheiro remetido pelo marido, em sua ausência temporária. Portanto, não houve opções na renegociação dos papéis de gênero internos a unidade produtiva e unidade doméstica camponesa. Na etapa do desarranjo familiar, a reorganização intrafamiliar, diante da situação de contingência, lança as mulheres, idosos e crianças a assumirem a posição de agricultores, na tentativa de garantir a segurança alimentar do núcleo familiar que permaneceu. Salienta-se que o trabalho na roça passa a ser exercido coletivamente. Caracteriza momento de grande tensão, no qual ao prover incompletamente a família, o trabalhador recorre à estratégia de trazer a família, como uma forma de poupá-los do estigma de estarem passando precisão, ou seja, não conseguirem os mínimos vitais com os recursos monetários ou da roça de subsistência.

Mas você chegou a cuidar da roça quando ele veio para cá?

Celma (31 anos, dona de casa e paraibana) – No segundo ano ele deixou uma roça de milho lá. Aí eu cuidei. Eu fiz o serviço de quebrar e soprar, depois de debulhado para botar no silo. Só que este serviço eu não fiz sozinha. Tinha meu sogro, o pai dela, tinha também a mãe e irmão dela (aponta para cunhada). Todo mundo trabalhava junto. Outra coisa era catar o feijão que é feito na mão. Depois e debulhado no pau, com uma vara Teve época que ele chegou até a mandar R\$400,00 por mês. Como a casa é no sítio, teve época também que a gente colhia milho e feijão. Além de ter a criação de galinha. (Entrevistada em 07/05/2009).

Na etapa posterior de rearranjo, a trajetória familiar apontou para permanência da antiga divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres voltam a ocupar a posição do trabalho doméstico. No processo de deslocamento dela a

injunção foi que só poderia acompanhar marido se ficasse alojada com o irmão, naquele momento ainda solteiro. A mesma imposição ocorreu para Naldiene, que só pode acompanhar Luiz, após formalizar a união estável e permanecer na mesma residência provisória do irmão. Neste ponto, é possível inferir o deslocamento da dominação patriarcal para a figura dos filhos, em cuidar das respectivas irmãs nos territórios de destino.

Se vocês não estivessem casadas vocês poderiam ter vindo para cá?

Naldiene (25 anos, dona de casa e paraibana) – Não, por que é o costume de lá.

Celma (31 anos) – Tem que ter autorização do pai e da mãe.

Naldiene - Meus pais, mesmo, não deixavam. Só que meu irmão estava aqui, se eu viesse para ficar com ele, aí deixavam. Mas não poderia morar com o Luiz.

E para você Celma quais foram as dificuldades para poder vir?

Celma (31 anos) – Foi a mesma coisa. Eu precisei casar. Isso foi em 2007. (Entrevistadas em 07/05/2009).

Poderia se inferir que por se tratar de casais de irmãos casados entre si, a dominação masculina seria atenuada pelo convívio que essa outra posição de parentesco traria ao grupo. Porém, Naldiene ao relatar o desarranjo familiar de sua irmã, reforçou a perspectiva contrária de que, as mulheres ao migrarem buscam dentro do assujeitamento à dominação masculina, fortalecer os laços de afetividade, ao vigiar as possíveis rupturas com o desfecho de abandono. Portanto, as trajetórias sociais dessas esposas apontam para o assujeitamento aos papéis de gênero. Contudo, isso não significa a permanência ou ausência de estratégias de resistência dentro dos limites impostos pela subordinação a dominação masculina.

Naldiene (25 anos) – Eu conheci uma colega que ficou abandonada lá. O marido arranhou outra família aqui.

Quem é esse amigo?

Naldiene (25 anos) – É que ele era meu cunhado, marido de minha irmã. Não sei se ela sofre, é calada. Não sei se ela gosta dele ainda. Eu acho que o que ele fez é errado. Por que se o rapaz tira uma moça da casa do pai dela é para cuidar dela. Ela estava casada no civil e religioso. Ela veio por duas vezes para cá. Só que ninguém sabia se ele já tinha outra aqui.

E como foi que sua irmã descobriu?

Naldiene (25 anos) – Eles foram para lá e em menos de um mês ele voltou e ela ficou só lá. Ficou uma safra aqui e voltou no final do ano. Chegou e ficou novamente só um mês, foi tempo de botar roça lá. Aí minha irmã desconfiou. Ela tinha dois colegas aqui que depois de muito ela apertar falaram que ele tinha outra mulher aqui. Ela perguntou se ele iria casar com a outra aqui. Aí ele não respondeu, só veio para cá e manda o dinheiro dos filhos. Ele vive agora com essa mulher aqui, que também já tem filhos. (Entrevistada em 07/05/2009, grifos nossos).

Por fim, salienta-se que outra justificativa dada para o rearranjo com duas famílias alojadas numa mesma casa, foi a tentativa de minorar os gastos, com a divisão das contas de aluguel, energia e água. As compras eram feitas em separado, pelo custo mais elevado do primeiro casal ter um filho recém nascido. As esposas preparam as refeições dos respectivos maridos. Em função de apresentarem filhos pequenos, alegaram estarem impedidas, momentaneamente, de procurar emprego. Celma manifestou a vontade de trabalhar na “bituca” ou colheita do tomate do que no trabalho de doméstica. Quando indagados sobre o futuro que vislumbram diante da diminuição do emprego no corte manual da cana, a representação coletiva do grupo é pelo retorno às atividades agrícolas deixadas em suspenso. Luiz pretende continuar no corte de cana até quando ele existir, e passar essa fase dos gastos elevados com o filho, recém nascido, para tentar viabilizar a construção de sua casa, na propriedade de cinco hectares, herdada da partilha antecipada realizada pelo seu pai. Já o segundo casal, com o fim do corte pretende retornar para o sítio de 12 hectares, mas enquanto isso busca viabilizar melhorias sanitárias na casa que possuem no mesmo, ao realizar a instalação de banheiro e água encanada.

Capítulo 3 – Da rede as cadeias migratórias

No capítulo anterior delimitaram-se os referenciais teóricos metodológicos para análise da família na experiência do viver temporário, articulada a migração para o corte de cana. Foram tratadas também as formas de estratégia de resistência cotidiana diante da discriminação em relação ao atributo do pertencimento geográfico. Por último, foram apresentados quatro casos de rearranjos familiares em Novo Horizonte.

Nesta seção apresentamos a composição de quatro casos de famílias migrantes para a cidade de Mendonça. Buscou-se tratar esses casos em separado, pela dinâmica particular observada nas relações de dominação pessoal estabelecida pelo encarregado de turma, ao engendra a configuração social da cidade canavieira. Partimos da orientação teórica de TRUZZI (2008):

“a utilização de fontes capazes de reconstituir com alguma fidelidade e de modo sistemático os laços sociais que prevaleciam entre os migrantes, as informações a que tinham acesso e, sobretudo, a mentalidade que as avaliava.” (pág. 16)

Assim, ao recompor o itinerário migratório das famílias, priorizou-se analisar a posição ambivalente exercida pelo encarregado, no processo de rearranjo delas. Sustentamos que ele passou a ser o nó no processo migratório, ao mediar o deslocamento das famílias, que entra em contradição com a decisão da Usina, que passou a utilizar mecanismos para proibir a migração da mesma. Assim, no início, influenciando a rede de relações primárias e posteriormente tecendo novos laços ao consolidar a cadeia migratória para algumas famílias. O desafio teórico metodológico foi reconstruir esse processo nas formas como as tessituras das “configurações” (ELIAS & SCOTSON, 2000) migratórias foram se forjando e amarrando essas famílias em novas carreiras ocupacionais, algumas que passaram a carregar também a ambivalência em exercer controle e fiscalização sobre os demais trabalhadores. Irradiando assim novos enfeixes de dominação. Pauto-se neste momento do trabalho etnográfico, em descrever qual era o elemento de interdependência na reconversão do trabalhador, ao forjar a configuração da cidade canavieira. Orientamos assim pela sugestão de (ELIAS & SCOTSON, 2000):

“... apreender a observar e conceituar sistematicamente o modo como os indivíduos se agregam e por que eles formam entre si uma dada configuração ou com e porque as configurações assim formadas se modificam e, em alguns casos, se desenvolvem” (p.54).

3.1 – As tessituras da dominação nas cidades canavieiras

Com abrangência do universo investigativo das famílias migrantes em Mendonça/SP, outra hipótese foi elaborada para as trajetórias das famílias, quando analisada como a cadeia migratória de famílias foi tecida a partir da trajetória da família do arregimentador. Foi suscitado deste fenômeno questões de legitimidade política e lealdade de dominação pessoal ao permitir que alguns trabalhadores trouxessem suas famílias em trajetórias de reconversão e diferenciação dos trabalhadores para novas carreiras ocupacionais. A ideia de rede migratório como mero itinerário migratório, no deslocamento entre origem e destino foi posta em questão. A pesquisa etnográfica aliada a entrevistas apontou para ambivalência da figura do arregimentador (encarregado de turmas). Na primeira trajetória destacamos como o encarregado engendra um processo de construção das figurações das cidades canavieiras, no qual opera na vigilância dos alojamentos bem como na vida cotidiana das famílias dos trabalhadores, permitido o trânsito de algumas destas em possíveis reconversões. Na segunda trajetória familiar apontam-se os limites a este modelo de reconversão, que ao mesmo tempo irradia novas formas de dominação aos demais trabalhadores, mas também engendra outras formas de resistência.

Primeiro Caso: Família Ampliada com dois trabalhadores (fiscal cortador), Mendonça/SP.⁴⁵

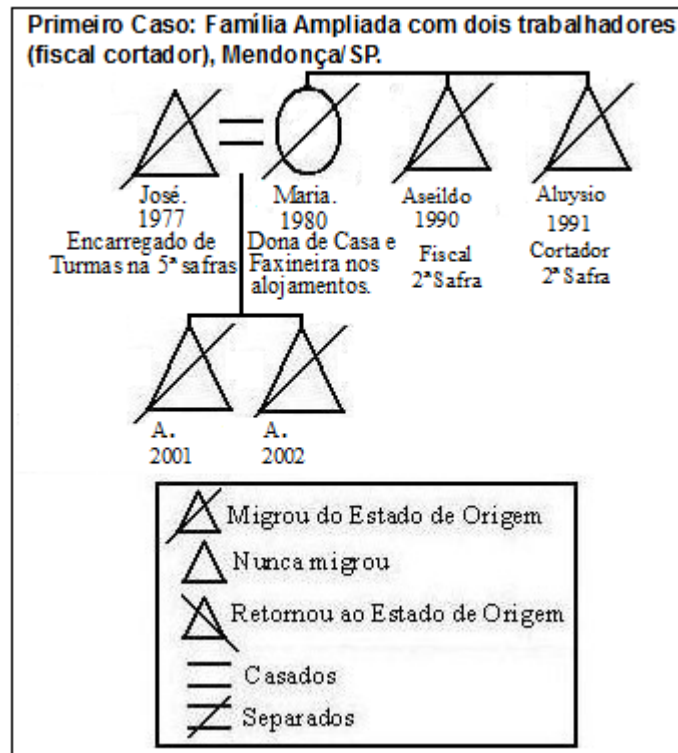


Figura 7 - Primeiro Caso: Família Ampliada com dois trabalhadores (fiscal cortador), Mendonça/SP, 2009.

Perfil Biográfico do casal entrevistado.

Nome: José.

Ano nascimento: 1977.

Local de nascimento: Princesa Isabel – PB.

Nível de Escolaridade: Primeira Fase do Ensino Fundamental - 4ª série.

Idade que começou a trabalhar: 10 anos.

Atividade em que começou a trabalhar: Roçado e plantio com o pai, sítio do pai.

Atual ocupação: Cortador de Cana por duas safras. Tumeiro por seis safras.

Encarregado de Turmas na 5ª safras.

Há quanto tempo está na cidade de destino: 5 anos.

Itinerário migratório para o corte:

1997 até 1998 – Potirendaba/SP – Corte de Cana.

1999 até 2005 – Borborema/SP - Turmeiro, fiscalizava o trabalho dos cortadores.

2005 até 2009 – Mendonça/SP – Encarregado de Turma.

Nome: Maria.

Data de nascimento: 1980.

Local de nascimento: Triunfo – PE.

Nível de Escolaridade: Primeira Fase do Ensino Fundamental - 4ª série.

⁴⁵ Na elaboração deste caso os nomes foram trocados como forma de preservar a identidade dos colaboradores.

Idade que começou a trabalhar: 6 anos.
 Atividade em que começou a trabalhar: Trabalho doméstico com a Mãe.
 Atual ocupação: Dona de Casa e Faxineira nos alojamentos.
 Há quanto tempo está na cidade de destino: 10 anos.
 Itinerário migratório:

2000 até 2005 – Borborema/SP - Dona de Casa
 2005 até 2009 – Mendonça/SP – Faxineira nos alojamentos da Usina.

Origem do casal: Triunfo / PE
 Acesso a casa ou terra própria na origem ou no destino: Possui duas casas próprias tanto no destino quanto na origem, ambas com seis cômodos, a última está localizada no sítio de 8 hectares.
 Estado civil: Casados no Civil e Religioso há 9 anos.
 Quantas pessoas moram na casa: 6 (casal, dois filho e dois irmãos da esposa).
 Número de filhos: 2.

Quadro 16 – Primeiro caso, perfil Família Ampliada com dois trabalhadores (fiscal cortador), Mendonça/SP, 2009.

Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão	Estado Civil	Local de Residência	Onde está Alojado	Relação de Parentesco com o casal migrante
Masculino	19 anos	3ª série	Fiscal 2ª Safra	Solteiro	Mendonça/SP e Triunfo/PE	Casa de José	Irmão de Maria
Masculino	18 anos	1ª série	Cortador 1ª Safra	Solteiro	Mendonça/SP e Triunfo/SP	Casa de José	Irmão de Maria
Masculino	8 anos	2ª série	Estudante	Solteiro	Mendonça/SP e Triunfo/PE	Casa de José	Filho do Casal
Masculino	7 anos	1ª série	Estudante	Solteiro	Mendonça/SP e Triunfo/PE	Casa de José	Filho do Casal

Fonte: Pesquisa de campo.

Para a composição desse primeiro caso de família nuclear, em Mendonça/SP, escolhemos a figura do encarregado de turmas. Sua participação no processo de configuração social da cidade canavieira, com a arregimentação dos trabalhadores, permissão para o deslocamento das famílias e reconversão delas em novas atividades laborais, é fundamental no entendimento das contradições presentes na tessitura presentes na rede e posterior cadeia migratória. Em outras palavras, destacaremos a ambivalência de sua posição frente ao núcleo familiar ampliado, aos trabalhadores e a usina, ao representar o nó na rede migratória que contraditoriamente, tece a mediação impossível entre as assimetrias desta

configuração social, na dinâmica designada por SILVA (1998) pela metáfora de “*recheio do sanduíche*” (p.127), nas metamorfoses de ex-cortadores em agenciadores e controladores da mão de obra.

Inicialmente, partimos de reconstrução de sua trajetória de mobilidade social no corte de cana. A sua primeira viagem aconteceu em 1997. Influenciado pela experiência do irmão no corte de cana, na região de Araras, ele preferiu trocar os ganhos na venda do excedente de milho e feijão, no sítio do pai, pelo ganho assalariado no corte de cana. A etapa seguinte foi entrar contato com o arregimentador da região.

José (32 anos, encarregado das turmas de cortadores, vereador e paraibano) - A primeira viagem que fiz foi em 1997, eu vim só. A maioria do pessoal que veio junto era estranho. Só que eu tinha medo de morar com esse pessoal estranho. Mas até que aqui foi um pessoal bom. A turma se fez no ônibus. Hoje tem mais de dez anos que nos conhecemos e, atualmente, somos amigos, colegas mesmo.

Quem o que motivou você a vir?

José (32 anos) - Não motivaram muito não, foi mais minha vontade de vir mesmo. Por causa que meu irmão já tinha vindo para região ali de Araras, falava que ganhava mais ou menos, e trabalhava bastante, era melhor que plantar arroz, feijão ou milho. Naquela época eu trabalhava na roça, deixei até o roçado em pé para eles colherem, lá no sítio de meus pais. Eu estava solteiro neste tempo.

Como você conseguiu dinheiro para vir para cá [São Paulo]?

José (32 anos) - Toda vida só roça. Para vir na primeira viagem, sempre as pessoas têm uma economia lá no norte [Risos]. Neste tempo eu vendi um garrote e vim. Neste tempo eu vim já com a certeza de que iria trabalhar lá em Potirendaba, lá na Usina G. Só que lá nos ficamos com cem trabalhadores no alojamento.

Era alojamento de Usina no meio do canavial?

José (32 anos) – Não, este fica na cidade. Era um barracão só com todos os beliches e tinha uns seis ou sete banheiros. Só que ficavam todos fora do barracão, junto com os tanques para lavar as roupas. Nós pagávamos um cozinheiro só para fazer a comida de todo mundo. Esse cozinheiro só fazia a comida e ele não trabalhava (no corte de cana). Ele fazia o café da manhã, almoço e janta. Mas nós ficamos lá [alojamento em Potirendaba] só o primeiro ano, no segundo fomos para uma casa. Era melhor morar em casa. Nós dividíamos em grupo de oito ou dez pessoas, que ficava mais tranquilo, era menos zoeira, barulhada. No alojamento de cem corre o risco de vir umas pessoas que... [Pausa pensativa do termo que iria utilizar] é ruim de conviver com você junto no alojamento e no trabalho. Para morar em casa é bem melhor. (Entrevistado em 17/05/2009, grifos nossos).

No ano seguinte, em 1998, a segunda partida foi marcante para família de José. Principalmente, para sua avó que viva no sítio vizinho. Ela ficara viúva há pouco tempo e o tinha como única companhia. Sua mãe também sentiu muito, pois todos os filhos homens migraram. É possível estabelecer esse momento como marco

em sua trajetória futura de arregimentador, ou seja, descobriu o potencial que tem ao convencer todos os irmãos a migrarem para o corte de cana.

Mas como vocês combinaram de vir pela segunda vez para Potirendaba?

José (32 anos) – Nós combinamos entre os irmãos por causa que eu já tinha vindo para cá, já conhecia. Eu falava para eles que era bom, que as outras usinas que perto iam fichar eles, que eram melhores.

Por que era melhor?

José (32 anos) - Era a Usina C. que era melhor que a outra que eu tinha trabalhado que foi a G., principalmente os ganhos. Era isso que era melhor, eu já tinha falado com outros trabalhadores colegas que falaram que eles pagavam melhor que as outras usinas. (Entrevistado em 17/05/2009, grifos nossos).

Esse é o elemento central para as futuras contratações das famílias e reconversões das mesmas. Assim, inicia-se a dinâmica ambivalente entre mediar a dominação e exploração do trabalho dialeticamente imbricada ao exercício da dominação pessoal, na qual o potencial de reconversão depende de diferentes fatores, dentre os quais, o perfil do comportamento do trabalhador. Em contrapartida a dependência criada por essa possibilidade implica na base que legitima a lealdade a ser retribuída ao encarregado, em desempenharem as novas funções com o mesmo comportamento disciplinado de quanto eram cortadores, em não faltar ou levar advertência e ou suspensões. Assim, permanece em operação o processo de forjar a *“socialização para o trabalho”* (SILVA, 1998:109). Por hora, retomamos a narrativa deste personagem em sua contraditória travessia pelo *“(re)conhecimento de seus iguais e dos patrões”* (SILVA, 1998:113).

Em 1999, ele conheceu Maria, atual esposa. Neste ano, em virtude de conhecer um colega que já morava há mais de 15 anos em Borborema, ele estabelece este novo itinerário migratório. Esse colega era turmeiro, e além de fazer o transporte dos cortadores no trajeto cotidiano da moradia provisória para o eito, também realizava a arregimentação e o deslocamento dos mesmos da região de Caruaru, saindo do município de Belo Jardim/PE (52 km de Caruaru). A escolha desta nova cidade de destino insere-se no processo em que este colega precisava trazer mais trabalhadores para o corte, contudo não tinha conhecimento das redes de pessoas com potencial para arregimentação. Como José já desempenhava esse papel, iniciado com o grupo primário no cenário da configuração das cidades canavieiras, foi promovido pelo colega a função de turmeiro. Comprou então, em parceria com o colega um ônibus rural, que levaria umas das turmas que ele

consequira formar. Pode-se inferir que esse fora um condicionante para não perder os laços de dominação junto aos trabalhadores que trouxera. Em seu relato a designação em “adaptar” os trabalhadores na turma do colega, ocultaria essa estratégia.

José conte um pouco da sua trajetória, você começou como cortador de cana e atualmente é encarregado de todas as turmas, além de ter sido eleito vereador. Como surgiram essas mudanças e sua vida?

José (32 anos) – Eu fui cortador de cana de 1997 até o começo de 1999, eu cortei um pouco ainda, e depois só fiquei como encarregado de turma. Neste tempo eu já conhecia um colega meu que morava fazia muitos anos em Borborema. Já tinha uns 15 a 20 anos que ele morava em Borborema. E nós viramos sócios, compramos ônibus lá a meia [Parceria]. Neste tempo faltava gente para trabalhar naquela região. Ele já era turmeiro [Pessoa que transporta os trabalhadores tanto do local de origem quanto no trabalho cotidiano]. Então faltava gente para trabalhar na região há dez anos, como eu disse, ele precisava de alguém para trazer mais gente. Foi aí que eu ficando sócio mais ele, ficava mais fácil de colocar mais gente nas turmas dele. Ele precisava de um pessoal de fora, só que alguém com mais conhecimento do pessoal, para poder adaptar as turmas para ele.

Isso foi em 2000? Como é o nome dele?

José (32 anos) – É o V., ele continua encarregado de turma lá em Borborema/SP. O V. é de Pernambuco... Oxe como é o nome da cidade ... [pausa tenta se lembrar]. Ele é da região de Belo Jardim. Ele tomou conhecimento com mais gente, que nós trazíamos para trabalhar, e hoje em dia ele tem bastante gente trabalhando. Então ele precisava de um sócio que tivesse mais conhecimento do pessoal de fora e que pudesse adaptar com o pessoal daqui para tocar as turmas. No tempo ele tinha duas a três turmas [Cada turma corresponde aproximadamente a 50 trabalhadores], hoje em dia ele tem umas sete turmas, e sempre que precisa a gente bota trabalhador nas turmas dele. O ônibus que a gente comprou em parceria era para fazer o transporte dos trabalhadores para roça e não para viagem. Eu fiquei encarregado de trazer os trabalhadores de lá no sentido de entrar em contato com os colegas e parentes interessados para vir aqui. E como as famílias de lá são muito grandes, sempre teve pessoas interessadas. São todas pessoas que eu conheço desde jovem. Acho que da região do sítio da minha família são vinte e cinco trabalhadores. Do sítio B. são em torno de vinte pessoas. São todos trabalhadores conhecidos desde jovem. E muitos daqueles que sempre trabalharam com a gente eu tenho dado oportunidade para promover como fiscal, auxiliar de bombeiro, turmeiro e motorista. São todos trabalhadores que nunca deram problema para nós. A maioria é do nosso pessoal de lá mesmo.

Você está com quantas turmas hoje?

José (32 anos) – São nove turmas com 48 a 50 trabalhadores. Às vezes a gente coloca bastante trabalhador por que, às vezes tem algum que não gosta do serviço e dá baixa. Às vezes alguns estão no primeiro ano, aí os caras vem e não acha bom, desiste ou fica doente. Então a gente coloca um pouco a mais por isso, para cobrir esse número de trabalhadores que voltam no começo ainda da safra. (Entrevistado em 17/05/2009, grifos nossos).

Importante destacar o terceiro grifo em sua fala. Ele apresenta a contradição de que a escolha deste novo destino não foi aleatória, ele sabia da necessidade que o outro arregimentador tinha em conseguir mais trabalhadores. Nas tramas dos feixes entre essas duas cadeias migratórias, com origens distintas, as

relações de acesso aos circuitos de sociabilidade entre grupo de pessoas e parentes, sobre os quais poderiam exercer alguma sorte de influência, foram fundamentais neste processo de “*adaptar*” o migrante, ou seja, de possuir a legitimidade no exercício de disciplina sobre o cortador. É justamente no conhecimento adquirido nessa trajetória que se observa a capacidade de mediar as reconfigurações entre os espaços do trabalho no eito e posteriormente na vigilância nos espaços de moradia dos cortadores, com a promoção de alguns na reconversão e permissão em trazer as famílias.

Em 2000, após ocupar a nova posição de arregimentador e turmeiro, José decidiu trazer sua família para Borborema/SP, onde ficaram alojados até 2005. Esse processo só foi possível por que eles já estavam casados, no civil e religioso, o que garantiu anuência dos pais dela para a viagem. Essa é uma norma tradicional para o deslocamento das famílias, a qual pode ser quebrada, pelos casais que tem na migração a fuga aos relacionamentos que encontram impedimentos nos locais de origem. Contudo, eles passam a carregar o estigma, de que o homem *carregou* a filha de alguém, ou que eles *saíram fugidos*. As implicações no processo migratório é o impedimento do retorno, ao grupo de relações primárias.

Mas pode criar algum tipo de problema entre as famílias? Pelo fato de um casal não estar casado e vir para cá?

Maria (30 anos, faxineira de alojamento, pernambucana) – Assim, tem casal que se junta lá, e passa a morar como se fosse casado. Aí não tem problema, eles podem vir. Agora se for só namorado, já não pode.

José (32 anos) – É que lá os pais não querem que a filha seja carregada para cá. É assim, quando a mulher vem sem os pais dela saber, a gente fala que fulano carregou a filha de... Para o pai é como ela falou, agora para o rapaz pode até dar morte.

Maria (30 anos) – Eu mesmo tenho uma prima que tá aqui faz quinze dias. Aí, o rapaz carregou ela para cá, fugiu com ela para cá. Aí o pai está com a maior raiva da filha, ele chegou a dizer que ela morreu para ele. Ela não é mais filha dele. (Entrevistado em 17/05/2009, grifos nossos).

A permanência temporária em Borborema permitiu a mobilidade social ascendente de José, como agenciador do fluxo migratório, e ao mesmo tempo o aprendizado nas formas de tecer a figuração entre as cidades de origem e as cidades canavieiras. As articulações são contraditórias nas mediações para o controle dos trabalhadores arregimentados. Ele conhece o processo de trabalho, visto que já foi cortador de cana, e confundi de forma dissimulada a supervisão, ao se relacionar por dimensões diferenciadas de reconhecimento com esses trabalhadores. Para além da origem de classe em comum, o elemento identitário do pertencimento geográfico, o

aproxima do conhecimento das redes de parentesco e amizade, às quais, os patrões, os donos da usina, a gente do escritório, jamais teria acesso de maneira amplamente legitimada. Nesta pedagogia de forjar o agente da dominação, os atributos e credências da experiência de classe, de origem geográfica permitiram também o reconhecimento completo por parte do escritório da usina, nessa figura ambivalente. Em 2005, José é contratado por uma das Usinas de Novo Horizonte, para iniciar o processo social de transferência de trabalhadores para a nova planta a ser instalada em Mendonça, além de legitimar na dimensão política esse processo, ao se aliar a grupos políticos locais favoráveis ao empreendimento, o garantiu sua eleição como vereador e vitória do prefeito que apoiou no pleito.

José (32 anos) – Para Mendonça foi o próprio encarregado da Usina, o chefe do departamento geral, que a gente conhece desde o início, quando comecei na empresa. Ele que me mandou para Mendonça. Porque estavam fazendo a nova Usina aqui. Ele me mandou para trazer mais trabalhadores para essa região. Por que quando eu morava em Borborema, eu trabalhava com bem menos gente, para mesma Usina, em Novo Horizonte. Assim, com possibilidade da Usina em Mendonça, eu poderia bem trazer umas 200 a 300 pessoas e que de fato aconteceu. E foi aumentando até hoje que são 500 trabalhadores.

Destes 500 trabalhadores quantos estão com família aqui em Mendonça?

José (32 anos) – Acredito que entre 40 a 50 trabalhadores. É difícil saber por que tem aqueles que ficam para lá e para cá com a família, e você não sabe se família está ou não aqui. No tempo de 2006, eram 200 trabalhadores, em 2007, aumentou para 300 e em 2008, 450 a 500. Atualmente são 500 trabalhadores. Em 2006 de família tinham nós três [a dele mais a família da irmã e do cunhado dele], e de lá para cá o número de famílias foi crescendo. Foram buscando os filhos. Em 2007 aumentou mais muito pouco, se tivesse era no máximo oito famílias. Em 2008 aí aumentou para umas 40 famílias e hoje tá beirando para 50 famílias. (Entrevistado em 17/05/2009, grifos nossos).

Como já foi posto a possibilidade do deslocamento de famílias entra em conflito com a injunção proibitiva da Usina, diante do Termo de Ajuste de Conduta, estabelecido em 2007. Contudo, no processo de forjar a figuração social desta cidade canavieira, o mecanismo de reconversão das famílias, para os demais trabalhadores, tem o impacto de amortecer conflitos ao funcionar como recompensa aos que apresentam bom comportamento. Desempenha um fator de diferenciação na disciplina dos trabalhadores em geral. Dentro desta diferenciação é possível destacar na fala no encarregado que entre as famílias existem também aquelas que estão em processo de itinerância. Para essas que não encontram anuência do encarregado, a injunção da Usina é colocada em prática.

E esses trabalhadores com famílias, como a Usina lida com esse fato dos trabalhadores trazerem a família?

José (32 anos) – Para moradia das casas da usina, a usina não quer que os trabalhadores tragam as famílias. O trabalhador tem que alugar uma casa particular para ele ficar, aí o aluguel é ele quem paga.

E porque a usina não quer que a família fique com os trabalhadores?

José (32 anos) – Às vezes pode acontecer do peão estar com ciúmes da mulher. Ou os peões não se sentem bem à vontade porque não conhecem aquela mulher. Por outro ponto, seria melhor, a mulher morando junto, ela faria a comida ia cuidar da casa ia dar mais limpeza na casa, mas por causa de estar morando pessoas desconhecidas isso poderia dar problema. É problema a mulher morar junto de peões. (Entrevistado em 17/05/2009, grifos nossos).

Assim, na justificativa para proibição, o encarregado apresenta os elementos que busca estabelecer como interesses em comum para todos os trabalhadores. Assim, no processo imbricado de conseguir o apoio político local para instalação da Usina, os trabalhadores dentro desta engenharia diferencial, foram fundamentais, na recriação do clientelismo político, com base nestas formas de dominação pessoal, no qual o voto foi o instrumento de aferição à lealdade, tal como apontara o estudo de PRADO (2001:202), também para o contexto de trabalhadores migrantes em cidades canavieiras paulistas. Na etnografia intersubjetiva apresentamos os desdobramentos deste processo, na vigilância permanente dos trabalhadores migrantes também nos espaços de moradia.

De forma breve, o processo político para construção da usina perdurou por três mandatos executivos. No final do primeiro, o prefeito que era favorável a ela encontrou resistência em grupos políticos locais que atentavam para o impacto ambiental e social no município com menos de cinco mil habitantes, o que acarretou em não ser reeleito. Em 2006, dois anos depois o encarregado das turmas iniciava o processo de deslocamento de trabalhadores/eleitores para a cidade, quando a Usina entra em operação, após ser aprovada a licença ambiental pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

José (32 anos) - O segundo prefeito, conhecido como J., o grupo dele falava que a usina iria trazer só destruição, que a usina só ia poluir a cidade, ia ser só o fedor do garapão. Aí como ele falava tudo isso, o povo passou a acreditar. Mas a usina estava finalizando a construção e começou a funcionar no final do mandato, dele. Agora o atual prefeito é do mesmo grupo que trouxe a usina. Ele mesmo trabalha com sítio.

Planta-se cana nas terras do atual prefeito?

José (32 anos) – Não. Só laranja e vaca de leite. Mas ele é do mesmo grupo político do primeiro prefeito. Esse atual prefeito até falava que quando a usina viesse, e se tomasse as terras dele, ele iria cortar cana. Não tinha medo de cortar cana.

E como surgiu a candidatura para vereador?

José (32 anos) – Eu no começo até não queria. Aí surgiu o convite e eu entrei.

Maria (30 anos) – Foi o atual prefeito que convidou. José mesmo no começo não queria, mas depois ficou todo empolgado. Eu não gostei no começo. Não gosto muito de política, mas depois terminei aceitando.

José (32 anos) – Até falei no começo para colocar um parente meu, mas ninguém aceitou. Como o grupo anterior estava no poder, a turma falava que eles tinham muito dinheiro para gastar. Gostasse ou não eles iam ganhar. Já o atual prefeito o pessoal falava que ele era pobre e não tinha como ganhar a eleição. Só quem ganhou foi esse, o povo não quis mais o antigo.

Maria (30 anos) – O pessoal daqui falou que ele ganhou foi por causa dos paraibas.

Como assim?

José (32 anos) – Tem pessoas da cidade que falam que os trabalhadores da Paraíba vieram a acrescentar no voto para eleger o atual prefeito. Principalmente por que eles não são muito a favor do prefeito J. que não queria a usina.

Naquele ano, o pessoal que você trouxe chegou a transferir o título, para cá?

José (32 anos) – Foi. Essas pessoas, a maioria votou em mim e para o atual prefeito. Eu mesmo fui o segundo vereador mais bem votado, com cento e dezenove votos⁴⁶. A primeira colocada teve cento e oitenta votos. O terceiro foi M., ele é daqui de São Paulo, e traz os trabalhadores para trabalhar na laranja. Só que ele é do lado do antigo prefeito que era contra a Usina. (Entrevistado em 17/05/2009, grifos nossos).

Para o controle e vigilância dos trabalhadores nas moradias, José utilizou do serviço de limpeza dos alojamentos, previsto pela Norma Regulamentadora -31 (de 04.03.05), do Estado de São Paulo, que visa estabelecer parâmetros mínimos de segurança no trabalho e meio ambiente de acolhida dos trabalhadores, e que indiretamente permitiu a brecha de imbricação na dominação do espaço privado de alojamento dos trabalhadores. Assim, ao montar um grupo de mulheres designadas para esse trabalho, entre as quais sua esposa, sua irmã e uma prima, o encarregado de turma pode exercer toda sorte de controle nessa figuração social. Por exemplo, saber quais são os trabalhadores que faltaram e verificar a veracidade dos motivos, quais alojamentos abrigam de forma clandestina famílias e fundamentalmente, impor o código de disciplina no espaço privado. Para facilitar esse exercício de vigilância, a usina proíbe que qualquer trabalhador permaneça no alojamento, ao alegar riscos para as mulheres. A ambivalência nesta imposição é possibilitar livre acesso ao espaço de acolhida temporária, e dificultar formas de resistência ao trabalho pelos cortadores.

Maria (30 anos) – Às sete horas eu saio para o serviço. Eu vou de bicicleta até a casa da minha cunhada Maria de Lourdes, e de lá vamos para algum barraco fazer limpeza. Geralmente quando tem algum trabalhador na casa, a

⁴⁶ Na história da trajetória política da família do encarregado, seu avô e o pai apoiaram o grupo político do Coronel José Pereira Lima, em Princesa Isabel/PB. Esse foi um grupo armado que combatia o cangaço na década de 1930, e levantou-se contra o governo Federal, durante seis meses.

gente pede para ele sair. É uma exigência da usina. Não pode ter homem dentro da casa quando as mulheres fazem a limpeza. É para evitar qualquer tipo de problema. (Entrevistado em 17/05/2009, grifos nossos).

Neste ponto, cabe apresentar a rotina das diversas funções desta figura em constate metamorfose, do encarregado/vereador. O fundamental em seu exercício de poder é a incerteza de sua presença pelos espaços entrelaçados entre o público e privado. A transitoriedade entre o eito e a moradia provisória é constante e na dissimulação da vigilância imbuída de prestações de serviços aos trabalhadores. Assim, ele, em geral, leva o canavieiro que precisa de atendimento médico, em caso de emergência e realiza até o depósito do salário, bem como a transferência de parte dos recursos enviado as famílias. No final da tarde circula pelas “casas da usina”, ao checar a necessidade de manutenção das mesmas ou na acolhida dos trabalhadores. Indiretamente, mantém a constante vigilância no comportamento dos espaços de vivência dos trabalhadores com vista a selecionar aqueles com potencial de reconversão. Para além da tessitura desta peia de dominação pessoal, o encarregado justificou essas possibilidades dadas a alguns trabalhadores, pelo fato do fim previsto para o trabalho no corte manual de cana.

Em relação a sua rotina de trabalho, como é o trabalho do encarregado de turma?

José (32 anos) – Quando eu não tinha carro, eu ia junto com a turma. Agora eu demoro mais um pouco, para poder levar as crianças na escola. Acordo às seis horas e depois de deixar eles na escola, já vou cuidar das coisas dos peões(trabalhadores canavieiros). Tem dia que vou para roça, ver se está tudo em ordem. Outros dias, eu vou depositar dinheiro para eles, por que aqui não tem banco. O único banco aqui da cidade não tem lá no Nordeste. E muitos mandam dinheiro para a família. Às vezes volto na hora do almoço para roça, pois tenho que levar algum deles para usina, para fazer alguma coisa. Por exemplo, para levar atestado. Às vezes também preciso levar algum trabalhador no hospital. Aqui na cidade é difícil, que não tem mototaxi ou transporte para eles irem para usina, ou mesmo no hospital. Tem ônibus, mas às vezes eles não podem esperar. À tarde passo pelas casas da usina para saber se tem algum problema, como cano entupido. Hoje a usina aluga aproximadamente 60 casas, aqui em Mendonça.

E na roça o que você faz geralmente?

José (32 anos) – Às vezes tem algum peão que quer conversar por que está com problema ou com os trabalhadores aqui, ou lá na casa deles no Nordeste. Meu serviço não é fiscalizar o trabalho deles. Para isso tem o gerente que orienta os fiscais de frente que repassam para os fiscais e turmeiro de turma as orientações do dia. Qual o talhão de cana vai ser cortado, qual trabalhador vai cortar qual rua, e assim por diante. Só que eu não sou responsável por essa parte. Meu trabalho é cuidar dos trabalhadores. Conversar e saber quais os problemas dos trabalhadores na roça, em casa ou na casa dele lá na Paraíba. Eu os acompanho desde a documentação, quando eles vão fichar na usina, além de levar eles para pegar um atestado com o doutor na usina.

Você retorna para casa que horário?

José (32 anos) – Tem dia que não sobra tempo nem para almoçar. Às vezes preciso levar um trabalhador no banco, para resolver problema de cartão. Aí você precisa pegar ele na roça, trazer para casa, para ele tomar banho e trocar de roupa. Aí vai para o banco, geralmente em Novo Horizonte, que lá tem Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou outros bancos. Ou às vezes é algum problema com os documentos dos trabalhadores na Usina. Mas em geral, faço os depósitos e transferências dos trabalhadores para os familiares deles que ficaram lá. E eles não têm como pagar uma condução, ou mesmo ter tempo durante o dia para fazer isso.

Em relação aos trabalhadores com outras funções, qualquer um pode ser turmeiro ou fiscal, qual o perfil que vocês buscam?

José (32 anos) Não é qualquer trabalhador. Ele precisa ter autoridade sobre a turma. Autoridade na turma quer dizer que ele consegue ter ordem e respeito pelos peões da turma. O que ele pede para fazer o pessoal da turma tem que obedecer. E ao mesmo tempo o turmeiro tem que respeitar os trabalhadores e as ordens da usina. Hoje em dia a usina está pegando mais o nosso pessoal mesmo. São aqueles trabalhadores mais espertos e que entendem do serviço no corte de cana. Por exemplo, tem trabalhador que passa quatro ou cinco anos no corte e não aprende onde fica o morredor das ruas da cana. E principalmente, tem que ser uma pessoa muito calma, por que se ele for dar advertência ou gancho ele pode até por a vida dele em risco. Assim se ele vai advertir e acaba fazendo errado. Aí a gente vai analisar para dar a suspensão no trabalhador e até o fiscal leva gancho. Tem que ser pessoas mais calmas para cuidar de turma como fiscal, turmeiro, encarregado ou “empeleiteiro” como o pessoal chama esses trabalhadores.

A usina fala alguma coisa sobre o fim do trabalho no corte manual de cana?

José (32 anos) – Pelas conversas na Usina, eles dizem que em 2017 vai diminuir muito o número de trabalhadores no corte. A gente sempre orienta a todos para fazer um curso, ou economizar um dinheiro para tirar carta de motorista, por que as oportunidades vão diminuir. E orientando assim, a gente busca ver se desenvolve algum para ser efetivado, principalmente aqueles que estão com a família aqui. Muitos desses trabalhadores pedem para fazer curso de tratorista ou de auxiliar de bombeiro. Agora os outros vão ter que se arranjar lá pelo Nordeste mesmo.

(Entrevistado em 17/05/2009).

Por fim, nesta trajetória do rearranjo social e familiar, atualmente, José abriga em sua residência, dois cunhados, inseridos nesta dinâmica de reconversão. Um deles já ocupa a posição de fiscal e outro está na primeira safra. No fundo da casa própria, recém adquirida, José aluga uma edícula para seu irmão, recém casado, sem filhos, e que ocupa a posição de turmeiro. Esse irmão trouxe também o cunhado solteiro para primeira safra no corte. Resta apontar que essa figuração engendrada pelo encarregado das turmas é provisória diante do fim previsto para o corte manual de cana. Desta sorte, o projeto dele é buscar outra metamorfose para sua empregabilidade na usina, ou mesmo inserir os filhos no escritório da Usina. Como estratégia contingente mantém um sítio com casa, em Princesa Isabel, caso necessite retornar como a ampla maioria dos trabalhadores que terá que procurar a sobrevivência alhures, após o fim do corte manual da cana. As duas possibilidades entram em conflito com a esposa que deseja outra vida para os filhos, e recusa o retorno para a condição de origem, como

esposa de agricultor. Esse ponto, também foi identificado nas trajetórias de rearranjo para outras famílias, quando a posição de gênero e geracional entram em conflito, que indica possíveis fissuras que representem rupturas permanentes, no momento em que ocorrer grande diminuição da oferta de trabalho no corte de cana, e as funções relacionadas, como: turmeiros, bituqueiros, fiscais, encarregados de turma. Portanto, a figuração forjada pelo encarregado através do mecanismo de reconversão para outras ocupações, em seu limite, aponta para reestruturação de sua própria posição. Como mostrou SILVA (1998) a posição do agenciador, encarregado, gato é incerta para os sujeitos que a ocupam, enquanto peça fundamental, também é provisório no contexto de transformação nas relações de trabalho.

Segundo Caso: Família Nuclear com filhos – Mendonça/ SP.

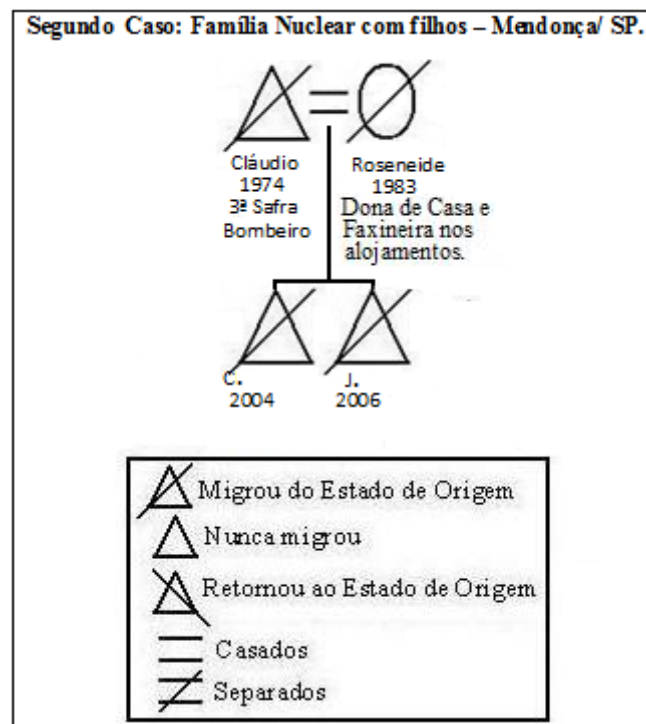


Figura 8 - Segundo Caso: Família Nuclear com filhos – Mendonça/ SP, 2009.

Perfil Biográfico do casal entrevistado.

Nome: Cláudio.

Ano de nascimento: 1974.

Local de nascimento: Triunfo – PE.

Nível de Escolaridade: Segunda fase do Ensino Fundamental Incompleto - 5ª Série.

Idade que começou a trabalhar: 9 anos.

Atividade em que começou a trabalhar: Capina roçado junto com o pai.

Atual ocupação: Cortador de Cana por 9ª Safras. Atualmente na 3ª Safrá como Bombeiro.

Há quanto tempo está na cidade de destino: 5 anos.

Itinerário migratório para o corte:

1997 e 1998 – Goiânia/GO – Cortador de Cana.

1999 – Potirendaba /SP – Cortador de Cana.

2000 até 2002 – Ibirá/SP – Cortador de Cana.

2003 – Borborema /SP – Cortador de Cana.

2004 até 2006 – Mendonça/SP – Cortador de Cana.

2007 até 2009 – Mendonça/SP – Auxiliar de Bombeiro encarregado da vigilância dos canaviais no momento da queima da palha da cana.

Perfil Biográfico da Companheira

Nome: Roseneide.

Ano de nascimento: 1983.

Local de nascimento: Princesa Isabel – PB.

Nível de Escolaridade: Ensino Médio Incompleto - cursando a 1ª Série do 2º Grau.

Idade que começou a trabalhar: 8 anos.

Atividade em que começou a trabalhar: Ajuda no trabalho doméstico. Limpeza e preparo de comida.

Atual ocupação: Dona de Casa e Faxineira de Alojamento.

Há quanto tempo está na cidade de destino: 5 anos.

Itinerário migratório para o corte:

2001 até 2002 – Ibirá/SP – Dona de Casa.

2003 – Borborema /SP – Dona de Casa.

2004 até 2005 – Mendonça/SP – Dona de Casa.

2006 até 2009 – Mendonça/SP – Dona de Casa e Faxineira dos Alojamentos.

Origem do casal: Princesa Isabel – PB.

Acesso a casa ou terra própria na origem ou no destino: Possui casa própria na origem com cinco cômodos.

Estado civil: Casados no civil e religioso, há 9 anos.

Quantas pessoas estão alojadas na casa/barraco: 4 (casal e duas filhas)

Número de filhos: 2

Quadro 17 – Segundo caso, perfil da Família Nuclear com filhos, Mendonça/SP, 2009.

Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão	Estado Civil	Local de Residência.	Onde está Alojado
Masculino	5 anos	-	-	-	Princesa Isabel –PB	Junto dos pais
Masculino	3 anos	-	-	-	Princesa Isabel -PB	Junto dos pais

Fonte: Pesquisa de campo.

Neste núcleo familiar, o rearranjo ocorre por etapas que seguem a trajetória do homem migrar primeiro para o corte e analisar a possibilidade de estabilidade em trazer a família. Isso significou, quando da primeira viagem, em ficar alojado provisoriamente com 17 trabalhadores, os quais ele não conhecia. Roteiro estabelecido para outro Estado, ainda quando solteiro, mas sempre no corte de cana, durante nove anos ininterruptos. Nesta primeira experiência, Cláudio realizava a dupla jornada de trabalho ao realizar o preparo das refeições dos trabalhadores, um dos fatores que impulsionara por trazer a esposa no ano seguinte, com objetivo de poupar maior quantum de energia.

Como foi a experiência de migrar para São Paulo para o corte de cana, e deixado sua esposa?

Cláudio (35 anos, auxiliar de bombeiro, paraibano) – Os gastos meu aqui não era o problema, o que me preocupava era conseguir mandar dinheiro para lá. Tinha que pagar aluguel e a feira no supermercado. Só que lá não tinha gasto com aluguel, por que a gente trabalhava na casa da gente, mas quando o filho nasceu os gastos eram altos. Só que aqui eu sentia um negócio meio ruim. Por que o cabra que cortar cana além de ter que trabalhar além das contas, eu tinha que cozinhar para peão. Eu acordava às três horas da manhã para fazer comida. Depois quando chegava da roça, eu ia tomar banho. Como eu era quem cozinhasse (a janta), era o primeiro a tomar banho.

Depois de cozinhar, que os peões já vinham jantar, eu ia lavar minha roupa de carvão. Aí terminava já ia lavar louça, quando terminava preparava minha comida, com o que sobrava e deixava tudo pronto para próximo dia. Aí já tentava dormir às dez horas para começar tudo às três da manhã no dia seguinte.

Como você se sentia?

Cláudio (35 anos) – É... (Silêncio) dava para trabalhar, ficava meio gastado, meio magro, mas dava para trabalhar. Já no começo do dia sentia muito sono, mas depois no resto do dia conseguia seguir. Só que no trajeto do ônibus na ida e na volta eu ia dormindo. Eu conheço muito peão aí que trabalha cozinhando, tem o irmão dela mesmo que trabalha cozinhando e ainda corta bem.

Quanto você ganhava?

Cláudio (35 anos) – No tempo era R\$12,00. Atualmente sai R\$15,00 a quinzena. Dá cinquenta centavos por refeição. Geralmente as compras ficam na mão de um peão que faz um tipo de contabilidade. Ele compra, paga e traz a nota, divide e já passa para todos. Ele bate na calculadora, junta a nota de água e energia e já passa para todo mundo. Por que se deixar na mão de qualquer um aí fica ruim. O mais caro é o bujão (de gás). Geralmente o mercado onde você faz a compra dá um bujão reserva. Eles emprestam os dois bujões, só que sempre deixa um cheio por que não tem como os peões irem para roça sem comida. O que gasta o bujão é cozinhar feijão. Essa turma do norte gosta de comer muito feijão do norte. Você já viu. (Entrevistado em 16/05/09, grifos nossos).

Já no segundo ano, Roseneide teve sua primeira experiência migratória para Ibirá/SP. Eram recém casados, e ficaram separados dos demais trabalhadores numa casa alugada. Ainda não tinham filhos, fator diferencial para representação dela sobre o período, que era menos responsabilidade, e por outro lado o sentimento de solidão era maior, já que não conhecia nenhuma outra mulher migrante ou da cidade. Ficou cerceada no espaço doméstico, ocupando a posição de realizar as tarefas, no cotidiano silenciado e invisibilizado e restrito. No ano seguinte (2002), em função dos custos elevados para manutenção da estada provisória, decidiram alojar o irmão dela, também cortador de cana.

A trajetória do rearranjo da família modifica-se quando em 2003 partem para Borborema/SP. Cláudio passou a trabalhar nas turmas de trabalhadores agenciadas e controladas pelo encarregado José. Roseneide, no ano seguinte, tem o primeiro filho, que foi concebido em Princesa Isabel/PB. Durante sua terceira viagem, as responsabilidades e preocupações aumentaram, uma vez que o filho menor estava adoentado durante a viagem. Manifestou vontade em trabalhar fora neste período, motivada principalmente pelas despesas dos cuidados da criança. Entretanto, na segunda cidade de destino não encontrou creche para deixar o mesmo. Questão recorrente para a condição das mulheres. É importante apontar que em outros casos o marcador social de pertencimento geográfico foi acionado pelos agentes públicos como limitante ao acesso a esse serviço. Para Cláudio, o fato de não ter presenciado

o nascimento do filho, foi outro fator motivador em trazer a família, e fortalecer os vínculos de afetividade.

O casal teve a reconversão ocupacional e mobilidade social, somente quando partem para Mendonça, já no segundo ano nesta cidade, no momento em que a usina inicia suas atividades. Cláudio apresentava as credenciais para a reconversão, por apresentar a condição de trabalhador “campeão”, ou seja, aquele que apresenta as maiores marcas de produtividade no dia, portanto o que corta mais cana, aliada ao comportamento de nunca ter faltado ou mesmo levado advertência ou gancho. No caso de Roseneide, o fato de conhecer a irmã do arregimentador desde a infância, possibilitou que descobrissem laços de parentesco em segundo grau com o mesmo. Portanto, esses dois fatores influenciaram diretamente em sua reconversão.

Como você conseguiu esse trabalho?

Cláudio (35 anos) – Foi através de José. Ele é turmeiro e disse que estavam precisando de bombeiro lá na usina e me indicou. Só que eu queria, por que são nove anos no corte de cana, eu não aguento, é puxado de mais. Eu sinto cansaço, você vai ficando velho eu sinto enjôo do cheiro da cana. Se você já conversou com um cabra que tenha cortado por 20 anos, ele deve falar a mesma coisa. Só que graças a Deus eu não sinto nada de problema de saúde, pelo menos não que eu saiba.

E como surgiu o trabalho na limpeza dos alojamentos da usina?

Rosineide (27 anos, faxineira de alojamento, paraibana) – No momento que vim já estava certo. Cláudio falou com o José que conseguiu guardar uma vaga para mim. Já tinha as meninas, a Maria [esposa de José], a irmã de José, além de minha cunhada que já voltou. A irmã de José é da família da gente. É de longe, mas é parente. A Maria é da família também. Não sei explicar que relação, por que ficaram longe os parentes. Só que eu fui praticamente criada desde pequenininha com a irmã dele. A Maria já era de sítio mais distante. (Entrevistados em 16/05/09).

Para as novas ocupações destacam-se novas exigências e riscos. Para ambos a principal mudança foi que se tornaram trabalhadores efetivados na usina. Isso implica em não disporem da liberdade no trabalho, uma vez que não dispõe mais da autonomia relativa em retornarem ao final da safra para visitar os parentes que ficaram. No caso de Cláudio, o trabalho o expõe a maiores riscos de morte, dado que realiza o controle do fogo quando a palha de cana é queimada. Além da vigilância, caso ocorra algum incêndio no canavial. Indagado sobre o fim da queima da palha, e a possibilidade do fim de sua ocupação, alegou que o auxiliar de bombeiro é indispensável na colheita mecanizada, visto que o risco de incêndio no maquinário é ainda maior.

E como é esse serviço?

Cláudio (35 anos) – É o serviço de bombeiro. Eu chego às sete e meia, às vezes lavo alguma caldeira na Usina. Outro serviço é molhar a estrada de chão quando está passando o carregamento perto de casas no sítio. Tem que molhar as rotatórias nas estradas para não fazer muita poeira para não atrapalhar o trânsito. Daí quando dá sete da noite, que é horário de liberação de queima. Aí a gente fica auxiliando o “queimador”. Caso pule o fogo para outro talhão, a gente já apaga, ou mesmo molha o carreador. A gente tem que ficar ali para o fogo não pular para outra quadra. Como o caminhão tem três metros de altura, a gente tem a visão do talhão de cana e passa como está a posição do fogo. Por que se o fogo estiver jogando para o lado deles [queimadores] é preciso atrasar o fogo, senão eles podem morrer queimados. Como atrasa o fogo?

Cláudio (35 anos) – Cada queimador sai em sentido oposto queimando toda a quadra. Agora se o fogo estiver jogando para o lado de um deles, esse cabra vai ter que adiantar uns setenta metros para sair do fogo que está chegando nele. O outro queimador vai precisar atrasar e queimar só 20 metros.

Pelo que entendi, eles vão queimando como se fosse os lados de um quadrado. Em algum momento eles vão se encontrar, só que depende de como o fogo vai seguindo.

Cláudio (35 anos) – É isso mesmo, a gente chama de quadra. O queimador usa um lança-chamas para fazer o trabalho. Geralmente ele também é um ex-cortador. Ele tem um bujão pequeno de cinco quilos dentro de uma mochila de couro e um lança-chamas com um regulador. Ele usa todo equipamento, óculos, luva, touca e uma espécie de macacão, blusa de queima, caneleira e botina. A gente também usa. Só que é coisa rápida, o dia estando quente é muito rápido para queimar. É perigoso, mas tem que ter experiência para saber aonde o fogo vai. O barulho é muito forte.

Agora com a proibição da queima como fica sua profissão?

Cláudio (35 anos) – O bombeiro não pode parar. Ele não vai queimar cana, mas vai ficar no trabalho para apagar fogo se acontecer. Só que a colhedeira precisa ficar com bombeiro por que ela corre risco de pegar fogo. Além de ter um motor grande, corre o risco de cair um bagaço e dar curto e como tem muita palha no equipamento pega fogo muito rápido. Nesta empresa nunca perdeu máquina, mas sei que na Usina C. já aconteceu. (Entrevistado em 16/05/09, grifos nossos).

Neste ponto da trajetória poder-se-ia avaliar a reconversão como fator de enquadramento e submissão moldada pela figuração social criada pelo arregimentador na cidade canavieira. Contudo, o processo de dominação engendra também outras formas de resistência. Assim, destaca-se a prática cotidiana de Cláudio em possuir uma oficina de podões. Nela realiza a engenharia ergonômica⁴⁷, ao adaptar os podões (facões) a estrutura corporal dos colegas trabalhadores.

⁴⁷ Para modificações em outros Equipamentos de Proteção Individuais, como luvas, ver artigo: GONZAGA, M.C. & SONODA, A. L. “Enquanto o Bom Senso Não Chega: A Criatividade Combate a Inadequação.”, apresentado no VI – Colóquio Internacional de Psicodinâmica e Psicopatologia do Trabalho, 2010.



Foto 13 – Oficina de Podões no quintal da casa. Mendonça/SP, 12.10.09. Foto: Rafael Aroni.



Foto 14 – A primeira etapa, abertura dos gomos do podão, desbastar a lâmina para facilitar amolação no eito. Mendonça/SP, 12.10.09. Foto: Rafael Aroni.

Nesta prática de resistência cotidiana, para amolar, ou como se diz entre os trabalhadores, abrir o gomo do podão, ou seja, desgastar a lâmina no esmerilho de forma a deixá-la mais fina e fácil da amolar com lima, Cláudio cobra R\$2,50. Ele realiza o serviço em qualquer dia da semana, desde que esteja em casa. A troca do cabo e a moldagem da lâmina em formato de “L” requerem mais tempo. São realizadas nos finais de semana. São divididas em dois serviços distintos. O primeiro em realizar o trabalho de torno, no qual é confeccionado novo cabo de madeira, maior

do que os 30 centímetros do padrão, distribuído pela usina. Em média, o novo cabo pode ter entre 40 a 50 centímetros, variação que leva em conta a estatura do trabalhador e o tamanho da lâmina disponibilizada pela Usina. A madeira para confeccionar o cabo é comprada. São em geral ripas utilizadas na construção de telhados. Essa etapa é mais demorada, pois exige maior atenção em se desbastar no torno a madeira no formato do cabo.

O segundo procedimento utilizado consiste na reforma do facão, disponibilizado pela Usina. A primeira etapa é abrir o gomo dele no esmerilho, como demonstra a foto 20. Em geral, a lâmina é muito grossa próxima ao fio a ser afiado, o que dificulta o ato de amolá-lo com lima, ao exigir maior força e tempo do trabalhador. Com o gomo aberto, a lâmina apresenta uma faixa maior de desbastamento, em torno de quatro a cinco centímetros. A etapa seguinte é cortar numa serra elétrica de mesa os pequenos cabos do podão na base da lâmina. Em geral, o cabo apresenta 30 centímetros. Em seguida, com um formão, retira-se o pedaço de madeira preso por arrebites na lâmina. Utiliza-se o esmerilho para cortar esses arrebites. Aumentam-se os furos na base da lâmina com furadeira, a fim de facilitar a fixação com parafusos e porcas. Em seguida ela é montada ao novo cabo, o qual apresenta saliências que escondem a cabeça e porca do parafuso. Enrola-se uma borracha de câmara de pneu para aumentar o atrito com luva. Por último são desferidos golpes de martelo na lâmina fria, para entortá-la próximo ao ângulo de 90 graus. Toda essa segunda etapa dura menos de 20 minutos. O preço da confecção e ajuste do podão é de R\$7,00.

Como funciona esta oficina?

Cláudio (35 anos) – Esse trabalho surgiu por que toda vida eu cortei cana, e eu sabia que o facão quando você entorta a lâmina fica melhor de trabalhar, só que encurta o tamanho. Ele vem com cabo de trinta centímetros. Aí você colocando um cabo maior tem que abaixar menos e encurvar menos as costas. Faz três anos que eu faço isso. Só que eu não tenho curso de marcenaria e nada. Eu fui aprendendo fazendo.

Nunca conversou com marceneiro?

Cláudio (35 anos) – Assim, eu conversei para saber que tipo de motor, e dica de como colar lixa, mas do resto eu aprendi sozinho. Eu cobro sete reais pelo cabo. No começo sai bastante, só que como o cabo dura um ano é difícil de o cabo quebrar. Só que para colocar o cabo eu não cobro nada. Só cobro para amolar o facão, são dois e cinquenta, eu gasto lixa e energia. Só que esse facão dura só quinze dias. (Entrevistado em 16/05/09).

Portanto, nesta estratégia de resistência cotidiana ao trabalho do corte, a experiência laboral de Cláudio foi fundamental no aprendizado das modificações a

serem feitas, e na orientação em realizar um serviço no qual a remuneração não é seu objetivo, mas sim a possibilidade de promover justiça e dignidade social, visando a preservação da saúde dos colegas.

Em contrapartida, sua esposa realiza o trabalho de limpeza e indiretamente a vigilância dos espaços de moradia dos trabalhadores, nas “casas da usina”. A equipe de mulheres, que realiza o trabalho de faxina nos alojamentos, é proibida de entrar nas casas quando da presença de algum trabalhador. A injunção alegada pela usina é para preservar as mulheres e evitar possíveis conflitos com seus maridos. No relato dela é possível observar como a ideologia da Usina confunde sua prática ao alegar que ela terá igual liberdade na limpeza, tal como realiza em sua casa. Contudo, nessa dinâmica, na ausência dos homens, as mulheres faxineiras renegociam os papéis de gênero entre si para as tarefas a serem realizadas. As resistências cotidianas justamente estão em não realizar serviços de caráter doméstico, como lavar as roupas pessoais dos trabalhadores, ou mesmo a louça da cozinha e na recusa em levar os produtos de limpeza de uso nas suas casas. Portanto, embora a usina busque controlar os distintos espaços, as mulheres produzem práticas de resistências nas fissuras do processo em que desempenham a posição de agentes da dominação.

Mas como é essa relação de ir trabalhar na casa dos trabalhadores?

Rosineide (27 anos) – Para mim é normal, por que é uma casa que vai estar fechada. Agora se tiver um peão lá, a gente não limpa enquanto ele não sair. A usina não permite de você estar limpando com um homem dentro da casa.

O que pode acontecer ou já aconteceu com alguma mulher que tenha entrado no alojamento com trabalhador?

Rosineide (27 anos) – Não pode acontecer nada, por que você vale o que você é. [Desconversa] Mas só, que... em questão de você estar limpando a casa, não pode ter homem lá. Tem que estar vazia por que... como se diz... oxe você ter a liberdade de limpar a casa normal como você faz na sua casa.

Mas o que você sente quando o peão está no alojamento?

Rosineide (27 anos) – Se eles não saírem, a gente não entra. Não tem como limpar a casa com um monte de homem dentro. A gente sempre anda em equipe. A usina que pediu para ficar em menos. Antes eram seis mulheres. Algumas foram mandadas embora por que não eram efetivas, e agora ficaram sós três. A gente não é terceirizada, é efetiva na usina.

Aqui em Mendonça são quantas casas?

Rosineide (27 anos) – A gente limpa pelo menos dez casas por semana, de segunda a sexta. Só que vem mulheres de fora para dar conta de limpar as casas que faltam. Acho que são umas 30 casas. A gente só limpa o chão, a louça e arruma a cama. Não lavamos a roupa deles, não fazemos a comida ou lavar as roupas de cama.

E os produtos de limpeza?

Rosineide (27 anos) – No começo a Usina mandava direto, mas agora ela até fornece para equipes de fora. Mas para gente demora em mandar desinfetante, água sanitária, sabão em pó, balde, rodo e esponja. Todas essas coisas. Eles até falam que a gente pode pedir, só que eles demoram. Só que nem pensar de eu levar de casa, se eles derem ou tiver lá a gente faz o trabalho, se não a gente tenta limpar com o que tem. (Entevistada em 16/05/09).

Por último, o trabalho dela nos alojamentos impacta na renegociação e na forma como Cláudio concebeu a posição que ela teria ao migrar. O projeto da família é duplo, ou seja, permanecer no trabalho na usina enquanto ele existir, contudo sem se desfazer da estratégia contingente de retorno para atividade agrícola na origem. Assim, nessa permanência provisória, a renegociação dos papéis de gênero, ocorreu pelo fato dele não conseguir mais auferir rendimentos iguais ou superiores enquanto era cortador de cana. O trabalho remunerado da mulher passou a ser indispensável para o projeto de compra de uma casa própria na cidade. Em contrapartida, ele passou a ajudar nas atividades domésticas, mesmo persistindo na representação de que cabe a mulher tais tarefas. Portanto, as peias de dominação masculina persistem no plano simbólico, ao designar que ajuda a mulher, e não reconhecer que é ela quem o ajuda a prover o projeto familiar.

3.2 – Trajetórias diferenciadas na reconversão. As incertezas com o fim do trabalho assalariado no corte manual de cana

No tópico anterior reconstruímos as trajetórias diferenciadas de famílias que passam a se integrar em outras atividades fundamentais para sustentar o processo migratório. Passaremos agora para o pólo oposto. Reconstruímos trajetórias de famílias camponesas, em processos diferenciados na experiência em viver temporariamente do corte de cana. Destacam-se as mediações de reciprocidade e conflitos entre os gêneros, subsumidos nos rearranjos, ao acionarem a migração para o corte, enquanto estratégia de reprodução camponesa para viabilizar suas unidades familiares por meio da aquisição de terras para os roçados, infra-estrutura hídrica para agricultura e motos para transporte. Em outras palavras, buscou-se caracterizar as incertezas decorrentes, no qual esse ideal majoritariamente masculino tornou-se irrealizável diante da proibição na contratação destes trabalhadores pela usina do município. Assim, no primeiro caso a inviabilidade nas condições de existência da unidade familiar camponesa, pela falta de recursos para construção de um sistema de irrigação, se articula ao processo migratório, a novas inviabilidades como a permanência e mesmo o retorno da família, quando o cortador não conseguiu renovar o registro de trabalho para a safra seguinte. As práticas de resistência apontaram para dualidade na condição contingente de sobrevivência. No segundo caso, a própria composição do rearranjo em famílias ampliadas foi o subterfúgio utilizado para minorar os custos de vida. Em ambos os casos o acionamento da rede de proximidade ao encarregado foi à saída provisória ao desemprego.

Terceiro Caso: Família Nuclear com filhos – Mendonça/SP.

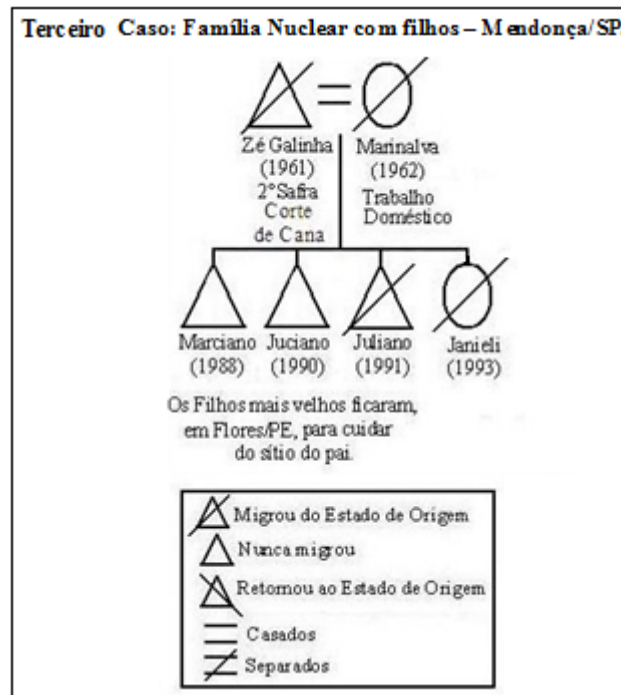


Figura 9 – Terceiro Caso: Família Nuclear com filhos – Mendonça/SP, 2009.

Perfil Biográfico do casal entrevistado.

Nome: José Galinha.

Data de nascimento: 1961.

Local de nascimento: Flores Pernambuco – PE.

Nível de Escolaridade: Primeira Fase do Fundamental Incompleto 4ª série.

Idade que começou a trabalhar na vida: 5 anos.

Atividade em que começou a trabalhar: Roçado ajudando o pai no sítio.

Atual ocupação: Cortador na 3ª Safra.

Há quanto tempo está na cidade de destino: 2 anos.

Itinerário migratório para o corte de cana:

2007 – Novo Horizonte/SP – Cortador de cana.

2008 até 2009 – Mendonça/SP – Cortador de cana.

Nome: Marlene.

Data de nascimento: 1962.

Local de nascimento: Flores – PE.

Nível de Escolaridade: 4ª série.

Idade que começou a trabalhar na vida: 13 anos.

Atividade em que começou a trabalhar: Roçado com o pai e atividade doméstica com a mãe.

Atual ocupação: Dona de Casa, cozinheira e empregada doméstica.

Há quanto tempo está na cidade de destino: 2 anos.

Itinerário migratório:

2008 até 2009 – Mendonça/SP – Dona de cana, cozinheira e empregada doméstica.

Origem do casal: Flores – PE.

Acesso a casa ou terra própria na origem ou no destino: Possui uma casa próprio na origem localizada no sítio de sua propriedade de 2 hectares.

Estado civil: Casados Civil e religioso, há 14 anos.

Quantas pessoas estão alojadas nas casa/barraco: 4(casal e 2 filho).

Número de filhos: 4

Quadro 18 – Terceiro caso, perfil da Família Nuclear com filhos, , Mendonça/SP, 2009.

Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão	Estado Civil	Local de residência.	Onde está Alojado
Masculino	21 anos	1ª colegial	Estudante e Agricultor	Solteiro	Flores/PE	Sítio dos avós
Masculino	19 anos	2ª colegial	Estudante e Agricultor	Solteiro	Flores/PE	Sítio dos avós
Masculino	18 anos	7ª série	Estudante e Bicos	Solteiro	Flores/PE	Junto dos pais
Feminino	16 anos	7ª série	Estudante	Solteira	Flores/PE	Junto dos pais

Fonte: Pesquisa de campo.

Até 2007, este casal residia no sítio próprio de dois hectares, fruto da partilha realizada pelo pai, ainda vivo, que fica próximo ao povoado do Saco do Romão, Sertão de Pernambuco. Zé Galinha viajou sozinho em 2007. Trabalhou na primeira safra de sua vida durante 10 meses, residindo em Novo Horizonte, no bairro Santa Clara. Considerava a cidade, de 32 mil habitantes, muito grande. No final de 2007 retornou para o sítio onde sua esposa Marinalva (46 anos) o esperava junto dos quatro filhos. Na representação do grupo familiar, principalmente no relato da esposa, o que desencadeou o processo de rearranjo familiar no processo migratório, foi o investimento realizado para furar um poço, que permitiria agricultura de leguminosas e acesso à água encanada, dentro de casa. A primeira etapa foi realizada com recursos do roçado de milho e feijão que o grupo familiar mantinha no sítio. No segundo momento, Zé Galinha soube do trabalho no corte e arriscou o deslocamento da unidade familiar, com objeto de poupar recursos para reforma de instalação do encanamento em sua residência. Nesta primeira experiência de travessia da família, deslocaram-se apenas a esposa e filho mais novo. Os outros três filhos permaneceram no sítio, os homens cultivando o roçado.

Em 2008, ele decidiu migrar para Mendonça/SP, por considerar a cidade menor e mais tranquila. Após a experiência de ficar um ano distante da família, o

marido ponderou que o filho menor estava dando muito trabalho para mãe. Esse foi o motivo para a decisão de que sua esposa Marinalva e o filho Juliano migrassem. Os filhos mais velhos e a filha adolescente preferiram ficar residindo com os avôs e trabalhando na agricultura, no cuidado do sítio do pai. No período da entressafra Zé Galinha permaneceu na cidade de destino recebendo o seguro desemprego. Ainda neste momento, novo rearranjo acontece. Antes de iniciar-se a safra, Zé Galinha precisou buscar a filha adotiva, uma vez que a mãe biológica que a havia abandonado, alegou que a migração da família também caracterizava novo abandono. Assim o rearranjo familiar foi reestabelecido. Marinalva reconheceu como positivo a vinda da filha, principalmente pelo acesso a escolarização melhor. A seguir transcrevemos o relato dele, no qual aponta para o fato do processo da decisão do grupo familiar migrar estar relacionado ao desejo de reforçar o poder e controle sobre o filho mais novo, que estava contestando a autoridade da mãe.

Como foi a decisão para vir com a família pela primeira vez?

Zé Galinha (47 anos, cortador de cana, pernambucano) – Ano passado (2007) eu vim só para Novo Horizonte. Aí no final do ano eu voltei (para Saco do Romão/PE). No começo deste ano (2008) eu disse para ela vir. [aponta para esposa] Só que filhos, não queriam. Eu falei que não poderia deixar 4 filhos na casa dos outros, dos meus pais. Um pelo menos teria que me acompanhar. Aí eu trouxe ela [aponta a esposa] e ele [aponta o filho mais novo] e estamos aqui. Aqui ele está trabalhando num lava-carros para ver se arranjamos alguma coisa. Lá ele só pensava em sair com os meninos de lá.

Mas quem decidiu que a família viria?

Zé Galinha (47 anos) – Fui eu. Ela não queria ficar lá, porque ela ficou um ano lá [sozinha]. Você sabe que às vezes o pai estando junto, o filho quer obedecer mais. E às vezes os filhos estando só com a mãe, eles querem puxar uma garrinha de canto, quer sair, aí às vezes a mãe é mais... [não completa a frase]. E está aí o que não queria obedecer a mãe. Ele veio junto, os que obedecem ficaram junto dos avôs.

Marinalva (46 anos, dona de casa, cozinheira, empregada doméstica e pernambucana) – Ele melhorou bastante, nem parece que é de lá. É por isso que está embaixo da asa do pai. (Entrevistada em 14/12/08).

Na safra de 2009, novas imposições são tomadas pelas Usinas para restringir a permanência de famílias migrantes, nos municípios de destinos. Passa-se a realizar a contratação de trabalhadores migrantes, diretamente nos escritórios abertos pelas usinas nas cidades de origem (Princesa Isabel/PB). É feita a triagem a partir das redes de sociabilidade acionadas pelo arregimentador José. Em seguida, são feitos os exames médicos de admissão. São recolhidas as carteiras de trabalho e levadas até o Sindicato e Ministério do Trabalho da origem para serem rubricadas, isto é, regularizadas para o deslocamento interestadual do ônibus. Todo esse processo busca dificultar o trânsito de familiares para os circuitos migratórios de

destino. Para os trabalhadores que permaneceram nos municípios de destino, no interior de São Paulo, e que desejam partir com as famílias, restam três possibilidades. Viabilizar o retorno da família e o deslocamento solitário do trabalhador para outras usinas e ou fornecedores para tentar nova admissão, ou lançar toda sorte de influência junto ao arregimentador.

Em razão destas normas impostas, Zé Galinha permaneceu um mês desempregado. Em sua primeira experiência em não ter emprego, utilizou parte dos poucos recursos poupados para custear a permanência da família, com os gastos de aluguel, energia elétrica e consumo de água. Demonstrou profunda insatisfação com a situação e principalmente com as mudanças em seu corpo. O fato de ter engordado por ficar sem trabalho, o levou por conta própria ao plantio de mais de 200 mudas de algaroba (*Prosopis juliflora*). Leguminosa típica do Sertão Paraibano e fonte de alimentação para animais. Contudo, não obteve sucesso ao tentar comercializar as mesmas. Após um mês do início da safra, Zé Galinha só conseguiu novamente ser “fichado” (registrado) pela usina por insistir muito junto ao encarregado de que estava passando por precisão, ao não ter condição de suprir a alimentação dos familiares. Nos critérios do encarregado, a família não se enquadra no perfil de possível reconversão, pela pouca experiência no corte dele, apenas três safras e a baixa escolaridade.

No momento do desemprego, Marinalva passou a preparar as refeições dos trabalhadores alojados em frente de sua casa. Conciliou também faxinas nas residências de famílias locais. Esse ponto foi importante para a transformação em curso que ela já percebia nas mudanças entre as tarefas realizadas no trabalho doméstico do sítio para o contexto urbano. Nesse sentido, Marinalva já apontava preferência pela rotina do trabalho doméstico lá, em relação diferenças aqui. Em específico, o início de sua jornada de trabalho ser anterior ao do marido, enquanto no sítio, mesmo com a ausência do marido, não se levantava tão cedo.

Como funciona a rotina de vocês? A que horas vocês acordam?

“Marinalva (46 anos) - Primeiro eles [Aponta para marido e filho] acordam às cinco horas para o serviço. Só que na hora que eles acordam eu me acordo mais cedo, às três horas, para fazer a comida para eles três [Aponta para o marido e dois trabalhadores do corte que moram na casa em frete e que assistiam à entrevista]. Na verdade é para cinco, por que tem eu e meu filho também. Eu preparo só o almoço, e depois eu não me deito mais, eu já saio para o serviço. [Ela trabalha como faxineira diarista, recebe R\$ 30,00]. Volto às quatro e meia [da tarde]. Eu chego, às vezes lavo o carvão [Roupa que o

marido usa no corte]. Depende como ele [marido] está. Se ele não estiver muito quebrado (cansado), ele lava. Quando é assim, ele me ajuda, eu chego e vou cuidar da janta, aí depois de lavar a louça é descansar [Ri de alívio]. Lá no ano passado eu me acordava as seis para trabalhar na roça quando ele tava aqui. Aqui é muito cedo que a gente se acordar. É muito pesado. (Entrevistada em 14/12/08).



Foto 15 – Zé Galinha e parte de suas 200 mudas de Algaroba. Mendonça/SP, 15.05.09. Foto: Rafael Aroni.

Portanto, a dificuldade da rotina no trabalho doméstico remunerado e não remunerado levam a esposa a desqualificar esse período da vida enquanto experiência de morar ou residir na cidade canavieira.

O projeto é continuar morando em Mendonça?

Zé Galinha (47 anos) - Não sei se passo um ou mais dois anos.

Marinalva (46 anos) - Mas morar de verdade, não. A gente mora e vive no povoado do Saco do Romão em PE. (Entrevistada em 14/12/08)

Na dialética de sua trajetória, mesmo estando subsumida a rotina do trabalho canavieiro, articulada a dominação masculina interna ao grupo familiar, é possível inferir formas de resistência cotidianas, ao acionar saberes femininos tradicionais, os quais neste caso minoram a contingência para a sobrevivência da família. Em específico, uma das estratégias de Marinalva para diminuir os custos de vida foi coletar água da chuva em um pequeno tambor de plástico. A seguir destaca-se trecho do caderno de campo.

“Última interação com Zé Galinha e Marinalva. Encontro o casal no final da tarde, logo após realizar a documentação imagética na oficina de podões de Cláudio. Continuo com esse objetivo. Documentar um pouco o cotidiano das

famílias. Marinalva lavava panelas no fundo de casa. O tom sépia da luz carregava de poesia aquela tarefa doméstica. Reparo no galinheiro, com apenas um galo e galinha, improvisado no canto da casa, num corredor com menos de 40 centímetros de largura. Um pequeno corredor entre o muro e a casa de fundo, que atualmente está alugada. Neste momento percebo que Marinalva não usava a água da torneira para enxaguar as panelas. Algo que desperta atenção. Ela pegava de um tambor de plástico, e improvisa uma cisterna. Revelava que essa água é melhor para dar brilho nas panelas. Várias mulheres da cidade já haviam pedido para ela arear as panelas delas. Elas não sabem deste segredo. Marinalva diz que a água da rua tem cloro ou outra coisa que deixa a panela meio embasada. Realizo diversas fotos deste momento.” (Caderno de Campo, 12/10/09).

Outra prática relatada de forma surpreendente foi a situação contingente, ao explicar como ela utiliza o dinheiro do programa bolsa família. Parte do recurso é gasto para garantir sua saúde, já que após sofre um acidente, necessita o uso contínuo de medicação, para aliviar a dor que sente na perna.

E vocês recebem algum auxílio do governo?

Marinalva (46 anos) - A gente recebe, no meu nome e eu mando todo mês um pouco para meu filho estudar lá. Eu recebo cento e doze reais e às vezes eu mando sessenta reais. E o outro pouco que fica ajuda a comprar o meu remédio. Porque eu tomo remédio controlado.

E o que você tem?

Marinalva (46 anos) - Eu adoeci na roça, eu cai de um pé [árvore]. Só que eu fui para o médico e ele me operou duas vezes a perna, e no final atingiu o nervo que ficou fraco. [curva-se e passa a mão na perna demonstrando o local que dói sempre]. (Entrevistada em 14/12/08).

Portanto, neste rearranjo familiar aponta-se para a trajetória em que a experiência das práticas incutidas pelo “*habitus camponês*” (BOURDEIU, 2006), coexiste ao assalariamento e são acionadas como formas primeiras de estratégias de resistência frente à necessidade premente de sobrevivência do grupo familiar. Além do que, neste caso, o rearranjo se dá sobre a permanência da dominação masculina.

Quarto Caso: Famílias Ampliadas com filhos, Mendonça/SP.⁴⁸

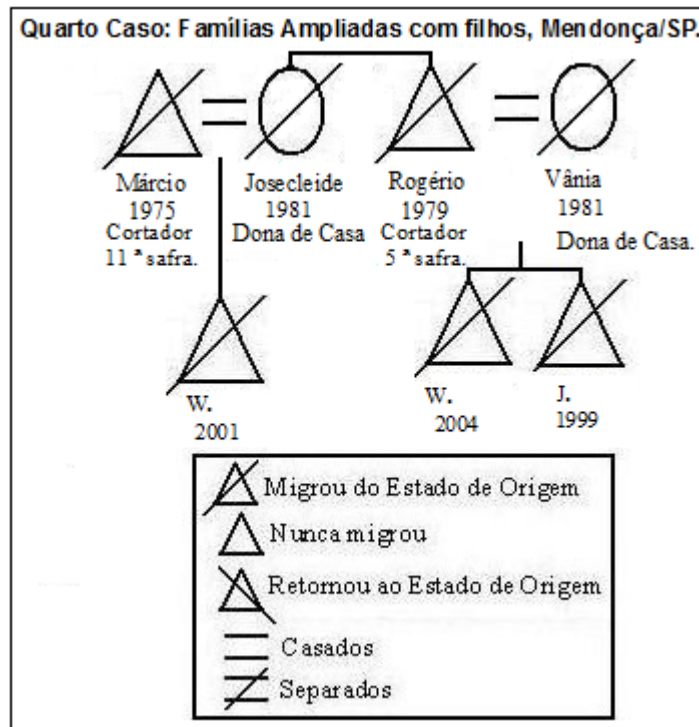


Figura 10 – Quarto Caso: Famílias Ampliadas com filhos, Mendonça/SP, 2009.

Perfil Biográfico dos casais entrevistados.

Primeiro Casal

Nome: Márcio.

Ano nascimento: 1975.

Local de nascimento: Tavares – PB.

Nível de Escolaridade: Primeira Fase do Ensino Fundamental Completo - 4ª série.

Idade que começou a trabalhar: 7 anos.

Atividade em que começou a trabalhar: Roçado e plantio com o pai, sítio do pai.

Atual ocupação: Cortador de Cana na 12ª safra.

Há quanto tempo está na cidade de destino: 1 ano.

Itinerário migratório para o corte:

1997 até 1999 – Potirendaba/SP – Cortador de Cana.

2000 até 2006 - Borborema/SP – Cortador de cana e agenciador de passagem.

2007 e 2008 – Adolfo/SP – Cortador de Cana.

2009 – Mendonça/SP – Cortador de Cana.

Nome: Josecleide.

Data de nascimento: 1981.

Local de nascimento: Tavares/PB.

Nível de Escolaridade: Primeira Fase do Ensino Fundamental Incompleto- 1ª série.

⁴⁸ Na elaboração deste caso os nomes foram trocados como forma de preservar a identidade dos colaboradores.

Idade que começou a trabalhar: 13 anos
 Atividade em que começou a trabalhar: Trabalho doméstico e roçado.
 Atual ocupação: Dona de Casa.
 Há quanto tempo está na cidade de destino: 1 ano.
 Itinerário migratório:

2002 até 2006 – Borborema/SP – Dona de Casa.
 2007 e 2008 – Adolfo/SP – Dona de Casa e faxineira de alojamento.
 2009 – Mendonça/SP – Dona de Casa.

Origem do casal: Tavares / PB
 Estado civil: Casados Civil e Religioso, há 10 anos.
 Acesso a casa ou terra própria na origem ou no destino: Possui uma casa própria na origem com 5 cômodos, localizada na cidade e um sítio de 6 hectares.
 Quantas pessoas moram na casa: 7(2 casais e três crianças, duas de um casal e uma do outro).
 Número de filhos: 1.

Quadro 19 – Quarto caso, perfil Famílias Ampliadas com filhos, Mendonça/SP, 2009.

Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão	Estado Civil	Local de Residência	Onde está Alojado	Relação de Parentesco com o casal migrante
Masculino	8 anos	2ª série	Estudante	Solteiro	Tavares/PB	Junto dos Pais	Filho

Segundo Casal

Nome: Rogério.
 Ano nascimento: 1979.
 Local de nascimento: Tavares – PB.
 Nível de Escolaridade: Primeira Fase do Ensino Fundamental Incompleto - 1ª série.
 Idade que começou a trabalhar: 10 anos.
 Atividade em que começou a trabalhar: Roçado e plantio com o pai, sítio do pai.
 Atual ocupação: Cortador de Cana na 5ª safra.
 Há quanto tempo está na cidade de destino: 1 ano.
 Itinerário migratório para o corte:

1994- São Paulo/SP – Faxineiro do CEAGESP⁴⁹.
 2000 – Mendonça/SP – Cortador de cana na Usina localizada em Bonifácio.
 2001 até 2004 – Tavares/PB – Trabalhou nos roçados em sua terra.
 2005 – Borborema – Cortador de Cana.
 2006 – Ficou em Tavares/PB – Retirou o seguro desemprego e trabalhou no roçado de milho e feijão na compartilhada pelos irmãos.
 2007 e 2008 – Adolfo/SP – Cortador de Cana.
 2009 – Mendonça/SP – Corte de Cana.

Nome: Vânia.
 Data de nascimento: 1981.
 Local de nascimento: Tavares – PB.

⁴⁹ Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.

Nível de Escolaridade: Primeira Fase do Ensino Fundamental Incompleto- 4^a série.

Idade que começou a trabalhar: 10 anos.

Atividade em que começou a trabalhar: Trabalho doméstico com a Mãe.

Atual ocupação: Dona de Casa.

Há quanto tempo está na cidade de destino: 1 ano.

Itinerário migratório:

2005 – Borborema/SP - Dona de Casa

2007 até 2008 – Adolfo/SP – Dona de Casa

2009 – Mendonça/SP – Dona de Casa

Origem do casal: Tavares/PB (Sítio Manoel Pereira)

Acesso a casa ou terra própria na origem ou no destino: Possui uma casa própria na origem com 5 cômodos, no sítio de 12 hectares, não partilhado do pai falecido.

Estado civil: Casados Civil e Religioso, há 10 anos.

Número de filhos: 2.

Quadro 20 – Quarto caso, perfil Famílias Ampliadas com filhos, Mendonça/SP, 2009.

Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão	Estado Civil	Local de Residência	Onde está Alojado	Relação de Parentesco com o casal migrante
Masculino	10 anos	4 ^a série	Estudante	-	Tavares/PB	Junto dos Pais	Filho do Segundo Casal
Masculino	5 anos	-	-	-	Tavares/PB	Junto dos pais	Filho do Segundo Casal

Na história da trajetória na dinâmica desarranjo/rearranjo da primeira família, foi o pai de Márcio, o primeiro a experimentar a migração, em 1993. Ele se deslocou para Santos, pois tinha o conhecimento, por meio de um colega, do trabalho na construção civil. O pai permaneceu apenas um ano nesta ocupação. Neste contexto, os nove filhos continuaram o trabalho agrícola, cuja função era cuidar das roças de milho e feijão, no sítio do pai. O contexto que o levou a migrar foi o fato do “inverno” ter sido fraco, ou seja, choveu pouco, prejudicando as plantações. Em 1994, após permanecer um ano no trabalho agrícola, soube por meio de outros colegas, do trabalho no corte de cana em Potirendaba/SP. Naquele momento espalhou-se a febre migratória entre os moradores das cidades e dos sítios em Tavares/PB. Novamente os filhos continuaram nas tarefas do trabalho agrícola.

Márcio (34 anos, camponês e cortador de cana, paraibano) – A notícia do trabalho no corte se espalhou foi nos anos de 1990. Mas meu pai veio a primeira vez em 1993. Foi um ano muito ruim de “inverno”. A chuva foi pouca, deu seca mesmo. A gente plantou milho, mas nem chegou a latejar. [brotar] Ninguém tinha nada lá nesta época. Aí meu pai veio para Santos, na casa de um colega e trabalhou em firma. Era firma de construção. No ano de 1994 ele voltou, o inverno foi bom, ficamos todos lá. Quando foi em 1995 ele veio a primeira vez para cana. Lá nesta cidade já tinha algumas pessoas que foram e falaram do trabalho. Ele foi para Potirendaba. A gente ficou lá e fazia a

parte dele na roça. Tirava as mesmas tarefas. Aí quando ele voltou falou deste trabalho para gente que trabalhar na produção sempre tirava um pouquinho a mais do que lá no roçado. (Entrevistado em 12/10/2009).

Márcio em sua trajetória da história de vida inicia o trabalho na agricultura ainda cedo. Desde os sete anos, o pai já o levava para trabalhar na roça. Confeccionou até uma enxadinha com a lâmina de outra, já gasta, para que todos os filhos pudessem ajudar desde cedo no trabalho. Segundo o relato dele, sua atividade era carpir e fechar as covas onde o pai plantava milho ou feijão. No roçado, o pai delimitou canteiros, cuja venda dos produtos era a remuneração dada aos filhos em forma de retribuir o trabalho deles. Este dinheiro poupado na venda de legumes e cereais em complementaridade à venda de um garrote, que ele havia ganhado da avó, o ajudou a comprar a primeira passagem para o corte cana, em 1997, quando ele e o irmão mais velho acompanharam o pai para Potirendaba/SP.

Neste momento foi construída uma barragem, próxima ao sítio do pai. O que dificultou o acesso e trânsito para o mesmo. Isso acabou por forçar a família em se mudar para cidade. Naquele ano de 1997, o objetivo dos homens da família que se deslocaram era prover uma nova residência, prioritariamente para o pai expropriado. Neste trecho do relato destaca-se a solidariedade camponesa na construção das casas, na qual a ajuda mútua dos irmãos foi fator fundamental de coesão ao grupo familiar, neste deslocamento para cidade de Tavares/PB.

Márcio (34 anos) - Aí quando foi 1997, pai falou assim: “esse ano a gente vai comprar uma casinha na rua.” Aí a gente veio todos nós três, ele, eu mais meu irmão. Com o dinheiro a gente comprou o chão na rua (terreno) e o material para fazer a casinha dele na rua.

O dinheiro então vocês juntaram de todos?

Márcio (34 anos) – Foi um dinheiro que ficou de todos os três para comprar a casa de pai. Só que trabalhamos todos para juntar um bolo de dinheiro. Primeiro compramos o terreno e depois construímos com a força dos braços de todos os nove irmãos. Neste momento a gente não pagava aluguel, ficamos alojados em um barracão no meio do canal, perto de um posto de gasolina que construíram agora em Potirendaba.

Quanto de dinheiro vocês precisaram juntar para comprar o chão na cidade?

Márcio (34 anos) – Naquela época foi R\$300,00. Agora um chão no mesmo lugar vale R\$ 25.000,00. A gente levantou a casa em 1998. Depois fui eu quem comprou a casa em 1999. Só que na casa do meu pai, é como eu disse, a gente fez com as forças dos braços e com um pouco de dinheiro. Já a minha e dos meus irmãos, cada um comprou com seu dinheiro, mas ajudando só com as forças dos braços. Nos serviços que a gente não sabia fazer, como um vergalhão ou coluna, cada um paguei um pedreiro. (Entrevistado em 12/10/2009).

Um pouco antes de migrar, ele conseguiu investir parte do dinheiro de um roçado na compra de sítio em que já trabalhava, arrendando a terra. A etapa seguinte foi construir a sua casa com dinheiro da cana em 1999.

Gostaria que você falasse dessa história de como você investe o dinheiro da cana?

Márcio (34 anos) – Na verdade eu comprei cinco hectares com dinheiro da roça mesmo. A gente faz a terra, planta e colhe, aí vendi o pouco dos legumes e inteirei com o dinheiro de um garrote [bezerro] que eu tinha lá.

Mas você plantava roça em qual terra?

Márcio (34 anos) – Neste mesmo sítio. Só que na época eu pagava renda. Antes o legume tinha mais valor. Hoje em dia não tem valor, um saco de milho vale dezoito reais. Para comprar (o sítio) naquela época eu precisei de um garrote, cinco ou seis sacos de feijão de corda e mais trinta sacos de milho. Com o dinheiro deu para comprar esses cinco hectares. (Entrevistado em 12/10/2009).

No ano de 2000, o pai deixou de migrar, pois conseguiu comprar um sítio de 12 hectares, vizinho ao do filho. Passou então a lavrar a terra própria e do filho. Neste momento Márcio soube que José estava procurando trabalhadores para levar para Borborema. Neste contexto, passou a trabalhar para o agenciador, revendendo passagens, e recebendo em troca as passagens dele e da esposa, assim que conseguisse completar um ônibus. Realizada a meta, durante a viagem, Márcio descobriu que sua esposa é prima de José. Essa proximidade levou a famílias ficarem alojadas juntas, por dois anos, entre 2000 e 2001. Aos se mudarem para outra casa no fundo de um alojamento, também de trabalhadores, Josecleide começou a realizar o trabalho doméstico remunerado com pequenos ganhos.

Em 2007, quando o casal mudou-se para Adolfo/SP. José conseguiu registrar a prima Josecleide, como faxineira do alojamento. Local onde o casal passou a residir. Neste momento a Usina foi autuada, essa prática foi proibida, a de alojar famílias junto a trabalhadores. Então, Márcio e Josecleide passaram a residir em casa separada, arcando com o aluguel e custos de manutenção. Diante desta imposição, decidiram pelo rearranjo junto com a família do cunhado. Alegaram que o aluguel nestas cidades, vizinhas as as cidades canavieiras era mais baixo. Além do que morar com parentes casados era melhor para convivência. Porém, a usina passa a utilizar um novo mecanismo para cercear a permanência de famílias, ao condicionar o registro da carteira do trabalhador canavieiro, no local de origem dos mesmos. Além de realizar o transporte dos mesmos em ônibus fretado pela Usina. Assim, Márcio e o cunhado tiveram que regressar para cidade de origem, no início da safra, e renovar contrato com a usina. Nesta viagem as esposas os acompanharam para visitar os

familiares. No retorno a cidade de Adolfo, as mulheres vieram em ônibus clandestino, com as passagens pagas pelos maridos.

Depois vocês foram morar em Adolfo em 2007?

Márcio (34 anos) – Foi isso mesmo. Só que em Adolfo a gente morou só um ano com trabalhador. Em 2007 a gente morou em casa da Usina, eram mais 8 trabalhadores. José colocou ela na usina como faxineira, daí eles deixaram a gente morar junto.

Quanto você ganhava neste serviço?

Josecleide (28 anos, dona de casa, paraibana) – Eram R\$460,00. Não tinha nenhum auxílio. Trabalhava dia sim e dia não. O filho eu deixava na escola e ia trabalhar.

Em 200, vocês moraram com quem?

Márcio (34 anos) – Em 2008, a gente começou a morar com meu cunhado e a família dele, em Adolfo.

Por que vocês passaram a morar junto?

Márcio (34 anos) – É que agora a Usina passou a pagar aluguel e não deixou mais morar casal na casa que ela aluga. Mesmo que eu fosse empregado da Usina não posso morar com ela lá. Só pode morar homem nas casas da Usina. Não sei por que não pode morar mais casal. Não pode nem morar mulher, mesmo que seja parente do trabalhador. Aí eu e meu cunhado tivemos que voltar lá no final de 2007, para poder ser registrado para vir trabalhar na safra de 2008. Ganhamos a passagem da Usina e viemos registrados de lá. Quando a gente chegou aqui foi que elas saíram de lá para vir. Daí nos primeiros dias a gente se arranjou nas casas de colegas que estavam nas casas da usina. Quando a família chegou, a gente já acertou de morar junto para dividir as despesas. Mas elas não ganharam as passagens. Então vocês vieram primeiro sem a família para poder ser registrado. Se vocês estivessem com a família aqui, vocês conseguiriam ser fichados na Usina?

Márcio (34 anos) – Foi o que aconteceu de 2008 para esse ano de 2009. A gente ficou aqui e não consegui ser registrado na usina. Até que eu tentei. Foi José quem ligou para mim e disse que os homens não pegam mais para “fichar” aqui. Daí já não dava mais tempo de voltar para “fichar” lá. Já estávamos em março. Não tinha como voltar lá. Sorte que José tinha interesse de botar uma turma na usina em Ubarama. Aí ele me chamou e conseguiu “fichar” a gente nesta outra usina. Ele queria colocar uma turma lá e acertou para gente. Assim a gente nem precisou voltar. A bem dizer, ninguém que ficou aqui ela registrou. (Entrevistados em 12/10/2009).

Na trajetória do rearranjo familiar em suas experiências pelas cidades canavieiras, Josecleide sempre ocupou a posição restrita ao trabalho doméstico. Sua condição feminina sempre foi do assujeitamento à rotina dos horários reestruturada pelo corte cana. Sua experiência de possível emponderamento se deu subsumida à peça de dominação pessoal, quando o encarregado, seu primo, conseguiu-lhe o trabalho de faxineira do alojamento. No momento da entrevista, ela e a cunhada realizavam os serviços domésticos. Em função dos filhos pequenos, não almejavam se inserirem em atividades remuneradas fora de casa. Foi possível inferir que o projeto futuro familiar é decidido hegemonicamente por Márcio, que pretende retornar para a cidade de origem e conciliar a atividade agrícola com algum comércio na casa

que possui na cidade. Na atual safra, Márcio pretende conseguir comprar uma moto que lhe ajudará no deslocamento para o sítio, estratégia anteriormente utilizada, no investimento deste dinheiro.

Você pretende fazer algum investimento esse ano?

Márcio (34 anos) – Comprar uma moto. Todo ano quando chego lá eu compro uma moto. Ainda mais que vou morar no sítio, aí que vou precisar mesmo de uma. Quem mora no sítio é que mais precisa de uma. Depois quando venho para safra eu vendo e eu compro um chão na cidade [terreno]. Por exemplo, em 2007, eu comprei uma moto e um terreno. Daí no começo da safra eu vendi e comprei outro terreno na cidade.

Mas a moto você usa para o quê?

Márcio (34 anos) – Para ir para cidade ou mesmo para ir para roça. É de casa para cidade ou de casa para a roça. (Entrevistados em 12/10/2009).

A trajetória de rearranjo do segundo casal, embora esteja relacionada ao primeiro no momento da entrevista, apresenta a particularidade de que Rogério migrou pela primeira vez em 1994. Ele era solteiro e soube através de sua irmã do trabalho em São Paulo, no setor de limpeza do CEAGESP⁵⁰. Para o corte de cana, soube através de um agenciador que trabalhava para José. Como as demais trajetórias apontaram, ele migrou sozinho, num primeiro momento. Sua preocupação era em não conseguir prover a família. Contudo, preferiu regressar e permanecer trabalhando no roçado nas terras que o pai, já falecido, herdou do avô. São 12 hectares que não foram partilhados, mas trabalhados coletivamente entre os doze irmãos. O adiamento da partilha foi justificado pelo fato da mãe dele estar viva. A história afetiva em relação às terras do sítio remete à trajetória do avô, que na década de 1970 migrou para o norte do Paraná, onde ao trabalhar na colheita do algodão, conseguiu reinvestir o dinheiro na compra das terras.

Mas a primeira vez que você veio, também trouxe a família? Como você conseguiu o dinheiro da passagem?

Rogério (34 anos, camponês e cortador de cana, paraibano) – Só que a primeira vez foi em 2000. Aí a família não veio não. Como foi o primeiro ano, e eu nunca tinha cortado cana, aí eu pensei comigo: “não vou me arriscar de levar. Por que às vezes pode não dar certo, o cabra não acostumar no trabalho ou pode adoecer.” Aí eu não trouxe para não me arriscar. Em 2000 fiquei oito meses longe da família. O dinheiro nessa primeira viagem eu peguei emprestado com uns cunhados meus lá. Com quinze dias de trabalho eu paguei de volta esse dinheiro. Se lembro bem naquele tempo foi R\$200,00 que eles emprestaram. Eram R\$160,00 da passagem e o resto para viagem. Na viagem mesmo não teve muita despesa por que a gente levou umas galinhas para fazer (as refeições) quando parava o ônibus. Só pagava mesmo era para tomar banho ou beber alguma coisa. Bem quando foi da

⁵⁰ Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.

segunda vez em 2005, eu já pensei, dá para levar. Aí eu trouxe para livrar as despesas de lá. Funcionou por que no final comprei minha casa. (Entrevistado em 12/10/2009, grifos nossos).

Ao regressar pela segunda vez para a origem, permaneceu no sítio onde continuou com as atividades agrícolas.

Mas e de 2001 a 2004?

Rogério (34 anos) – Rapaz, neste tempo eu fiquei lá. Eu não vim, fiquei tocando roça lá. Só plantando milho e feijão, são as roças que têm mais lá mesmo. Pra gente não tem laranja, cana ou arroz.

Você conseguiu ganhar algum dinheiro com a roça lá?

Rogério (34 anos) - [Tom injuriado] Não. Não. Lá pra nós a roça é só para ir comendo. Você tira roça para ir vivendo. Para juntar dinheiro da roça lá é difícil. O legume lá pra nós não tem preço, não é como aqui. Aí não tem para quem vender, não tem valor. Aí a gente vai comendo.

Como vocês faziam para comprar roupas?

Rogério (34 anos) – A gente quando precisa comprar roupa, principalmente para as crianças, tirava uns dez a doze sacos de milho, dos trinta que tirava da roça e vendia. Mas não dava muito dinheiro, porque não tem valor. Agora mesmo o saco de milho lá vale dezoito reais. Aí você faz as contas, quanto que dava para tirar para comprar as roupas. (Entrevistado em 12/10/2009).

Em 2005, retornou ao viver temporário no corte de cana. Desta vez a motivação que o levou a migrar era o projeto de comprar a casa de seu irmão dentro do sítio, uma vez que este passou a residir na cidade. Dentro da estratégia estava trazer a família para poder “livrar”, economizar algum dinheiro, estando todos juntos. Assim, não precisava enviar dinheiro para feira (supermercado) da família que ficou. Para conseguir o dinheiro da passagem da esposa, já que o filho mais velho não pagava passagem, migrou primeiro e assim que recebeu o primeiro pagamento, viabilizou a passagem da dela.

Quando você construiu sua casa, foi com dinheiro da safra na cana?

Rogério (34 anos) – Foi em 2005. Quando eu voltei lá meu irmão tinha comprado outra propriedade fora da nossa, aí eu comprei a casa dele por R\$1500. Uns mil eram do acerto e o resto o que tinha conseguido juntar no ano. O terreno era do meu pai. Aí em 2007, eu a ajetei.

Como assim?

Rogério (34 anos) – Quando eu voltei derrubei todo o reboco e o telhado e fiz tudo novo. Gastei bem uns cinco mil reais para reformar. Também dinheiro que juntei dos acertos no corte de cana. Só que foi o acerto que juntei desde 2006 junto com dinheiro da safra. Para falar bem, fiquei dois anos para reformar ela.

E como você fez para economizar dinheiro?

Rogério (34 anos) – Olha o cabra não tem segredo aqui. É economizar, não sair. Mas também tem que o ano de 2007 e o ano passado foram bons de ganhar dinheiro. Eu conseguia livrar por mês R\$300,00. Tinha mês que conseguia livrar bem até R\$500,00.

Como assim livrar?

Rogério (34 anos) – Livrar é assim, conseguir guardar esse dinheiro. Não precisar gastar com feira ou contas aqui ou lá. Foi por isso até que eu trouxe minha família para cá. A primeira vez que eles vieram foi em 2005. Aí no final do ano a gente voltou para lá. Só que em 2006 para 2007 a gente ficou direto por duas safras. Assim não precisou gastar com as passagens no final do ano. Aí no final de 2007 voltamos com todo esse dinheiro que tinha lhe falado. A bem dizer foram três anos para conseguir reformar a nossa casa. (Entrevistado em 12/10/2009).

Em 2006, novamente permaneceu na agricultura camponesa, no sítio coletivo dos irmãos. Foi em 2007 que migrou para ficar junto ao cunhado. Pretendia ficar de três a quatro anos consecutivos no corte de cana, sem regressar para o sítio de origem. Também tem o projeto também de comprar uma moto que facilitaria o deslocamento para cidade, para fazer a feira, pagar contas ou passear. Porém diante do mecanismo da usina em apenas contratar os trabalhadores nos locais de origem, foi obrigado a mudar para Mendonça. Reconhece que o laço de parentesco com o encarregado José facilitou a recolocação em nova turma de trabalhadores, e que a estratégia de viver no rearranjo com outra família é melhor por preservar a convivência doméstica.

Enquanto realizávamos a entrevista, dois aspectos da observação etnográfica chamaram atenção. Primeiro, o fato dos facões estarem no quintal da residência, quando a norma da usina é de recolher os mesmos no bagageiro dos ônibus, no final da jornada. Rogério explicou que as canas da usina em Ubarama são “pé de rolo”, ou seja, muito enraizadas e com os feixes enrolados e ou deitados, o que dificulta o corte. Assim, ao levar o podão para casa ele pretende ajustar a lâmina de forma a deixá-la mais curta, e assim equilibrar sua empunhadura no meio do cabo do podão, pois utiliza a parte de madeira para levantar e separar os feixes enrolados.

O segundo aspecto foi o fato da casa possuir dois fogões. Fato justificado para facilitar o preparo das comidas pelas esposas, de forma separada. Isso implica que cada casal tem a despesa com o bujão de gás. Quando indagado se a compra de dois eletrodomésticos iguais seria desvantajosa para economizar recursos aplicados na agricultura de subsistência. Respondeu que nenhum eletrodoméstico fora comprado. Os dois foram disponibilizados pelo encarregado de turma, assim como os móveis, armários de cozinha, cama e geladeira. Os únicos eletrodomésticos que ele comprou foram uma televisão, aparelho de DVD e antena parabólica.

Em relação à questão de gênero na imbricação das atividades realizadas pela esposa na rotina do trabalho do corte, reconheceu que sua ajuda apenas ocorre ao

lavar a roupa de carvão, quando retorna do eito. A justificativa foi de que a esposa sempre tenta limpar o máximo a roupa. Ele prefere que o uniforme não fique tão limpo, pois assim pode economizar com os gastos de água, já que é uma atividade diária. Indagado se havia algum impedimento para sua esposa trabalhar fora, alegou que o filho era muito pequeno. Ao sugerir que ela buscasse uma creche, manifestou que prefere que a esposa fique em casa. Justificou que na época em que migrou sozinho, precisava pagar para um trabalhador realizar os serviços como o preparo das refeições. O pagamento era feito com a contribuição de até R\$10,00 na feira do trabalhador. Com a vinda da esposa, não precisaria ter essa despesa.

À guisa de conclusão. Fim desta travessia. Quais os novos horizontes para famílias migrantes camponesas/canavieiras.

Esta seção final pretende-se salientar alguns pontos que parecem relevantes para o entendimento do processo migratório de famílias dos estados do Nordeste para o interior de São Paulo. Em específico a análise histórica do impacto da expansão sucroalcooleira na região Noroeste do Estado de São Paulo, que apontou para o processo de longa duração na transformação da agricultura paulista, da cafeicultura para a canaveira, ao longo dos séculos XIX e XX. No interior deste processo a imigração de famílias italianas e espanholas para *franjas pioneiras*, no caso de Novo Horizonte, deu origem a mecanismos de diferenciação e reconversão das mesmas, a partir da década de 1930. Assim, as políticas do Estado Brasileiro, que subsidiaram o setor desde a década 1930 com mecanismos de controle da produção e a *posteriori* com linhas de investimento, como por exemplo: Instituto de Açúcar e Álcool e Proálcool (1975 – 1990); privilegiaram as transformações daquelas famílias imigrantes, em proprietárias de usinas com caráter “familiares”.

Para a primeira década do século XXI, no bojo do processo de expansão das atividades canavieiras, ressalta-se que para além das representações motivadoras dos membros da família migrante, com idealizações na melhoria nas condições de sobrevivência nos locais de origem, o recente crescimento desta atividade pelo Noroeste paulista foi o fator impulsionador deste novo fluxo migratório. Destaca-se em específico, que para primeira década deste século, a região de São José do Rio Preto, com 96 municípios, apresentou a maior área de plantio de cana do Estado de São Paulo, com 577 mil hectares e a maior em expansão, com 141 mil novos hectares. Já os municípios estudados apresentaram índice de crescimento de novos canaviais respectivamente de 75,6% para Novo Horizonte e 72,5% Mendonça.

No interior deste novo processo de expansão da monocultura canaveira, foi observada a proibição da permanência das famílias dos trabalhadores migrantes, durante e depois da safra, nas duas cidades canavieiras. Isso porque, em 2007, o Ministério do Trabalho ao realizar fiscalização encontrou situações degradantes da condição de convívio da família junto a trabalhadores pelos alojamentos da cidade de Novo Horizonte. Como desdobramentos de tais medidas, os mecanismos de injunção diretos ou indiretos adotados pelas Usinas, impactaram nas formas de reorganização das famílias migrantes, que buscaram arranjos alternativos para minorar os custos de sobrevivência da experiência de viver temporariamente nestas cidades de destino.

Majoritariamente foi observada a presença de famílias nucleares. Contudo, outras formas de reorganização familiar apresentavam a inclusão de agregados ou agregadas e até mesmo famílias, dividindo o mesmo espaço de acolhida provisória.

Nesse sentido, os dados coletados acerca da origem dos arranjos das famílias apontaram para áreas rurais do Sertão paraibano e pernambucano. Procurou-se pautar nas transformações e permanências desencadeadas pela experiência neste processo migratório. Assim, na análise do processo de reorganização das famílias migrantes, articuladas ao deslocamento para o corte de cana, foi construído o modelo dialético do arranjo, desarranjo e rearranjo. Em específico na complexa dinâmica envolvendo as posições de gênero intrafamiliares. Para as permanências, apontam-se o controle no deslocamento feminino enfeixado pela dominação patriarcal, referenciada na necessidade da oficialização na união conjugal, ou no caso das mulheres solteiras na vigilância pelos demais membros das famílias, no momento da transitoriedade e relacionamentos nos espaços de destino.

As transformações remeteram ao processo inicial da migração quando da etapa do desarranjo. Assim, com a partida dos homens, suas respectivas esposas passaram ocupar as posições das atividades agrícolas nos roçados de milho consorciado com feijão, deixadas por eles no período da safra do corte de cana: atividades como a colheita, a secagem, debulha e armazenagem no silo. Estas atividades, antes consideradas masculinas, passam a ser realizadas pelas esposas que permanecem provisoriamente nos sítios de origem. Em razão das incertezas relativas ao trabalho no corte de cana (imposição dos níveis de produtividade), além da quebra dos vínculos afetivos, ocasionados pela distância, algumas famílias decidem migrar, com objetivo de minorar os laços afetivos rompidos e os custos de sobrevivência da família.

Desta forma reforçou-se a ideia da experiência do viver temporário interno a família neste processo migratório, no rearranjo. A imposição externa da usina para que as famílias dos trabalhadores migrantes permanecessem nos locais de origem. A estratégia metodológica para problematizar e analisar etapa focou na condição feminina dentro das famílias. Nesta perspectiva foram observadas famílias com trajetórias distintas nas possibilidades de reconversão. Assim, enquanto em Novo Horizonte, as famílias apresentavam a possibilidade de inserção das mulheres em atividades de serviços como bares, lanchonetes e ou produção de material de controle biológico da cana, em Mendonça, a tendência verificada era a inserção das

mulheres nas figurações irradiadas pela dominação da Usina, fundamentalmente nas atividades de faxina nos alojamentos exclusivos aos trabalhadores do corte.

Outros elementos para caracterizar as realidades opostas das trajetórias de rearranjos familiares foram a condição de acesso a terra e a casa própria nas regiões de origem. Quando analisado à luz do primeiro critério elencado, as famílias apresentavam também trajetórias diferenciadas, com possibilidades de ruptura, renegociação ou assujeitamento a dominação masculina.

Em Novo Horizonte, diante da distância das relações de parentesco com encarregados pela arregimentação e controle dos trabalhadores, a situação de permanência das famílias era permeada pela incerteza. Cabe o breve esclarecimento, que no bojo deste processo, está à progressiva mecanização da etapa da colheita da cana, que diminui não apenas a quantidade de trabalhadores empregados, como a qualidade das canas cortadas. São destinadas aos trabalhadores aquelas que estão tombadas ou emaranhadas nos “pés de rolo”. Assim, o retorno, antes projeto negado pela perspectiva feminina do grupo familiar, passa a ser uma das estratégias de fuga almejada. Por outro lado, as perspectivas de reconversão em serviços de caráter urbano apontaram para trajetórias familiares de fixação na cidade de destino de Novo Horizonte. Neste ponto foi fundamental observar nas situações de discriminação as formas de estratégias de resistência cotidiana, na luta pela afirmação do pertencimento geográfico ao espaço social do Sertão Nordeste.

Em Mendonça é possível apontar que o caráter da reconversão das famílias relaciona-se a dois aspectos macro e micro que se articulam. O primeiro é a inexorável diminuição dos postos de cortadores frente ao gradativo aumento na utilização de máquinas colheitadeiras. O segundo aspecto é a cadeia migratória estabelecida pelo encarregado das turmas na tessitura de laços imbricados de dominação entre o espaço público do trabalho e da cidade com o espaço doméstico de alojamento das famílias e trabalhadores. Esta figuração própria da cidade canavieira apresenta aspectos dinâmicos de inteligibilidade entre as formas de dominação estabelecidas nas relações enfeixadas pelo encarregado, para os espaços de vida cotidiana, e as formas de resistência masculinas e femininas acionadas pelos membros das famílias migrantes.

Nesse sentido, as práticas masculinas de cultivos em rocinhas nos quintais das casas de destino, bem como as atividades femininas, por meio dos saberes tradicionais culinários, da adequação dos usos de temperos para as refeições, ou da

permanência do uso da água da chuva para arear as painéis trazidas consigo, são indicativos da resistência ao deslocamento, na tentativa de reafirmar e (re) significar as experiências dos espaços sociais de origem.

Quando observada a dinâmica da reconversão cabe salientar que as trajetórias familiares novamente apresentam sentidos diversos. Os trabalhadores ao almejam a ocupação de posições ocupacionais na usina, apresentavam o perfil de se adequarem ao modelo de dominação pessoal mediada pelo encarregado das turmas. Embora, em apenas um caso a resistência do trabalhador a ser solidário aos que permanecem no corte de cana. Este é significativo para delinear as contradições presentes entre as formas de dominação impostas no trabalho, imbricadas ao espaço de alojamento e convívio dos trabalhadores e família, com a forma de resistência engendrada pelo trabalhador na oficina de reforma dos facões.

Para os outros três casos salientam-se as trajetórias opostas de famílias camponesas. O terceiro caso problematiza a questão da “*descamponização*” com a gradual dificuldade na permanência temporária da família no período da safra e mesmo a possibilidade de seu retorno. Desta trajetória é fundamental destacar que a motivação para o deslocamento de todo o grupo familiar era a necessidade em se economizar recursos do assalariamento com objetivo de investimento no sistema de irrigação do sítio.

Por último, para os dois casais do rearranjo das famílias ampliadas, o essencial é destacar o trabalho solidário entre os irmãos do primeiro casal para construção de suas moradas em terras próprias nas terras lá. Articulado a esse ideal de retorno há que se investigarem os processos sociais atuais nos municípios de origem. Pesquisas preliminares indicam para os programas alavancados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como A Venda Direta e Feira Popular. Neles foi possível constatar em pesquisa preliminar na cidade de Tavares/PB, a inclusão de famílias de camponeses, as quais já haviam passado pela experiência no corte de cana no Estado de São Paulo. No primeiro programa a família de agricultores passa a fornecer por um ano alimentos para merenda escolar da cidade. No segundo, a família de agricultores permanece durante um ano e meio recebendo aproximadamente um salário mínimo mensal, para semanalmente colocar seus produtos a venda na feira da cidade. Ambos os casos demandarão novas investigações para se dimensionar a possibilidade do processo recamponização, frente à diminuição gradual do trabalho canavieiro no sudeste brasileiro.

Glossário

Aceiro	Tombamento de uma faixa de cana, com aproximadamente 10 metros, ao longo da quadra a ser queimada, para evitar a propagação de incêndios.
Acerto	Pagamento realizado ao final da safra correspondente a direitos trabalhistas e sociais.
Arregimentar	Organizar, formar e manter o controle e disciplina no grupo de trabalhadores canavieiros, etapas realizadas tanto nos locais de origem e quanto no destino, como também no eito e alojamentos.
Bitucar	Atividade das turmas majoritariamente de mulheres, em recolher pequenos pedaços de cana caídos no processo de carregamento das carretas dos caminhos transportadores.
Bombeiro	Trabalhador com a função do controle da queimada. Pode realizar também atividades como limpeza da caldeira ou molhar estradas de terra por onde passam os caminhões.
Bombista	Ocupação encarregada de levar tubos e bomba de aspersão da vinhaça para o canavial.
Caixeiro	Atividade de transporte de frutas e verduras, realizadas entre a unidade agrícola e cidade.
Carregar	Expressão para designar casais migrantes que partem sem o consentimento dos pais. Usam desta estratégia para vivenciar a experiência conjugal, em alguns casos sem formalizar a situação da união civil.
Chão na Rua	Terreno no perímetro urbano nas cidades de origem.
Canavieiro	Trabalhador do corte manual de cana.
Capina	Atividade realizada na entressafra no período posterior ao plantio,
Casa da Usina	Residência alugada e mantida pela usina para alojar exclusivamente os trabalhadores canavieiros.
Dar Trabalho	Designação utilizada para estigmatizar trabalhadores pelas práticas de resistência cotidiana no trabalho canavieiro.

Eito	Um canavial é dividido em talhões e cada talhão é composto por várias linhas de canas plantadas de forma paralela. Os espaçamentos entre as linhas formam as ruas. Estas linhas agrupadas formam o eito; no Estado de São Paulo o eito é formado por cinco ruas de cana.
Esteirada	Disposição da cana colhida e tombada ao longo das ruas, sem a necessidade de que os cortadores as amontoem.
Encarregado de turma	Funcionário que ocupa a posição central em todo o processo, cabe a ele arregimentar os cortadores nos locais de origem, recolher as carteiras de trabalho para registro na usina, arranjar o transporte no deslocamento migratório e fiscalizar os alojamentos dos trabalhadores.
Fichado	Registro na carteira de trabalho feito pela Usina. Outro significado é ter o nome registrado na lista negra da Usina. Esta lista é realizada quando da atuação política em greves pelas lideranças dos trabalhadores.
Fiscal	Trabalhador que realiza a função de controle e vigilância dos canavieiros no trabalho do eito.
Gancho	Suspensão ao dia de trabalho, o que implica na dedução da remuneração recebida na diária.
Garapão	Cheiro proveniente da aspensão de vinhaça pelos canaviais.
Morredor	Final do talhão de cana, que corresponde ao sentido em que os trabalhadores estão cortando as canas.
Peão de Trecho	Termo para designar o trabalhador que migra entre várias cidades de destino, antes ou durante a safra, diante da incerteza ou impossibilidade da vaga no corte de cana; ou pela demissão, por não atingir meta, por participar de greves ou por não conseguir recursos para financiar a passagem de volta.
Pé de rolo	Quando as canas no talhão, ou seja, nas linhas ou ruas onde está plantada ficam emaranhadas, por vezes em função do efeito de ventos ou da idade do canavial.

Picador	Trabalhador responsável em aparar as pontas de cana que ficam espetadas para fora das carretas, quando do carregamento das mesmas.
Queimador	Trabalhador encarregado de realizar a etapa da queima da palha da cana através de um pequeno lança chamas.
Roupa de Carvão	Referência ao uniforme e ou roupa utilizada na atividade laboral do corte. Apresenta aspecto enegrecido por ficar impregnada com fuligem da palha queimada misturado a resíduos líquidos de sacarose.
Rocinha	Corresponde a pequenos pedaços de terra utilizados para agricultura nos quintais das casas de destino.
Rua	Linha onde esta plantada a cana e que obedecem à topografia da curvas de nível no terreno.
Sair Fugido	Expressão para designar casais migrantes que partem sem o consentimento dos pais. Usam desta estratégia para vivenciar a experiência conjugal, sem formalizar a situação da união civil.
Talhão	Corresponde à linha da rua onde a cana está plantada. No Estado de São Paulo, após o Motim histórico de trabalhadores, em 1984, na cidade de Guariba, o setor patronal decidiu permanecer com o corte de cinco ruas por trabalhadores, na atividade diária.
Trabalho na diária	Corresponde à remuneração fixa do trabalhador cortador, por se deslocar até o eito.
Troços	Referência a eletrodomésticos (geladeira, fogão) ou móveis que são vendidos para custear as passagens de transporte dos familiares.
Turmeiro	Motorista responsável pelo transporte dos trabalhadores do alojamento aos itinerários no eito.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, M. C. “*A terra e o homem no Nordeste*”, São Paulo, Livraria de Ciências Humanas, 1963.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. “*Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*”, São Paulo, Cortez, 2007.
- ANTUNES, M. O. “*O caminho do emponderamento na superação da pobreza*”, Dissertação mestrado, Universidade Federal do Maranhão, 2004.
- BACCARIN, J. G. “*A desregulamentação e Dupla Concentração Sucroalcooleira*”, Unesp-Jaboticabal/SP, 2009, disponível em: www.fcav.unesp.br/.../Artigo%20A%20Desregulamentacao%20e%20a%20dupla%20concentracao consultado em 24/04/2010.
- BAUER, M. W. & JOVCHELOVITCH, S. Entrevista Narrativa, In: BAUER, M. W. & GASKELL, G. (org.). Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. 2a ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.
- BENHABIB, S & CORNELL, D. “*Além da política de gênero*”, In: Cornell D. (org). O Feminismo como crítica da modernidade, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos LTDA, 1987.
- BINI, D. L. C. “*Breve Histórico da Atividade Canavieira na Região de Araçatuba (SP)*”, São Paulo, Análises e Indicadores do Agronegócio, v.4, n. 6, junho de 2009.
- BOURDIEU, P. “O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais”, São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.
- _____. “*Gosto de classe e estilo de vida*”, In: ORTIZ, R. (org). Pierre Bourdieu: Sociologia, São Paulo, Editora Ática S.A., 1983.
- _____. “*O espaço dos pontos de vista*”, In: _____ (org). *A Miséria do Mundo*, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003a.
- _____. “*O Poder Simbólico*”, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003b.
- _____. “*O Camponês e seu Corpo*”. Rev. Sociol. Polít., Curitiba/PR, 26, p. 83-92, jun. 2006.
- _____. “Capítulo 4 – Campo de Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe”; “Capítulo 5 – Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento”. In: *A Economia das trocas simbólicas*. Org. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

- BOURDIEU, P. & BOURDIEU M. C. “O Camponês e a fotografia”, Rev. Sociol. Polít., Curitiba/PR, n. 26, páginas 31-39, jun. 2006.
- BOURDIEU, P. & SAYAD, A. “A dominação colonial e o saber cultural”, Rev. Sociol. Polít., Curitiba/PR, n. 26, páginas 41-60, jun. 2006.
- BRANDÃO, C. R. “O Afeto da Terra”, Campinas/SP, UNICAMP, 1999.
- BRUSCHINI, M.C. “Uma abordagem sociológica da família”. São Paulo: REBEP Fundação SEADE, v. 06/n.1, p.1-23, 1989.
- CANDIDO, A. “Parceiros do Rio Bonito”, São Paulo, Editora 34, 2003.
- CRUZ, O. P. V. “Redes: Trajetórias e Configurações. Um olhar sobre o fenômeno do deslocamento interno na Colômbia”, Tese doutorado, PPG/Ciências Sociais/UFSCar, 2007.
- ELIAS, N. “Escritos e ensaios.” Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- ELIAS, N.& SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2000.
- FERREIRA DE ANDRADE, J. M. “Construção de um Índice de Sustentabilidade Ambiental para a Agroindústria Paulista da Cana de Açúcar, [ISSAC], Dissertação de mestrado, Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2009.
- FLORES, S. M. L. “Control del espacio y territorialidad en las migraciones rurales”. Trabalho apresentado no GT 4: Nuevas migraciones y empleo rural en América Latina no VII Congreso de Alasru. Quito, 20-25 de noviembre de 2006 (Versão eletrônica).
- FOUCAULT, M. “Ditos e Escritos”, volume V, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2005.
- GARCIA Jr, A. R. “Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de pequenos produtores”, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- _____. “O sul: Caminho do roçado: Estratégias de reprodução social camponesa e transformação social”, São Paulo: Editora Marco Zero; Brasília: UNB/MCT, 1989.
- GOFFMAN, E. “Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- GONZAGA, M.C. & SONODA, A. L. “Enquanto o Bom Senso Não Chega: A Criatividade Combate a Inadequação.”, apresentado no VI – Colóquio Internacional de Psicodinâmica e Psicopatologia do Trabalho, 2010.

- HEREDIA, B. M. A. "*A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil*", Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOLANDA, S. B. "*Monções*", São Paulo, Brasiliense, 1988.
- HONNETH, A. "*Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*". São Paulo, Editora 34, 2003.
- JUAZARTE, T. "*Diário da navegação*", In. SOUZA, J. S. & MAKINO, M. (Orgs), São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- MARTINS, J.S. "*Os camponeses e a Política no Brasil*", Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1986.
- _____. "*A sociedade vista do Abismo*", Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2002.
- _____. "*Sociologia da Fotografia e da Imagem*", São Paulo, Editora Contexto, 2008.
- MARX, K. "*O Capital: crítica da economia política*" (livro III). São Paulo: Difel, p.705-784, 1983.
- MILLIET, S. "*Roteiro do Café e outros ensaios*", São Paulo, Hucitec/Pró Memória/ Instituto Nacional do Livro, 1982.
- MEIHY, J. C. S. B. "*Os Novos Rumos da História Oral*". Revista de História (USP), v. 155, p. 1-20, 2006.
- MENDRAS, H. "*Sociétés Paysannes: Eléments pour une Théorie de la Paysannerie*", Paris, Armand Colin, 1976.
- MENEZES, M. A. "*Experiência social e identidades: trabalhadores migrantes na plantation canavieira*". Revista de História Oral, Rio de Janeiro/RJ, n. 3, 2000, p.49-68.
- _____. "*Relações de solidariedade em comunidades de camponeses-trabalhadores migrantes*", João Pessoa/PB: Inf. Soc,V.º 6, n. 1, p. 57-72, 1996.
- _____. "*Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: Um estudo de Famílias de camponeses-migrantes.*" São Paulo: Relume Dumará, 2002.
- _____. "*História Oral: uma metodologia para o estudo de memória*", Rio Grande do Norte: Revista Vivência UFRN/CCHLA , n.º 28, p.23-36, 2005.
- MENEZES, C. "*A mudança: análise da ideologia de um grupo de migrantes*", Rio de Janeiro, Imago Editora, 1976.

- MONBEIG, P. *"Pioneiros e fazendeiros de São Paulo"*, São Paulo, Hucitec-Polis, 1998.
- MONSMA, K. *"James C. Scott e Resistência Cotidiana no Campo: uma Avaliação Crítica"*, Rio de Janeiro, BIB, n. 49, p.95-121, 1 semestre 2000.
- MONTEIRO, J. *"Vida e morte do índio: São Paulo Colonial"*, In: Vários Autores, Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfigurações. São Paulo, Yankatu, 1984.
- MÜLLER., N. L. *"Sítios e sítiantes no Estado de São Paulo"*, Boletim 132 de Geografia n.7, USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo. 1951.
- OLIVEIRA, F. A. M. *"Fases da dominação da terra" (Jauá 1890-1910)*, São Paulo, FAPESP, 1999.
- PAHIM, M. *"A Colonia do Potunduva"*, São Paulo, Revista Brasilitas, páginas 24 e 25, 1937.
- PARRY SCOTT, R. *"O Homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico."*, Cad. Pesq. São Paulo (73), São Paulo, maio 1990, p. 38-47.
- PAULILO, M. I. *"Trabalho Familiar: Uma categoria esquecida de análise"*, Estudos Feministas, Florianópolis/SC, nº 12, p.229-252, 2004.
- PERROT, Michele *"Minha História das Mulheres"*, São Paulo, Editora Contexto, 2007.
- _____. *"Os excluídos da História Operários, Mulheres e Prisioneiros"*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2008.
- PRADO, E. D. *"Vila Ilze: O viver fragmentado do "Bóia-fria": Um estudo sobre o cotidiano dos trabalhadores volantes de Itapira."*, Campinas / SP, Tese de mestrado, IFCH, UNICAMP, 2001.
- POLLAK, M. *"Memória e identidade social"*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- PRUS, R. *Symbolic Interaction and Ethnographic Research: Intersubjectivity and the Study of Human Lived Experience*. State University of New York Pres, Albany, 1996.
- QUEIROZ, M. I. P. *"Relatos orais: do "indivisível" ao "dizível"*. In: SIMSON, de M. Von (Org.). Experimentos com histórias de vida. São Paulo: Vértice, 1988.
- RODRIGUES DE BRITO, S. e MENEZES VICTOR, P. *"Mulheres e trabalho agrícola: novas perspectivas ou redesenhos de precariedades?" Espacio Abierto*, vol.10, no.4, p.451-574, out. 2001.
- SAFFIOTI, H. I. B. *"Gênero, patriarcado, violência"*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

- SATURNINO, M. *“Entre o bagaço da cana e a doçura do mel, migrações e as identidades da juventude rural”*, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Dissertação de Mestrado, 2006.
- SCOTT, J. *“Weapons of the Weak Everdau forms of peasant Resistance”*, Connecticut / USA, Courier Companies, 1985.
- _____. *“Domination and the Arts of Resistance Hidden Transcripts”*, Connecticut / USA, Courier Companies, 1990.
- _____. *“Formas Cotidianas de Resistência Camponesa”*, Campina Grande/PB: Revista Raízes, v.º 21, nº 1, p. 10-31, 2002.
- SCOTT, J. W. *“El gênero: uma categoria útil para el análisis histórico. In: “História y Gênero: lãs mujeres en lê Europa modern y contemporânea. Valence, Ed. Amely-Nash,1990.*
- SIGAUD, L. *“Os clandestinos e os direitos: Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco”*, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- SILVA, M. A. M. *“Os Fundamentos da Desigualdade nas Relações Sociais”*, São Paulo, Revista Perspectiva, p.1-68, 1991.
- _____. *“De Colona a Bóia-Fria” In: História das Mulheres no Brasil (org) Mary Del Priore, São Paulo, Contexto, 1997.*
- _____. *“Errantes do Fim do Século”*, São Paulo, Editora Unesp, 1998.
- _____. *“A terra no imaginário dos migrantes temporários”*, Pernambuco: Revista de História Oral, n.º 4, p. 103-120, 2001.
- _____. *“Se eu pudesse, eu quebraria toadas as máquinas”*. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A . M. *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 29- 78, 2004.
- _____. *“Expropriação da terra, violência e migração: camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas”*, Seminário Agroindústria Canavieira: Trabalho, trabalhadores e Processos Produtivos – UNICAMP, Campinas/SP, 2007.
- _____. *“A família tal como ela é nos desenhos das crianças”*. *Ruris* (Revista do Centro de Estudos Rurais do IFCH/Unicamp, V. 1, N. 1, p. 105-156, 2007.
- SILVA, M. A. M. & MENEZES, M. A. *“Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões”* Revista Eletrônica do Nead, Brasília/DF, p. prelo, 2007.
- STOLCKE, V. *“Cafeicultura Homens, Mulheres e Capital 1850- 1980”* São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

- _____. "A família que não é sagrada", In: ARANTES, A. A. (org). *Colcha de retalhos. Estudos sobre a família no Brasil, Campinas/SP, Editora da Unicamp, p. 61-114, 1993.*
- TEIXEIRA, S. "O Jahu em 1900: Repositório de dados, informações e documentos para a história do Jahu." Jaú-SP, Impresso nas oficinas do Correio do Jahu, 1900.
- THOMPSON, P. "História oral e contemporaneidade" . Revista de História Oral n. 5, p. 9-28, 2002.
- THOMPSON, E. "A miséria da Teoria ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser". Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.
- TRUZZI, O. "Redes em processo migratório", Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.20 , n. 1, 2008.
- TOUTIER-BONAZZI, C. "Arquivos e propostas metodológicas". In: Marieta de Moraes Ferreira & Janaína Amado.(Org.). Usos e Abusos da História Oral, Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- VAN VELSEN J. "A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado." In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). "Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos", Sao Paulo. Global, 1987.
- WANDERLEY, M. N. B. "Prefácio", In: _____ . (org), Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste Brasileiro, São Paulo: Ed. Polis, Ceres, 2004.

APÊNDICE

Apêndice I - Modelo do Questionário Simplificado

Projeto: TRAVESSIAS DE FAMÍLIAS CAMPONESAS MIGRANTES Mestrado UFSCar

Cidade: _____

Data: _____

Rua: _____

Bairro: _____

Tipo de moradia: () casa () alojamento () outros _____

N. trabalhadores: _____ Origem: _____ N. de famílias: _____ Origem: _____

1.- Dados Pessoais entrevistado

Estado Civil: () casado () solteiro () viúvo () separado () desquitado () moram juntos

Nome: _____ Sexo: M () F ()

Local de nascimento: _____ Estado: _____ Local de Origem: _____ / Estado _____

Idade _____

Escolaridade: _____ Há quanto tempo está na cidade de destino? _____

Ocupação atual: _____ Remuneração : _____

Idade e com quem começou a trabalhar _____ No que você trabalhou? _____

Em quantas safras de colheita de cana já trabalhou? _____

Antes de vir para cá no que você trabalhava na cidade de origem? _____

Você ou sua família tem alguma terra de roçado? Se sim o que plantam? Como foi a última colheita? A terra é própria ou alugada?

2 - Dados da Companheira (o)

Estado Civil: () casado () solteiro () viúvo () separado () desquitado

Nome: _____ Sexo: M () F ()

Local de nascimento: _____ Estado: _____ Local de Origem: _____

Idade _____ Raça/etnia: _____ Cor: _____ Religião: _____

Escolaridade: _____

Ocupação atual: _____ Ocupação na família _____ Remuneração : _____

Idade e com quem começou a trabalhar _____

Em quantas safras de colheita de cana já trabalhou? _____

Antes de vir para cá no que você trabalhava na cidade de origem? _____

Você ou sua família tem alguma terra de roçado? Se sim o que plantam? Como foi a última colheita? A terra é própria ou alugada?

3. Dados dos Filhos/

Tem filhos? () Sim () Não

Ficha dos filhos/outro membros:

Nome	Idade	Escolaridade	Ocupação	Estado Civil
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

4- Entrevista semi diretiva

Trabalho doméstico

1. Quem realiza as atividades domésticas (lavar, cozinhar, passar): _____
2. Como é a jornada de trabalho doméstico? Quem realiza o que, a que horas? _____
3. A esposa trabalha fora? () sim () não Se sim qual atividade que desempenha? _____
4. O que você acha da esposa trabalhar fora? _____
5. Quanto recebe pelo trabalho? _____ No que é utilizado esse dinheiro? _____
6. Quais são as principais exigências ou queixas em relação ao trabalho doméstico? _____

Trabalho assalariado e meios de sobrevivência

7. Por que migrar para o corte de cana-de-açúcar?
8. O que você acha do trabalho de cortar cana? Por quanto tempo acha que ele continua a exercer essa profissão?
9. Como foi decido que a família viria?
10. Com qual dinheiro custeou a vinda da família?
11. Quem viajou primeiro e quanto tempo depois a família veio? Por que?
12. Recebem auxílio do governo? Qual? Como ou no que é gasto esse dinheiro?
13. Realiza o plantio de alguma horta, aqui em São Paulo? (pedir para fotografar em caso afirmativo)
14. Qual o seu principal sonho ou projeto para o futuro?
15. O que você acha de em São Paulo? O que aqui é diferente em relação a sua terra de origem? E em relação à família a valores ou normas o que muda? Ou o que pode mudar?

Pretendem retornar para sua terra de origem? Quando? Como vocês estão fazendo para economizar dinheiro

Apêndice II - Modelo do Questionário Profundidade



Programa de Pós-Graduação em Sociologia



TRAVESSIAS DE FAMÍLIAS CAMPONESAS MIGRANTES.
Entre a Morada e o Assalariamento.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR – Abril 2009

ORIENTADORA DA PESQUISA: Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva

PESQUISADOR: Mestrando Rafael Aroni

BLOCO 1- IDENTIFICAÇÃO RESIDÊNCIA (Características da Localidade)

1.01-Data: ___/___/___ 1.02-N.º Questionário: ___

1.03-Município: _____ 1.04-Estado: _____

1.05-Rua: _____ N.º Ponto de Referência 1.06-Bairro: _____

1.07-Telefone de contato: _____

Condição da moradia/alojamento: _____

1.08- Qual o nome que você dá para esse lugar que você está residindo? (Como você chama esse lugar de moradia?) Porquê?

1.09- Você tem uma residência no município de origem: () sim () não – **caso negativo pule para 1.11.**

1.10-Comparando com a sua residência de origem como você classifica as condições da casa que está atualmente?Porquê?

1.11- Quadro Comparação condição da moradia origem/destino: (inclui a moradia dos pais na origem ou outros parentes para os casais que não tiverem residência própria)

	Garagem / Varanda	Números Cômodos	Número de Sala	Números Quartos	Números Banheiros	Números Cozinhas	Quarto/ Cozinha	Roçado em metros	Piso	Paredes	Telhado	Forma Acesso	Valores Aluguel	Quem paga? Usina/Trabalhador
Casa da Origem														
Casa de Destino														

Código	1	2	3	4	5	6
Piso	Terra	Cimento	Taco madeira	Lajota		
Parede	Barro	Tijolos sem reboco	Reboco s/ pintura	Pintada suja	Taipa	
Telhado	Cerâmica	Amianto	Laje	Metal	Palha	
Acesso	Própria Paga	Própria em Financiamento	Alugada	Cedida Pais	Cedida Parentes	Cedida Empregado

	Energia Elétrica	Água					Esgoto		Lixo					
		Rede Geral	Poço	Açudes	Caminhão	Cisterna	Quando foi Construída	Rede	Fossa	Telefone	Coleta	Queimado	Enterrado	
Casa da Origem														
Casa de Destino														

Código	1	2
Todos itens	Sim	Não

1.12- Quadro comparativo da infra-estrutura moradia origem/destino:

BLOCO 2- INFORMAÇÕES DOS/AS ENTREVISTADOS/AS (Características da unidade familiar e do grupo doméstico no município de destino)

2.01-Você mora nesta residência: 1 - () Sim 2 - () Não **2.02**- Quantas pessoas estão alojadas na casa que você reside? _____

2.03-Quantos trabalhadores canavieiros (Cortadores/Fiscais/Tumeiros): _____ **2.04**-Quantas Famílias: _____

2.05-Quantos homens: _____ **2.06**-Quantas Mulheres: _____ **2.07**-Quantas Crianças: _____

2.08-Desenhar diagrama de parentesco dos membros que residem junto ao trabalhador canavieiro no município de destino e os que ficam no município de origem:

Registrar: Idade , Ocupação (cortador/fiscal/turmeiro/arregimentador e/ou trabalhadoras em outras atividades) e

Arranjo, Desarranjo e Rearranjo familiar

posição dos trabalhadores que migram dentro da relações familiares,

o filhos que ficam no municípios de origem, os que já constituíram família e os filhos que estão juntos e outros parentes:

(Caracterizar a correlação entre parentesco e inserção em atividades de trabalho remunerada para a diferenciação social interna da posição dos membros que disputam a chefia na família)

△ 0

2.14- Itinerário migratório dos residentes no município de destino e inserção direta ou indireta no processo produtivo canavieiro:

(Caracterizar quando e quantas vezes os membros da família, que estão no município de destino, migraram e quais as possibilidades de inserção em atividades remuneradas)

Inserir na ordem do primeiro que migrou ao último do grupo familiar		1º Migrante	2º Migrante	3º Migrante	4º Migrante	5º Migrante	6º Migrante
		Nome	Nome	Nome	Nome	Nome	Nome
1ª Safrá	Ano						
	Município / Estado de Destino						
	Tempo						
	Ocupações/Renda Economizada						
	Posição Família						
	Origem dinheiro para viagem						
Maior / menor quantidade cana m ³							
2ª Safrá	Ano						
	Município / Estado de Destino						
	Tempo						
	Ocupações/Renda Economizada						
	Posição Família						
	Origem dinheiro para viagem						
Maior / menor quantidade cana m ³							
3ª Safrá	Ano						
	Município / Estado de Destino						
	Tempo						
	Ocupações/Renda Economizada						
	Posição Família						
	Origem dinheiro para viagem						
Maior / menor quantidade cana m ³							
4ª Safrá	Ano						
	Município / Estado de Destino						
	Tempo						
	Ocupações/Renda Economizada						
	Posição Família						
	Origem dinheiro para viagem						
Maior / menor quantidade cana m ³							
5ª Safrá	Ano						
	Município / Estado de Destino						
	Tempo						
	Ocupações/Renda Economizada						
	Posição Família						
	Origem dinheiro para viagem						
Maior / menor quantidade cana m ³							
6ª Safrá	Ano						
	Município / Estado de Destino						
	Tempo						
	Ocupações/Renda Economizada						
	Posição Família						
	Origem dinheiro para viagem						
Maior / menor quantidade cana m ³							

Código	Origem Dinheiro Viagem
1	Próprio
2	Empréstimos
3	Venda de bens
4	Parentes
5	Político
6	Usina

2.15-Possui irmãos que migraram para o corte de cana 2009

Nome			
Idade			
Sexo			
Escolaridade			
Ocupação			
Local de Residência			
Estado Civil			
Número de Safras			

2.16- Estratégias de investimentos/consumo familiar: (No que a família investe a economia do assalariamento na cana e auxílios governamentais)

ITENS	Quantidade	Consumo Produtivo						Consumo Reprodutivo							
		Terra ha.	Gado	Casa Estado	Instrumento Agrícola	Moto	Carro	Negócio	TV	DVD	Geladeira	Bicicleta	Armário Cozinha	Fogão	Roupas
Homem															
Mulheres															
Filh															
Outras															

BLOCO 3- INFORMAÇÕES MEMBROS DA FAMÍLIA QUE FICARAM NO MUNICÍPIO DE ORIGEM (Características da unidade familiar no município de origem, pais da esposa e do marido e filhos ou filhas do casal que ficou)

3.01- Existe filhos ou filhas do casal migrante que ficaram no município de origem: () sim () não **caso negativo pule para 3.04**

3.02- Quantidade de filho/as que ficaram: _____

3.03- Quem cria eles: () Avós Maternos () Avós Paternos () Outros: _____

3.04- Membros do grupo familiar que ficaram no município de origem: (Captar situação dos pais paternos e maternos além de possíveis netos)

Parentesco	Idade	Sexo	Estado Civil	Escolaridade	Local de residência Casal			Ocupação	Renda	Recebe ajuda financeira valor	Terra ha.	Produção Agrícola em cacos				
					Município	Estado	Área					milho	feijão	mandioca	Ano	
Pai do Marido																
Mãe do Marido																
Pai da Esposa																
Mãe da Esposa																
Filh																

Código	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Sexo	Masculino	Feminino							
Estado Civil	Casado	Casado	Solteiro	Viúvo/a	Separado/a	Moram Juntos	Falecido		
	Religioso	Cartório							
Escolaridade	1 fase fundamental Incompleto	1 fase fundamental completo	2 fase fundamental I Incompleto	2 fase fundamental completo	Médio Incompleto	Médio completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Analfabeto
	Área	Sítio Isolado	Cidade	Povoado	Sede Munic	Outro			

BLOCO 4- INFORMAÇÕES SOBRE FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO MIGRATÓRIO - HIBRIDISMOS NOS QUADROS DE SOCIAÇÃO (Características as situações ou espaços sociais de luta para afirmação da identidade de migrante bem como captar a experiência intersubjetiva desse processo)

4.01- Quadro comparativo das rotinas semanais de atividades laborais domésticas (remuneradas e não remuneradas) e de lazer , nos espaços sociais mais frequentados no destino e na origem. **Assinale com um X**

Quem realiza as seguintes atividades	Atividades domésticas										
	Cozinhar	Cozinhar para fora	Lavar roupa de trabalho	Lavar roupa para fora	Lavar Roupa da família	Lavar Louça	Cuidar das crianças	Levar Crianças para Escola	Limpar a casa	Fazer compras	Roçadinho
Companheiro											
Companheira											
Outro/a											
Remuneração											
Horários											
Dia da semana											

4.02 - Quadro comparativo atividades de trabalho e lazer nos espaços sociais mais frequentados no municípios de destino e origem.

		Rotina Semanal <u>DESTINO</u>							
		Principais Lugares	Dias	Horários	N.º Vezes	Você vai:	O que vc faz nesse lugar?	Por que vc vai lá?	Você conhece algum casal de lá que frequente esse lugar?
Mulher	1								
	2								
	3								
Homem	1								
	2								
	3								

		Rotina Semanal <u>ORIGEM</u>							
		Principais Lugares	Dias	Horários	N.º Vezes	Você vai:	O que vc faz nesse lugar?	Por que vc vai lá?	Você conhece algum casal de lá que frequente esse lugar?
Mulher	1								
	2								
	3								
Homem	1								
	2								
	3								

Espaço para Entrevista aberta semi diretiva.

Realizar essa parte somente para os entrevistados que autorizarem a gravação e exclusivamente com trabalhadores que trouxeram a família

Sempre iniciar anunciando o dia, o ano, o local (cidade), nome(s) dos entrevistado(s), posição na família e ocupação

Anotar as reações corporais e sentimentais do/a colaborador/a na pergunta.

Blocos temáticos

A - Experiência da viagem migratória (captar relatos de ambos os gêneros).

1- Como foi a viagem a primeira viagem para cá? Viajou sozinho ou com parentes e ou conhecidos?

2 – Como ou por que meio (telefone, carta, internet, conversa pessoal) vocês soube da existência desse trabalho? Quem falou desse trabalho? O que ele/a falou? As condições de vida e trabalho aqui são o que você imaginava? O que é diferente?

3 – Como conseguiu dinheiro para essa primeira viagem? Quem realizava as atividades doméstica quando a família não estava aqui?

4 - Quando a família viajou para cá (destino) ? Porque ela migrou? Quais pessoas da família viajaram e quando? Como conseguiram dinheiro para elas viajarem?

5 – Como é essa experiência de viajar para um lugar distante e trabalhar no corte de cana? Como é a experiência de acompanhar o companheiro/a que trabalha no corte?

B – Experiência do trabalho no corte de cana (aplicar somente com o/a cortador/a)

1 – O que você acha do trabalho no corte de cana? Quais são as principais exigências?

2 – Como você lida com essas exigências e a pressão do fiscal/turmeiro para não levar gancho?

3 – Você acha que o corte manual vai ser eliminado pelo corte mecanizado? O que você pensa sobre as máquinas colheitadeiras?

4 - Se não existisse o corte de cana no que você estaria trabalhando?

5 - O que você acha de greve ou paralisação? Você já participou alguma vez? Conte como foi, o que você fez?

C -Dinâmica do casal (potenciais conflitos e trabalho doméstico urbano, trabalho fora controvérsias no projeto de vida)

1 – Você acha que o trabalho doméstico deve ser feito por quem? A partir da resposta porquê?

2 – Na sua opinião quais são as principais exigências do trabalho doméstico?

3 – O que você acha da mulher que trabalha fora de casa?

4 - Quem decide como vai ser gasto o dinheiro do corte de cana? Como essa decisão é tomada?

5 – Quais são as principais qualidades de seu companheiro/a?

6 – Quais são os defeitos de seu companheiro/a?

7 – Como você lida com esses comportamentos que apontou anteriormente?

8 – O casal a família tem um sonho/projeto para o futuro? Qual seria?

D – Pertencimento Geográfico e Formas de Apropriação do Território migratório (discriminação e luta por reconhecimento)

1 – Você já sentiu alguma vez que os moradores da cidade olharam diferente para você? Quando e como foi?

2 - Por que você acha que eles olharam diferente? Eles já falaram alguma coisa sobre o modo como você fala, se veste, anda e a músicas que escuta? O que se s?

3 - O que significa ser paraibano/pernambucano/baiano/alagoano/ e ter a experiência de viver em outro lugar, para você e sua família?

Anexos

Anexo 1 – Entrevista 30.04.2009 - A primeira experiência de vida no corte de cana na palha.

Até aquele momento a tarde estava muito quente com tons secos de inverno. A rua Pindorama, no bairro Santa Clara estavam calma comparada com os momentos intensos do principiar das rotinas antes mesmo do sol aquecer o dia na vida de tantos trabalhadores rurais que o espaço da cidade abriga. Eram por volta de quatro e vinte poucos minutos da tarde. Logo os trabalhadores estaria animando as casas com seu retorno. Neste momento aproveitávamos para realizar nosso trabalho de pesquisa. Tentávamos atrapalhar ao mínimo as rotinas das atividades domésticas das mulheres com quem conversávamos. A aplicação do questionário era longa, mas calculada para ser assim. A interação um pouco mais demorada nos permitiria acessar dimensões próprias do cotidiano dessas pessoas.

Juliana encaminhava a pesquisa para a entrevista com Leidivan, quando seu primo Luiz chegou. Cearense com a pele muito queimada, lembrava em muito algum trabalhador da pesca do litoral. Sem camisa demonstrava todo o dorso moreno marcado principalmente no colo com pequenas quelóides, vergões de seu primeiro dia no eito. Assustado com nossa presença e assustado mais ainda com sua primeira experiência no corte de cana. Ofegante, arrastava o passo da perna direita. Pensava no que alguns trabalhadores diziam das primeiras semanas no corte de cana “ o corpo não se acostuma tão logo, é todo dolorido dia e noite”. Rapidamente deixa o garrafão de água na porta da cozinha de casa. Estamos sentados em carteiras que inusitadamente reforçavam nossa condição de estudantes, mas ao mesmo tempo que destoava por completo de um quintal de terra, com varais repletos de roupas que alegravam com seus coloridos esse conjunto de casas borradas de alvenarias sem reboco. São seis pequenas casas, com três cômodos, cozinha banheiro e quarto/sala. Cada casa abriga uma família e agregados.

Luiz não compreendendo bem quem eramos e quais nossas intenções. Se posta ao meu lado. Percebo uma tensão no ar. Desfaço qualquer mal entendido possível ao anunciar meu nome e atributos identitários que justificassem minha presença ali. Estamos realizando uma pesquisa com famílias. Ele segue para porta da cozinha. Com olhar para o vazio permanece um tempo em silêncio. Continuo o trabalho de coleta de informações no questionário com Maria, paraibana que mora numa das casas no fundo do quintal. Em uma pausa Luiz se põe a relatar o seu primeiro dia de trabalho, posto que havia uma expectativa muito grande por parte de Leidivan em saber.

Leidivan – Quanto foi que você tirou?

Luiz - Foi 76 metros. Mas só que a cana tava na palha. Não tinham queimando não.

Leidivan [Enaltece a quantidade de cana cortada para Maria] – Vixe, mas você é um “guéla”, corta 76 metros no primeiro dia é mais que Adriano. [Marido de Kelly, que é filha de Maria e também mora em uma das casas]

Luiz [Contrariando a fala da prima demonstrando indiretamente que Adriano cortou mais] – Não, mas eu terminei primeiro que ele, eu amoei.

Leidivan – [Novamente reforça que os homens de sua família cortam mais que os da família de Maria] – Porque Cícero [seu esposos] no primeiro dia que ele foi tirou cento e poucos (metros) tu lembra no primeiro dia que ele foi...

Maria – [Contrariada] Mas foi na palha?

Leidivan - [Em tom enfático] Foi na PALHA, né. [breve silêncio sinaliza que Leidivan foi a vitoriosa na batalha pela honra dos homens cortadores de sua família]

Rafael [Insiste na quantidade, posto que ao ver Luiz com o corpo todo marcado impressiona em imaginar como ficou Cícero neste dia] – Mas foi cento e poucos [metros] na palha?

Leidivan [Busca explicar o feito de Cícero] – Foi na palha mesmo. [Silêncio pensativo] Porque tem dias que corta bem mais na palha do que na queimada.

Maria – Já neguinho (seu marido), gosta mais na queimada do que na palha. Breve silêncio. Penso em entrevistar ele, pergunto se ele gostaria de participar.

Maria – [imaginando que a entrevista, desta vez seria filmada] Luiz participa da entrevista. Ele é bom que tá todo preto do corte.

Luiz – Oxe eu to tão cansado que se eu pegar neste negócio [refere-se ao questionário de papel] fica todo preto.

Maria – Menino é uma coisa a vida dos “paraíba”.

Silêncio. Luiz olha para o quintal, com o semblante cansado e escorado no batente de uma porta simples de madeira se põe a relatar sua experiência do primeiro dia no corte de cana de sua vida, de forma espontânea. Percebo que passou a euforia da expectativa imediata que Leidivan depositou na interação. Tento tomar nota de tudo.

Luiz - Teve um [cortador] que hoje só trabalhou até as dez horas. Não aguentou. [silêncio]

Rafael – O que aconteceu, ele chegou a borrar?

Luiz – Oxe, ele nem mesmo almoçou. [Diz em tom de indignação] Deu dez horas pronto. Depois ele falou que ia voltar a cortar, mas não aguentou. Voltou com uma gastura e uma agonia da porra.

Maria – Vixe começa assim quando começa ter medo de cortar cana, tem dia que fica com o corpo todo tremendo.

Luiz – Ele nunca tinha cortado. [Silêncio]

Maria – Vê lá Leidivan o que Luiz falou, disse que teve um cortador que quando bateu dez horas não tava aguentando mais. Filhos da puta.

Luiz – E Edilson também cortou ... mas deu 13 horas não aguentou mais não. Começou a sentir mal. Teve outro que veio se embora, um galego que mora ali na ponta da rua. A ambulância trouxe ele. Ele veio dando câimbra por todo canto nele. No pescoço, no peito, na perna e no pé. Vixe, ainda bem que eu não senti. Senti foi gastura?

Rafael – O que é gastura?

Luiz – É assim você não tem fome nenhuma. Fiquei tonto, com ânsia de vômito, mas sem fome nenhuma. Disse comigo mesmo, oxe vou comer essa onça [comida] nem que ... [não completa a frase mesmo assim a insinuação a algum termo provoca o risos das mulheres]. Falei vou comer com gastura mesmo. Aí foi passando.

Rafael – Você comeu que horas?

Luiz – Eram umas dez horas, fomos parando esse horário, daí pega de novo 11 horas, depois para de novo 13 e depois pega de novo.

Rafael – Mas antes de começar a trabalhar você come alguma coisa também?

Luiz – Eu chupei limão. Tava me tremendo inteiro. [Silêncio] Tava me tremendo chupei limão pronto, acabou a tremedeira.

Rafael – Como assim? [Surpreso, sem compreender]

Luiz – É limão com sal. É assim, eu tava com meu corpo todo tremendo, aí chupei o limão com sal. O limão corta. [Breve silêncio e retoma em tom alto de quem rememora algo forte] Vixe e Adriano, quando ele se desceu do ônibus começou a se tremer todinho.

Leidivan e Maria – [Exclama juntas] Vixe Maria.

Rafael – [Após alguns instantes] Mas porque?

Luiz – Não sei. [Não reconhece que estava também com medo daquele primeiro dia. Imagino o quanto diferente eram nossas vidas. Lembro do medo parecido quando foi pela primeira vez à escola.]

Leidivan – Vai ver ele ficou com medo de cortar cana. [rapidamente interrompida por Luiz e Maria].

Luiz e Maria – Não, mas ele já cortou. Ele ficou todo se tremendo. Depois [de começar a cortar] ele se aproximou da gente, o corpo todinho com câimbra, eu disse você quer que leve para o hospital, ele falou, eu não vou não.

Maria – Cortar cana não é fácil não. Sabe eu que cortei cana o quanto eu sofri.

Rafael – Mas você tava tremendo porque Luiz? [Breve silêncio ele não responde, acredito por constrangimento, reformulo a pergunta] Você comeu depois alguma coisa?

Luiz – Eu só almocei. Só não comi muito, mas comi. Por que acho que é por você ter força demais, eu acho né, e quando você para que você almoça, quando você volta seu corpo começa a se tremer. A carne fica logo toda se tremendo. [Neste ponto ele inverte o sentido para a tremedeira, reforça sua masculinidade]

Rafael – E você não consegue ter controle sobre seu corpo?

Luiz – Consegue não. Eu chupei foi dois limão com sal. Daí pronto. [Silêncio] Rapaz agora antes de vir embora, eu peguei ainda uns 15 metros, era um tacaio de lado [Gesticula explicando que a cana estava em um desnível do terreno formando um pé de rolo] vixe eu fiquei foi agoniado, foi um outro cabra que me ajudou para poder sair. Vixe as cana tudo assim tortas eu pegava uma por vez, pra poder sair. Daí uma cana enganchava na outra, vixe. Eu falei, Adriano vem me ajudar aqui. [silêncio e entra para casa nos deixando conversar sobre a entrevista que pretendíamos realizar naquele momento].

Durante a realização da entrevista, a rua se transformava. A paisagem urbana/rural ficava intensa com os ônibus de trabalhadores que chegavam da roça. Um turma de 5 trabalhadores passou a pé pela rua. Um dos trabalhadores levantou o podão protegido por uma capa de couro como se fosse um troféu e referiu-se a Neguinho (Sávio esposo de Maria).

Trabalhador – Oh Neguinho!! Passa lá em casa mais tarde para você ficar com ele (o podão).

Neguinho [grita] - Deixa aí pra mim, você vai embora mesmo? [Explica o motivo da fala] Aquele não aguentou. [Risos das mulheres]

Maria – Tá vendo é o primeiro ano deles. Já vão todos embora.

Rafael – Nossa estão indo embora já? Como assim? Quem são eles?

Neguinho – São uns colegas de lá. Faz tanto tempo que eu vim para cá que nem lembro mais o nome dele. Mas ele não aguentou cortar, já vai embora no começa da próxima semana.

Rafael – E cortou só um dia então?

Neguinho – Não cortou uma semana. Hoje quando fui fazer o exame lá na Usina tinha gente já entregando o material porque ia embora.

Maria [grita] – Oh lá Leidivan, Neguinho falou que hoje tinha um monte de gente que estava entregando o material para ir embora.

Neguinho [confessa em tom bem baixo para as mulheres não ouvirem] – É devido a cana ser feia de mais tem muitos que não querem cortar. Não tem jeito não. Eu vi lá na usina.

Rafael – E esse pessoal são todos carteiras brancas [Carteira de trabalho com primeiro registro]?

Neguinho – Esse aí é.